

# UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

4

**Movimento docente:** *Trabalhando  
a luta. Construindo a história*

**Movimento sindical:** *História e perspectivas*

**Repensando a Universidade**

**Tecnologia e desenvolvimento  
auto sustentável**

**A questão da terra**

**O Leste Europeu e a construção  
do socialismo**





# UNIVERSIDADE E SOCIEDADE



# Sumário

## *Editorial*

Lucia Helena Lodi .....	1
-------------------------	---

## *movimento sindical*

Trabalhando a Luta Construindo a História - <i>Osvaldo de Oliveira Maciel</i> .....	2
Uma Perspectiva Otimista para o Movimento Sindical - <i>Vicente Paulo da Silva</i> .....	16
Declaração do México .....	19
Discutindo as Demandas Sindicais por Seguridade Social - <i>Ana Elizabete Mota</i> .....	23

## *debate*

A Diversificação Tática da Luta no Setor Educação - <i>Nicanor Palhares Sá</i> .....	33
--	----

## *universidade*

Em Defesa da Carreira Única para Docentes de 1º, 2º e 3º Graus das IES <i>Joana Neves</i> .....	38
Racionalização e Democracia na Administração das Universidades Públicas <i>Gustavo Luiz Gutierrez</i> .....	43
A Educação, agora - <i>Aloylson Pinto</i> .....	47

## *ciência e tecnologia*

Técologia e Desenvolvimento Sustentável - <i>Henrique Rattner</i> .....	56
---	----

## *entrevista*

Luiza Erundina .....	67
----------------------	----

## *política*

A Crise da Contemporaneidade e o Novo Fazer Político <i>Grupo de trabalho de política Sindical da ADUFC-S.Sind.</i> .....	72
--	----

## *internacional*

O Leste Europeu e a Cosntrução do Socialismo - <i>Francisco Miraglia</i> .....	91
--	----

## *colonização da América*

V Centenário da América: o que comemorar? - <i>Regina Célia Gonçalves</i> .....	96
---	----

## *a questão da terra*

Assentamentos: estado, trabalhadores e meio ambiente - <i>Maria da Conceição D'Incão</i> .	101
A Aventura de Pesquisar Assentamentos de Trabalhadores Rurais <i>Vera Lúcia Botta Ferrante</i> .....	105

## *pesquisa em saúde*

Os Ensaio de Vacinas Anti-HIV no Brasil - <i>Jorge Adrián Beloqui</i> .....	113
---	-----

## *resenha*

A Questão Político-Sindical na Universidade Brasileira - <i>Valdemar Sguissard</i> .....	119
Comênio ou da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos Totalmente <i>Antonio Joaquim Severiano</i> .....	121



# Editorial

*O sistema capitalista vive um momento de redefinição. No interior das unidades de trabalho, o capital procura atrair os trabalhadores para uma aceitação e uma integração disciplinada, ao mesmo tempo em que reinventa novas maneiras de controle e subordinação. Externamente, são os mercados e as relações internacionais que adquirem uma dimensão nova, mais universal, sem que por isto se enfraqueçam os interesses nacionais de caráter hegemônico.*

*Esta pode ser considerada a formulação geral. Entretanto, o desafio dessa redefinição é vivido diferentemente segundo a inserção de cada país no sistema capitalista mundial.*

*No Brasil, a questão do desenvolvimento encontra-se ainda submetida a um bloco de poder tradicionalista, que convive com uma arquitetura do Estado que enseja políticas excludentes e lesivas aos interesses da maioria da nação. Exemplo disso foi a crise em que se viu envolvido o governo Collor, pois por um lado evidenciou o ônus social contido na implantação do projeto neoliberal e, por outro, não fez mais do que mostrar o grande espaço que as instituições do Estado ainda oferecem às práticas oligárquicas.*

*As modificações do sistema capitalista, que cada país vive de acordo com sua especificidade histórica, exigem um diagnóstico do movimento democrático e popular, para a renovação tanto da organização quanto dos conteúdos políticos programáticos.*

*Alguns elementos da nossa realidade podem ser tomados como indicadores de que o movimento popular está em busca desse novo “que fazer político”.*

*No movimento sindical, uma vertente programática trabalha no sentido de romper com o “laborismo” stricto sensu que praticamente dominou o movimento sindical desde que o taylorismo se tomou o paradigma dominante da organização do trabalho industrial. Esta corrente ressalta a necessidade de ampliar o horizonte da intervenção sindical para além da tríade melhores salários, seguridade social e condições de trabalho. O que se procura é fazer com que a organização sindical, sem confundir-se com partido político, amplie seu raio de ação, abrangendo as questões estratégicas da sociedade e do Estado.*

*A nível das unidades de trabalho, desde aproximadamente o final da década de 70 as comissões de fábrica e outras formas de organização vêm recolocando real ou potencialmente um tema que parecia ter sido arquivado pela história: a questão do controle ou da participação dos trabalhadores na gestão da produção.*

*Quanto à participação dos trabalhadores na gestão das instituições, o movimento docente universitário tem muito a dizer. Há mais de uma década pelo menos vimos lutando por eleições diretas para os vários níveis de direção das instituições de ensino superior, pela democratização da estrutura de poder e pelo fortalecimento dos órgãos colegiados.*

*No plano das formas de organização sindical, as instituições de ensino superior, acompanhando o movimento geral, vêm contribuindo para a renovação das formas de organização sindical. Um dos eixos básicos desse processo de renovação está ligado à negação do modelo sindical que prevaleceu no país desde os anos 30 até a Carta de 88.*

*A autonomia dos sindicatos em relação ao Estado e aos partidos, a ênfase na organização e representação das bases com a afirmação de uma perspectiva classista, a busca de formas de descentralização do poder são alguns dos elementos definidores dessa nova prática sindical.*

*Estes são alguns dos temas tratados por **Universidade e Sociedade** neste número. O conjunto de reflexões oferecidas ao leitor é diversificado. Contudo, se quiséssemos encontrar o denominador comum entre eles, certamente depararíamos com uma tese cara ao movimento democrático e popular. a “desalienação” das relações sociais, a preocupação com a participação plena do homem na construção de sua própria história. Vale dizer, o tema da construção da democracia em todos os níveis da sociedade.*

Lucia Helena Lodi  
Editora

# Trabalhando a Luta cosntruindo (a) história (II)

*Oswaldo de Oliveira Maciel*

*Uma visão pessoal, quase apaixonada, das raízes políticas e dos primeiros tempos do Movimento Docente (MD), desde a eleição da primeira diretoria até o final de seu mandato.*

**A** ANDES surgiu porque era uma necessidade objetiva orgânica, sentida pelos professores universitários. Acelerar o futuro: eis sua palavra de ordem.

“ANDES. Construindo a liberdade”, in Boletim da ADUNICAMP, março de 1981.

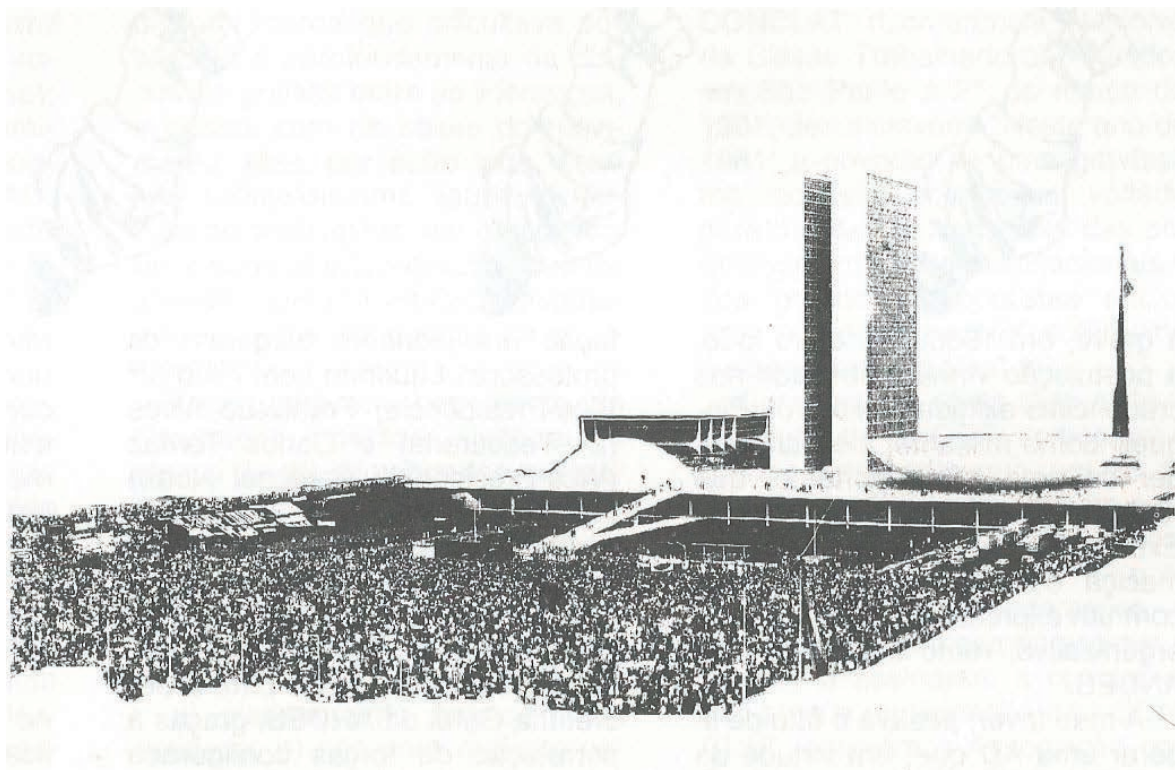
A síntese acima reflete bem o animo político dos fundadores da ANDES. Paratodos estavabem claro, como dizia o boletim supracitado (1), que “lutar pela democracia na sociedade e na Universidade significa lutar em conjunto com os segmentos democráticos da Nação, participando ativamente no combate a toda e qualquer forma autoritária. Protagonizar todas as lutas acima referidas e ser o interlocutor máximo em defesa da Educação e da Universidade são as tarefas que se colocam para a ANDES”. Também estava claro, para a maioria dos que lideravam o movimento, que a

ANDES se constituiria no “melhor canal não só em nível da luta democrática, mas de luta sindical”, segundo expressava José Benedito Schneider, primeiro-secretário da ADUNICAMP (Associação dos Docentes da Universidade de Campinas) nas gestões 79/81 e 81/83. Essa era, também, a visão expressa por Jorge Lorenzetti, em artigo no qual se refere a uma “entidade nacional dos professores universitários que será criada pelo I congresso nacional de professores universitários (CNDU)”(2). Na conclusão, o artigo afirmava: “A característica principal da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior é o seu surgimento a partir das lutas e organização de base dos professores. Por isso ela é livre e independente, subordinada apenas aos interesses dos professores universitários e sua luta pela transformação da educação,

representando um novo caminho para o sindicalismo brasileiro e sua emancipação política”. O artigo constituiu a primeira veiculação pública do nome ANDES e se baseava na “contribuição ao manifesto” de criação da entidade, formulada pela APUFSC (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina) (3), da qual Lorenzetti era vice-presidente.

As posições políticas essenciais dessas manifestações colocam o movimento docente como participante ativo da resistência contra o regime militar, aliado ao conjunto de forças que compunham a grande frente das oposições que exigia a democracia política, paralelamente à luta por reivindicações econômicas e demandas sociais. Elas apontavam claramente os objetivos a conquistar; “a democracia na sociedade e na universidade”, “a transformação na





educação” e a construção de um “novo caminho para o sindicalismo brasileiro”.

Mas se é verdade que, na época, havia grande dose de consenso acerca das bandeiras democráticas gerais e daquelas referentes à defesa da universidade e do ensino público e gratuito, o mesmo não ocorria quanto às concepções acerca do caráter sindical da entidade a ser criada. Ao contrário, havia mesmo uma acentuada divergência entre os defensores de uma estrutura federativa - tipo entidade de entidades - e os que a ela se opunham, propondo uma Associação Nacional que rompesse com as características do sindicalismo oficial, fortemente identificado com as práticas fisiológicas e clientelistas do peleguismo sindical.

Essas duas correntes divergiam, também, quanto à direção a ser eleita para conduzir a ANDES: a primeira,

identificada com a concepção de entidade federativa, propunha a eleição provisória de um colegiado de direção, o que, em certo sentido, repetiria a Coordenação Nacional já existente. A outra, que acabou prevalecendo, defendia a eleição de uma diretoria.

O debate político destas questões acabou sofrendo forte influência do clima gerado pela primeira greve nacional das IES Federais autárquicas (nov-dez 1980). Estabeleceu-se um confronto, até certo ponto artificial, entre os que tinham se empenhado na greve em 1980, caracterizados como “combativos”, e aqueles que quiseram transferi-la para 1981, taxados de “vacilantes” ou “não combativos”. Este tipo de classificação, tipicamente circunstancial, embasada numa análise política insuficiente, acabou influenciando os resultados da eleição da primeira diretoria da

ANDES.

A análise da greve de 1980, que deveria ter sido feita seja no seu encerramento, seja durante o III Encontro Nacional das ADs (III ENAD), que precedeu o CNDU, foi evitada pelas lideranças. A meu ver, salvo melhor juízo, pretendia-se evitar com isso reabrir as polêmicas próprias e inevitáveis de uma greve, na suposição de que isso facilitaria a unidade política necessária para a construção da nossa entidade nacional.

Neste contexto, deu-se a disputa à presidência da ANDES. A mim coube representar uma das posições, cabendo ao prof. Luis Pinguelli Rosa representar a outra. Contra a postulação dos seus apoiadores pesou o fato de a ADUFRJ ter sido uma das ADs que defenderam a greve em 1981 e ter aderido mais tardiamente à greve, em 1980. Por outro lado, a postulação vinha embasada nas



credenciais exibidas pelo prof. Pinguelli como militante, cientista e líder de uma AD importante, que realizara, em julho/80, um ENAD Extraordinário, com participação maciça das ADs e, sobretudo, com um expressivo saldo político e organizativo, rumo à fundação da ANDES.

A meu favor, pesava o fato de liderar uma AD que, em virtude de sua contribuição política, de sua organização e de sua estrutura material, tinha presença marcante a nível nacional. Fora, inclusive, escolhida para ser a Secretaria Executiva da CNAD cabendo-me, por isso, o cargo de secretário nacional da Coordenação e a tarefa de ocupar espaços no trabalho político e nos meios de comunicação social.

Outro ponto a meu favor era o fato de eu contar com articuladores experientes no meu grupo de apoiadores. Quero, neste ponto, fazer um registro histórico saudosos, lembrando um desses articuladores, companheiro Sérgio José da Fonseca Pires, tão precocemente falecido, na época presidente da APUSM (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Maria). Foi ele, inclusive, um dos que defenderam minha candidatura no plenário do CNDU minutos antes da votação decisiva. Lembro que sua defesa foi muito tranqüila, mas também muito firme e politicamente incisiva, na reafirmação de nossas concepções e nossas propostas.

A votação dos delegados me elegeu por 135 votos contra 97 atribuídos ao prof. Luiz Pinguelli. Outras disputas, decididas por votação em plenária, elegeram os professores Laurindo Leal Filho (2ª

Vice-Presidência) Francisco Alves (2ª Tesouraria) e Carlos Tomaz (Vice-Presidência Regional Norte) (4).

Acerca desse episódio eleitoral, hoje histórico, é importante registrar, também, o gesto de sabedoria política do prof. Newton Lima Neto, que, podendo ser eleito para a Secretaria Geral da ANDES, graças à correlação de forças configurada em plenária, abriu mão desse cargo em favor do prof. Pinguelli, sendo ele mesmo eleito para a 1ª Secretaria. Isso evitou uma divisão desnecessária das forças do MD, que poderia, talvez, gerar oposição a uma diretoria que precisava nascer forte e representativa para travar os combates que se desenhavam no horizonte político-sindical de 1981/1982.

Assim, a eleição da diretoria da ANDES resultou de uma composição definida por votação em plenária, num exercício democrático feito de disputa e também de transigência política. Isso assegurou que tivéssemos, na direção nacional, os melhores quadros, representando todos os setores do MD. A relação das entidades fundadoras da ANDES (anexo 1) registra a participação de 21 ADs de IES Federais Autárquicas (FA), 17 ADs de IES particulares (P), 13 ADs de IES Federais Fundações (FF), 5 ADs de IES Estaduais (E), 03 ADs de IES Regionais (R) e 1 AD de Pesquisadores e Tecnólogos (P).

Começava, assim, para o MD uma nova fase da sua construção, num processo de aprendizado contínuo para todos os seus militantes, em especial os dirigentes locais, regionais e nacionais. Para muitos, o MD foi uma espécie de berço no qual nasceram muitas consciências

políticas; para outros, com militância anterior em movimentos sociais, o MD constituiu uma verdadeira escola política, onde o aprendizado se fez na prática diuturna da luta, formando e dando consistência aos combatentes.

Para a diretoria provisória, eleita no CNDU (anexo 2), a responsabilidade pesou e exigiu muito, desde o início de seu trabalho, numa conjuntura que apresentava dificuldades tanto interna quanto externamente.

Em nível do próprio movimento, o CNDU não chegara a traçar um plano de lutas detalhado para orientar a ação da diretoria. Isto decorreu, em parte, do caráter eleitoral do Congresso, marcado pelas articulações e disputas políticas que movimentaram os bastidores e as plenárias extra Congresso, algumas varando noites e madrugadas.

A despeito desse limite, o CNDU tomou uma série de importantes decisões acerca do caráter e da estrutura da ANDES, atribuindo à diretoria a responsabilidade de cumprí-las. Assim, o CNDU marcou o 1º Congresso Nacional da ANDES para um ano depois, determinou que o Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD) reunir-se-ia, ordinariamente, a cada seis meses e fixou a duração do mandato da diretoria provisória para dois meses após a realização do 1º Congresso da ANDES. A diretoria foi incumbida, prioritariamente de:

A - preparar, divulgar e encaminhar para discussão pelas bases, o anteprojeto de Estatuto; B - preparar o 2º Congresso Nacional de Docentes Universitários (posteriormente o 1º Congresso Nacional da ANDES); C - preparar

as eleições (para eleger, por votação direta, a próxima diretoria); D - dirigir o movimento e encaminhar as lutas definidas no Congresso; E - convocar o CONAD; F - criar comissões; G realizar reuniões regionais; H elaborar estatuto provisório para

registrara entidade como sociedade civil.

O Congresso também definiu, como lutas gerais: 1) a participação na campanha nacional pela democratização do país, lutando pela revogação da lei de segurança nacional, por liberdade e autonomia sindical, direito de greve, unificação do movimento dos professores e sua integração na luta de todos os trabalhadores, desmantelamento do aparelho repressivo, eleições diretas em todos os níveis e revogação do Estatuto dos Estrangeiros; 2) campanha nacional pela defesa e ampliação do ensino público e gratuito e destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação.

Duas propostas - um aditivo que propunha a contribuição para a criação de uma Central única dos Trabalhadores e um item que propunha a luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana (ANC) - foram rejeitadas por ampla maioria.

Aprovou-se a realização de debates sobre a convocação de uma ANC, com vistas a um posicionamento em futuro Congresso Nacional dos Docentes.

Quanto às lutas específicas, a discussão foi interrompida para que se procedesse à eleição da diretoria. Por isso, poucas foram aprovadas. Sobre as finanças da entidade, o Congresso não deliberou, atribuindo à diretoria a fixação da contribuição dos associados até o Congresso seguinte.

Foi uma grande lacuna, que limitou seriamente uma estruturação mais rápida da entidade.

Por um lado, a disputa pela presidência criara um evidente clima de tensão entre alguns integrantes da diretoria. Vivia-se um clima de disputa interna que dificultava sobretudo o aprofundamento

da discussão política entre as lideranças, e destas com as bases do movimento. Mas, por outro lado, esse fato estimulou uma saudável disputa de realizações, em que diretores e suas ADs buscavam “mostrar serviço”, tomar iniciativas, disputar a liderança e dar direção ao movimento.

Logo após o encerramento do Congresso, a diretoria eleita reuniu alguns de seus integrantes, e realizou sua primeira reunião a 14 e 15 de março de 1981, no Rio de Janeiro, sendo a ADUSU a AD anfitriã. Suas primeiras deliberações e encaminhamentos tinham como objetivos:

a) planejamento financeiro da entidade; b) luta pelo reajuste semestral; c) situação da carreira docente, luta pela estabilidade e contra as demissões nas IES particulares; d) enquadramento dos docentes nas IES Federais; e) formação de comissões unificadas: ADs/Entidades do funcionalismo, em nível regional.

Nesse momento, às tarefas iniciais, decorrentes das deliberações do CNDU, somavam-se aquelas derivadas da conjuntura política e das lutas do MD. Levando em conta essas necessidades, a diretoria decidiu antecipar a reunião do 1º CONAD, que foi realizada nos dias 17, 18 e 19 de abril de 1981 na APROPUC/SP, sob a coordenação da Regional São Paulo.

O ano de fundação da Andes encontrava o país mergulhado em grave crise econômica, em meio a um acirramento das contradições políticas e sociais dela decorrentes. O governo do general Figueiredo enfrentava dificuldades crescentes com os porões do regime, inconformados com a “abertura” em andamento. A economia dava claros sinais de descontrole, acelerando-se a deteriorização que iria resultar na falência do “setembro negro”, em 1982, quando o país capitulou diante das fórmulas ortodoxas do FMI.

Por isso, os trabalhadores que preparavam a realização da I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), reunidos em São Paulo a 21 de março de

1981, denunciavam: “Neste ano de 1981, a pressão de uma gravíssima recessão econômica, voltada para manter os interesses das poderosas empresas multinacionais e dos grupos monopolistas nacionais, provoca crescente sofrimento à classe trabalhadora” (5).

Como se vê, trinta dias após a fundação da ANDES, começava o grande movimento que, em 28 de agosto de 1983, culminaria na criação da Central única dos Trabalhadores (CUT). Entre as 183 entidades (sindicatos, federações e associações) que compareceram à reunião e assinaram a conclamação para a participação na I CONCLAT, estavam a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás e a Associação dos Professores Universitários de Maringá. A participação dos docentes de duas IES particulares era coerente com sua condição de trabalhadores que enfrentavam, cotidianamente, a sede de lucros e o autoritarismo empresarial na educação, sem poder contar com o apoio da maioria das direções dos Sindicatos de Professores (SINPROs), atrelados aos interesses patronais através de uma política de “coexistência pacífica”, via concessão de irrisórios abonos, não incorporados aos salários, a título de “aumentos espontâneos” e, eventualmente, à custa de demissão de lideranças (6).

A vigorosa presença de ADs de IES particulares como entidades fundadoras da ANDES mostra que, em 1981, o setor tinha elevado grau de organização e de compromisso político com os princípios que embasaram a construção da nossa entidade nacional, expresso na presença de dois de seus representantes na diretoria provisória da ANDES.

Uma das entidades do setor particular que tinha forte presença política no MD era a APROPUC/SP, AD anfitriã do I CONAD, o qual reuniu quarenta Ads e avançou substancialmente na discussão política: reafirmou-se a nossa

inserção na luta dos trabalhadores e dos setores organizados da sociedade civil pela democratização do país; atacou-se a questão fundamental da política educacional do governo, reconhecendo-se que a ela estavam ligadas as reivindicações específicas dos docentes, “que mobilizam os professores, acumulam forças e têm sua autonomia própria que vem das bases”, conforme relatou o boletim da ANDES nº 2, de maio/1981. A publicação contém numerosas matérias e notícias que dão um panorama completo da conjuntura do movimento docente e suas lutas prioritárias, entre as quais se destacavam a estabilidade, a carreira docente, o reajuste semestral de salários, a democratização e autonomia das IES particulares; enquadramento, carga horária, reajuste semestral, democratização das IES Federais Autárquicas (FA); exclusão da Lei 6733 e campanha salarial unificada nas IES Federais Fundações (FF).

Outros registros importantes do boletim eram:

a) transcrição de trechos do documento do secretário, Tarcisio Guido Delia Santa, colocando a política do MEC para o ensino superior, b) nota da ANDES combatendo a proposta de transformar as FA em FF e informando a constituição de um grupo de trabalho para estudar e propor subsídios para um “amplo e democrático debate no qual a população brasileira definiria os rumos da educação superior no país”; c) relato da audiência com o ministro Rubem Ludwig, caracterizada como “longa (1 hora e 30 minutos), mas pouco produtiva”; d) a greve da PUC-RJ e a luta da AD contra as demissões de docentes; e) o nascimento da ADUFERPE- Associação dos Docentes da Universidade Rural de Pernambuco - e a vitória da chapa MOVIMENTO DOS PROFESSORES, liderada pelo professor Carlos Alberto Antunes dos Santos, contra a chapa liderada por Ivo Arzua, que havia sido ministro da Agricultura da ditadura militar; f) a crítica situação financeira da ANDES; a convocação

do Encontro Nacional dos Docentes que trabalham nos Hospitais Universitários; h) recomendação para que as ADs discutissem a proposta de convocação de uma ANC.

Finalmente, a primeira página do boletim refletia bem o clima de contradições de 1981: lado a lado, duas notícias bastante significativas. Uma simbolizava a tentativa de democratização - a eleição direta para reitor na Universidade de Goiás, estimulada pela AD - e a outra a tentativa de barrar a democracia - o atentado terrorista do Riocentro, praticado pelos setores mais fascistas da ditadura militar contra os indefesos participantes de um espetáculo em comemoração ao Dia do Trabalho.

Na nota oficial, a ANDES e as ADs da Regional Rio exigiam que a responsabilidade fosse apurada até as últimas conseqüências e os culpados punidos, afirmando no seu final: “Tudo já está bastante claro e óbvio. A omissão do governo quanto a este fato só poderá ser tomada como atitude de conivência”.

A opção do governo pelo acobertamento dos terroristas fardados, sob a forma de um Inquérito Policial Militar (IPM) fraudulento, levou à saída do general Golbery do Gabinete Civil da Presidência e expôs o governo ao ridículo frente à opinião pública. A ANDES foi uma das entidades que protestaram contra o resultado do IPM, em nota publicada no Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo. A nota foi transformada em moção aprovada no II CONAD, segundo a qual “o resultado contraria todas as evidências amplamente divulgadas pela imprensa, não resistindo a qualquer confrontação dos fatos”.

O II CONAD realizou-se em Salvador nos dias 6 e 7 de julho de 1981. Sua organização esteve a cargo do 2º secretário da ANDES, Flávio Valente, com apoio da APUB. Sua convocação levava em conta a realização, em Salvador (8 a 15/ julho/81) da 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na qual a ANDES participou da mesa que discutiu o tema “A universidade e

os institutos de pesquisa”, criticando as precárias condições de trabalho, os baixos salários, o autoritarismo e a falta de autonomia, entre outros problemas que afetavam as IES. Terminou-se propondo que as reivindicações comuns só poderiam ser conquistadas “através de um processo geral de participação e militância que conduza os docentes e os pesquisadores a influir na formulação da política educacional, científica e cultural reclamadas pela realidade social do país”.

A Assembléia Geral da SBPC aprovou a proposta de moção da ANDES repudiando a política do MEC e a transformação da FA em FF.

O Boletim nº 4 da ANDES (agosto/81) relata os principais temas abordados pelo II CONAD, entre os quais: a precariedade da situação financeira face ao atraso no envio das contribuições das ADs; o fortalecimento do Grupo de Trabalho de Política Educacional; o recuo do MEC na implantação do projeto de transformar as FA em FF; o não enquadramento dos colaboradores; a definição de uma semana nacional de mobilização (21 a 25/09/81) dentro da campanha em defesa da educação; proposta de “paralisação das aulas em todos os Estados no dia 23”, a ser levada às assembleias das ADs, para deliberação e comunicado à diretoria da ANDES, com vistas a uma deliberação “unificada em nível nacional”. Avançava-se, assim, no aprendizado do exercício da direção política do MD. Superava-se gradativamente a falta de experiência, e as dificuldades enfrentadas nas várias frentes de luta estimulavam o senso de responsabilidade coletiva e um certo grau de unidade política a diretoria, que iam aumentando a eficiência da sua ação política. Um dos trabalhos que progredia a olhos vistos era a formulação de proposta para a carreira docente nas IES particulares, par e passo com a luta contra as demissões e outras arbitrariedades dos patrões, incluindo o cerceamento e a repressão a organização e funcionamento das ADs nessas

instituições. Trabalhava-se ativamente também na elaboração de um projeto de carreira para as FF, sob a liderança da 1ª Secretária da ANDES.

O II CONAD marcou também a retomada da articulação da luta das ADs Estaduais, que se ressentia ainda da ausência da ADUSP, cuja diretoria optara pela realização de uma consulta aos associados como condição para se integrar à ANDES.

A plenária do II CONAD deliberou ainda sobre dois assuntos relevantes: 1) a realização de um encontro de docentes da área da saúde em Belo Horizonte, tendo o prof. Carlos Dalton Machado como um de seus organizadores principais; 2) a decisão unânime de participar da I CONCLAT, elegendo sete delegados encarregados de levar as posições dos docentes sobre educação, salários, estabilidade no emprego dos professores e dos dirigentes de ADs, reformulação da CLT e unificação das lutas mais amplas dos trabalhadores, com base nos princípios aprovados no Congresso de Campinas.

A I CONCLAT, realizada de 21 a 23 de agosto de 1981, e que reuniu 5247 delegados, representando 1126 associações profissionais de todo o país, constituiu, de acordo com seu relatório final, "o maior encontro sindical já realizado na história do Brasil". A plenária final aprovou, além das resoluções políticas, a criação de uma Comissão Nacional pró-CUT, composta por 47 membros. A ela foi atribuída, entre outras, a tarefa de organizar "um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora para agosto de 92, onde será criada a Central única dos Trabalhadores".

A I CONCLAT viria a constituir um marco histórico na luta pela

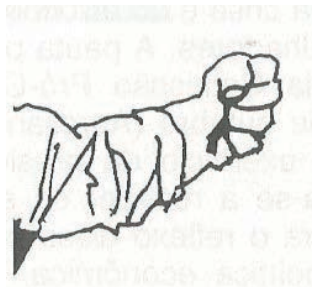
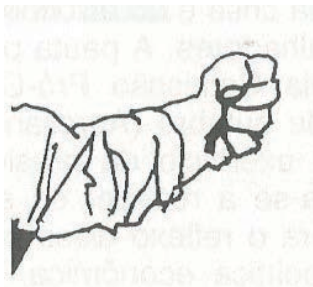
restauração do sindicalismo brasileiro: começava a formar-se o volumoso caudal cujo ímpeto e força crescente iriam romper os limites do peleguismo e da conciliação de classes, da legislação fascista do regime policial-militar e do poder econômico dos patrões. Passo decisivo foi a clara definição do sindicalismo que se pretendia construir: "livre e autônomo, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos e credos religiosos", sendo o sindicato "uma entidade eminentemente política, cabendo-lhe desenvolver a luta pela emancipação política, social e econômica, bem como a solidariedade dos trabalhadores. Os sindicatos não podem dissociar a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores da luta geral do povo brasileiro pela democracia e pelo progresso social". E, avançando a concepção estratégica dos instrumentos a construir, apontava: "Nós, os trabalhadores, devemos nos organizar numa Central única dos Trabalhadores, a partir das bases das nossas entidades sindicais, com amplitude bastante para representar, sem exceção, todos os trabalhadores, da cidade e do campo" (7).

A participação na 33ª Reunião Anual da SBPC, em julho, e na I CONCLAT, em agosto, prenunciava o que seria o segundo semestre de 1981 para o MD. Logo após a reunião da diretoria, em Aracajú, nos dias 12 e 13 de setembro, um ritmo de mobilização crescente multiplicou as frentes de atuação e aumentou nossa representatividade social e política na luta contra os projetos do MEC e contra as políticas recessivas e de arrocho salarial que afetavam o conjunto dos trabalhadores. Atuando nesse

sentido, a Presidência e a Secretaria Geral da ANDES levaram as posições do MD à CPI da Câmara dos Deputados que investigava a situação do ensino pago no país. Por outro lado, articulouse no Senado Federal o apoio ao projeto que excluía as FF da Lei 6.733 (que atribuía ao presidente da República a livre nomeação do reitor), de autoria do senador Humberto Lucena. Como parte da semana de mobilização, marcou-se para 24 de setembro um debate sobre política educacional com parlamentares em Brasília.

Para enfrentar o arrocho salarial, pretendia-se fortalecer a articulação com os funcionários públicos, iniciada na 1ª CONCLAT, para lutar pelo reajuste semestral. Com efeito, fora no espaço político da CONCLAT que 36 entidades de servidores públicos de todo o país haviam se reunido pela primeira vez. Além da aprovação das reivindicações unitárias (reajuste semestral, direito à sindicalização, Estatuto dos Servidores Públicos Federais, paridade para aposentados e pensionistas), fixou-se um cronograma de mobilização nacional, com assembleias gerais em todos os Estados, e constituiu-se uma articulação nacional dos servidores públicos. Para coordenar essa articulação foram designados a ANDES, a CPB (Confederação dos Professores do Brasil, então liderada por Hermes Zanetti), a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e a UNATE (União Nacional dos Trabalhadores em Educação). Dentro desse cronograma, foi marcada uma concentração em Brasília, a 27 de outubro, véspera do Dia do Servidor Público.

A diretoria aprovou também a



participação do MD no Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores - 12 de outubro -, marcada pela I CONCLAT. Em virtude disso, pela primeira vez, em vários Estados, as ADs participavam ativamente da mobilização unificada da classe trabalhadora.

Em nível interno, aumentava o grau de insatisfação dos docentes das FA, conforme comprovam a paralisação de mais de 25.000 professores de trinta IES no dia 23 de setembro. Essa clara disposição para a luta determinou o aumento da pressão sobre o MEC, levando seu titular a considerá-la um “rompimento do diálogo por parte dos docentes”. A despeito disso, a ANDES protocolava ofício solicitando audiência para o Dia do Professor - 15 de outubro - para “conhecer as respostas do governo às nossas reivindicações” (reajuste semestral a partir de setembro, reposição salarial de 45%, retroativa a março, e enquadramento dos docentes discriminados na implantação do quadro de carreira do MEC).

Prevendo-se que somente a pressão sobre o MEC poderia levar o governo a atender às reivindicações da categoria, marcou-se uma rodada de assembléias gerais entre 19 e 21 de outubro e antecipou-se o III CONAD para 23 a 25 do mesmo mês, em Brasília, contando com o apoio e a compreensão dos companheiros da APRUMA, que já estavam preparando o CONAD. Configurava-se a conjuntura que levaria à deflagração de nova greve das FA em novembro de 1981.

Vivia-se, então, o recrudesimento da crise e do arrocho contra os trabalhadores. A pauta protocolada pela Comissão Pró-CUT no dia 12 de outubro (Aureliano Chaves, no exercício da presidência, recusara-se a receber os sindicalistas) era o reflexo disso: mudança na política econômica, com o fim da recessão e do desemprego, contra a redução dos benefícios da Previdência Social e pela extensão desses benefícios aos trabalhadores rurais, congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, liberdades

democráticas e convocação de uma ANC.

No caso específico dos docentes, estudos provavam que a política de achatamento salarial reduzira os salários em 45% desde 1970, o que fundamentava um dos itens da pauta apresentada ao MEC.

No dia 15 de outubro de 1981, fui forçado a fazer um solitário plantão no gabinete do general Ludwig, à espera de uma audiência que, já se sabia, não seria concedida. Era um ato de protesto político, para que os professores e a sociedade soubessem que o governo não tinha respostas, nem intenção de vir a tê-las. A audiência só aconteceu a 29 de outubro, sem qualquer resposta concreta do governo, segundo avaliação do II CONAD, que encara a atitude como um “desafio ao movimento”. Decide-se, no entanto, aguardar resposta até o dia 6 de novembro, prazo solicitado pelo MEC para negociar, com a área econômica, o atendimento das reivindicações classificadas como “emergenciais” pelos docentes.

Começavam a se acelerar os fatos que levariam à deflagração da greve dos docentes das FA. Da parte do governo, houve a tentativa inicial de desmobilizar a categoria, com dois despachos exarados pelo presidente da República, Aureliano Chaves, em audiência com o general Ludwig a 3 de novembro de 1981. (Como se recorda o general Figueiredo sofrera um infarto do miocárdio em setembro. Movimento, então um semanário vibrante no combate à ditadura, resumia assim no seu nº 325, de 21 a 27 de setembro de 1981, o momento vivido pelo governo: “A nau do regime militar, que já dava sinais de cansaço no mar tempestuoso em que o país vai se transformando, perdeu seu grande timoneiro - Golbery -, tem um imediato avariado - o general Valter Pires com uma ponte de safena no coração - e agora perde, pelo menos momentaneamente, o seu capitão, o general Figueiredo, internado na seção de tratamento intensivo do Hospital do Servidor do Estado, no Rio de Janeiro, na tarde de sexta-feira, após um infarto do

miocárdio. A epidemia de infortúnios não poderia vir em pior hora: a crise econômica profunda está forçando o regime a um arrocho social - contenção de obras, desemprego, redução dos serviços e de benefícios sociais - e faz naufragar o projeto de abertura política do regime. Mais do que nunca, portanto, os militares precisariam estar com seus comandos em forma para encontrar uma nova saída para a embrulhada em que enfiaram o país e a si próprios”).

Diante de uma pauta de reivindicações clara e objetiva (reposição salarial de 45% a partir de março de 1981; reajuste semestral em setembro/81, totalizando, com a reposição de 45%, 105% a partir de setembro; enquadramento imediato e equânime dos docentes admitidos após 31/12/79, discriminados pelo Decreto nº 1.820, bem como a eliminação de outras distorções de carreiras; ampliação do percentual destinado à educação para 12%), o governo respondia com um decreto-lei que determinava o aproveitamento dos professores colaboradores (oitenta na classe inicial de assistente) e a determinação de um estudo conjunto MEC/DASP/SEPLAN, tendo em vista uma tabela de vencimentos a vigorar a partir de janeiro de 1982, que leve em conta a redução do desnível existente entre os salários dos professores autárquicos e dos professores de fundações” (estes últimos tinham direito ao reajuste semestral).

Essa decisão do governo nos foi comunicada pelo ministro da Educação em reunião realizada em seu gabinete, com a presença dos reitores das FA, convocados a Brasília para dar cobertura a uma manobra diversionista do MEC, que pretendia resolver “dificuldades de ordem estrutural e conjuntural do sistema universitário, responsáveis por desequilíbrios salariais e administrativos e comprometimento da qualidade do ensino”. Isso seria feito mediante apresentação de projeto ao Poder Legislativo, em 1982, depois de um cronograma mirabolante em que as universidades e as entidades



deveriam apresentar suas “aspirações sobre a organização interna desejada” até o dia 16 de novembro de 1981 e “avaliação da posição de condicionamentos iniciais do governo” em março de 1982. Era um ensaio inicial, em que o MEC tentava transformar os reitores e o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) em agentes de seus desígnios autoritários. Houve mesmo uma proposta, prontamente repelida pelo movimento, de fazer do presidente do CRUB, Diógenes da Cunha Lima (UFRN), representante dos docentes na comissão interministerial “inventada” pelo MEC. Sintomaticamente, após a reunião com o ministro o presidente do CRUB, declarou ao *Jornal do Brasil*, “não haver clima nem hipótese para deflagração de uma greve nacional de professores, pois a meu ver a reforma universitária proposta pelo ministro Ludwig é a solução ideal para todos os problemas da classe”.

A greve se torna inevitável, e é deflagrada de forma nacionalmente unificada a partir de 11 de novembro, o que representou um substancial avanço em relação à greve de 1980, que, iniciada em 6 de novembro, somente no dia 26, vinte dias depois, registraria a adesão da última base, no caso os docentes da UFPR, passando por cima de uma diretoria atrelada à reitoria e, portanto, contrária à luta dos docentes.

Em 1981, vinte dias foram suficientes para encerrar a greve, que surpreendeu o governo por sua capacidade de dar respostas ágeis e politicamente adequadas a cada situação criada por nossos adversários, especialmente o MEC e seus aliados. Foram, assim, sucessivamente superados: 1) as tentativas do MEC de confundir a opinião pública e jogá-la contra o movimento, rotulando seus dirigentes de “antidemocráticos”, “minorias radicais”, inventando uma “luta interna na direção da ANDES” ou ainda apelando para “a maioria silenciosa contra a greve” (a resposta foi a adesão de ampla maioria dos docentes filiados à ADUFC, cujo

estatuto exigia aprovação da greve em votação secreta); 2) os ataques de editoriais tendenciosos e notícias premeditadamente distorcidas na chamada “grande imprensa”; 3) a tentativa de repressão interna, via reitorias.

Por outro lado, o movimento vira crescer consideravelmente sua capacidade de articulação social e política desde a criação da ANDES e a ocupação de importantes espaços na luta democrática geral. Em vista disso, a greve foi colhendo apoio junto a importantes segmentos da sociedade civil organizada, entre os quais as sociedades científicas, as associações de servidores públicos e o movimento sindical. Registrou-se, inclusive, a visita de membros da Comissão Pró-CUT ao Comando Nacional de Greve (CNG) dos docentes no sindicato dos professores de Brasília, onde estávamos instalados. Também no Parlamento a ação do CNG era bem-sucedida: fora criada uma comissão interpartidária que se comprometera a pressionar o MEC a abrir negociações, conseqüência dos debates promovidos na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados por iniciativa do movimento.

Em vista de sua firmeza, da sua unidade interna e da legitimidade que conquista externamente, a greve provoca um recuo da burocracia tecnocrata e repressiva, elimina as tentativas de utilização das administrações universitárias (através do CRUB) para conseguir o retorno às aulas de diversas formas e prepara o caminho para o atendimento, ainda que parcial, de uma das reivindicações. “O sentimento da unidade e coerência do movimento, a agilidade do processo democrático e a força da organização diante do arbítrio se consolidam”, declara o documento final do CNG, que anunciava a deliberação de suspensão da greve nacional, “a partir da segunda feira, 30/11/81”. Essa deliberação fora tomada com base na avaliação política das Assembléias Gerais realizadas em 26 e 27 de novembro, nas quais quinze ADs votaram pela suspensão e nove decidiram pela

sua continuidade, e na presença do compromisso político de acatamento do voto da maioria aprovado por unanimidade em todas as Assembléias.

No balanço da greve, o CNG incluía entre suas conquistas o enquadramento dos docentes discriminados, a dilatação do prazo para a discussão da reestruturação universitária (fixada para junho de 82), uma reposição salarial “inferior à pleiteada, mas fruto da greve, materializando-se numa conjuntura econômica recessiva, em que o arrocho é a tônica de uma política salarial que discrimina os funcionários públicos, impondo-lhes reajustes inferiores à taxa inflacionária e excluindo-os do reajuste semestral”.

Revelando o grau de avanço do debate político no interior do movimento, o CNG assinalava, antes de propor encaminhamentos para o período pós-greve: “É importante lembrar que o resultado dessas avaliações, mesmo caracterizado por democráticas divergências que despontam na suspensão ou manutenção da greve, trazia no seu bojo dois aspectos fundamentais: a importância da manutenção da unidade nacional, fator básico para as conquistas atuais e futuras, e a democracia interna do movimento, construída durante seu processo de formação e consolidada, uma vez mais, na atual luta. Este exemplo de maturidade política fortalece a ANDES e as ADs como nossos únicos canais de representação”.

Entre os encaminhamentos propostos no CNG destacavam-se: a atribuição à diretoria da ANDES da tarefa de reafirmar as reivindicações não atendidas em ofício ao MEC, que deveria ser entregue ao ministro em audiência oficial; a necessidade de se discutir rapidamente as propostas do MD para a reestruturação da Universidade e de se construir uma articulação com o funcionalismo público.

Finalmente, afirmava-se a importância de que as ADs se preparassem para participar do 1º Congresso Nacional da ANDES.

Encerrada a greve, era hora de



preparar-se para os enfrentamentos já antevistos para 1982, pois claros indícios conjunturais apontavam para um recrudescimento do autoritarismo militar. Foi exatamente isso que denunciávamos em artigo publicado na Folha de São Paulo aproveitando o espaço que o jornal abria ao MD: “Um regime que terminou 1981 e começa 1982 impondo ao povo novos sacrifícios econômicos e novas afrontas políticas. Aí estão o “Pacote da Previdência”, baixado por decreto-lei, os casuísmos eleitorais viabilizados por decurso de prazo, o anúncio de um novo pacote eleitoral, as manobras de prorrogação dos mandatos parlamentares e a intimidação grosseira dos opositores”. Depois de denunciar as manobras do MEC visando implantar o ensino superior pago, diminuir as verbas para a educação e manter o controle burocrático sobre a universidade, o artigo fazia um chamamento para o Congresso da ANDES, caracterizando-o “uma oportunidade muito importante para que os docentes discutam suas propostas e suas reivindicações. Mas, sobretudo, para que aumentem a capacidade de organização e mobilização de suas entidades associativas. Para que aumentem a solidariedade, a coesão e a unidade que conduziram o movimento nacional dos docentes a significativas conquistas políticas, sociais e econômicas. Elas impediram, até agora, a imposição de “pacotes” antidemocráticos na Educação e se tornam, mais do que nunca, absolutamente necessárias diante das novas investidas contra o ensino público e gratuito” (8).

O Congresso foi realizado em Florianópolis de 1º a 5 de fevereiro de 1982, tendo a UFSC como universidade anfitriã e a APUFSC como AD responsável pela sua organização, juntamente com a Diretoria e a Regional Sul da ANDES.

A organização do Congresso, a cargo da comissão específica da AD, envolveu um intenso trabalho referente à compra de passagens, viabilização de alojamentos em casas de docentes ou locais de

custo acessível, esquema de transporte para os delegados (com a colaboração indispensável da UFSC). Foi possível, assim, organizar uma boa estrutura de apoio, a um custo compatível com o estado precário das finanças do MD. O Congresso contou com a participação de Daniel Retureau, secretário da FISE (Federação Internacional Sindical de Ensino) e recebeu telegramas com votos de sucesso de várias figuras de oposição ao regime militar: Ivan Martins Pinheiro e João Carlos A. Santos (Comissão Pró-CUT), J. Bernardo Cabral (OAB), Thales Ramalho, Ulisses Guimarães e Tancredo Neves.

O 1º Congresso Nacional da ANDES reuniu 270 delegados, que durante cinco dias tiveram a oportunidade de ratificar e consolidar, com base em experiências de luta, os princípios fundamentais sobre os quais os docentes estavam construindo sua prática associativa, sindical e política.

Foi possível, então, refletir coletivamente sobre os resultados obtidos pelo movimento no decorrer de 1981. O ponto de partida para discussão foi o documento “Pontos para uma Avaliação do Movimento” apresentado pela diretoria da ANDES, que constata: “No decorrer de seu primeiro ano, a ANDES teve que assumir, através de suas diferentes instâncias de decisão, algumas tarefas fundamentais. Entre estas a de coordenar e orientar a nível nacional as diferentes lutas que se colocavam para o movimento, garantindo, ao mesmo tempo, um mínimo de organização e infra-estrutura interna, ao lado da necessidade de favorecer o processo de expansão do movimento. Como seria de esperar, tais tarefas não foram cumpridas na sua plenitude. Vários fatores contribuíram para isso, entre eles a pouca experiência nacional do movimento, a indefinição do Congresso de Campinas em certos aspectos, em especial no que diz respeito à elaboração de um programa de lutas claro e objetivo, as limitações da própria diretoria e sérias dificuldades de

ordem financeira, devido a uma arrecadação irregular e bem aquém das necessidades que se impunham”.

Mesmo assim, um balanço realista deste ano mostra que a ANDES se consolidou nacionalmente, mesmo sem ter ocupado todos os espaços disponíveis.

O balanço apontava como fatos positivos principais: o reconhecimento da ANDES pela sociedade e pelo governo; a definição, pelo I CONAD, de um programa mínimo de lutas para orientar a condução do movimento pela diretoria; os recuos do MEC quanto à transformação das FA em FF e à intenção de implantar o ensino pago; as conquistas da greve das FA; a unificação interna das FF; a intensificação da luta contra a Lei 6.733 e a elaboração de um projeto unificado de carreira; a luta pela estabilidade e pelo estabelecimento de uma carreira docente nas universidades particulares.

Dentre os aspectos negativos, destacavam-se as falhas decorrentes da insuficiência de debate e de direção política, revelada em algumas situações específicas pelas bases e pela diretoria provisória. Entre elas: a incapacidade de assumir uma participação mais efetiva na I CONCLAT; a falta de explicitação de pontos específicos sobre autonomia e democratização da universidade; a subestimação do potencial da entidade; o cunho corporativista de algumas lutas e a falta do entendimento do caráter nitidamente político da sustentação financeira da entidade.

A partir desse estímulo, generaliza-se o debate político no meio dos delegados, entre os quais circulam vários documentos que avaliam e propõem rumos para o MD. Entre eles merecem destaque os que traziam assinaturas de numerosos delegados que se aglutinavam em torno de lideranças que, a seu tempo, viriam a ocupar a presidência da ANDES: Luiz Pinguelli Rosa (1982-1984), Maria José Feres Ribeiro (1984-1986), Newton Lima Neto (1986-1988),



Sadi Dal Rosso (1988-1990) e Carlos Eduardo Malhado Baldijão (1990-1992). Esboçavam-se concretamente as articulações que viriam a desempenhar um papel decisivo nas deliberações do Congresso e no encaminhamento do processo sucessório da ANDES. Foi um momento em que as bases cobraram uma “explicitação das divergências”, das lideranças, forçando-as a abrir um debate sobre posições políticas até então restritas aos quadros mais experientes da militância. Nesse sentido, o 1º Congresso foi um marco importante, um ponto de partida para a construção de referenciais políticos unificadores, a despeito das divergências concretas sobre questões como estrutura e organização sindicais, inserção na luta política dos trabalhadores e da sociedade, e algumas questões referentes à própria Universidade, por exemplo, a necessidade da

definição de um “modelo alternativo de universidade”.

A evolução do debate político nos grupos e nas plenárias oficiais do Congresso, bem como nas discussões de bastidores entre as lideranças e os delegados mais ativos das articulações que se esboçavam, acabou produzindo uma base consensual sobre a qual se assentaria, mais adiante, uma composição política que iria constituir uma chapa com vistas à renovação da diretoria da ANDES.

Ao contrário do que ocorrera no Congresso de Campinas, o 1º Congresso registra a multiplicação de discussões políticas que se prolongam madrugadas adentro, com amplo debate sobre concepções e formas de organizar e dirigir a ANDES

e o movimento nacional dos docentes. Isto ocorre sem que se esvaziem os trabalhos da pauta oficial do Congresso, o que obriga dirigentes e delegados a um ritmo intenso e desgastante mas que permite produzir uma apreciável soma de resultados. Entre estes, cabe destacar a aprovação do Estatuto da ANDES, a deliberação de realizar eleições diretas para a escolha da diretoria, a definição das pautas de lutas setoriais, a escolha de 1982 como o ano de defesa do ensino público e gratuito e a aprovação da carta de Florianópolis, que expressa a declaração política do 1º Congresso.

A carta é um vigoroso manifesto de denúncia contra o projeto governamental que pretendia implantar o ensino pago nas instituições públicas de ensino superior, numa época em que bilhões de cruzeiros eram

desviados para salvar da falência a multinacional do projeto Jari, para um programa nuclear condenado pela comunidade científica e para subsidiar o grande capital. Numa das passagens mais eloqüentes, dizia a carta: “A construção da Universidade brasileira é obra de muitas gerações. Grande número de intelectuais, de pesquisadores, de políticos, de grupos culturais e de diversos segmentos das diversas classes sociais tem participado deste processo. A Universidade está sendo construída pela totalidade de nossa sociedade e é obra da nossa própria história”. Mais adiante, assinalava: “Estamos conscientes de imperfeições crônicas e conjunturais da Universidade no exercício de suas responsabilidades. Muitas dessas deficiências foram multiplicadas pela própria política do governo, descomprometida com as necessidades da nação e comprometida com as exigências dos setores econômicos e sociais privilegiados. Na área de ensino superior, essa política se caracteriza pela insuficiência de verbas, baixa remuneração dos docentes, redução de incentivos ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa, culminando agora na tentativa de anular conquistas sociais na área do ensino superior. Essa liquidação se faz por vários caminhos. Um deles, acenado com mais vigor, é o da instituição do pagamento nas escolas públicas. Ora, educação não é bem privado e sim público. O desenvolvimento científico, a produção tecnológica e cultural e a formação social e política de uma nação não podem ser comparados com a produção de bens materiais numa sociedade de consumo. Sendo assim, a responsabilidade pela manutenção há de ser socializada e dividida por toda a sociedade, pois é ela que se torna a destinatária soberana da produção dos bens sociais. Instituir o ensino pago numa universidade pública ou em qualquer nível de ensino é inverter a própria função da escola pública, transformando-a numa simples empresa prestadora de serviços contra pagamento. Tal fato agride a consciência dos

brasileiros”.

E concluiu: “Por isso conclamamos o povo a se mobilizar junto com a comunidade universitária, na defesa de seu próprio patrimônio. Por isso a nação está convocada por nós, professores, a resistir às investidas que possam desestabilizar a Universidade e transformá-la em mais um centro reprodutor de privilégios. 1982: ano de defesa do ensino público e gratuito”.

A carta viria a constituir a base do manifesto da campanha nacional pelo ensino público e gratuito, aprovada pelo Congresso e cujas linhas gerais seriam traçadas pela diretoria da ANDES na reunião que realizou em São Paulo em 14 e 15 de março de 82. Nessa reunião, ficou decidido que o lançamento da campanha ocorreria em 13 de abril de 82 e que a coordenação ficaria a cargo dos diretores Marco Antonio Sperb Faria e Newton Lima Neto.

Outros encaminhamentos e deliberações do 1º Congresso levaram o MD a se empenhar em duas lutas importantes. A primeira delas foi a luta, contra o “Pacote da Previdência”, que, baixado por decreto-lei em 29 de dezembro de 81, aumentava as alíquotas de contribuição e instituiu descontos para aposentados e pensionistas. Nesse sentido, tentou-se articular em nível do Congresso Nacional a constituição de uma CPI para investigar o “rombo” do INPS e uma ação jurídica contra o “pacote”. A segunda, levada a efeito em conjunto com CPB e CSPB, foi a tentativa de articular uma pressão das massas pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 62/81 (de autoria do então senador Affonso Camargo), que instituiu o reajuste semestral de salários para os servidores públicos. A emenda, torpedeada em dezembro de 81 pela liderança do PDS, voltara a tramitar com prazo final até 29 de março de 82.

Na presidência da mesa diretora do Congresso estava o notório senador Jarbas Passarinho que manobrou a favor da não votação da emenda, que acabou arquivada.

Por isso a ANDES o acusava

de haver se transformado em “procurador do governo” em lugar de se conduzir como “presidente do Congresso Nacional”.

Além dessas ações, o MD vivia intensamente dois processos que evoluíam rapidamente e logo produziram resultados concretos. Um deles era a discussão, nas bases do movimento, através de grupos, comissões, assembleias, das propostas dos docentes para a “reestruturação da universidade”, pois em junho de 82 encerrava-se o prazo negociado com o governo para que o MD apresentasse sua posição. O outro era a generalização do debate político-eleitoral com vistas à sucessão da diretoria da ANDES. Este último ganhara uma dinâmica própria e um ritmo mais acelerado, pois o prazo para a inscrição de chapas se encerrava em 18 de abril, último dia do IV CONAD, marcado para Natal, de 16 a 18 de abril de 1982.

A partir do encerramento do 1º Congresso, duas articulações se delinearam e passaram a se organizar para intervir na sucessão. Ambas elaboraram e divulgaram documentos propondo o mais amplo debate sobre concepções acerca do movimento, sobre a atuação da ANDES e sobre a maneira de cumprir as resoluções do 1º Congresso. Ambas as articulações propunham, como corolário natural, procedimentos para a elaboração de um programa e uma chapa às eleições, marcadas para o período de 24 a 28 de maio de 82. Uma delas convidava os docentes para uma reunião no dia 3 de abril, na ADUSU, Rio de Janeiro, e solicitava que apoios e sugestões fossem enviados para Laurindo Leal Filho (APROPUC-SP), Luiz Pinguelli Rosa (ADUFRJ), Maria Assunta Zanzel (ADURGS), Roberto Martins (APUBH) ou Ubirajara Rebouças (APUB). A outra, autora de um documento intitulado “Unidade do movimento”: uma proposta para a direção da ANDES”, convidava para uma reunião a se realizar no dia 16 de abril, em Natal (véspera do CONAD). O convite era assinado pelos “delegados paulistas encarregados da elaboração do

documento, em reunião ao final do 1º Congresso”, aos quais as contribuições e apoios deveriam ser enviados (Yara Vicentini Fernandes, Valdemar Sguissardi, Oswaldo M. Serra Truzzi, Flávio Augusto Picchi, Ioshiaqui Shimbo, Newton Lima Neto, Marco Antonio Sperl de Faria, Antonio Romero Lopes, Renato Sergio Maluf, Zelinda Fávero Gervásio, Ari Vicente Fernandes e Lineu Carlos Maffezoli).

A formulação e a ampla divulgação dos documentos tornaram-se praticamente obrigatórias dada a impossibilidade de se chegar à indicação de nomes e/ou chapas completas para a sucessão no espaço político do 1º Congresso. E se é verdade que esse fato gerou frustrações e de certa forma prolongou a ambigüidade política do debate iniciado e não concluído no 1º Congresso, é verdade também que o processo aberto pelos documentos mostrou resultados positivos. Em primeiro lugar, porque ensejou um processo de discussão mais amplo e democrático, com mais tempo para seu desenvolvimento nas bases do MD; em segundo, porque permitiu às lideranças perceber que, sem escamotear as divergências reais existentes, seria possível construir uma posição unitária, fundamentada nas deliberações do 1º Congresso, nos princípios básicos do MD e numa mediação permanente das posições políticas não convergentes, feita no cotidiano das lutas e nas instâncias deliberativas do movimento. Assim, o IV CONAD propicia o espaço e o tempo políticos necessários à consolidação da visão unitária, que prevalece diante das responsabilidades de consolidar a ANDES, enfrentar o autoritarismo do governo e a investida privatizante do MEC. Isto está claramente expresso no manifesto que apresenta a chapa unitária, afinal formada, e conclama a categoria a votar: “Voto não é formalidade, voto é direito. Voto é luta”.

“A partir de um acirrado processo de debate entre as diversas correntes que hoje compõem o movimento nacional de docentes, chegou-se à proposta de uma

CHAPA UNITÁRIA para esta primeira diretoria. Este resultado não é a frustração da possibilidade de escolha, pelo professor, entre diferentes alternativas de direção ou o abandono de posições e divergências entre as diferentes concepções presentes no movimento. E a condição necessária para a consolidação e ampliação da entidade, num período que será marcado pela redefinição política da vida nacional, pela reorganização do conjunto dos trabalhadores e pela investida do MEC na implantação de uma reforma privatizante e destruidora da educação superior no país.

Esta chapa tem como compromisso básico de trabalho:

- O estrito respeito e o encaminhamento às deliberações dos Congressos Nacionais e das demais instâncias da Entidade;

- O apoio à luta e ao trabalho das Associações de Docentes, em nível local e o estímulo à organização de novas entidades;

- Dar continuidade ao amplo processo de debate e explicitação das diferentes concepções presentes no movimento docente;

- Participar ativamente da vida política nacional, integrando-se ao processo de reorganização dos trabalhadores, condição para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde a educação seja de fato um direito de todos e um dever do Estado”.

A eleição direta totalizou 11.961 votos na chapa, registrando-se o comparecimento de 12.998 eleitores de um universo de 26.552 associados aptos a votar. O editorial do Boletim nº 8 (junho/82) registrava: “Nossa entidade nacional está de parabéns. Com apenas quinze meses de vida, com dificuldades financeiras sérias, com a escalada da repressão à nossa organização nas escolas particulares e em algumas fundações, com as naturais dificuldades ditadas pela expressiva extensão territorial do país, e com um processo eleitoral que não possibilitou o voto de uma significativa parcela de associados, afastados de suas universidades para fazerem a pós-graduação,

treze mil docentes do ensino superior votaram ANDES”.

A posse da nova diretoria (anexo 3) ocorre durante o V CONAD, realizado na UFMG de 11 a 13 de junho de 1982.

É um momento de particular significação histórica na vida da ANDES. Não só porque toma posse uma diretoria eleita por votação direta, um desafio assumido pelo MD e um exemplo concreto de prática democrática, mas especialmente porque o V CONAD tem como ponto central de sua pauta, quase exclusivo, a aprovação das linhas gerais da proposta da ANDES e das ADs para a reestruturação da Universidade, culminando processo de discussões que envolvera o MD durante o primeiro semestre de 82. A redação final do documento ficara a cargo da comissão designada pelo CONAD (Aloizio Mercadante de Oliva, Eliezer Rizzo de Oliveira, Flávio Augusto Pichi, Luiz Pinguelli Rosa, Reinaldo Calixto de Campos e Wolfgang Leo Maar), tendo sido entregue ao MEC em 30 de junho de 82, resgatando, assim, um compromisso assumido pelo MD ao final da greve das FA, em 1981. Armava-se o movimento nacional dos docentes de um poderoso referencial com o qual enfrentar as propostas autoritárias e excludentes do MEC (secundado pelas posições dúbias do CRUB), certamente um dos frutos mas sazoados dos primeiros tempos da ANDES.

Chegávamos ao final de uma etapa, no mesmo instante em que se abria um tempo novo. Foi exatamente isso o que dissemos na cerimônia de posse da nova diretoria eleita. De minha parte, eu constatava “o saldo positivo de se haver consolidado uma entidade com características que a distinguem e fortalecem, fazendo do movimento nacional dos docentes uma realidade nova na cena política brasileira”.

Declarei ainda em meu discurso: “A nova fase que agora se inaugura tem uma base nova, ainda mais sólida e representativa, na forma dos 13.000 votos diretos atribuídos aos companheiros que se propuseram a assumir a direção deste movimento,

que é de todos nós”.

Isso representa uma inegável manifestação de confiança na continuidade da luta pela educação brasileira, pelo ensino público e gratuito, pela autonomia e pela democratização da Universidade, por uma política educacional voltada para as necessidades da população e por condições dignas de trabalho e remuneração para os docentes.

Isso representa também uma pesada tarefa para esses companheiros, os quais necessitam e merecem o apoio de todos os militantes do nosso movimento. São todos conhecidos e testados na luta, e se comprometeram publicamente com os princípios do movimento e com as resoluções do I Congresso da ANDES.

Estou certo de que a ANDES contribuirá ainda mais fortemente na luta pela democracia e pela justiça social, de que tanto carece a sociedade brasileira. Finalmente, considero-me gratificado por ter podido fazer, juntamente com os companheiros da diretoria provisória, a minha parte nessa luta tão justa e tão necessária.

Devo agradecer essa oportunidade, que me ensinou muito, que me fez crescer muito como profissional e como cidadão, aos companheiros que me elegeram e me apoiaram.”(9).

Por sua vez, salientava o novo presidente: “Acredito que a ANDES terá êxito no encaminhamento das lutas dos professores e vejo a diretoria atual como uma continuação da anterior naquilo que é essencial. Ela surge de uma composição de duas concepções que debateram democraticamente dentro do movimento.

De Florianópolis, no Congresso da ANDES, até Natal, durante o CONAD, essas tendências caminharam de uma salutar divergência, democraticamente válida, para uma composição em torno de uma unidade em face daquilo que nos une, que é a luta pela democratização da Universidade, por sua autonomia, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, pelo aumento das verbas para a educação. Enfim, por

aquilo que o governo falsamente defende, porém sempre combate.

O nosso inimigo comum está claro quem é, e portanto a unidade do movimento foi construída em torno da luta principal, em detrimento das divergências secundárias” (10).

No momento em que encerro este depoimento, estou consciente de que ele é pobre diante da nossa rica história.

Espero que o tempo propicie oportunidade para a manifestação de outros companheiros que viveram tão ou mais intensamente

os momentos privilegiados da criação da ANDES. Em especial daqueles qual integraram sua primeira diretoria e guardaram, também, suas lembranças. Lembrar as coisas do passado é, com frequência, um exercício comprometido com o futuro. Esse é o sentimento que me domina ao lembrar que hoje, dez anos depois de haver deixado a

presidência da ANDES, a conquista da democracia na sociedade e na Universidade e a transformação da educação

são objetivos plenamente atuais. “Acelerar o futuro” é uma palavra de ordem que está plenamente colocada para os militantes do MD, muito mais fortalecida quando nos damos conta de que hoje estamos mais armados para lutar por ela, porque fomos capazes de construir uma entidade feita de lutas, princípios e valores.

**notas**

- 1 ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. “ADUNICAMP em Defesa da Universidade”. Editora da UNICAMP, 1991.
- 2 LORENZETTI, J. “ANDES: O caminho da emancipação”, O Popular, Florianópolis, fevereiro de 1981.
- 3 ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. “Contribuição da APUFSC para o 1º Congresso”. Florianópolis, fevereiro de 1981.
- 4 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. Boletim nº 1, abril de 1981.
- 5 COMISSÃO NACIONAL PRÓ-CUT. I CONCLAT. São Paulo, outubro de 1981.
- 6 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. “1981 em resumo”. São Paulo, s/d.
- 7 Idem, Ibidem
- 8 MACIEL, Osvaldo. “Depoimento”. Boletim da Andes, ano II, nº 8, junho de 1982,
- 9 ROSA, Luís Pinguelli. “Depoimento”. Boletim da ANDES, ano II, nº 8, junho de 1982.

**anexo I - Relação das ADs fundadoras da ANDES:**

ADUFAC-AC, ADUNICAMP-SP, ADUA-AM, ADUFCAP-PA, ADUSP-SP, ADESP-SP, APRUMA-Ma, ADUNESP-SP, ADUFPI-PI, ADFCMBB-SP, ADUFC-Ce, ADISA-SP, ASDESAM-RN, ADURN-RN, ADUFSCAR-SP, ADFURRN-RN, APROPUC-SP, ADURNE-Pb, ADUNIMEP-SP, ADUFEPE-Pe, ADUMC-SP, APROPUC-SP, ADUCAP-Pe, ADEPM-SP, ADADURPE-Pe, ADSVSL-SP, ADUFP-JP, APROFAAP-SP, ADUFPB-CG, AUDFS-Se, APEAES-SP, ADUFAL-AL, ADUEM-PR, APUB-BA, ADHUEL-PR, ADUFES-ES, APUHBH-MG, APROFEJ-SC, APES-JF-MG, APUFSC-SC, ADUFU-MG, ADUFRGS-RS, ASPUV-MG, APUSM-RS, ADUFG-GO, ADUNISINOS-RS, APUC-GO, ADPPUCRS-RS, ADUNB-DF,

DUFPEL-RS, ADUFMAT-MT, ADUFEMS-MS, ADUFRJ-RJ, ADUR-RJ, ADUSU-RJ, ADFOC-RJ, ADUNIRIO-RJ, ADPUC-RJ, ADCUP-RJ, DOCEND-RJ.

**anexo II - Diretoria Provisória da ANDES, eleita pelo CNDU (Congresso Nacional de docentes Universitários):**

Osvaldo de Oliveira Maciel - Presidente; Agamenon Tavares de Almeida - 1º vice-presidente; Laurindo Leal Filho 2º - vice-presidente; Luis Pinguelli Rosa - secretário geral; Newton Lima Neto - 1º secretário; Flávio Luiz Schieck Valente - 2º secretário; Minde Badauy de Menezes - 1º tesoureiro; Francisco José da Costa Alves - 2º tesoureiro; Sérgio José da Fonseca Pires - vice-presidente Regional Sul; Carlos Eduardo M. Baldijão - vice-presidente Regional S. Paulo; João Ferreira da Silva Filho - vice-presidente Regional Rio; Renato Ortiz - vice-presidente Regional Leste; Marco Antonio S. Leite - vice-presidente Regional Centro-Oeste; Amundson Portela de H. Cavalcanti - vice-presidente Regional Nordeste 1; Rubens Pinto Lira - vice-presidente Regional Nordeste 2; Arlindo dos Santos Raposo - vice-presidente Regional Nordeste 3; Carlos Alverto Tomaz - vice-presidente Regional Norte.

**anexo III - Diretoria eleita por voto direto em maio de 1982:**


Presidente - Luiz Pinguelli Rosa (ADUFRJ) Rio de Janeiro  
 Primeiro vice-presidente Flávio Valente (APUB) - Bahia  
 Segundo vice-presidente Aloízio Mercadante Oliva (APROPUC) - São Paulo  
 Suplente para os cargos da presidência - Rubens Pinto Lyra (ADUFPb-JP) - Paraíba  
 Secretário-geral - Newton Lima Neto (ADUFSCar) - São Paulo  
 Primeiro-secretário - Raul Guenter (APUFSC) - Santa Catarina  
 Segundo-secretário - Ubirajara Dores Reboucas (APUB) -Bahia  
 Suplente para os cargos de secretaria - Wolfgang Leo Maar (ADUFSCar) - São

Paulo  
 Primeiro-tesoureiro - Marco Antonio S. Leite (ADUFG) - Goiás  
 Segundo-tesoureiro - Maria José F. Ribeiro (APES-JF) - Minas Gerais  
 Suplente para os cargos de tesouraria Moema Soares de Castri (ADUFPB-CG) Paraíba  
 Vice-presidente Regional Norte - Zuleide P. Ximenes Ponte (ADUFPA) - Pará  
 Suplente - Malena Torino Amazonas  
 Vice-presidente Regional Nordeste I - Agamenon T. Almeida (ADUFC) - Ceará  
 Suplente - Maria Deita Martins (APRUMA) - Maranhão  
 Vice-presidente - Regional Nordeste II - Sebastião Carneiro (ADURN) - Rio Grande do Norte  
 Suplente - Sônia Marques (ADUFEPE) Pernambuco  
 Vice-presidente Regional Nordeste III - Ilka Dias Bichara (ADUFS) - Sergipe  
 Suplente - Lenilda A. Silva (ADUFAL) - Alagoas  
 Vice-presidente Regional Centro Oeste Sadi Dal Rosso (ADUNB) - Brasília  
 Suplente - José Avelino - (APUC-GO) Goiás  
 Vice-presidente Regional Leste - Roberto Martins (APUBH) Minas Gerais  
 Suplente - Eugênia C. Raizer (ADUFES) Espírito Santo  
 Vice-presidente Regional Rio de Janeiro Alexandre Magalhães - (ADUFRJ) - Rio de Janeiro  
 Suplente - Joel Theodósio (ADUFRJ) - Rio de Janeiro  
 Vice-presidente Regional de São Paulo Carlos Martins (APROPUC-C) - São Paulo  
 Suplente -Edmundo Dias (ADUNICAMP) São Paulo  
 Vice-presidente Regional Sul - Emmanuel José Appel (APUFPR) - Paraná  
 Suplente - Renato de Oliveira - (ADUNISINOS) - Rio Grande do Sul

**Osvaldo de Oliveira Maciel** é professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

# Uma Perspectiva Otimista Para o Movimento Sindical

*Vicente Paulo da Silva*

 movimento sindical brasileiro está chamado a desempenhar, nos anos 90, um papel bastante diferente daquele que tivemos a partir de 1978 e no início da década de 80.

Aquela fase foi o momento de rompimento com o velho sindicalismo pelego ou conciliador. Foi a hora de desafiar e enfrentar a ditadura militar. Foi a etapa do lançamento das bases do sindicalismo que se expressa hoje na CUT, como força inegavelmente autêntica e hegemônica.

Essa consolidação custou muitas lutas e heroísmo, como todos sabem. Não foi um processo fácil, nem consensual no próprio campo das forças democráticas e populares. Mas não teria o menor sentido, principalmente num artigo para uma revista da ANDES, ficar aprofundando a discussão sobre nossos méritos do passado. O que interessa mais é ver como estão as coisas hoje e por onde é preciso prosseguir.

O ponto de partida de nossa reflexão é a constatação de que o Brasil mudou muito desde 1978. O mundo também mudou muito. E raramente uma tática que traz vitórias e se mostra correta numa determinada situação conjuntural

continua gerando bons frutos quando a realidade sofre mudanças tão radicais.

Também não é o caso de gastar argumentos, aqui, para fundamentar que as mudanças ocorridas foram realmente profundas. É melhor ir direto às conclusões.

A primeira delas é que o imposto reivindicatório, radicalmente oposicionista, em certa medida corporativista, de nossas lutas pós-78 já não consegue responder a todas as questões colocadas por um cenário em que nós próprios, os autores principais das mudanças, amadurecemos até o ponto de termos, hoje, amplas condições de ser governo neste país.

Fique bem claro que, hoje, o movimento sindical brasileiro e a CUT logicamente precisam manter o tom reivindicatório e oposicionista. Afinal, isso representa a própria natureza da organização sindical. Mas precisamos ter claro que isso, isoladamente, não responde mais às questões e aos dilemas que a classe trabalhadora brasileira tem diante de si.

Na presidência da República não temos mais uma figura como Geisel, Figueiredo ou Sarney. A sociedade civil está expulsando, a pontapés, esse indivíduo que se beneficiou da grande fraude de

1989 e que, em seu mandato, só fez agravar ainda mais a profunda crise econômica e social em que estamos mergulhados. Nesse bota-fora, o Brasil começa a exibir um perfil de país com instituições democráticas sólidas.

Mais ainda: a tendência geral de cada momento eleitoral vem sendo o reforçamento dos partidos de esquerda e centro-esquerda, especialmente o PT, que já respondem por parcelas expressivas do poder político.

Num país assim, é imperdoável a miopia dos companheiros de certas correntes na própria CUT, que se apegam aos padrões do passado para defender táticas quase idênticas às adotadas quinze anos atrás, como se a classe trabalhadora estivesse dispensada de estudar as mudanças ocorridas, para adaptar-se a elas.

As greves continuam ocorrendo e vão continuar ocorrendo por décadas e décadas, mesmo diante de governos democráticos e populares. São indispensáveis no conflito da sociedade capitalista e valem como escolas de conscientização política. Mas não passa de tolice imatura a postura de alguns que seguem enxergando a greve como única arma à disposição de uma determinada categoria

profissional ou do próprio movimento sindical em seu conjunto.

Nesse sentido, temos insistido na idéia de que o sindicato precisa existir, hoje, numa crise tão ampla e profunda como a vivida pelo Brasil, como verdadeiro ser social: um sindicato como sujeito social, que luta, mas luta pensando que é capaz de conversar e, sempre que necessário, senta em mesas de negociação com os mais repelentes adversários, sem medo de ser tragado ou perder a identidade pelo simples fato de conversar. Um sindicato que, mesmo sendo expressão de uma categoria, não deve e não pode limitar-se aos horizontes estreitos da própria categoria. Não poder por que?

Por uma razão muito simples: se entendemos que os trabalhadores devem participar ativamente da vida política e mesmo partidária do país, fatalmente os sindicalistas estarão atuando simultaneamente na trincheira política, institucional, parlamentar e até administrativa. Não teria cabimento assumir uma espécie de dupla personalidade, defendendo uma coisa no sindicato e outra na ação estritamente política. Por isso, nossa ação precisa compatibilizar nosso projeto global de reorganização do Estado e da Sociedade, com nossas exigências imediatas.

Se cada liderança da classe trabalhadora comparece ao debate pensando exclusivamente nos interesses de sua própria categoria ou entidade, quem vai conseguir montar o quebra-cabeças do atendimento de todas as reivindicações?

Alguns responderão, com uma fraseologia falsamente esquerdista, que isso é problema para os políticos. Ora, mas nossa proposta, mesmo a dos grandes teóricos do socialismo, não é a de engajar a classe trabalhadora, cada vez mais,



nas esferas de decisão política?

Então não temos alternativa: nem a da dupla personalidade nem a da fuga à questão política. A solução é articularmos um plano de intervenção sindical que seja capaz de satisfazer às reivindicações centrais de cada categoria ao mesmo tempo em que não fugimos da responsabilidade de oferecer sugestões e propostas de política global para tirar este Brasil do lamaçal em que foi jogado.

Nesse caminho o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, terá um compromisso tão forte com as demandas de sua categoria quanto com os preparativos e a viabilização de um futuro governo voltado para a defesa da classe trabalhadora em escala nacional.

E que ninguém se iluda: se cada sindicato não for capaz de fazer uma reflexão sobre um cronograma amplo de conquistas, que saiba distinguir entre exigências de curtíssimo prazo e outras que sejam de alcance gradual, nem com Lula no Palácio do Planalto será possível resolver a equação de um país paralisado há mais de dez anos, com 40 milhões de miseráveis,

uma classe trabalhadora mantida no limite mais extremo do arrocho salarial e o crescimento persistente do desemprego e da marginalização social.

Tendo isso claro, e superadas as dificuldades internas que a CUT naturalmente terá para solucionar suas divergências através de um debate realmente democrático, o Sindicato como sujeito social que defendemos não enfrenta como obstáculo apenas a miopia das facções de uma esquerda conservadora, presa a dogmas e cenários do passado.

O problema mais sério está do outro lado, lá nas fileiras de sindicalistas como esse dirigente da Força Sindical, que dispõe de amplos espaços para sabotar o sindicalismo combativo, oferecendo-se como alternativa mais flexível aos patrões e como aliado a governantes tão corruptos e antinacionais como esse que está sendo derrubado agora.

Só venceremos a disputa contra esse tipo de agente da burguesia no seio da classe trabalhadora se formos capazes, efetivamente, de abandonar os discursos principistas que nos distanciam do nível real de

compreensão das próprias bases.

Foi com essa compreensão que, em março deste ano, estivemos debatendo com representantes patronais e do governo, sem qualquer constrangimento, mas também sem proximidades descabidas, um entendimento que trouxesse algum fôlego para a indústria automobilística nacional, com defesa de nossos empregos e salários, como forma de ganhar tempo até que o Brasil reunisse condições para introduzir mudanças mais consistentes em nosso sistema industrial, pondo fim à recessão e, em nossa ótica, enterrando também o neoliberalismo suicida imposto pelo grande chefe da quadrilha.

Aliás, o Sindicato sujeito social que defendemos não é uma idéia presente apenas em nossas cabeças. É já uma experiência concreta que vamos iniciando, desde algum tempo, na entidade que temos o orgulho de dirigir, entre os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Conscientes da importância estratégica de nosso Sindicato, que teve papel tão central no surgimento da CUT, que foi fundamental na luta contra a ditadura, que produziu lideranças tão expressivas como Lula, Meneguelli e tantos outros, mesmo conscientes dessa força não perdemos de vista que o passado não basta para manter ninguém vivo.

Por isso temos buscado orientar nossa ação ali, no sentido de projetar esse sindicato como sujeito social em termos concretos.

Já bem antes do acordo do setor automotivo, tínhamos convidado alguns empresários, governantes, dirigentes sindicais, líderes religiosos e dirigentes partidários para uma vigília contra a recessão, em dezembro de 1991, por compreendermos que a gravidade da crise nacional exigia um diálogo onde fôssemos capazes de abandonar preconceitos, em busca de determinados objetivos comuns.

Na mesma linha, há vários anos temos investido num projeto ambicioso de comunicação de massa, que gerou a primeira TVT e nossa estação piloto de Rádio dos

Trabalhadores, embora até agora o crescimento do projeto esteja sendo barrado pelos poderes ditatoriais do Ministério das Comunicações e da Secretaria que lhe sucedeu.

Na mesma linha de preocupação, há vários anos a formação política vem sendo posta mais perto do que seria o centro da vida cotidiana de nosso sindicato, uma vez que a tendência de valorização crescente do saber, até mesmo como arma de dominação, exige dos trabalhadores uma disciplina corajosa na ampliação ilimitada de seu campo de conhecimentos teóricos, gerais e específicos.

Nesse particular, sabemos do peso decisivo que o fator cultural desempenha em qualquer construção de hegemonia e, por isso, vamos tentando ampliar sempre mais nosso arco de atividades nessa área.

Por fim, compreendo que a concepção de um sindicalismo democrático e de massas, tão presente em nossas teses e em nossos confrontos sindicais, não pode ser um palavreado vazio, sem alicerce no real, temos iniciado um esforço inédito de fortalecimento da organização da categoria nos próprios locais de trabalho, conquistando novas Comissões de Fábrica, reorganizando CIPAS, formando grupos, diversificando, sindicalizando, estruturando o trabalho de base.

Sem pretender apresentar nosso sindicato como modelo para ninguém, queremos apenas relatar nossa experiência como um caminho positivo de fortalecimento de uma entidade sindical que tinha tudo para viver uma etapa de estagnação ou paralisia, após tantos anos de greves heróicas, fornecimento de quadros dirigentes para o PT e para a CUT, sacrifícios incomensuráveis dos trabalhadores da base.

Ao contrário, temos mantido o nível de sindicalização em bom patamar, apesar da perda de milhares e milhares de postos de trabalho, periodicamente nos manifestamos através de iniciativas pioneiras, como a recente vigília pela Reforma Agrária, de 24 de

julho, e sempre que necessário comparecemos com força às grandes mobilizações nacionais lideradas pela CUT, como agora na recente batalha pelo impeachment.

O movimento sindical brasileiro não tem pela frente nenhuma perspectiva catastrófica, como gostam de apregoar alguns intelectuais amigos dos modismos. Mas precisa saber adequar seu perfil, suas demandas, seus métodos e sua estratégia aos novos tempos e aos novos desafios que são abertos com as mudanças ocorridas no mundo e no país.

Mudanças essas, é bom lembrar, que em boa parte foram fruto de nossa própria luta.

Se alguém pedisse um resumo, a gente diria que a consolidação desse sindicato-construtor, que continua dizendo “não” mas já é capaz de oferecer alternativas, começa por um necessário - e democrático - acerto de contas dentro da própria CUT, exige o desmascaramento de elementos oportunistas e inconseqüentes como o chefe da Força Sindical e requer a combinação da luta pelo atendimento das reivindicações setoriais das categorias, com um trabalho de viabilização - teórica e prática de um projeto alternativo de governo, que realmente mexa nas raízes do atual impasse que trava o desenvolvimento de nosso futuro enquanto Nação.

Não está claro se as mudanças serão obtidas todas com base na atual institucionalidade, ou se é preciso construir uma nova, para viabilizá-las.

O que está claro é que o movimento sindical brasileiro tem amplíssimas perspectivas de ação e de crescimento no cenário atual e que ninguém melhor do que ele pode oferecer (aos partidos, às instituições e ao próprio Estado) o sopro saudável e democrático da pressão de massas, da fiscalização social.

---

**Vicente Paulo da Silva** é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.



# Declaração do México

**T**ornando como base o lema “Novos tempos, novas iniciativas sindicais”, o Encontro Interamericano de Sindicatos de Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior (IES) realizou um intenso e fecundo diálogo e resultou em relevantes orientações de consenso, congregando em número sem precedentes, as mais diversas entidades sindicais universitárias de nosso continente. O evento ocorreu na cidade do México, nos dias 16, 17 e 18 de julho de 1992.

Na ocasião, foram reafirmadas e desenvolvidas as teses que sustentamos quando da realização do Encontro Latino-americano de entidades representativas de Docentes de IES, contidas na Carta do Rio de Janeiro (outubro de 1990) - documento que se constituiu em

guia básico da política democrática de nossas organizações neste período.

Os processos de globalização e regionalização da economia, a revolução técnico-científica, a necessidade de uma nova perspectiva universitária - capaz de nas mais diversas latitudes atender aos desafios do próximo século - obrigam a que busquemos a convergência sindical além das fronteiras nacionais. Os sindicatos devem relacionar-se e atuar em uma perspectiva internacional. Disso dependerá, cada vez mais, a viabilização de uma proposta democrática e renovadora para as IES e para a vida social de nossos países.

Uma orientação essencial do Encontro foi a de buscar viabilizar nossa coesão a partir

da construção de uma articulação cada vez mais orgânica entre nossas organizações. Esta é uma exigência, se queremos dar permanência as iniciativas que nossos interesses comuns e uma crescente convergência política mostram ser imprescindíveis nos tempos atuais, quando se verifica a uniformização dos processos produtivos e das políticas sociais e educacionais, subordinadas à proposta neoliberal. A unidade mais ampla dos trabalhadores e das forças sociais que defendem alternativas democráticas no âmbito de cada país e no plano internacional é uma exigência absolutamente atual.

Afirmamos os eixos básicos de uma plataforma que expressa nossa vontade unitária. Pronunciamo-nos por:

1 - Lutar por uma proposta de Universidade posta a serviço do desenvolvimento social, igualitário e democrático, que esteja a altura das exigências da revolução técnico-científica, capaz de contribuir para o desenvolvimento da força produtiva básica de nossas nações - o homem. Queremos IES que formem os profissionais e os quadros científicos de que necessitamos para enfrentar a dependência tecnológica, que impulsionem a readequação de nossos parques produtores de modo a que possam atender aos novos níveis de competição hoje estabelecidos. Que viabilizem a aplicação crescente do conhecimento científico à produção. Queremos nossas IES inseridas num modelo de reconversão produtivo baseado na democracia, na justiça social, na defesa da soberania nacional e da dignidade de nossos povos.

2 - Defender e desenvolver a universidade pública, autônoma, laica, democrática, gratuita e de alto nível acadêmico, que esteja aberta aos mais amplos setores sociais, combater os processos de privatização de nossas IES e a degradação do financiamento público da educação. Lutar pela construção de uma Universidade de qualidade vinculada às necessidades do desenvolvimento democrático e aos interesses prioritários da maioria da população, capaz de oferecer uma formação ampla e construtiva, que ofereça soluções e alternativas democráticas.

3 - Exigir que os governos de nossos países apliquem e implementem os percentuais do PIB recomendados pela UNESCO para o financiamento da educação.

4 - Defender a autonomia universitária, que se constitui em herança cultural, social e política de nossos povos. Entendemos que a autonomia supõe a gestão democrática, pluralista e participativa no âmbito de nossas IES. A autonomia universitária é uma instituição compatível com a planificação nacional da educação, que deve também assumir um

caráter democrático.

5 - Lutar para que as políticas educacionais sejam definidas democraticamente em instâncias de deliberação acadêmica colegiadas tais como congressos e conselhos, colegiados que contem com a participação dos diversos segmentos da comunidade universitária - docentes, pessoal técnico-administrativo e estudantes. Os Sindicatos de trabalhadores docentes e não docentes devem empenhar-se decididamente nos processos de transformação e qualificação acadêmica, bem como na construção da gestão democrática das Instituições de Ensino Superior.

6 - Lutar pelo estabelecimento de sistemas nacionais de educação superior democraticamente integrados. Contra a redução de pessoal e limitação do número de vagas oferecidas nas IES. Pela autonomia participativa das IES, tendo como protagonistas os agentes do processo ensino-aprendizagem.

7 - Lutar pelos direitos trabalhistas básicos de sindicalização, contrato coletivo e greve, contra todos os regimes de exceção que afetem aos trabalhadores e suas organizações sindicais.

8 - Exigir a recuperação permanente dos salários reais e dos orçamentos universitários, de forma a que se atendam às necessidades acadêmicas e trabalhistas das IES. Exigir programas de estímulo e capacitação, inclusive bolsas complementares aos salários, estabelecidos de maneira bilateral, bem como um sistema nacional de previdência social para o pessoal docente e não docente das IES, que contemple assistência médica, habitação, seguros, aposentadoria e pensões, compatíveis com a dignidade da missão educativa realizada.

9 - Exigir a reavaliação das atuais carreiras funcionais. Preservar a liberdade acadêmica e de expressão como constitutivas da criação científica. Defender a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e

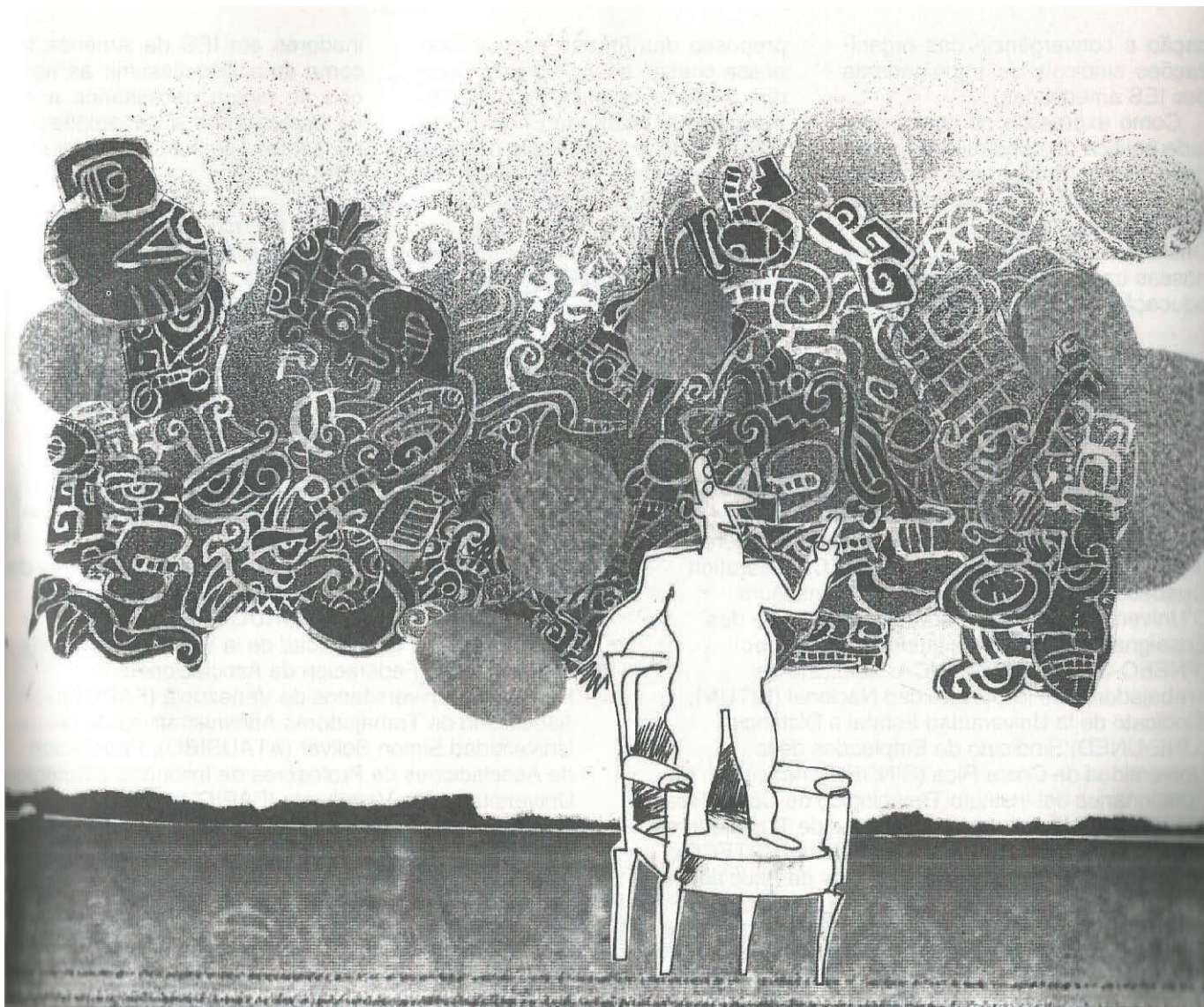
extensão no trabalho acadêmico.

10 - Empenhar-se no progresso produtivo, social e democrático de nossos países, como condição para uma autêntica modernização social. A reconversão industrial e a revolução técnico-científica constituem premissas da oportunidade histórica de desenvolvimento nacional em benefício das maiorias mas só a partir da implantação de modelos políticos democráticos tal pode se dar.

11 - Lutar pela construção de uma nova ordem econômica internacional face aos modelos de integração que se baseiam na desigualdade e que proporcionam a transferência de recursos dos países periféricos para os grandes centros financeiros mundiais, via pagamento dos serviços da dívida externa. Frente aos projetos que se sustentam na vantagem comparativa propiciada pela existência de força de trabalho barata e carente de direitos trabalhistas, realidade derivada de modelos de desenvolvimento concentradores da riqueza e predatórios do meio ambiente, defender a constituição de normas igualitárias para o intercâmbio, o desenvolvimento e a cooperação entre todos os países do mundo.

12 - Persistir envidando todos os esforços em defesa dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e da soberania das nações, pela mais ampla democratização política de nossos países e das relações internacionais.

O direito à educação é um dos direitos essenciais de nossos povos. As organizações presentes ao Encontro Interamericano de Sindicatos de Trabalhadores em IES afirmam sua mais firme disposição de atuarem para que tal direito se efetive na educação superior, que deve orientar-se por estar a serviço do desenvolvimento econômico, por receber um financiamento público adequado, por caracterizar-se pela qualidade e eficiência do pessoal universitário - que deve assumir suas graves responsabilidades para com nossas IES.



O sindicalismo do pessoal docente e não docente das IES deve enfrentar a necessidade de autocriticar-se para superar suas debilidades. Deve redefinir, com muita iniciativa, sua participação na construção de um novo projeto universitário - apesar das estruturas e políticas que favorecem sua exclusão. Enfrentar o corporativismo, defender os processos de revalorização de nossos centros de estudo, desenvolver a participação na gestão colegiada acadêmica e administrativa - enfrentando todos os obstáculos institucionais que se opõem a sua intervenção na vida universitária.

O Encontro Interamericano

de Sindicatos de Trabalhadores em IES, que reuniu sindicatos de docentes, técnico-administrativos, pesquisadores e difusores da cultura, foi um acontecimento onde se expressou grande riqueza de discussões. Evento amplo, plural - no qual se revelou extraordinária convergência de enfoques e orientações políticas frente a uma realidade que nos é comum.

A presente Declaração do México reflete esta vasta e importantíssima coincidência. Registre-se que o posicionamento sobre a gratuidade do ensino foi aprovado por todos os presentes, excetuando-se o voto contrário do Comitê Coordenador Nacional de Associações de Acadêmicos do

Chile.

No plano do sindicalismo internacional de educadores pronunciamos-nos por sua rearticulação em um processo de unidade sem exclusões ou discriminações, conseqüentemente democrático em suas bases programáticas e no assumir de procedimentos que o desenvolvam. A rearticulação que pretendemos deve refletir fielmente os interesses dos trabalhadores em educação e se constituir num instrumento unitário, eficiente e representativo.

Reconhecemos o esforço das organizações sindicais e gremiais da educação do continente que, em seus respectivos congressos, tem propiciado processos de unificação

e convergência das organizações sindicais de trabalhadores das IES americanas.

Como expressão de nossa vontade política de construirmos a unidade, concordamos em convocar um novo encontro, a realizar-se em Caracas, Venezuela, em 1994. Decidimos consultar amplamente nossas bases, os trabalhadores de educação em IES do continente, a

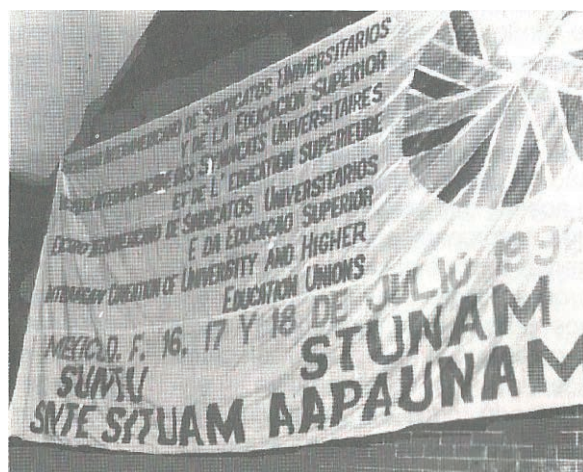
propósito das formas de viabilizar nossa coesão a longo prazo. Decidimos ainda reconstituir o Fórum Permanente criado no Encontro do Rio de Janeiro (1990), que passa a ser coordenado pelas organizações de trabalhadores em IES do Brasil, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Canadá e México. A coordenação do Fórum Permanente de Organizações de

Trabalhadores em IES da América tem como atribuição assumir as ações que se façam necessárias a que se impulsionem e se ampliem os horizontes de nossas iniciativas comuns.

**México, DF, Cidade  
Universitária, 18 de julho de  
1992.**

**ARGENTINA:** Federacion Nacional de Docentes Universitários (CONADU); **BRASIL:** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Federação de Associações e Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA); **BOLÍVIA:** Federacion Sindical de Docentes de la Universidad Mayor de San Andres (FEDSIDUMSA); **CANADÁ, QUEBEC:** Federation Quebecoise des Professeures et Professeurs D'Universite (FQPPU); Federation Nationale des Enseignants et des Enseignantes de Quebec (FNEEQ-CSN); **COSTA RICA:** Sindicato de Trabajadores de la Universidad Nacional (SITUN); Sindicato de la Universidad Estatal a Distancia (UNE-UNED); Sindicato de Empleados de la Universidad de Costa Rica (SINDEU); Asociacion de Funcionarios del Instituto Tecnologico de Costa Rica (AFITEC); **CUBA:** Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educacion, la Ciencia y el Deporte (SNTECD); **CHILE:** Comité Coordinador Nacional de Asociaciones de Academicos de Chile; **ECUADOR:** Federacion Nacional de Profesores Universitarios y Politecnicos del Ecuador (FENAPUPE); **EL SALVADOR:** Asociacion de Docentes de la Universidad de El Salvador (ADUES); **E.U.A.:** American Federation of Teachers (AFT); **GUATEMALA:** Sindicato de Trabajadores de la Educacion de Guatemala (STEG); **HONDURAS:** Colegio Profesional de Superacion Magisterial de Honduras (COLPROSUMAH), Sindicato de Trabajadores de La Universidad Nacional Autonoma de Honduras (SITRAUNAH); **MEXICO:** Mesa de Convergência Sindical de la Educacion Superior (Sindicato Unico Nacional de Trabajadores Universitários -SUNTU-, Asociaciones Autonomas del Personal Academico de la Universidad Nacional Autonoma de Mexico -AAPAUNAM- Coordinadora Nacional de Sindicatos Universitários, Sindicato Independiente de Trabajadores de la Universidad Autonoma Metropolitana -SITUAM-, Sindicato de Trabajadores de la Universidad Nacional Autonoma de Mexico -STUNAM-, Asociacion de Personal Academico de la Universidad de Guadalajara -APAUDG-; Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educacion (SNTE); **NICARAGUA:** Asociacion de Trabajadores Docentes de la Educacion Superior de Nicaragua (ATD-NACIONAL), Sindicato de Trabajadores de la Universidad Nacional (SITUN);

**PANAMA:** Asociacion de Empleados de la Universidad de Panama (ASEUPA); **PARAGUAY:** Organizacion de Trabajadores de la Educacion del Paraguay (OTEP); **REPUBLICA DOMINICANA:** Asociacion de Empleados Universitarios de la Universidad Autonoma de Santo Domingo (ASODEMU); Federacion de Asociaciones de Profesores de la Universidad Autonoma de Santo Domingo (FAPROUASD); **URUGUAY:** Asociacion de Docentes de La Universidad de la Republica (ADUR); **VENEZUELA:** Federacion de Asociaciones de Profesores Universitarios de Venezuela (FAPUV); Asociacion de Trabajadores Administrativos de la Universidad Simon Bolivar (ATAUSIBO); Federacion de Asociaciones de Profesores de Institutos y Colegios Universitarios de Venezuela (FAPICUV); Federacion de Sindicatos de Profesores de Educacion Superior de Venezuela; Federacion Nacional de Trabajadores de la Educacion Superior de Venezuela (FENATESV); Asociacion de Empleados Administrativos de la Universidad Central de Venezuela; Asociacion de Profesores de La Universidad Central de Venezuela (APUCV); Organizaciones Europeas Invitadas, **PORTUGAL:** Federacion Nacional de Profesores (FENPROF); Organizaciones Americanas: Confederacion de Educadores Americanos (CEA), Federacion de Sindicatos Universitarios de Centro America, Mexico y El Caribe (FESITRAUCAMC).



# Discutindo as Demandas Sindicais por Seguridade Social

Ana Elizabete Mota

**A**s discussões sobre a participação do movimento sindical na arena das políticas sociais brasileiras figuram “en passant” tanto na literatura sobre sindicalismo como naquela que trata especificamente da política social.

Sem pretensões de cobrir esta lacuna, nosso propósito neste artigo é lançar alguns questionamentos sobre a estratégia utilizada pelo movimento sindical nas lutas pela ampliação da seguridade social brasileira nos anos 80.

Como afirmado em recente publicação da CUT, “o tratamento destinado pelo movimento sindical às chamadas questões sociais’ continua sendo pontual (... ) em função da ausência de uma estratégia clara de enfrentamento da questão social como um todo (... ) e da inexistência de uma ampla reflexão sobre a dimensão e o significado das políticas sociais (DESEP/CUT, 1989, pág. 3).

Embora no âmbito acadêmico

este tema venha sendo amplamente apontado tanto nas pesquisas sobre políticas sociais como naquelas que discutem os novos movimentos das classes trabalhadoras - quer operários, sindicais ou populares, ele tem sido pouco explorado como objeto específico de investigação.

Mesmo assim, é inegável que as pesquisas sobre sindicalismo e políticas públicas - a partir do final da década de 70 - deram significativa contribuição para pensar este tema. Ainda que de forma implícita, elas começam a tecer os nexos políticos e teóricos entre as condições gerais de reprodução dos trabalhadores, a estrutura dos movimentos reivindicatórios das classes subalternas, a disciplina fabril e a regulação estatal. Todos eles, aliás, inscritos nas condições gerais de desenvolvimento da sociedade brasileira onde se inclui a performance do próprio Estado, das classes dominantes, e dos trabalhadores.

A partir de 1978, as discussões

sobre o sindicalismo brasileiro têm como pano de fundo uma conjuntura marcada pelo esgotamento da modernização conservadora iniciada em 1964 e, ao mesmo tempo, fundante de um outro padrão institucional para a ordem burguesa, já às voltas com irreversíveis demandas das classes subalternas (Vianna, 1990, pág. 213).

Dentro desta tradição, ganham destaque as inquietações sobre os rumos do sindicalismo brasileiro, agora também pensado como protagonista da luta dos trabalhadores pelo exercício da “sua cidadania”; entendida esta última, não mais como apelo pela incorporação formal e genérica das demandas sociais, mas como expressão de exigências de classe (Mota, 1992, pág. 740).

Por isso mesmo, questões como a autonomia sindical, como as novas formas de ação sindical dentro e fora do espaço fabril, ou ainda, aquelas relativas às pautas

de negociação juntam-se aos temas clássicos como a relação sindicato, estado e partido.

De outra forma, mas em relativa sintonia com as mudanças no mundo do trabalho e nas práticas organizativas dos trabalhadores, o tom das reflexões sobre as políticas sociais vem sendo a crítica à exclusão dos trabalhadores dos mecanismos de proteção social, via de regra problematizada como “ausência de cidadania”.

No discurso político brasileiro, a referência à cidadania é feita sob enfoques diversos: ora é meio de inclusão (dos socialmente excluídos da produção social) através do acesso a serviços; ora é referida como uma verdadeira tática política já que o reconhecimento de alguns direitos nem sempre é funcional aos interesses imediatos do capital; ora é movimento político, a exemplo das demandas populares incorporadas na Constituição de 1988.

Mesmo reconhecendo que os direitos sociais postulam princípios igualitários, há que ter presente o fato de que o seu exercício é sempre condicionado por processos sociais reais que não estão subordinados aos estatutos legais e sim às relações de força entre classe.

Observa-se, todavia, que a partir dos meados da década de oitenta as políticas sociais e, mais precisamente, os sistemas de proteção social no Brasil vêm trabalhados sob a ótica do Welfare State. Considerado o Welfare “como elemento estrutural das economias capitalistas contemporâneas, uma determinada forma de articulação entre o Estado e o mercado, o Estado e a sociedade, um modo particular de regulação social que se manifesta em certo momento do desenvolvimento do capitalismo” (Draibe, ANPOCS, 1988, pág. 15). Um conceito que permite apreender a seguridade social a partir das articulações e injunções entre produção e reprodução e não apenas como uma questão afeta aos direitos sociais.

Entendemos que os sistemas de proteção social se incluem no conjunto das práticas que se institucionalizam nas sociedades

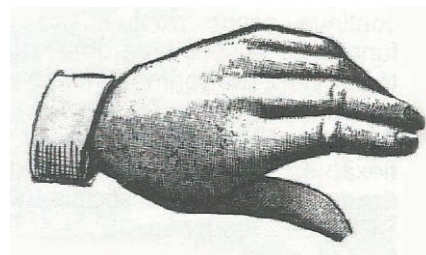
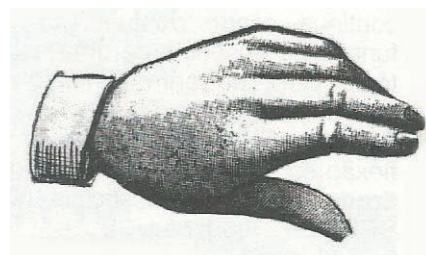
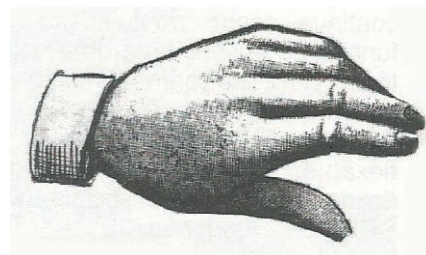
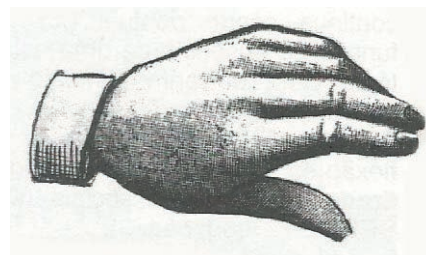
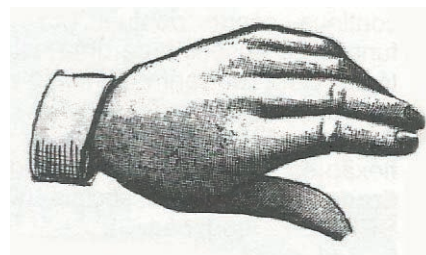
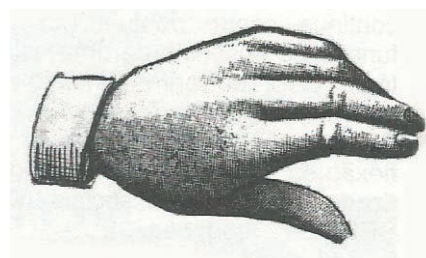
capitalistas ocidentais a partir dos finais do século XIX, como expressão concreta da presença de uma esfera pública, reguladora das condições necessárias ao desenvolvimento do processo de acumulação intensiva. Seja na esfera da produção - regulando mercados, crédito, áreas de investimento produtivo, seja na esfera da reprodução da força de trabalho - regulando as condições de trabalho, salário e meios de consumo.

Existentes em todo o mundo ocidental, os sistemas de proteção social, formadores dos chamados “Estado de Bem Estar” ou “Estado Providência”, tornam-se amplamente reconhecidos a partir dos anos 30, e se expandem universalmente na década de 40, no chamado “ciclo virtuoso da economia do pós-guerra”.

Eles são definidos como “sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados, de educação, saúde, integração de renda, assistência social e habitação. Concretamente, se expressam na organização e produção de bens e serviços públicos, na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção de bens e serviços sociais privados” (Draibe, 1989, pág. 139).

Evidente que a generalização desse modelo se deu sob determinadas condições históricas, adquirindo características diferenciadas em cada realidade nacional, dependendo das trajetórias econômicas e políticas que particularizam o desenvolvimento do capitalismo e as lutas operárias naquelas sociedades que o adotaram.

Por isso mesmo, podemos observar que enquanto na Europa ocidental, especialmente Inglaterra, foram criados amplos e universais sistemas públicos de proteção social, a tradição norteamericana privilegiou o mix público/privado (Galper, 1986, pág. 106) e os países periféricos, como é o caso do Brasil, estruturaram a proteção



social via assistência aos pobres e previdência para os assalariados (Médice, 1989, pág. 17).

Sem fugir a esta constatação que diz respeito aos modos de generalização da seguridade social nos países capitalistas - sejam eles centrais ou periféricos - também podemos observar que o desenvolvimento de tais sistemas estão organicamente vinculados às relações sociais postas em marcha desde pelo menos o último quartel do século XIX.

A trajetória dos sistemas de seguridade social, cujas raízes estão plantadas nos primórdios do capitalismo, se inicia com a prática da assistência social aos pobres por volta do século XVII, quando o poder público regulamenta formas de proteção para os incapacitados de produzir, ao tempo em que controla a mendicância e a vadiagem.

É somente a partir deste século, já com o desenvolvimento de uma classe trabalhadora assalariada e majoritária nas sociedades industrializadas, que juntamente com as práticas assistenciais começam a surgir outras modalidades de proteção, seja por iniciativa dos próprios trabalhadores através de experiências mutualistas, seja como produto de parcerias com as empresas e posteriormente com o Estado.

Assim, a superação do modelo assistencial, dominante no período mercantilista, se fará pela instauração do sistema previdenciário que, juntamente com a legislação trabalhista, comporá as bases sobre as quais se desenvolverá a moderna seguridade social.

Tendo como principal característica a concessão de benefícios àqueles que estavam diretamente ligados ao aparelho produtivo, a implantação do novo sistema não elimina a existência das práticas assistenciais dirigidas aos excluídos da produção. Antes pelo contrário, lhes dá uma outra funcionalidade: assegurar a manutenção do exército industrial de reserva.

E levando em consideração essa trajetória que a maioria dos

estudos trabalha com a idéia de que a estruturação dos sistemas de proteção social nas sociedades ocidentais depende tanto das lutas dos trabalhadores por meios de vida e condições de trabalho como dos modos de absorção dessas reivindicações pelo capital e pelo Estado.

E, quer sejam eles problematizados como mecanismos de controle das classes subalternas por parte da elite dominante, como objeto de conquista dos trabalhadores contra a exploração imposta pelo regime de assalariamento ou, mesmo, como um arranjo estrutural, inerente a uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo, de fato, a emergência e consolidação de formas de regulação social estatal esgarçam os ideários econômicos e políticos do liberalismo clássico.

Na realidade, é somente a partir das primeiras décadas deste século que o modelo previdenciário se generaliza. Assim, é no bojo das grandes mudanças por que passa o processo de acumulação nos anos 30, implicando uma redefinição dos papéis do Estado na economia e na política, que os sistemas de proteção social serão fortalecidos, contando para tanto com o surgimento dos partidos sociais democratas, com a difusão do fordismo enquanto modelo de organização industrial e social e respaldado pelas propostas keynesianas.

No dizer de Francisco de Oliveira, “o que se chama de Welfare State, como consequência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista (... ) sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas o fundo público em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação do capital de um lado, e da reprodução da força de trabalho (... )” (Oliveira, CEBRAP, 1988, pág. 8).

Vale ressaltar que a principal característica da seguridade social é a de ser um mecanismo compensatório de necessidades

não sancionadas pelas relações salariais. É neste sentido que o Estado, ao operar uma gestão estatal da força de trabalho, põe em relevo a centralidade que tem a reprodução da força de trabalho no surgimento destes sistemas.

No entanto, como esta centralidade do trabalho só existe no interior e por meio da relação que se estabelece entre capital e trabalho no processo de acumulação, a validação social dos sistemas de proteção social não é feita apenas pelos trabalhadores que lutam pelo atendimento de suas necessidades. Antes pelo contrário, tal validação somente ocorre quando a intervenção estatal adquire a suposta característica de um mecanismo “exterior” às relações de produção, dirimindo a natureza classista do Estado. No dizer de Brunhoff, quando a exterioridade do Estado ao capital é a condição da sua imanência ao processo de acumulação (Brunhoff, 1985).

Este processo, no entanto, não neutraliza a existência do vetor posto pelas lutas dos trabalhadores por acesso a meios e condições de reprodução da sua força de trabalho. No nosso entendimento, ele tão somente evidencia o potencial político das estratégias utilizadas pelo capital para construir e manter a sua hegemonia: ele procura transformar o objeto das lutas ofensivas dos trabalhadores num meio de subordiná-los dando-lhes a aparência de medidas universais.

Isso significa que, apesar dos sistemas de proteção social serem produto das exigências dos trabalhadores, estas exigências somente são absorvidas pelo capital no interior de um processo de disputas políticas. Isto é, na esteira do embate causado pelas lutas ofensivas dos trabalhadores e pela ação reativa do capital que procura incorporá-las “na sua ordem” como mecanismos potencialmente funcionais ao processo de acumulação. Ou, como afirmou Gramsci, “assimilando-as ao seu nível cultural e econômico” (Gramsci, 1988, pág. 147). Talvez esteja aí a razão da ofensiva

dos setores dominantes ao metamorfosear as lutas das classes subalternas por meio da reprodução numa luta “na” e “pela” ordem, numa questão de presença/ausência de cidadania.

É, portanto, no interior desta dinâmica conflitiva e contraditória que surgem estratégias políticas de classe no processo de constituição dos sistemas de proteção social.

A participação do Estado na implementação de medidas de proteção social consubstanciará uma estratégia mediadora das relações entre economia e política. Sob a batuta da formação do trabalhador coletivo, da instituição da regra salarial, dos avanços na produtividade do trabalho e da instituição da democracia de massa, estarão postas as bases para a criação do moderno Welfare State.

Este padrão, entretanto, desde a segunda metade dos anos 70, vem sendo alvo de fortes críticas nos países desenvolvidos, desembocando na chamada crise do Welfare State em função da situação crítica da economia internacional dos anos 70 e dos seus rebatimentos sobre os papéis reguladores do Estado e do mercado.

Embora os estilhaços dessa crise cheguem ao Terceiro Mundo, temos imensas dúvidas sobre a pertinência desta análise para explicar os limites e possibilidades da seguridade social no Brasil. Não apenas porque as condições históricas são distintas, mas porque ela chega aqui sob a bandeira do neoliberalismo.

Na verdade, o que se observa mais especificamente no caso brasileiro é que, diferentemente dos países centrais, o financiamento público aqui incidiu muito mais pelo lado das condições de expansão do capital do que propriamente da reprodução da força de trabalho. O ponto de inflexão desta tendência deve ser localizado no bojo das particularidades da industrialização tardia no Brasil com destaque para o papel do Estado no financiamento das condições de expansão do capital e para os modos históricos de enfrentamento da “questão

social”.

No Brasil, é apenas na década de 20, no auge da economia cafeeira que ocorrerão transformações no papel do Estado, passando este a legislar sobre algumas condições de trabalho e medidas de proteção social. Daí o surgimento da legislação acidentária de 1919, seguindo-se a lei Eloy Chaves de 1923, que criava as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), a lei de férias em 1926 e a regulamentação do trabalho do menor em 1927.

Entretanto, é somente a partir de 1930, quando a acumulação capitalista passa a ser dominada pelo capital industrial que este quadro é alterado: ao imprimir profundas alterações na economia, provoca também a criação de uma outra organização política na qual o Estado assume papéis decisivos, tanto ao tentar estruturar as bases para a implantação definitiva da industrialização como, concomitantemente, investir em políticas sociais.

Segundo Braga, “é neste sentido que deve ser entendido o conjunto das políticas do período: legislação trabalhista, montagem do sistema previdenciário com financiamento estatal, legislação regulamentadora dos sindicatos etc” (Braga e Paula, 1986, pág. 52).

Configuradas a partir da dinâmica que se estabelece entre controle da organização política dos trabalhadores, absorção de algumas das suas reivindicações e manutenção da lucratividade do setor industrial, estas mudanças deixam patentes as bases da intervenção social do Estado no Brasil.

As principais medidas do período pós-30 foram a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) em 1933 que, diferentemente das Caixas, não se vinculavam mais às empresas e sim às categorias profissionais; a instituição do salário mínimo em 40, a CLT em 43, dentre outras medidas formadoras do complexo legal-institucional de regulamentação das condições de vida e trabalho dos assalariados.

Já as políticas criadas no pós-64,

em plena vigência da ditadura, terão um caráter mais abrangente em termos de isonomia de benefícios, como foi o caso da unificação dos Institutos no INPS, da inclusão na Previdência de categorias até então excluídas como os profissionais liberais, domésticas, autônomos e trabalhadores rurais; das reformas na área da saúde, da criação do PIS/PASEP (1971) e do FGTS em 1970. Sem que se discutam neste texto as implicações políticas e ideológicas destas medidas, amplamente conhecidas pela sua natureza autoritária e oportunista, de fato houve ampliação do escopo das políticas sociais naquele período.

Este perfil, entretanto, será alterado por ocasião da Constituição de 1988. Segundo Beatriz Azeredo, o maior avanço da Constituição de 88 foi a adoção do conceito de seguridade social, englobando as áreas da saúde, previdência e assistência. Juntamente com tal inovação são estabelecidos alguns dos princípios que suprem as dificuldades do sistema existente até então, como por exemplo, a redefinição de fontes de custeio, a descentralização administrativa e uma maior participação dos usuários (Azeredo, 1990, pág. 113). Entretanto, se do ponto de vista das “regras estabelecidas” as mudanças imprimidas na Constituição de 1.988 equipararam o Brasil aos sistemas seguritários das sociedades desenvolvidas, o mesmo não se pode dizer das reais condições para implementá-las face à imensa crise econômica posta em marcha no Brasil desde o início da década de 80.

Se, por um lado, a instauração destes princípios estabelece condições mínimas de igualdade de oportunidades, por outro lado, não altera nem flexiona a produção dos resultados.

Assumindo uma outra perspectiva de discussão, entendemos que perpassa o processo de constituição dos sistemas de seguridade uma outra questão: o fato de eles viabilizarem o acesso aos meios de reprodução da força de trabalho por uma via extrasalarial. O problema aqui, refere-



se eminentemente às relações entre produção e distribuição. Isto é, à possibilidade de esses serviços “validarem um conjunto de necessidades de reprodução desconexas do salário direto versado pelo capitalista individual” (Tude, s/d, pág. 11).

Nesta ótica ganham relevância os movimentos políticos que desencadeiam a expansão e/ou restrição do acesso àqueles mecanismos de proteção. Fato que permite pensá-los não somente como movimentos reiterativos da ordem capitalista, mas, como uma luta do trabalho contra a subordinação ao capital. Ou melhor, como “movimentos que podem ser portadores de uma outra cultura, ao confrontar os históricos modos de acesso dos trabalhadores aos bens e serviços necessários a sua sobrevivência” (Mota, 1992, pág.74).

Nesta direção é que as discussões sobre a proteção social podem ser problematizadas em pelo menos dois amplos campos teóricos e políticos:

a) O da sua configuração como meio de democratização do capital, fundado nos mecanismos de distribuição da renda e da formação de pactos intra e inter classes. Campo da subordinação do social ao econômico, mediado pela intervenção do Estado com o consentimento das classes.

b) O de sua existência como meio e possibilidade de desmercantilização da força de trabalho, através da criação de uma esfera extra-salarial, de natureza pública, socializadora do valor de uso social do trabalho. Campo de negação da autonomia do econômico sobre o processo político e arena de disputa entre classes.

Estes campos de problematização nos remetem tanto à natureza política das modalidades de acesso dos trabalhadores a parte da riqueza social, como às estratégias tecidas pelo capital na formação de um determinado padrão de gestão da força de trabalho, sem alterar o “ethos” do trabalho assalariado.

Nesta ótica, as reivindicações sindicais dos trabalhadores por

medidas de proteção social não se restringiriam à sua capacidade de encaminhar e barganhar demandas “naturais” ao processo de subordinação do trabalhador ao regime salarial.

No nosso entendimento, a participação do movimento sindical na barganha por políticas sociais pode incorporar projetos de dimensões mais ampliadas. Isto é, pode reiterar ou superar a funcionalidade do consumo de bens e serviços como arranjos compensatórios.

Ora, se a reprodução da força de trabalho não se realiza exclusivamente através dos salários equivalente monetário dos meios de subsistência - o acesso a outros modos e meios de consumo não sancionados pelo salário pode apontar para uma desconexão entre venda da força de trabalho e acesso ao consumo. Em termos mais cabais para uma tendência à desmercantilização do trabalho, posto que reprodução adquire alguma autonomia em relação à produção.

Assim, supomos que, para os trabalhadores, o acesso aos meios de subsistência, por fora do salário, de certa forma, esgarça as determinações econômicas da reprodução. Evidente que não realiza uma ruptura com a produção do valor, mas inegavelmente abre caminhos para pensar nas dimensões políticas das disputas travadas entre o movimento sindical e o setor patronal no que diz respeito à seguridade social.

Poderíamos, então, partir de uma primeira indagação: considerando a possibilidade dos trabalhadores estarem lutando pela “sua cidadania” ao defender meios não mercantis de reprodução da força de trabalho, estaria o capital conseguindo transformar essas lutas ofensivas dos trabalhadores em práticas ideológicas reativas?

Estamos nos referindo ao fato de que a partir dos anos 80, as reivindicações sindicais por serviços vêm sendo absorvidas pelo patronato através da oferta de serviços próprios das empresas, considerados como salários



indiretos, revertendo de certa forma o caráter coletivo das demandas por políticas sociais e formando uma nova tendência no perfil da seguridade social brasileira.

Aliás, pensamos que esta não é uma iniciativa que se restringe ao âmbito localista das empresas. Na verdade, esta iniciativa só se tornou possível em função das “parcerias” que os empresários estabeleceram com o Estado através do uso de fundos públicos e das estratégias de fragmentação das demandas dos trabalhadores.

Evidente que este não é um processo isolado. De fato, ao longo da década de 80, pode-se observar que, ao lado da estagnação do crescimento econômico, da queda do poder aquisitivo dos salários e do empobrecimento geral da população, a sociedade se organizou, fruto da explosão pública das demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida. Os anos 80 são palco da emergência do “novo sindicalismo”, dos movimentos sociais populares, do surgimento de novos partidos de base operária assim como de inovações no campo das práticas empresariais.

Desse modo, o movimento sindical ao mesmo tempo que participa de lutas políticas de natureza policlassista, também começava a fazer um conjunto de reivindicações que apontam para a emergência de novas temáticas reivindicatórias, inclusive privilegiando as negociações diretas com o empresariado (e não mais com o governo) tornando-o interlocutor para suas demandas (Almeida, 1978).

Claro que este processo relaciona-se intimamente com a performance do capitalismo brasileiro nos últimos 20 anos, marcado pela hegemonia do grande capital, pela diversificação dos ramos de produção, pelas inovações tecnológicas e pelas estratégias gerenciais implementadas.

Na realidade, a partir do início da década de 80 proliferam nas pautas de negociação coletiva itens referentes a benefícios e serviços que dizem respeito à seguridade

social e/ou meios de consumo coletivo. Segundo estudos do NEPP/UNICAMP sobre as greves realizadas no Brasil entre 1978-87, pelo menos 11,2% das greves deflagradas em 87, incluíam reivindicações sobre “bem estar na empresa” (Relatório Brasil 1987, pág.144). Recentes estudos sobre comissões de empresa também apontam como uma das características das barganhas cotidianas das comissões a melhoria das condições de vida e de trabalho para os empregados. Segundo Rodrigues, “parte dos problemas levantados pelas comissões extrapolam bastante os muros da empresa. Não é tão somente a questão salarial que está no horizonte, mas uma preocupação com o trabalhador tanto dentro como fora do local de trabalho, (... ) reivindicando direitos sociais elementares que se projetam para fora da empresa, dando conta de outros aspectos que fazem parte da vida dos operários e suas famílias, mesmo que não explicitados no dia a dia da fábrica” (Rodrigues, 1991, pág. 164/165).

De outra forma e quase que contracenando neste palco, observa-se uma formidável expansão dos serviços de seguridade social próprios das empresas, especificamente no que tange aos benefícios previdenciários e serviços de saúde. Alguns dados quantitativos dão a dimensão desta oferta. Atualmente existem no Brasil 259 entidades fechadas de previdência complementar, com um patrimônio de US\$ 25 milhões de dólares, equivalente a mais de 4% do PIB e atendendo a dois milhões de assalariados. As projeções para o setor são de que, até o ano 2000, 7,77% da PEA seria coberta por previdência complementar, acumulando um patrimônio de 18% do PIB (ABRAPP/06, 1992). Junte-se a estes dados a oferta de serviços de assistência médica - quer própria quer conveniada com o setor privado - que atende hoje a uma população de 35 milhões de beneficiários, um quarto da população brasileira.

Neste caso, as evidências

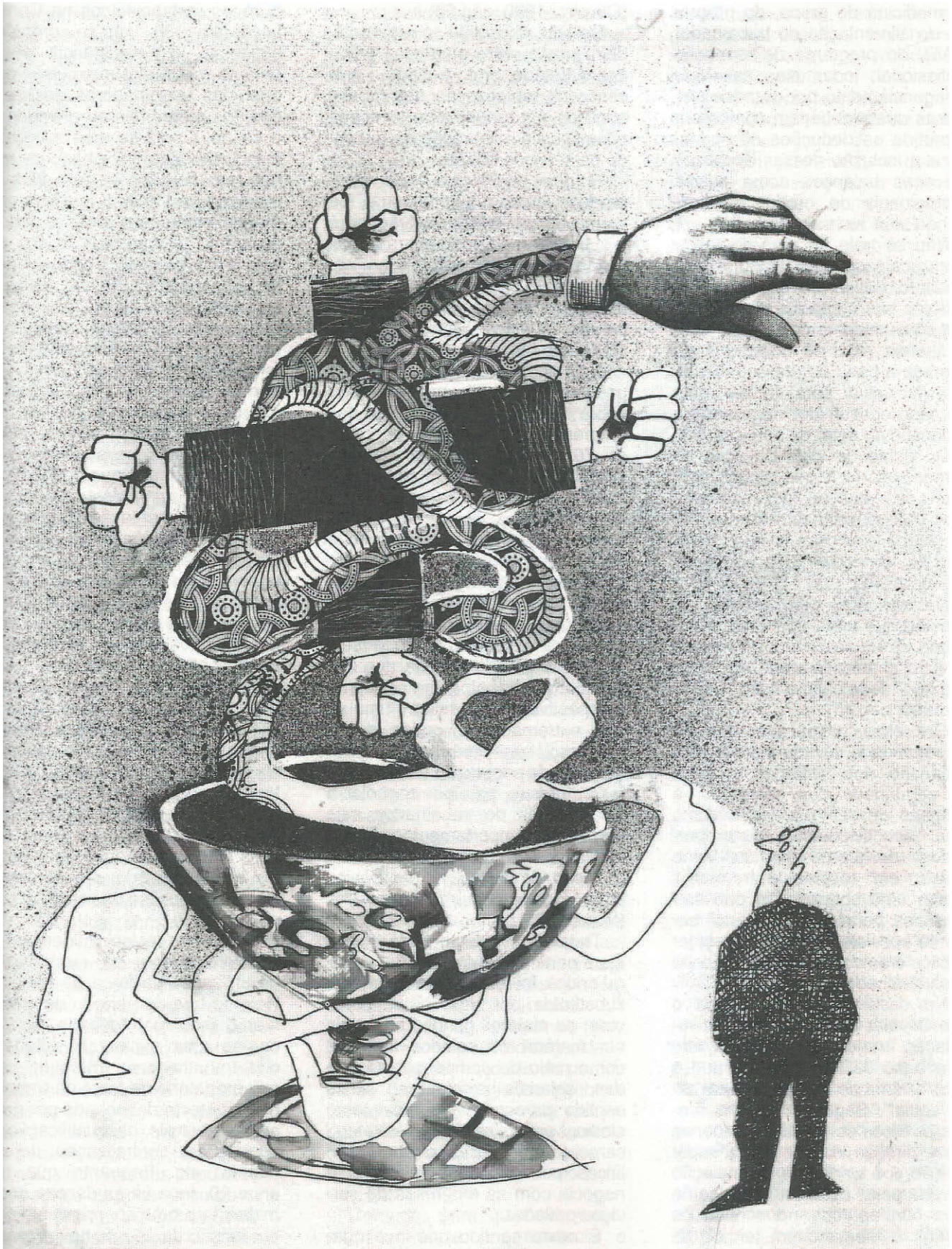
empíricas ajudam a estabelecer quase que uma relação de causalidade entre a emergência de reivindicações sindicais por serviços sociais e a expansão da seguridade social gerida pelas empresas empregadoras.

Todavia, nossa suposição é de que as determinações desse processo não estão localizadas nas demandas sindicais stricto sensu, mas um conjunto de fatores gestados a partir dos finais da década de 60, dentre os quais poderíamos apontar: a proposta de privatização da seguridade via incremento do mercado de seguros privados e dos fundos de pensão; a mudança nos padrões de gestão da força de trabalho alocada nos setores formal e informal da economia, e a manutenção dos investimentos públicos no financiamento quase que exclusivo da acumulação privada.

Na realidade, estamos nos defrontando com um movimento que nasce no interior das empresas. No entanto, a sua generalização como “proteção social” dos assalariados somente se faz através da mediação estatal quando naturaliza essa verdadeira “cidadania fordista” incorporando-a ao modelo de proteção social vigente.

E exatamente a dinâmica da incorporação desta prática empresarial - fruto das necessidades técnicas e dos conflitos gerados no âmbito das relações e dos processos de trabalho - que irão conformar as tendências da própria seguridade social brasileira, tornando universal as necessidades de uma classe. Estamos nos referindo às iniciativas privatizantes que vêm sendo implementadas desde meados de 70 como produto de um movimento inscrito nas relações entre o Estado e o setor privado lucrativo e não lucrativo. Este movimento, em tese, caracteriza-se pela redução ou contração das atividades do Estado em prol de uma maior presença do setor privado.

Esta relação entre os setores públicos e privados se institucionaliza num conjunto de medidas legais que tinham por princípio a participação do setor privado na implementação



de alguns programas de seguridade social, como é o caso da previdência complementar, dos convênios-empresa para prestação de assistência médica da medicina de grupo, do programa de alimentação do trabalhador (PAT), do programa de formação profissional; todas elas passíveis de agenciamento por grandes empresas que receberiam como contrapartida as deduções de impostos e a inclusão dessas despesas em seus balanços como custos operacionais de produção, diminuindo seus lucros contábeis.

Não se trata de uma demanda produzida “espontaneamente” pelo mercado; isto é, provocada pela liberdade de “escolha individual” dos consumidores como defendem os liberais, mais de uma demanda formada a partir de decisões políticas, inclusive para formar este mercado consumidor necessário à expansão do setor de serviços.

Do ponto de vista da ação do Estado, ocorre o que alguns chamam de “atuação por não-decisão”, isto é, pela não formulação de regras explícitas para a provisão ou fornecimento de serviços (Vários, 1992).

Na realidade, esta não é uma questão que afeta apenas à seguridade. Trata-se do que Francisco Oliveira chama de uma regulação “Ad hoc”: feita caso a caso (Oliveira, 1990, pág.44).

Ora, essa “privatização branca” da seguridade, levada a efeito pela expansão dos sistemas próprios de seguridade das empresas, a despeito de ser qualificada como uma “livre disposição dos empresários” ou, como afirmou Mario Amato em recente entrevista, “como uma colaboração dos empresários para com o Estado” somente subsiste às custas do setor público e da contribuição financeira dos trabalhadores.

No caso brasileiro, vive-se o que Oliveira denomina de uma regulação “truncada” do Estado, isto é, a base da formação do que o autor chama de Estado do “mal estar social”. Segundo ele, “os fundos públicos se privatizam apenas numa direção, na direção da substituição dos fundos de acumulação privada

pelos estatais, mas não há uma contrapartida no sentido de corrigir o mercado em termos de salário, distribuição de renda, etc (Oliveira, 1990, pág.68).

De fato, consolida-se um verdadeiro pacto entre empresas privadas e Estado, onde é nítido o processo de privatização dos fundos públicos, via renúncia de contribuições sociais e liberação de mercado de serviços sociais.

No dizer de Oliveira, “esta metamorfose, obra do autoritarismo, é a marca do capitalismo selvagem, é a sutil diferença que separa a utilização dos fundos estatais em casos como o do Brasil, do processo de regulação pública, característico do Welfare State” (Oliveira, 1990, pág.68).

Note-se por exemplo, segundo pesquisa que realizamos em 1983 sobre os serviços assistenciais das empresas em Recife - PE, que desde 76, começavam a ser criados verdadeiros “Welfare State” no interior das grandes empresas. Aquela prática se expandia sob fortes argumentos: a precariedade de serviços públicos, a necessidade de reter mão-de-obra e a criação de salários indiretos como parte de uma estratégia gerencial de tipo fordista. Todavia, até aquele período a grande maioria dos sindicatos que trabalhavam com uma perspectiva política tinham uma visão extremamente crítica desse processo, considerando-o um mecanismo de cooptação utilizado pelas empresas, seja por controlar a vida privada do trabalhador, seja por inibir comportamentos de rebeldia dos empregados já que o requisito da disciplina era básico para poder usufruir dos serviços (Mota, 1985).

Todavia, o que se pode observar a partir de 83 é que esta postura crítica foi sendo gradualmente substituída por uma nova tática: obter os maiores ganhos possíveis em matéria de salários indiretos como meio de compensar as perdas salariais existentes. Neste sentido parece que o movimento sindical passou a adotar estrategicamente a defesa da oferta de políticas públicas, mas taticamente negocia com as empresas de serviços

privados.

E neste sentido que o alargamento da oferta de serviços sociais públicos, estabelecidos na Constituição de 1988, “tem seu preço”: a expansão da assistência social para os “pobres” e a expulsão gradual dos trabalhadores assalariados dos programas de previdência e saúde. Opera-se uma tendência à inclusão dos trabalhadores menos remunerados ou excluídos do mercado de trabalho formado pela grande empresa e tenta-se mudar as regras da participação dos assalariados de melhor poder aquisitivo. Um movimento entre assistencialização e privatização da seguridade social. O maior exemplo do que afirmamos é a proposta de reforma da Previdência Social que tramita atualmente no Congresso propondo a redução do teto de aposentadoria para três ou cinco salários mínimos e sugerindo que os trabalhadores que tenham remuneração acima deste teto optem pela complementação da aposentadoria no mercado de seguros. Quem sabe, o Congresso em contrapartida aprove o projeto do “imposto regressivo” ou da renda mínima para os pobres, fazendo com que os trabalhadores assalariados façam “justiça social” com suas próprias mãos. Outra situação exemplar é a da saúde: o SUS (Sistema Único de Saúde) transformou-se no padrão de assistência médica dos moradores da periferia, daqueles que fazem o movimento popular. Dificilmente encontramos um trabalhador fabril nas suas filas porque agora eles estão ou no ambulatório das empresas ou nas recepções das clínicas conveniadas.

Claro que estas mudanças se relacionam com as modalidades de utilização da força de trabalho. Note-se que no período de crescimento industrial (década de 70), deu-se uma exploração intensiva dos trabalhadores, marcada pelo uso predatório da força de trabalho num contexto desenhado por práticas de controle, desqualificação de ocupações, centralização de comando, etc. Enquanto que nos anos 80, face às

mudanças imprimidas na produção, principalmente em função do uso de novas tecnologias e da emergência de processos gerenciais flexíveis, novos valores perpassam as relações no trabalho tais como a cooperação, a valorização do saber operário, a confiabilidade, a preservação da força de trabalho, dentre outros (Carvalho, 1987).

Estes dados demonstram a sintonia entre a extensão do assalariado nos anos 70 e a ampliação de benefícios como uma iniciativa exclusiva empresarial. Já nos anos oitenta, a mudança nos padrões de produção influenciará a formação de novos valores onde se incluem negociação sindical e uma suposta “humanização” do trabalho via ação social da empresa.

Vale ressaltar - para que não sejamos acusados de maniqueístas - que ao lado desse enorme poder de que dispõem as burguesias, montado na regulação permanentemente ad hoc, também os trabalhadores constroem o seu poder através das práticas sindicais, partidárias e dos movimentos populares, formulando reivindicações que fraturam essa alteridade do capital.

No entanto, podemos admitir que, apesar da notória capacidade de organização da sociedade, não ocorreu uma relação orgânica entre sindicatos, partidos e movimentos populares. Ainda que sejam vislumbrados os nexos presentes nas plataformas partidárias, não se conseguiu consolidar estratégias mais consistentes.

Os próprios partidos de esquerda não vêm conseguindo produzir uma polêmica consistente, nem construir uma organicidade com a ação reivindicatória das bases no que tange às demandas por proteção social. Via de regra, os partidos vêm reiterando uma verdadeira “divisão do trabalho organizativo das bases”: de um lado, as reivindicações dos inseridos no mercado formal de trabalho - via movimento sindical; de outro, as exigências dos setores excluídos, encaminhadas pelos movimentos populares.

No vácuo da construção de uma direção política e articuladora,

o que podemos observar é o movimento sindical barganhando com o empresariado medidas de proteção social, qualificadas de salários indiretos; enquanto que o movimento popular trava sua disputa com o poder local, operando quase que a municipalização de uma política social para o pobre.

No interior do movimento sindical, as demandas por mecanismos de seguridade social - saúde, previdência, assistência - além de transporte, educação, creches, alimentação subsidiada, têm sido encaminhadas muito mais nas campanhas salariais, passando a compor itens dos contratos coletivos de trabalho, do que por qualquer outro meio.

Trata-se, portanto, de uma luta que corre por fora do espaço público. Sua visibilidade pública somente acontece quando da deflagração de conflitos mais abertos, como é o caso da greve.

O que este movimento nos indica é que de fato o movimento sindical, a despeito do seu poder de barganha e da sua legitimidade pública, vem encaminhando suas demandas por seguridade social no âmbito privado de cada empresa empregadora.

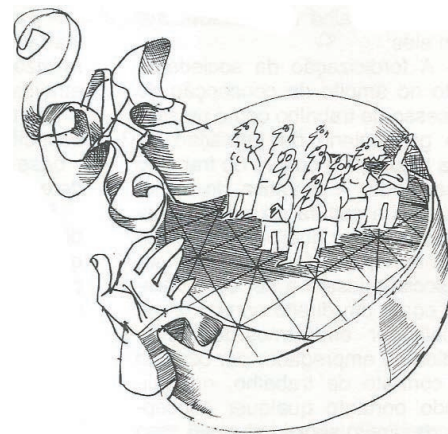
Já o movimento popular, mesmo que mais fragilizado do ponto de vista do seu poder de barganha, consegue imprimir não apenas uma maior visibilidade como tem no espaço público o locus das suas lutas.

O impacto desse aparente movimento contraditório será pois uma expansão gradual de políticas assistenciais não contributivas e uma relativa retração daquelas que têm como usuário os assalariados.

Nesse sentido, estaria se gestando um novo perfil da seguridade social, cuja centralidade da participação das empresas no agenciamento de serviços permite vislumbrar uma prática em que seguridade e produtividade do trabalho se resolvem no espaço da moderna empresa.

Contudo, para que não tomemos aparência por essência e identifiquemos na prática da empresa uma iniciativa “autônoma”,

vale esclarecer que na realidade a empresa constrói um novo modo de gerir a socialização dos custos da reprodução da força de trabalho: desloca parte dos recursos que seriam públicos para que ela própria administre essa reprodução. Além disso, como a maioria dos programas sociais são de natureza contributiva, retendo na própria empresa parte do salário pago ao trabalhador, a instituição desta prática securitária própria termina sendo financiada pelos trabalhadores estejam eles na fábrica ou nos bairros da periferia - e administrados pela grande empresa.



É dentro desse contexto que se instaura o que vimos denominado de uma “cidadania fordista”. Através de um determinado modo de regulação estatal são criadas as condições para operar uma seletividade entre a política social do pobre, de natureza pública, e uma política privada para o assalariado, através do uso de fundos públicos e mediante uma estratégia de super-exploração do trabalhador.

É nestes termos que “vinculando assistência à produtividade do trabalho, o empresariado assegura, ao mesmo tempo, a manutenção do trabalhador, os níveis de produtividade e uma pseudo-autonomia dos fundos públicos (Mota, 1989, pág. 131).

Do ponto de vista político, presenciariamos um deslocamento

da publicização das necessidades do trabalhador na medida em que elas passam a ser supridas no âmbito privado das empresas e restrita àqueles que tem um contrato de trabalho.

Nestes termos, e para concluir, podemos vislumbrar alguns arranjos sócio-políticos que determinam a criação dessa universalização “truncada”, cuja essência é a construção de um novo conformismo social que é flagrado na tentativa de tornar subjetiva a objetividade da ordem burguesa, via formação de normas de consumo, moral e ética do trabalho assalariado. Seriam eles:

- A fordicização da sociedade, tanto no âmbito da concepção do processo de trabalho como no sentido gramsciano de formação de uma ideologia e cultura do trabalho assalariado. A tentativa de tornar universal a cultura do trabalho assalariado, visto que o acesso a alguns serviços típicos da seguridade social passam a ser considerados como um direito contratual do trabalhador em termos de contrapartida do empregador por ocasião do contrato de trabalho, neutralizando portanto qualquer concepção de direito social universal. Isso reafirma não apenas uma “prática de corporações” como imprime diferenças entre os níveis de consumo dos assalariados e dos não assalariados.

- A transformação das demandas sindicais por serviços não mercantis numa verdadeira estratégia de super-exploração dos trabalhadores, visto que os programas de benefícios permitem um amplo uso produtivo por parte das empresas, na medida em que conseguem operar uma vinculação entre usufruto dos serviços, disciplina no trabalho e retenção da mão-de-obra em cada uma das empresas ofertantes. Ao deslocar “os salários indiretos” de uma instância distributiva e pública para a esfera contributiva e privada, o capital enfrenta a luta ofensiva dos trabalhadores por meio de desmercantilização do trabalho com uma incorporação funcional aos seus interesses. Note-se que a despeito de contribuir

para o aumento do consumo dos trabalhadores, a oferta de serviços pelas empresas - ao contrário da proposta fordista dos anos 30 não opera liberação de salário real nem a formação de um amplo mercado consumidor. Ao contrário, o que tem acontecido é uma prática de baixos salários, compensada pela criação de serviços sociais que na realidade são bancados pelos próprios trabalhadores e por recursos que, a rigor, deveriam ser repassados ao Estado e socializados através de uma esfera extra-salarial.

- Tratar-se-ia, também, de uma verdadeira estratégia de re-corporativização dos sujeitos sociais através do incentivo aos contratos e acordos em torno de interesses específicos de algumas categorias - base da criação do sindicalismo de empresa.

Estes arranjos, no nosso entendimento, rebatem em princípios que norteiam a capacidade de o capital tornar defensiva a luta ofensiva dos trabalhadores assalariados na construção da “sua cidadania”.

Pensamos que este é um problema afeto ao “grau, nível e tipo” das lutas cujo foco imediato é o processo distributivo. As possibilidades destas lutas superarem a esfera conjuntural depende da sua passagem da direção reativa (tática) para direção crítico-superadora (Dias, 1991). Enfim, é uma questão afeta às relações de força entre as classes sociais. No caso específico das demandas sindicais por seguridade é necessário não apenas reivindicar, mas construir com, sobre e a partir das reivindicações um projeto político.

### **bibliografia**

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. “Desarrollo Capitalista y Acción Sindical”, Revista Mexicana de Sociología, LX, 1978, pág. 467-491
- CASTRO, Nády Araújo. Classe Operária e Capitalismo Industrial Brasileiro. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- AZEREDO, Beatriz. Da Previdência à Seguridade Social: Os Perigos da Transição, Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990
- RAGA, J. Carlos de Souza e Paula S.

- Goes. Saúde e Previdência, São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BRUNHOFF, Suzanne de. Estado e Capital, Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1985.
- CARVALHO, Ruy Quadros. Tecnologia e Trabalho Industrial, Porto Alegre: L&PM, 1987.
- DRAIBE, Sonia. O “Welfare Stato” no Brasil: Características e Perspectivas, São Paulo: ANPOCS, 1988.
- DRAIBE, Sonia e Aureliano Lima. “A especificidade do Welfare State Brasileiro”, in Reflexões Sobre a Natureza do Bem-Estar, Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.
- DESEP/CUT. “Políticas Sociais o os Trabalhadores”. Revista Debate Sindical, Ano III, nº 11, outubro/1989, São Paulo.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Educação o Cidadania: Classes e Racionalidades. Campinas, 1991, mimeo.
- GALPER, Jeffry. Política Social e Trabalho Social, São Paulo: Cortez Ed., 1986.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- MEDICE, André César. “Saúde o Crise na América Latina”, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n2 3, vol. 23, mai-jun/ 1989.
- MOTA, Ana Elizabete. O Feitiço da Ajuda, São Paulo: Cortez Ed., 1985.
- \_\_\_\_\_. O Pacto da Assistência: Articulações entre Empresa e Estado”, Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 30, ano X, abril/1989.
- \_\_\_\_\_. “A Cidadania do Fordismo”, Revista História & Perspectivas, Uberlândia, nº 5, jul-dez/1991.
- OLIVEIRA, Francisco. “Os Protagonistas do Drama: Estado e Sociedade no Brasil Pós-64, in Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina, São Paulo: HUCITEC, 1990.
- \_\_\_\_\_. O Surgimento do Antivalor, in Novos Estudos, CEBRAP, nº 22, out-1988.
- PAULO NETO, José. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, São Paulo: Cortez Ed., 1992.
- RODRIGUES, Iram Jácome. “As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical”, in Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. Cidadania e Justiça, Rio de Janeiro: Campus, 1970.
- VIANNA, Luiz Werneck. Atualizando uma Bibliografia: Novo Sindicalismo, Cidadania o Fábrica, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1990.
- \_\_\_\_\_. Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

**Ana Elisabete Mota** é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco

# A Diversificação Tática da Luta no Setor Educação

*Nicanor Palhares Sá*

**S**empre me perguntei como estabelecer a relação entre greve e trabalhadores do setor público. Nunca me satisfiz com a resposta simples de que, em sendo todos trabalhadores, a relação seria simétrica com os demais trabalhadores do setor privado. É possível que, para aqueles sindicalistas que enxergam apenas a defesa dos interesses da corporação, da própria categoria, tal questão não se coloque, tendo em vista tão somente os resultados imediatos para os membros do sindicato ou da categoria profissional. Mesmo em nível do sindicato de resultados, a questão não está isenta de dificuldades teóricas como se verá adiante. Agora, entretanto, interessa ampliar o grau de problematização.

Num movimento sindical como a ANDES-SN que assume uma luta em defesa dos interesses da

categoria dos docentes, combinada com interesses sociais mais amplos, a começar pelos interesses do conjunto dos trabalhadores e, particularmente, pela defesa da escola pública, gratuita, de qualidade e democrática, e por um padrão de ensino aceitável socialmente em todos os níveis e em todo o território nacional, a relação entre greve e os trabalhadores do setor torna-se bem mais complexa. O correto seria dizer que, em várias conjunturas, fica estabelecida uma relação de contradição entre os interesses da categoria e os interesses sociais que o Sindicato se propõe defender, principalmente, com a bandeira de luta em defesa da educação pública destinada aos setores sociais dela excluídos.

Não pretendo aqui desenvolver os argumentos do direito de greve dos trabalhadores do setor público, com os quais compartilho

integralmente.

Afirma-se, em defesa da greve, que ela sempre resulta em prejuízo para alguém, embora seja o único modo de se obter algum sucesso político. Tratando-se de uma relação entre empregado e empregador, na greve, o empregado visa atingir diretamente o empregador, ou seja, o bolso do empregador. Quando numa empresa industrial ou comercial ou ainda agrícola, se desencadeia um movimento paredista, o capital é diretamente afetado. Parar a produção é provocar prejuízos incalculáveis diretamente no bolso do patrão. Esta situação só é verdadeira para a atividade privada ou para as empresas públicas que tenham compromisso com a produtividade diretamente econômica.

No setor público, a situação é bem diferente. O patrão não é o dirigente que assina a carteira



de trabalho ou a portaria de nomeação. O patrão, se assim se pode denominar, é o público. Não creio que os grevistas pretendam atingir o bolso do público, também não creio que pretendam provocar prejuízos educacionais ou culturais de qualquer natureza ao público, principalmente àquele público que resistiu à debandada da escola pública, ou simplesmente não teve outra alternativa.

Uma greve do setor público visa, mais diretamente, a provocar prejuízos aos dirigentes, aos administradores, aos políticos, jamais à sociedade, ou sobre os usuários de serviços públicos. Aqui está o cerne do problema, pois na defesa da greve, coloca-se que a defesa de melhores condições de trabalho para a categoria resultará em melhor qualidade dos serviços.

Isto é verdadeiro, mas apenas parcialmente: a) primeiro, depende de outros fatores que precisam ser tratados concomitantemente com a melhoria das condições de trabalho; b) segundo, uma ação grevista prolongada tende a desarticular, desmontar e até destruir muito dos esforços coletivos acumulados naquele serviço, resultando em anos para sua rearticulação ou reconstrução. A gravidade desse quadro está no fato de que essa situação vai se reproduzindo em escala cada vez mais crescente no agravamento da qualidade dos serviços públicos e da escola pública em particular. Os educadores, os pais, os alunos, os usuários assistem perplexos à decomposição desses serviços e tendem a provocar mais freqüentes e prolongadas paralisações que

resultam mais rápida a destruição da educação.

Os governantes poderão ser desgastados politicamente, quando o são, mas não ocorre qualquer prejuízo econômico para o dirigente ou político, individualmente. Quanto mais prolongada é uma greve no setor público, menor é o prejuízo para os governantes ou dirigentes, e maior é o prejuízo da população em geral. Em um movimento grevista de simples paralisação, a população tende a responsabilizar os próprios grevistas pela falta de acesso aos serviços públicos.

Todavia, apesar disso, quando se trata de educação, fica difícil caracterizar, em seus limites, as relações de trabalho, principalmente da educação pública, mas não exclusivamente, pois o mesmo ocorre em diversos outros setores de prestação de serviço público, ligados ao governo.

O movimento sindical contemporâneo no Brasil tende a afirmar que são indissociáveis os interesses corporativos e a defesa dos serviços públicos nas áreas da saúde, educação, seguridade etc. Por isso, que a defesa dos serviços públicos tem sido realizada pelos sindicatos cada vez mais freqüentemente. O governo, já há muito, tem procurado privatizar esses serviços, utilizando, para isso, de todos os meios. O abandono tem sido a principal estratégia. A greve prolongada nesses setores tem sido utilizada como mais um instrumento de desarticulação e desorganização de modo a provocar enorme insatisfação e, com isso, legitimar o processo de privatização dos serviços públicos essenciais.

Os setores públicos - estatais para ser exato - estão em processo de mudança nas relações de trabalho e tendem para relações de produção capitalista graças ao conjunto de mudanças a que estão submetidos. Embora essas mudanças apontem para uma diferença qualitativa, elas são ainda tendenciais, o que tem provocado um conjunto de subordinação de ações e comportamento, a começar pela lógica da divisão de trabalho, da introdução de novas tecnologias



e circulação da mercadoria capitalista, no capital.

A educação pública, ou - para ser mais exato, a educação estatal não realiza relações de produção capitalista por não existirem as necessárias relações diretas entre trabalho e capital, ou melhor, existem, todavia, são mediadas pelo governo. O funcionário público federal, estadual ou municipal, não tem como patrão nem diretamente o capital, nem os políticos, nem a tecnoburocracia e, muito menos, a coletividade ou o público, pois não há como caracterizá-lo na hierarquia do trabalho atual. São servidores públicos.

As relações entre capital e trabalho são de natureza diversa daquelas submetidas às relações privadas. No setor público, as relações de exploração, em algumas unidades federadas e municípios, são de extrema gravidade. Todavia, este fato é insuficiente para caracterizar, conceitualmente, as relações de produção capitalista, ou para se afirmar que se trata de relações semelhantes. As relações de trabalho estatais por mais que visem à produtividade ou explorem a força de trabalho, não objetivam a extração de mais-valia, mesmo quando há enorme quantidade de sobretrabalho caracterizando a exploração.

O que caracteriza a relação de produção capitalista é a separação do trabalhador de suas condições de trabalho combinada com a apropriação privada do sobretrabalho e das "condições" referidas. O fato de haver uma transferência de recursos públicos para o setor privado apenas reafirma o conceito de Estado como aparelho a serviço predominantemente do capital, em nossa formação social. O fato, finalmente, de haver um processo de unificação das relações de trabalho no setor público e privado, constitui indicador para demonstrar que a educação, como os demais serviços, tende irreversivelmente para a privatização, caso não façamos algo em contrário.

A discussão acima visa somente a demonstrar que, em sendo

relações de trabalho distintas entre os setores público e o privado, a forma de luta deve, por definição, ser de natureza diferenciada. Quando li "O desafio educacional japonês", chamou-me a atenção a relação entre professor, aluno e família. Os professores da educação básica visitam as famílias de todos os alunos, pelo menos, uma vez por ano. Isto cria uma relação tão forte entre escola e população e, raramente, pode ser comparado a qualquer esforço nosso de estreitamente dessas relações.

É sabido que os professores possuem enorme poder de influência sobre a opinião pública, pelo menos potencialmente. É sabido também que nem sempre a categoria utiliza tal poder sistematicamente; raramente, os docentes escrevem uma lauda nos jornais locais, quando estes se abrem à categoria. O hábito de sair dos muros escolares ou da academia para conversar com a população é uma raridade. Todas as vezes que o movimento docente envolveu, inteligentemente, os pais, teve extremo sucesso.

Eu fico sempre me perguntando o que seria dos maus dirigentes ou políticos responsáveis pela educação se os educadores tivessem como prática prioritária o contato direto com a população em suas casas ou utilizando, ao máximo, os meios de comunicação de massa para demonstrar os motivos da crise da educação, usando para isso a sua enorme capacidade de argumentação. É possível atingir os políticos e dirigentes políticos nas suas bases, para ser mais específico, nos endereços de suas bases sociais. Não é o caso de se estabelecer relações apenas com os dirigentes das bases, mas é necessário ir até elas, pois nem sempre os representantes de entidades representam essas bases para todos os assuntos. Isso não é tudo, apenas ilustra o que pretendo aqui expor, ou seja, é vital a diversificação das formas de lutas.

Essa é uma posição contrária à greve nos serviços públicos? Absolutamente não. Apenas apresento a necessidade da

complexidade tática, de modo que os objetivos sejam melhor atingidos. Quem se fixa numa única forma de luta fica à mercê de seus adversários, pois o seu comportamento torna-se previsível e está sujeito à manipulação para fins que não os seus. A greve precisa ser recuperada como o último instrumento de luta, e não o único ou o principal. Ela precisa ser de curta duração, a fim de que provoque o menor prejuízo à população, apenas para atingir objetivos determinados, como, por exemplo, os organizativos ou sensibilizadores de massa.

Defendo, portanto, a diversificação tática e maior grau de preparação da luta antes de seu desencadeamento.

---

## notas

- 1 - A necessidade da greve é evidente para o setor, até mesmo como forma de se assegurar maior organização e agilidade nos encaminhamentos da luta. Não se ignora também a questão que deve ser enfrentada sobre a natureza e especificidade da educação - a educação estatal. O governo tem contribuído para o processo de aceleração da acumulação das empresas privadas, através da dívida pública, da política fiscal, da criação da infra-estrutura, e, às vezes, através do financiamento direto do privado. O objetivo deste trabalho é levantar a questão de outro ângulo, de modo a problematizar a relação entre greve e trabalhadores do setor público.
- 2 - Existem greves de sensibilização da opinião pública contra os dirigentes, contudo, ainda aí o objetivo imediato é não provocar qualquer prejuízo ao usuário, ao contrário.
- 3 - tese de doutorado de Mary White, publicada pela Brasiliense em 1991.
- 4 - Não se trata aqui de defesa de uma luta de caráter artesanal, mas de organizar o movimento para ação coletiva. O resultado será em escala e de massa, dependendo da força organizativa do Sindicato.

---

**Nicanor Palhares Sá** é professor do Instituto de Educação - Universidade Federal do Mato Grosso.

# Avaliação: Algumas Questões a Ressaltar

*Antônio Ibanez Ruiz*

**A** avaliação, tão importante em qualquer atividade, torna-se radicalmente vital quando se trata da educação superior, num país de contrastes gritantes, em seus aspectos sociais, culturais e econômicos.

Independentemente do diagnóstico que se faça sobre as universidades, é necessário implantar uma avaliação por parte da sociedade, para que ela saiba que investimento faz e qual o seu retorno, em termos de formação profissional, realização de pesquisas e integração com a própria sociedade, através da extensão.

O diagnóstico é, às vezes, obtido por simples análise dos fatos altamente relevantes, como o que acontece mais especificamente com as universidades.

O presente trabalho pretende mostrar, através de alguns dados, a gravidade da situação atual das universidades e propor uma reflexão aprofundada da questão, detendo-se um pouco mais na falta de integração universidade-sociedade.

1- A proposta do governo Collor para o orçamento de 1993, para

todas as IFES, indica que cada aluno custará ao país, no próximo ano, US\$3.300,00, incluindo pagamento de pessoal e todas as despesas de manutenção, desde limpeza, vigilância, energia, água, computadores, revistas, etc. Excluindo o salário de professores e funcionários, que representam aproximadamente 90% do orçamento total (2.970 dólares), sobram 330 dólares, por aluno, por ano, para todas aquelas atividades. Em setembro de 92, a fatura para pagamento de limpeza e parte da vigilância da UnB (Universidade de Brasília) foi de 141.000 dólares, ou US\$12,8 por aluno. No ano, só estes dois itens superam os 150 dólares por aluno. Sobram pouco menos de 150 dólares para todos os outros itens. Acredite quem quiser.

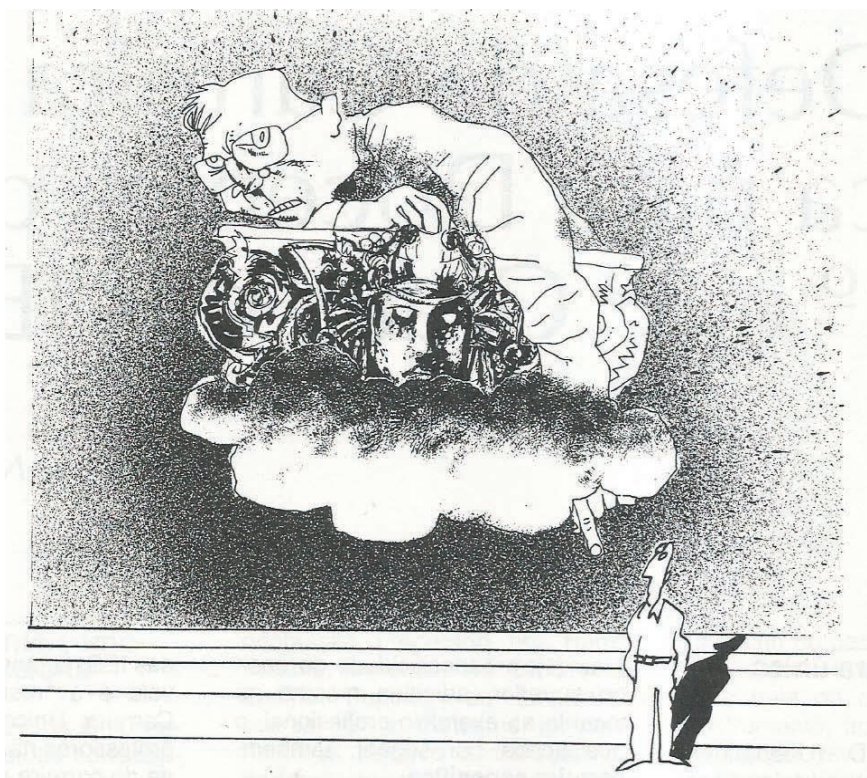
2- Em muitas universidades a evasão de alunos está próximo de 50%, isto é, o número de egressos é quase a metade do número dos que ingressam no 1º semestre; estes números foram constatados em algumas universidades estaduais e também federais.

3- Considerando que a educação deve ser prioridade nacional e que

é necessário caminhar no sentido de deselitizar o acesso a todos os níveis de escolaridade, com a melhoria drástica da qualidade do 1º e 2º graus, deveria se supor que, coerentemente, uma das prioridades, nas universidades públicas, seria a licenciatura de professores. Pura ilusão, as universidades públicas formam só um terço de todos os professores formados no país, o que já é pouco.

4- A previsão salarial para o ano que vem é a de manutenção de arrocho ao funcionalismo, incluindo o pessoal das Universidades, ajudando a desmontar ainda mais o setor de educação, ciência e tecnologia.

Estes são apenas alguns pontos que saltam à vista e que, sem grandes análises, indicam falta de recursos e distorções nas universidades. Para a correção destes pontos não precisamos de avaliação. Sabemos de antemão que, por um lado, são necessários maiores investimentos e, por outro, um maior compromisso da universidade com a própria educação, sem falar na pouca integração da Universidade com a Sociedade.



Estas questões, por demais óbvias, não excluem, no entanto, a obrigatória necessidade da avaliação institucional, já que esta certamente revelará outros indicadores que contribuam para uma melhoria da qualidade do ensino superior e das universidades, como um todo.

Existe, também uma questão altamente relevante e que, independentemente da avaliação, está presente em todos que se preocupam com a Universidade e que é o compromisso com a solução dos problemas que a sociedade brasileira enfrenta. O espaço político ocupado pela educação superior, no Brasil, está longe de corresponder às necessidades de um país que passa, neste momento, por uma crise política sem precedentes e que carece de objetivos a médio prazo, contentando-se com a perspectiva de sair da recessão, perspectiva esta que pode servir, no máximo, a uma campanha presidencial, mas nunca constituirá uma diretriz que indique ao Brasil o caminho para os próximos 20 ou 30 anos.

Este espaço político tem que ser conquistado e, a meu ver, isto só

se dará quando as universidades investirem suas melhores cabeças, e o conhecimento ali desenvolvido, na proposição de saídas para o Brasil. Propostas que sejam submetidas a uma avaliação de toda a sociedade, reunida num amplo fórum de debates, de seus representantes no sentido mais lato (partidos políticos, sindicatos, associações trabalhistas, profissionais, patronais, etc). Isto acontecendo, estaremos contribuindo, paralelamente, para diminuir resistências, no Congresso e no Executivo, com o objetivo de se alcançar os recursos necessários, não só para um bom funcionamento, mas também para o crescimento da universidade pública.

A avaliação, além do mais, é necessário fazê-la, porque sabemos que as distorções existentes no seio das universidades, ou não são detectadas por sua própria comunidade ou, mesmo quando detectadas, são difíceis de serem corrigidas devido à enorme inércia às mudanças no interior das universidades. A participação da sociedade que deve ser a responsável pela avaliação externa, é portanto fundamental, porque

detectados os pontos frágeis, ela cobrará as devidas correções.

A participação do Estado na avaliação tem de ser considerada por outra ótica que leve em conta os riscos de estatização do ensino universitário, o que deve ser evitado, pelo menos enquanto o Estado representar, apenas, os valores hegemônicos da classe dominante.

A auto-avaliação e a avaliação externa são necessárias e imprescindíveis, mas temos que ter clareza de que não se constituem na solução definitiva ou única para os nossos problemas.

A situação da Universidade, inevitavelmente, coloca em primeiro plano questões políticas, de responsabilidade, não só daqueles que decidem suas prioridades, mas, também, daqueles a quem cabe levar a Universidade a pensar alternativas para a saída da crise e apontar rumos para as próximas décadas.

**Antonio Ibanez Ruiz** é reitor da Universidade de Brasília.

# Em Defesa da Carreira Única para Docentes de 1º, 2º e 3º Graus das IES

*Joana Neves*

## **o md e a carreira única**

O XIX CONAD (Uberlândia) aprovou proposta que defendia o estabelecimento de uma CARREIRA ÚNICA para todos os docentes das IES. Essa proposta passou, então, a integrar a pauta de reivindicações do MD. No entanto, não se verificou, ainda, um aprofundamento sobre suas implicações. Os debates havidos não chegaram a envolver o conjunto dos docentes das IES. A rigor a questão tem permanecido, de certa forma, restrita às Universidades, sobretudo às Federais que, mantendo Colégios de Aplicação possuem, nos seus quadros, docentes que trabalham no 1º e 2º graus.

Ao longo dos debates sobre a LDB, tanto aqueles que tinham o propósito de fundamentar a atuação nas discussões do anteprojeto do Congresso Nacional como aqueles que tinham por objetivo fornecer subsídios para a elaboração de um projeto próprio, o MD não conseguiu superar alguns dos principais obstáculos de ordem legislativa para o pleno estabelecimento de uma Carreira única. Por exemplo: a possibilidade de formação de nível médio para os professores da primeira fase do 1º grau (1); a especificidade do ensino superior,

admitida mesmo no tocante ao exercício profissional, o que acaba por sugerir, também, carreira específica.

A proposta de Carreira única, uma vez incluída na pauta de reivindicações do MD, como não podia deixar de ser, tornou-se uma questão fundamental para o GT de Carreira da ANDES-SN. No Relatório da reunião realizada em Belo Horizonte, nos dias 25 e 26 de setembro último, o GT Carreira reiterou os princípios norteadores do Projeto de Carreira Única aprovados pelo XI Congresso da categoria. O de número 1 estabelece: “Carreira Única para os docentes das IES - Federais, Estaduais e Particulares - 1º, 2º e 3º graus”.

O “Anteprojeto de Lei/Carreira Única”, apresentado no mesmo Relatório, sem formular, de modo muito claro, a existência de uma identidade do trabalho exercido pelos docentes, independente do nível de ensino em que atuem, ratifica o princípio número 1.

Contudo, os problemas não estão resolvidos no interior do MD. Informes das ADs/SSind, na mesma reunião do GT Carreira, dão conta de algumas dificuldades. A principal delas: a questão não foi amplamente debatida no interior das IES. Quando o foi, o que se revela

é a “resistência” ao termo “Carreira única”. “A maioria dos professores não entende a unicidade de carreira para setores diversificados como a universidade federal, a estadual e a particular. Também a unicidade entre 1º e 2º graus e o 3º grau cria, de certo modo, perplexidade”.

A questão da Carreira única complica-se ainda mais, para o MD, quando se liga à questão salarial. A recente campanha pela isonomia e as sucessivas campanhas salariais podem levar ao sério equívoco de se confundir CARREIRA ÚNICA com **equivalência salarial**. Neste caso, corre-se o risco de se definir a Carreira única por uma das suas decorrências lógicas: **salários iguais**. No entanto, o que se pretende, com o estabelecimento da Carreira única, é considerar a ligação intrínseca entre o **trabalho docente** e a própria **concepção de educação**.

E neste sentido, realmente, a formulação de uma Carreira única para todos os docentes não é, absolutamente, tranqüila e, por isso, requer do MD muito empenho, clareza e persistência para encaminhá-la.

O presente texto é, tão somente, uma tentativa de colaboração ao debate desse importante tema.

### a carreira docente como questão internacional

A UNESCO, órgão da ONU encarregado das questões educacionais, se ocupa, também, das condições de trabalho dos profissionais da educação, em alguns casos, articulando-se com a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Em 1966, em Conferência intergovernamental, especialmente convocada para este fim, foi adotada uma **Recomendação relativa à situação do Pessoal Docente**. O artigo 2 estipula que “Esta Recomendação se aplica a todo o pessoal docente dos estabelecimentos públicos ou privados do ensino secundário ou nível mais baixo”.

Na medida em que se deduz, por este artigo, que a referida Recomendação não inclui os docentes do ensino superior, a própria UNESCO deu início a um processo cujo objetivo deve ser o de contemplar, em nível de uma Recomendação internacional, a situação dos docentes do ensino superior. Nesse sentido, em uma mesa redonda, realizada no âmbito da Conferência Internacional sobre as liberdades acadêmicas e a autonomia universitária, em Sinaia,

Romênia, de 5 a 7 de maio de 1992, foi apresentado um documento de orientação preparado por Ramzi Salamé, assessor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO, acerca de um instrumento internacional relativo à situação do pessoal docente do ensino superior.

Este documento foi recebido pela ANDES/SN, em correspondência de 11 de agosto de 1992, encaminhada por Daniel Monteux representante permanente da FISE junto à UNESCO e responsável pela Comissão de Ensino Superior - e repassado às ADs/SSind. O objetivo destacado no comunicado de Daniel Monteux é que o documento sirva de base para um “estudo aprofundado sobre a condição do pessoal docente do ensino superior, que será apresentado na Conferência Geral da UNESCO em 1993”.

O autor, Ramzi Salamé, que é um sindicalista, pretende que os sindicalistas e as associações sindicais do Ensino Superior discutam seu documento e as suas propostas, sobretudo aquelas relativas à elaboração de uma Recomendação semelhante à de 1966, específica para os docentes do ensino superior.

É importante assinalar, já como ponto a ser analisado no debate que o MD deve implementar, que o documento em pauta afirma,

muito claramente, a especificidade do trabalho do pessoal do nível superior. Assim é que, no item 3, em que trata do caráter do eventual instrumento, ao indicar quatro opções que devem ser deixadas de lado, o autor estabelece que: item 3.2. - Emenda à Recomendação de 1966 ou sua ampliação: A deixar de lado por duas considerações: 3.2.1 ( o único que interessa no caso). Considerações técnicas: dificuldade de adaptar algumas seções do texto e acrescentar disposições tendo em conta os elementos específicos ao ensino superior (por exemplo, exigências da investigação e da criação) (Grifo nosso).

Esta disposição compromete a proposta, aqui defendida, de carreira única para todos os docentes da IES, independente do nível, ou grau de ensino em que trabalham e, por isso precisa ser muito bem analisada pelo MD, em especial pelo GT Carreira.

### educação, trabalho docente e carreira única

A proposta de uma Carreira única, como já se afirmou no início, define-se pela ligação intrínseca entre o trabalho docente e a concepção de educação.

Atualmente as questões mais dramáticas em relação à educação



são as indefinições quanto ao que deve caracterizá-la, bem como às expectativas que ela deve (ou pode) atender.

As indefinições sobre a educação, no contexto atual da sociedade brasileira, acarretam indefinições acerca da escola e do profissional que nela atua. Da mesma forma que não se sabe bem que sentido dar à educação, não se tem clareza sobre qual é o papel da escola na sociedade. Daí decorre que é possível considerar como “profissional da educação” uma gama muito grande de trabalhadores. A expressão **educador**, com a qual se pretendeu dar uma definição “mais ampla” ao papel do **professor**, engendrou grandes confusões e distorções que descaracterizaram a própria concepção de professor/docente.

Tornou-se lugar comum, principalmente no contexto da pedagogia que se colocou como dominante na educação brasileira, afirmar-se que o “educador” não se confunde com o “mero professor” (entendido como aquele que “apenas” transmite conhecimentos);

e, o que é pior, passou-se a considerar, também, que não é **suficiente** ser **professor** para ser “educador”.

Essas distorções, que não serão analisadas neste texto (embora isso devesse ocorrer nas diversas instâncias do MD), tiveram nas “autoridades” educacionais (na maior das vezes, apenas **ocupantes** de cargos sem quaisquer atributos específicos) seus principais autores.

Às indefinições acrescentou-se o problema da desqualificação da escola e do profissional que nela trabalha. Na medida em que a educação brasileira tornou-se uma das principais vítimas da incúria governamental e do descaso das autoridades, a escola (sobretudo a pública) se tornou, junto com as demais instituições oficiais, alvo do descrédito popular e o professor passou, rapidamente, da condição de “sacerdote”, idealista e abnegado, que trabalhava por amor ao ofício para o qual havia nascido naturalmente vocacionado (segundo a velha crença de que “ensinar é um dom”), para a condição de profissional mal

preparado, que, exercendo a sua profissão nas condições mais precárias, trabalha de forma a denegri-la. A desqualificação do professor contribuiu também para a sua descaracterização.

A proposta de uma Carreira Única implica, antes de tudo, na definição do profissional que a integra. A que é aqui definida, considerando a escola como uma instituição especializada, cuja função precípua é desenvolver a educação formal e sistemática assentada na elaboração de conteúdos específicos, supõe que o profissional da educação, para o qual se propõe a Carreira Única, é o PROFESSOR, ou seja: um especialista em lidar com a elaboração de conteúdos específicos, objeto das disciplinas e atividades escolares, visando a realização de um processo educativo.

A Carreira Única proposta para todos os docentes/professores deve ter, portanto, como elemento definidor o conteúdo na e da educação.

Essa proposta enfrenta, como primeiro obstáculo, a visão

deteriorada que se tem sobre o **conteúdo** no processo educativo. A deterioração do **conteúdo** na educação requer uma explicação. A concepção de educação, que norteou a organização da escola tradicional brasileira, era caracterizada pela hegemonia do conteúdo. Educação era, naquele contexto, praticamente sinônimo de transmissão/assimilação de conteúdos. O “nível” de educação era dado pela “quantidade” de conteúdos que se dominava: saber **mais** significa ser **mais educado**.

Essa concepção vem sendo criticada e revista há muito tempo por alguns dos principais educadores brasileiros. Contudo as críticas, mesmo as corretas e pedagogicamente bem fundamentadas, verificaram-se num quadro sócio-econômico e político desfavorável aos melhores encaminhamentos para o sistema educacional, notadamente durante o período da ditadura militar em que a educação foi, mais do que nunca, colocada a serviço dos interesses das classes dominantes e dos donos do poder. De modo que as críticas, ao invés de contribuírem para a mudança da escola tradicional, livresca, acadêmica e elitista, acabaram servindo de argumento para o sistemático e progressivo esvaziamento do **conteúdo** trabalhado nas escolas.

A deterioração do conteúdo dos diferentes campos do conhecimento, verificada nas escolas, é sobejamente conhecida, tendo já originado um verdadeiro folclore cultural constituído pelas respostas dadas pelos estudantes nos exames vestibulares. Para ficar apenas no exemplo mais triste: o estudante passa 11 anos na escola (1º e 2º graus) e não aprende ler e escrever nem na língua oficial do país, nem em qualquer outra.

A pior conseqüência da deterioração do conteúdo, que exige que se revejam as críticas feitas à escola tradicional, foi o estabelecimento de uma série de dicotomias que se interligam e que são responsáveis pela criação de falsos dilemas para a educação. Essas dicotomias, que podem ser

desdobradas em muitos termos, referem-se basicamente àquelas noções que separam a teoria da prática, o saber do fazer, o trabalho intelectual do manual, o pensamento ou conhecimento da ação.

Para as escolas e os respectivos profissionais, os termos mais específicos dessas dicotomias são: 1) formação x informação - como se a primeira não contivesse a segunda e como se a segunda não fosse base para a primeira; 2) ensino x pesquisa; 3) licenciatura x bacharelado; educador x professor, como se esses termos se opusessem e não se correlacionassem.

A ênfase dada aos primeiros termos desses pares por parte de muitos críticos, até bem intencionados, e aproveitada por “autoridades” educacionais, em nome de uma pretensa renovação da educação, acabou por criar meios concretos para se efetivar, cada vez mais, o esvaziamento dos conteúdos; os exemplos mais contundentes foram: as licenciaturas curtas; os cursos de complementação pedagógica (geralmente dados em fins-de-semana e, até mesmo, os chamados cursos vagos, para os quais os alunos só tinham que mandar os trabalhos) e mais: a redução da carga horária de diversas disciplinas (História, Geografia) e mesmo a exclusão de algumas delas dos currículos escolares (línguas estrangeiras, artes).

A deterioração do conteúdo, atingiu sempre os dois pólos da relação educacional: o professor - na sua formação e qualificação profissional - e o aluno - na qualidade dos cursos aos quais tem acesso. Desse modo a deterioração do conteúdo da e na educação afetou o próprio profissional que se viu cada vez mais desconsiderado social e intelectualmente.

Para que se estruture e sobretudo, para que se aceite uma Carreira Única para os professores, impõe-se que haja nas escolas a recuperação do conteúdo na educação.

É óbvio que, por recuperação do conteúdo, não se pretende sugerir a volta à ênfase acadêmica

e livresca do conteúdo já produzido que devia ser assimilado ou, mais precisamente, memorizado (decorado) pelo aluno a partir da transmissão do professor, como ocorria na escola tradicional.

Quando se propõe a recuperação do conteúdo, ainda mais como justificativa para o estabelecimento da CARREIRA ÚNICA para os professores, o que se pretende é afirmar que:

1. A educação formal (escolar) tem no conteúdo específico das diferentes disciplinas o seu elemento fundamental.

2. Para que o conteúdo das disciplinas se constitua em componente fundamental do processo educativo, de modo a contribuir para a formação do educando, é preciso que ele seja concebido e trabalhado como realmente é: produto de um processo contínuo e permanente de elaboração/criação, através de procedimentos teórico-metodológicos possíveis de serem trabalhados nos diferentes níveis e/ou estágios do processo de aprendizagem. O conteúdo, para efeitos educacionais, não pode, nunca, ser concebido como algo pronto, acabado e definitivo que o professor que “sabe” deve apenas transmitir para o aluno que “não sabe”.

Assim sendo, rompe-se a dicotomia ensino/pesquisa. Ensinar significa possibilitar ao aluno elaborar o processo de construção de conteúdos específicos. Este processo, absolutamente, não se inicia no 3º grau. Na verdade, para que ele se efetive e se conclua no 3º grau, terá necessariamente que se iniciar e se desenvolver no 1º e 2º graus.

Vale ressaltar, portanto, que o tipo de exigência que o trabalho educacional faz aos profissionais que nele militam (professores) é o mesmo em todos os níveis, mudando-se apenas a natureza das dificuldades a serem enfrentadas.

Será competência dos profissionais de cada área identificar, nos seus respectivos campos de conhecimento, quais são as etapas do processo de elaboração dos

conteúdos daquele campo e como, tendo em vista estas etapas, esse processo de elaboração deve estar presente em cada nível de ensino.

Em qualquer das etapas o professor precisa ter domínio teórico-metodológico suficiente para ser capaz de orientar a elaboração do conteúdo e mais ainda: seu conhecimento sobre a matéria deve assegurar que ele seja capaz de estabelecer as relações entre o conteúdo específico tratado pela sua disciplina e o contexto sócio-cultural no qual o aluno se insere e deve atuar.

Uma vez estabelecidas as etapas de ensino correspondentes e condizentes com as etapas do próprio processo de elaboração do conhecimento, é perfeitamente possível e profissionalmente necessário (indispensável) que se estruture uma carreira para os professores que, independente do nível escolar, contemple a qualificação do profissional para o exercício das etapas, cada vez mais complexas, que o processo educativo exige dos profissionais no interior de cada um dos níveis de ensino.

No processo educativo ensino e pesquisa são, portanto, indissociáveis em qualquer nível, do 1º ao 3º grau. O professor é, justamente, o profissional especializado em elaborar esta relação e, por isso, seu trabalho deve ser estruturado em uma carreira que deve ser a mesma para todos, do 1º ao 3º grau.

Estabelecida a conexão fundamental entre a recuperação (e o aprimoramento) do conteúdo específico na educação e a institucionalização de uma CARREIRA ÚNICA para os professores de todos os níveis de ensino, é necessário salientar, ainda, alguns aspectos pontuais da questão.

1. Há necessidade de formação idêntica e de processos de qualificação equivalentes para todos os professores independente do nível de ensino a que eles se destinam profissionalmente. Disso decorre, também, que, no âmbito da

graduação, não se deve estabelecer diferença entre a formação do professor e a do pesquisador.

2. A questão da CARREIRA ÚNICA terá que ser considerada quando da elaboração dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino.

3. A noção de conteúdo, como produto de um processo de elaboração, contempla a idéia de que é preciso considerar sua articulação com o contexto sócio-cultural no qual ele é produzido. Nesse sentido o trabalho do professor - centrado no conteúdo - exige que ele realize também atividades de extensão, qualquer que seja o nível de escolaridade em que atue: esse fato é mais um argumento em favor da CARREIRA ÚNICA, uma vez que, com esse entendimento, fica óbvio que o trabalho do professor compreende, indissociavelmente, em qualquer nível, ensino - pesquisa e extensão.

4. Finalmente, a pesquisa em si, independente da sua finalidade didático-pedagógica (trabalhar o conteúdo enquanto produto de um processo de elaboração), é tarefa integrante do trabalho do professor. Essa afirmação, aceita ainda com algumas polêmicas para o profissional do 3º grau é, de forma geral, contestada quando se trata dos professores de 1º e 2º graus. Esta contestação significa, na verdade, o total desconhecimento e descaso pelas potencialidades do processo educativo nessas faixas. No mínimo, este processo enseja a possibilidade de pesquisas na área específica da educação: história da educação; teoria e metodologia; aspectos sociais, econômicos, políticos da educação; na produção de materiais e recursos para desenvolver os processos de ensino-aprendizagem; os sistemas de avaliação do desempenho escolar e outros aspectos específicos do processo educativo. Este mínimo, mais perceptível à primeira vista, não descarta, porém, a possibilidade de pesquisas nos diversos campos específicos do conhecimento que compõem as disciplinas dos currículos escolares. Já há, inclusive, no mercado editorial, publicações que comprovam essa possibilidade.

## conclusão

O cumprimento do primeiro dos princípios para a construção de uma Carreira única para os docentes das IES (XI Congresso da ANDES-SN) é um compromisso sério e problemático para o MD.

A simples discussão desse ponto pressupõe enfrentar arraigados preconceitos, como os que estão contidos nas expressões para designar os níveis de ensino: "primário", "secundário", "superior". No documento de Remzi Salamé (em espanhol) fala-se em níveis "mais baixos". Está sempre presente a idéia de uma hierarquia, que acabou, também, por impregnar a construção das carreiras docentes. A adoção de graus - 1º, 2º e 3º - para indicar os níveis de ensino, não alterou as visões verticais.

Será preciso questionar, também, a formação do professor. Ainda ouve-se muito a referência a cursos (de Licenciatura) que formam (apenas) o professor, em contraposição aos que formam o pesquisador. O professor precisa ser entendido como o profissional capaz de produzir conhecimentos e de colocá-los a serviço de um processo educativo, seja este de 1º, 2º ou 3º grau.

A construção de uma Carreira Única exige, por fim, que o MD esteja atento para as questões legislativas. Não se pode permitir que o Projeto da nova LDB, que tramita no Congresso Nacional, se torne empecilho para a realização dos propósitos do MD no tocante à Carreira única para todos os docentes.

## bibliografia

1. Relatório do GT Carreira - 25 a 26/09/92. Belo Horizonte. (Enviado aos Diretores da ANDES-SN e às ADs/SSind).
2. Ofício de Daniel Monteux, de 11 de agosto de 1992. (Encaminhando o documento de orientação preparado por Ramzi Salamó intitulado: "Cerca de un instrumento internacional relativo a la situación del personal docente de la Enseñanza Superior" e enviado à DE/ANDES-SN e remetido às ADs/SSind).

**Joana Neves** é professora da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa



# Racionalização e Democracia na Administração das Universidades Públicas

*Gustavo Luis Gutierrez*

**A**s universidades públicas, como todos sabem, vivem mais uma séria crise financeira. No caso das universidades estaduais paulistas, soma-se a passagem para uma forma de administração adequada à autonomia de gestão financeira, obtida através do recebimento de um percentual anual da arrecadação do ICMS, negociado com o poder legislativo.

Este conjunto de fatores trouxe à tona, mais uma vez, a discussão referente à necessidade de modernizar a administração universitária, objetivando a racionalização dos processos e obtenção de uma maior eficiência.

Paralelo a isto, as universidades públicas têm sido palco de algumas medidas emergenciais que procuram ajustar as despesas a um orçamento restrito, cujas conseqüências não tem sido poucas, apesar do caráter imediatista.

A atualidade deste processo e a natureza das medidas tomadas, somados aos papéis, nem sempre muito claros, que os diversos agentes desempenham, tornam difícil escrever uma análise pouco especulativa. Por outro lado, estes mesmos fatores vêm reforçar a necessidade de implementar a discussão.

Partindo deste raciocínio, o

texto a seguir visa destacar a especificidade das universidades, enquanto organizações, e enumerar algumas de suas características básicas, assim como do processo de ajuste financeiro em que vivem atualmente; e observa, fundamentado nesta análise, a necessidade de uma mudança qualitativa na forma de participação do coletivo no processo de trabalho e na própria administração das universidades.

## **universidade e sociedade**

A definição do que é uma universidade, a exemplo dos demais objetos de investigação em ciências humanas, é uma tarefa difícil para a qual os melhores esforços não garantem um resultado útil ou pouco controverso.

Não se trata aqui, portanto, de tentar trilhar este caminho, mas apenas definir algumas de suas características importantes, como base para uma avaliação da universidade atual, enquanto organização, e dos principais agentes envolvidos.

A origem das universidades atuais data do século XII e a tradição construída coletivamente, desde essa época, talvez esteja mais presente do que se imagina. É curioso encontrar descrições antigas

onde o professor aparece lendo um texto, previamente combinado com os alunos, entrecortado de comentários e discussões a respeito.

Da mesma forma, quando algum político ocupa os meios de comunicação de massa para protestar contra aparentes privilégios dos universitários, sejam docentes, funcionários ou alunos, está sendo menos original do que pensa. Referências a conflitos desta natureza, destacando as especificidades de cada época e lugar, aparecem já no século XIII

Foge às condições e objetivos deste artigo tentar delinear o que se preserva e o que se transforma nestes oito séculos. Basta termos em mente que as universidades contemporâneas possuem mais história do que pode parecer numa avaliação rápida.

Um dos grandes privilégios das universidades, senão o maior, paradoxalmente muito pouco comentado, consiste no fato dela ser permanentemente frequentada por gerações sucessivas de jovens, com uma visão original e pouco conformista da realidade. Isto funciona como elemento de renovação e mobilização política, como se viu em diversos momentos da história recente.

Por outro lado, a importância das

universidades no que diz respeito à formação de quadros técnicos e administrativos, assim como para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, constituem aspectos por demais comentados para que seja necessário retomá-los aqui.

Em resumo, antes de qualquer avaliação sobre universidades, é preciso ter presente a complexidade e transcendência do tema.

Além da formação de quadros e da produção de ciência e tecnologia, o conjunto da universidade também pensa a respeito de si mesmo, e do papel que deve desempenhar nos conflitos que regem a sociedade.

Esta decodificação do social objetiva permitir, a cada um de seus grupos constitutivos, tentar instrumentalizar a instituição de forma a melhor atingir seus objetivos, que tanto podem ser marcados por pretensões eticamente superiores e pessoalmente desinteressadas, como podem ser apenas de maximização do retorno financeiro e simbólico.

A luta pelo controle da organização, que estes grupos travam internamente, se manifesta pela atuação socialmente diferenciada da universidade em cada época e local, dada a relatividade conjuntural das diversas sínteses sucessivas decorrentes dos vários projetos, potencialmente hegemônicos, em conflito.

Em outras palavras, a inserção social que os gestores tentam impor à universidade não é neutra nem aleatória mas, ao contrário, é pensada e articulada em função de uma percepção específica da sociedade e do papel que a universidade, no entender destes agentes, deve desempenhar. A compreensão da atuação dos diferentes indivíduos e grupos, contudo, só é possível a partir da mediação entre o direcionamento da instituição para este modelo de inserção política e uma constelação de interesses, materiais e símbolos, cujas exigências imediatas nem sempre coincidem com a construção do projeto coletivo original.

A forma de administração a ser adotada na universidade surge, neste contexto, como um dos vários

aspectos a ser articulado no interior de uma avaliação fundamentalmente política da realidade.

Finalmente, resta comentar a função de ensino, propriamente dita. É de uma inocência perigosa imaginar que a relação entre esta instituição centenária e seus membros, principalmente os alunos, consiste numa relação entre iguais. Não só não o é, como questões referentes à manipulação, dominação e controle sempre estiveram presentes. A criação de uma pedagogia que, além de não opressora, permita o desenvolvimento das pessoas num espaço de criatividade e liberdade produtivas, é por si só uma tarefa inescapável.

### a universidade como organização

Além de tudo o que foi comentado, a universidade possui uma dimensão empresarial, devendo atender alguns requisitos de racionalidade e eficiência na sua administração. O que não invalida o fato da universidade ser uma organização particularmente complexa; além da historicidade da sua cultura interna, ela tem a intenção de abranger todo o conhecimento humano, subdividindo-se, para tanto, em uma infinidade de áreas vagamente relacionadas entre si, muitas vezes marcadas pela especificidade do objeto de investigação a que se destinam.

Este conjunto vai atuar de forma minimamente coordenada através de uma série de instâncias onde órgãos colegiados e postos de gestão, ocupados por pessoas geralmente eleitas, se articulam de forma a tentar impor ao coletivo suas idéias, seja em função do projeto político, ou na defesa de interesses específicos.

Se somarmos, a este panorama, a inserção histórica das universidades na administração pública, com todos os vícios e formalismos que caracterizam a máquina do Estado, vamos chegar a um processo interno de tomada

de decisões particularmente complicado.

A universidade constitui, portanto, uma organização formal, burocratizada nos moldes da administração pública, à qual foi incorporado um importante mecanismo participativo, fundamentado num processo de eleições internas, para o preenchimento dos cargos de gestão e representação em órgãos colegiados. Só por esta característica, do ponto de vista conceitual, a universidade aparece como uma organização exótica e única, onde práticas burocráticas, há muito abandonadas na administração das empresas privadas, convivem com um espaço para a participação formal de seus membros surpreendente, em relação ao que vamos encontrar nas experiências participativas mais avançadas.

Não cabe aqui tentar definir como estas esferas de ação se articulam e quais suas conseqüências na cultura da organização; porém, dois aspectos devem ser citados. Por um lado, a prática participativa, de natureza censitária, incorporada às organizações formais, sempre abre espaço para o clientelismo e o populismo, que terminam por acarretar um distanciamento dos macro-objetivos organizacionais, em benefício de objetivos individuais ou de grupos com poder de veto num processo comumente denominado, nas análises sobre autogestão, de autofagia. Por outro lado, a prática participativa serve para limitar a paranóia burocrática, assim como dificulta a manipulação e controle de todos por uma pessoa, ou um pequeno grupo, apoiado exclusivamente de fora da instituição.

Porém, mesmo através deste complexo de relações não muito convencionais, sempre é possível olhar a universidade como uma empresa simplesmente. É inegável que ela possui algumas características comuns, a exemplo de um orçamento limitado para ser distribuído entre um departamento financeiro, uma área de recursos humanos e um amplo setor de

produção composto pelos docentes e por todos aqueles envolvidos nas chamadas atividades-fim. Poderia também gastar recursos com uma área de marketing, preocupada com o mercado, embora isto não aconteça.

## a racionalização da administração universitária

Embora esta dimensão empresarial nem sempre seja facilmente perceptível, ela permite elaborar críticas à atuação das universidades no que diz respeito à sua administração. Outra vantagem de perceber a universidade a partir deste modelo consiste no fato de existirem, devidamente elaborados e divulgados, "pacotes" de racionalização aplicáveis ao conjunto, o que sem dúvida é mais fácil de implementar do que tentar partir do princípio da originalidade da universidade, enquanto organização, e, em função disso, pensar numa

forma de racionalização também distinta e original.

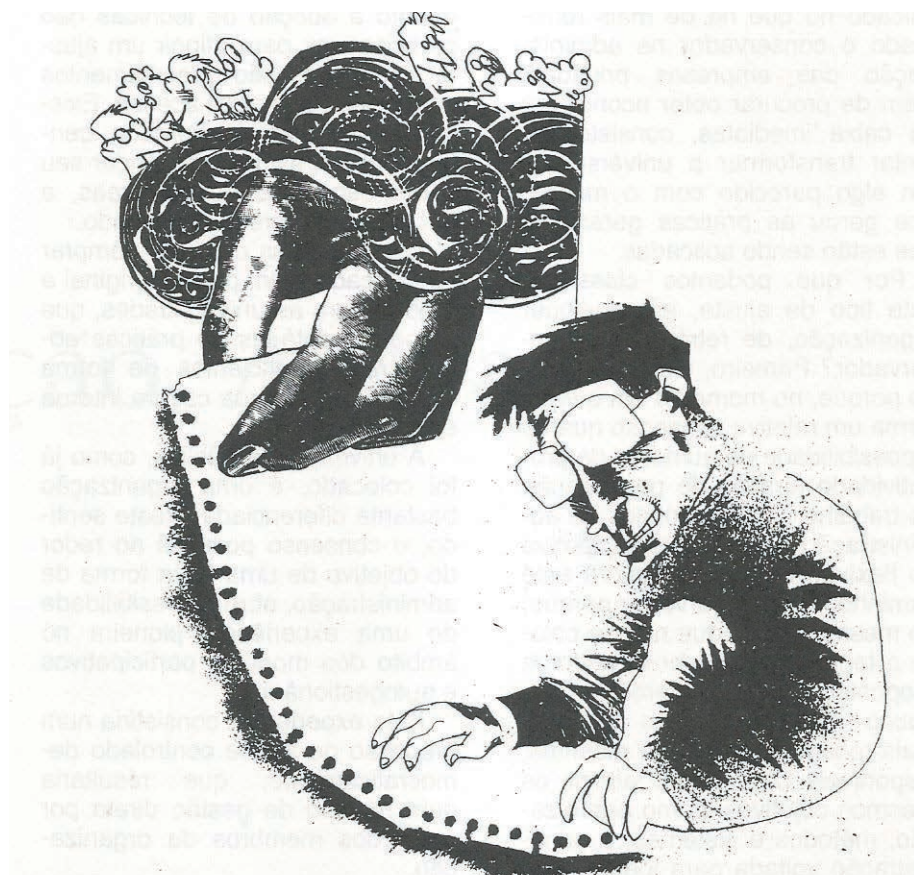
Na iniciativa privada, a forma mais simples de ajuste a uma situação de mercado desfavorável, seja qual for o ramo da empresa, passa por três fases:

1 -Achatamento de salários.

2-Suspensão das contratações.

3-Demissões, que podem ser acompanhadas de uma diminuição dos níveis de controle, dando mais autonomia aos órgãos inferiores, como forma de possibilitar o corte de pessoas e despesas numa escala maior do que a queda na produção, apesar da provável queda na qualidade.

Sua aplicação vai depender da intensidade do ajuste necessário e de questões conjunturais políticas e econômicas, assim como da tradição e culturas próprias de cada empresa. O processo pode ser implementado, também, de forma gradual e conjuntamente a políticas que visem reverter a queda nas receitas. Os itens 1 e 2 são de aplicação relativamente pouco traumática, além de criarem uma expectativa decrescente de



reivindicações no coletivo dos trabalhadores, dado que todos sabem perfeitamente qual é o passo seguinte.

Onde existe uma administração profissional, atualizada, eficiente e bem intencionada, paralelo a este processo de ajuste, ou mesmo previamente, é possível desenvolver projetos de racionalização e otimização de recursos que podem obter uma redução de custos sem por isso aumentar a carga ou o ritmo de trabalho individual, e sem prejudicar (às vezes até melhorando) a qualidade dos resultados. Obviamente, isto é mais trabalhoso que o modelo de ajuste apresentado inicialmente.

É preciso não esquecer que nem todas as empresas privadas são administradas profissionalmente, no sentido referido.

A aplicação do modelo a c h a t a m e n t o / s u s p e n s ã o / demissões nas universidades não pode deixar de levar em conta algumas de suas especificidades como, por exemplo, as poucas possibilidades de alterar o perfil

histórico dos recursos obtidos, ou a tradição combativa de seus membros, manifestada em greves bastante longas.

Apesar disto, o ajuste até aqui tentado parece ter seguido preferencialmente o caminho tradicional, tendo-se chegado, em alguns casos, às ameaças explícitas ou veladas de demissões.

No caso das universidades estaduais paulistas, outro fator que acelerou a discussão sobre a necessidade de uma racionalização administrativa está na autonomia de gestão financeira, a partir da qual as possibilidades de expansão e melhoria passaram a depender, em grande parte, da qualidade da gestão.

Um processo de racionalização administrativa nunca é um fim em si mesmo ou surge descolado de uma luta política mais ampla. No caso específico de São Paulo incorpora-se mais este elemento da passagem de um tipo de universidade para outro. Num momento como este, de transição, procurar aplicar na universidade um projeto calcado

no que há de mais retrógrado e conservador na administração das empresas privadas, além de procurar obter economias de caixa imediatas, consiste em tentar transformar a universidade em algo parecido com o modelo que gerou as práticas gerenciais que estão sendo aplicadas.

Por que podemos classificar este tipo de ajuste, em qualquer organização, de retrógrado e conservador? Primeiro, ele é retrógrado porque, no momento em que se forma um relativo consenso quanto à possibilidade de aumento de produtividade através de participação no trabalho, sob os rótulos de administração japonesa, participativa ou flexível, a proposta ignora este caminho. E é conservador porque, ao mesmo tempo que não se coloca a tentativa de desenvolver uma proposta original e diferente, tampouco lança mão das técnicas mais recentes, e não tão recentes, disponíveis para tentar atingir os mesmos objetivos, como organização, métodos e sistemas, a administração voltada para logística ou qualidade total.

É claro que existe uma infinidade de mediações e fatores conjunturais que ajudam a explicar este quadro. Mas o que importa reter, neste texto, é que o ajuste tentado é retrógrado no sentido do não engajamento dos trabalhadores no processo, assim como é conservador no que se refere ao aspecto técnico ou à elaboração de uma proposta própria e original. Por outro lado, também é correto dizer que o coletivo dos trabalhadores não tem conseguido ultrapassar uma forma de participação calcada nas reivindicações salariais e na aprovação censitária de pessoas para determinados cargos de gestão e representação nos órgãos colegiados.

## racionalização e democracia

Tanto um projeto de racionalização e otimização de recursos calcado em modelos participativos, quanto à adoção de

técnicas não participativas para atingir um ajuste financeiro, são procedimentos conhecidos e de fácil acesso. Existem consultores no mercado, centenas deles, ávidos em vender seu saber específico nestas áreas, a quem pagar o preço combinado.

O que é mais difícil de comprar no mercado é um projeto original e próprio para as universidades, que proponha dotá-las de práticas administrativas eficientes de forma coerente com a sua cultura interna e historicidade.

A universidade pública, como já foi colocado, é uma organização bastante diferenciada. Neste sentido, o consenso possível ao redor do objetivo de uma nova forma de administração, abre a possibilidade de uma experiência pioneira no âmbito dos modelos participativos e autogestionários.

Esta experiência consistiria num processo de ajuste controlado democraticamente, que resultaria num modelo de gestão direta por parte dos membros da organização.

O novo sempre apresenta dificuldades; e o novo, neste caso, é a necessidade da construção de mecanismos de participação, por parte do coletivo dos trabalhadores, que possibilitem o desenvolvimento deste processo, superando o boicote por definição e a simples negociação de limites.

Em termos de política organizacional isto significa retirar dos tecnoburocratas o controle de um processo que, tradicionalmente, lhes pertence e transferi-lo aos trabalhadores através de mecanismos de participação e gestão direta, a serem construídos e modificados conforme a evolução no tempo.

A dimensão política e a técnica se cruzam. Qualquer proposta clássica de reforma administrativa traz, em seu bojo, uma proposta de manutenção e reforço de determinadas estruturas de poder. Da mesma forma, uma reforma administrativa fundamentada na intensificação do processo participativo só pode dar certo a partir de uma mudança política por parte dos agentes envolvidos.

Portanto, o que vai definir as mudanças futuras da organização universitária, neste momento de transição, é a capacidade de seus membros darem um salto qualitativo nas formas de participação até agora desenvolvidas.

Estão colocadas as condições necessárias para, a partir de uma importante tradição de democracia e participação, construir uma proposta que concilie autogestão e eficiência, e que pode vir a servir inclusive de exemplo e incentivo para a expansão de formas mais justas de organização, em outros setores da sociedade.

Uma instituição com oito séculos de existência já demonstrou que pode sobreviver a quase tudo. Esta possibilidade de construção da autogestão, portanto, é uma das possibilidades da vida universitária atual, entre todos os aspectos igualmente importantes já comentados. Sua concretização, contudo, depende de um debate urgente sobre a qualidade de participação que os trabalhadores das universidades desejam. Um processo de modernização administrativa gerido coletivamente seria uma experiência única no estudo da autogestão e um marco fundamental na sua evolução.

## bibliografia

FERNANDES, Florestan; *A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

\_\_\_\_\_; *Circuito Fechado: Quatro Ensaios Sobre o Poder Institucional*, São Paulo, Hucitec, 1976.

GIANNOTTI, José Arthur; *A Universidade em Ritmo de Barbárie*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

PERKINS, James A.; *The University as an Organization*, Nova York, McGraw Hill, 1973.

RIBEIRO, Darcy; *A Universidade Necessária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

TRAGTENBERG, Maurício; *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*, São Paulo, Cortez, 1982.

VERGER, Jacques; *As Universidades na Idade Média*, São Paulo, Unesp, 1990.

**Gustavo Luis Gutierrez** é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia do Campus de Marília da Universidade Estadual Paulista UNESP.

# A Educação, Agora

*Aloylson Pinto*



O primeiro dia de um período letivo: a ocasião de uma perplexidade a cada vez renovada. O momento do encontro de pessoas que a sorte reúne, em que pese sua pertinência a um subsistema de ensino do sistema mais amplo da cultura, com o propósito comum de realizar um processo educativo, necessariamente inter-subjetivo.

Intenção e sorte mesclam-se em paradoxo tal que todos os componentes de uma turma, o professor incluído, pretendem algum desenvolvimento pessoal da atividade didática, mas ali estão por desígnios disparatados, em boa parte independentes de preferência, tecidos por uma combinação de contingências de toda ordem e de escolhas próprias que fazem daquele agrupamento uma convergência deliberada de acasos.

É assim que professores e alunos chegam àquele encontro de desconhecidos, de antemão esperando aproveitar dele enquanto dure o seu convívio e para além, nos afazeres cotidianos. Entretanto,

as categorias funcionais que os designam como uma dualidade velam a perturbadora polivalência do ajuntamento de individualidades.

Nenhum daqueles rostos revela ainda, no momento inaugural do semestre letivo, a expressão de sua própria história de vida, de suas atuais circunstâncias e da conjugação de ambas na geração de projetos pessoais. Todavia, cada um deles é uma peculiaridade de tempo que, por sua vez, se espraia na latitude das diferenças individuais, de si e por sua vitalidade, inconformáveis aos esforços classificatórios. Diferenças de inteligência, ritmo, temperamento, caráter, senso estético, motivos, estilo, autonomia de conduta são destaques referenciais que, longe de exaurir, apenas categorizam modos pelos quais a personalidade se manifesta original.

Originalidade essa que se confronta na turma e vai amalgamar uma fisionomia social peculiar, na tessitura das interações ao longo do curso. Ninguém é igual. Nenhuma classe repete-se jamais.

Numa sociedade como a brasileira, cindida por condições sociais de extrema disparidade, a posição social do professor, sua classe de origem e postura política ora facilitam, ora dificultam a aproximação dos segmentos que se eboçam na turma, como reflexo das tensões entre camadas da população que coexistem na cultura mas convivem pouco e distanciam-se nos modos de ser e de dispor da riqueza socialmente produzida. Quanto mais se democratize o acesso à universidade, tanto mais presentes e significativas tornam-se as distinções de classe e ideologia na composição das turmas.

## **horizontes de tempo**

Em geral, o tempo do professor contém alguma defasagem do tempo em que vivem os seus alunos. Estes, por exemplo, anseiam pela experiência profissional que ainda não têm, enquanto o primeiro já se dispõe a refletir sobre sua experiência precedente.

Por tudo isso, o professor há

## “O professor defronta os estudantes munido apenas do plano da disciplina...”

que fazer-se a expressão atual do futuro de um passado, referencial possível, disponível aos estudantes para comungar da planificação do presente como passado de um futuro. Ainda assim há diferenças a mediar entre o profissional algo amadurecido e os aprendizes de uma profissão universitária, nem por isso destituídos de uma existência própria e distinta, tendente à auto-afirmação e à obtenção de reconhecimento social. E não só diferenças, que a experiência prévia de ambos, a partir da qual se aprende, é também passível de recusa à aprendizagem, de resistência às mudanças de comportamento implícitas na apropriação de conhecimento novo, pelo apego aos significados preestabelecidos de cada um, nessa aventura de contradições em que as gerações se engalfinham.

Vistos assim, os sujeitos de uma turma, sob o prisma inesgotável dos caracteres individuais e das diversidades pessoais, sociais e políticas, não deixam perceber como poderiam agir conjuntamente. A originalidade de cada um, que dá sentido a sua reunião, é a mesma que obsta a convergência. Para que se juntariam seres iguais senão para monotonamente repetir-se? E o que fariam agrupados antes totalmente diferentes, além de atritar-se?

Que os sujeitos de um processo didático compartilham padrões de conduta, sua pertinência à mesma cultura e os processos da socialização precedente garantem. Esse substrato, entretanto, não opera somente num sentido unívoco, mas reveste-se de inumeráveis formas psicológicas e sociais, combina-se, no sujeito, em modos de ação e reação de tipificação sempre problemática, porque inesgotáveis

e suscetíveis de transformarem-se, e expressa-se por aptidões cujo grau de qualificação pode variar, e efetivamente varia, numa escala positiva ou negativa, em relação ao que há a aprender, segundo a tradição, num momento dado.

As diferenças e até mesmo o antagonismo de perspectivas, valores e sentidos que concorrem à atividade didática apresentam-se como um dilema que não se resolve pela exclusão ou pela imposição de qualquer um deles. É preciso admitir, de antemão, que a coesão social e a convergência das individualidades não implicam a homogeneização das pessoas, embora suponham a aquisição de um referencial comum que amplie as possibilidades dos intercâmbios sociais, enquanto facilita a inter-subjetividade.

O fato é que, no instante do encontro inicial e na configuração de uma turma, se abre um tempo novo, peculiar, uma confluência de tempos, o período de contato e de relações interpessoais possíveis, de que professor e alunos participam, distintamente que seja, mas um tempo essencialmente comum aos diversos participantes.

### **esfinges e enigmas**

Antes que se inicie o trabalho didático, professores e alunos constituem enigmas recíprocos e o primeiro dia de aula é o momento primordial de um reconhecimento mútuo que se prolongará por todo o curso. Há que decifrar no outro a possibilidade de articulação. E a interrogação fundamental que cada um dos sujeitos da educação faz aos demais é: o que podem, sabem e querem?

Simultânea a essa indagação, outra questão insinua-se ao

professor ainda ignorante das respostas que a primeira poderá trazer-lhe, responsável que é pela coordenação didática do potencial aglomerado de centrifugação constituído pela turma: como atuar conjuntamente, preservando as idiosincrasias, ou dissentir sem obstaculizar o agenciamento cooperativo de mudanças comportamentais?

O estudante universitário recém-ingressado não sabe bem o que o espera. Sua expectativa é a de deparar-se com a oportunidade de experiências didáticas superiores àquelas do grau precedente. E pouca coisa poderia ser-lhe mais desapontadora do que perceber que a escolaridade já cumprida não só não se continua, como seria de esperar até para salvaguardar-lhe a possibilidade de aprender sem sobressaltos, mas repete-se à semelhança do tempo de um ritual, imobilizado em suas formas simbólicas para resistir à provisoriedade que as transformações instalam nos objetos de mudança.

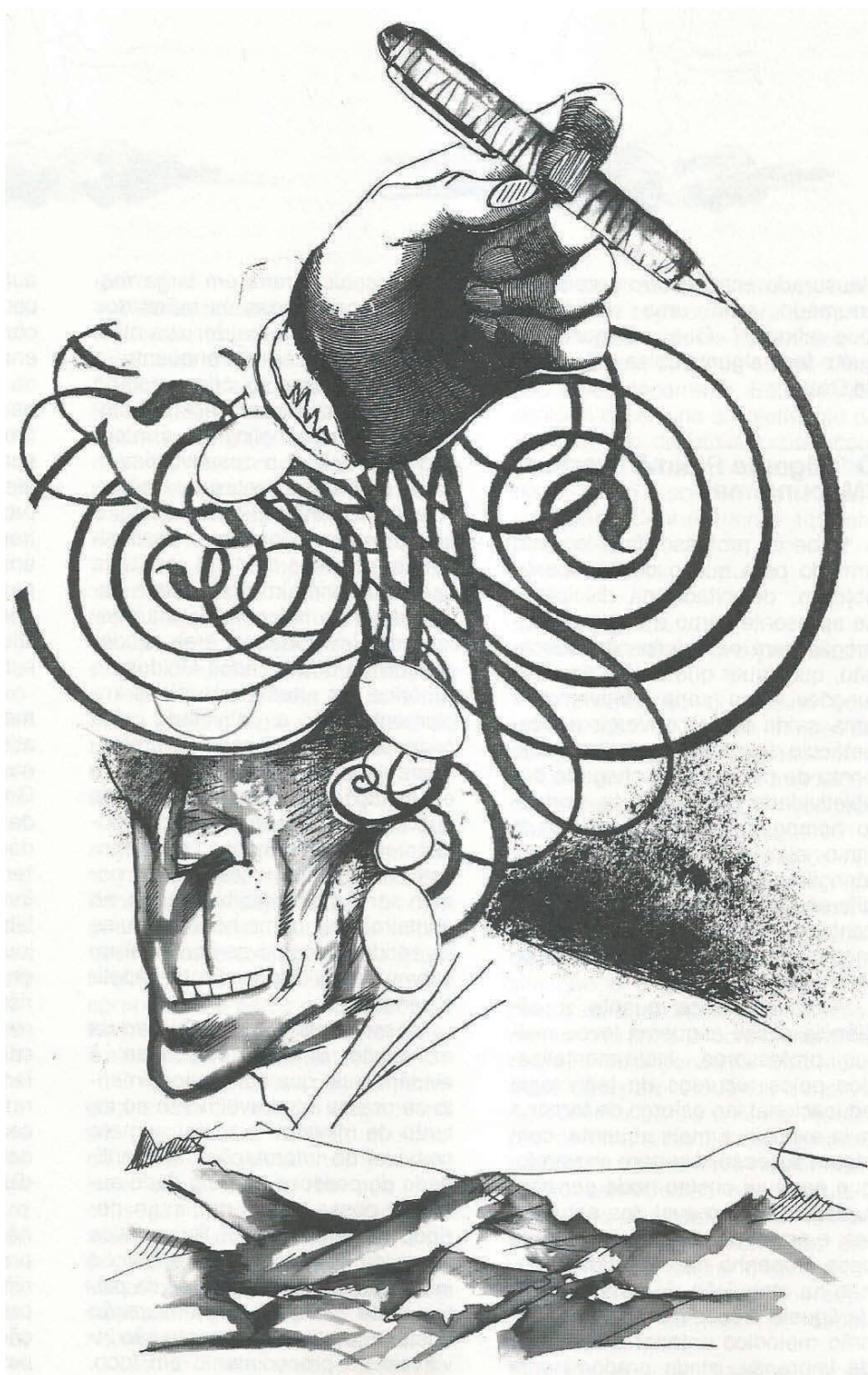
Dar continuidade ao grau imediatamente anterior significaria, para o estudante, reencontrar seus motivos nas ofertas curriculares, com o apelo a transcendê-los; para o professor, assumir a condição de cada estudante como um ponto de partida específico, sondar sua base, auxiliá-lo segundo suas necessidades individuais e exigir a contrapartida de suas respectivas possibilidades, conforme um processo personalizado, das suas características ao ritmo e, portanto, aos momentos das conclusões parciais e do cumprimento do currículo. Em síntese, é o que recomenda a Psicologia Diferencial, cujas pesquisas apontam que, variando a duração do processo de aprender, o rendimento dos estudantes já tende à maximização dos resultados; na condição de que estes, sob a forma antecipatória de objetivos socialmente descritos assimilem e, por sua vez, serão: assimilados aos motivos dos estudantes.

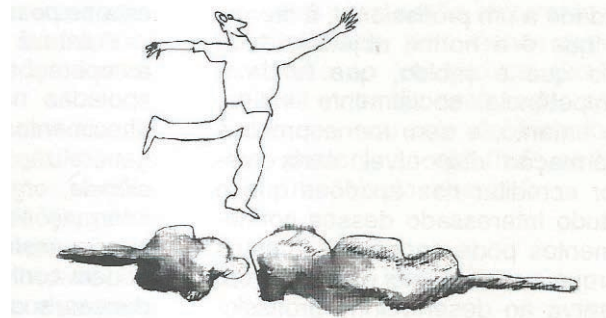
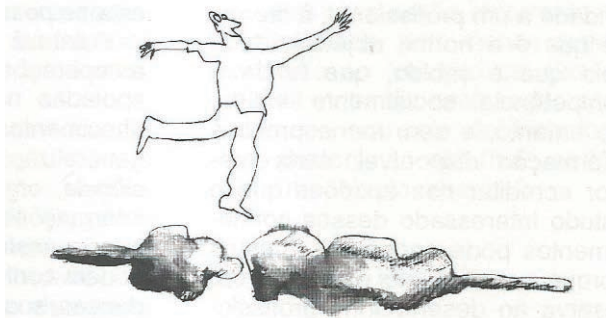
A sala de aula não autoriza essas expectativas. O professor

afronta os estudantes munido apenas do plano da disciplina, à revelia destes feito, cujo sentido pode ser pleno para o docente mas de escasso significado psicológico para os alunos. Nela, todas as atenções convergem para o mestre. Os alunos, até porque não têm alternativa, aguardam as instruções para o início de um processo cujos objetivos e a respectiva resolução são conhecidos só do professor. Este, contrariando a psicológica, involuntariamente opõe-se, como uma força centrípeta, ao apelo centrifugador do grupo discente.

Nas condições desse encontro, entre as quais se pode indicar o ambiente artificial de uma sala de aula; em segundo lugar a ausência de experiências comuns, anteriores e atuais, que fundamentem a aproximação interpessoal; seguida pelas vagas intenções possíveis de um fundamento disciplinar que pode ser diferentes opções, tendendo, fato mesmo, a um tratamento nérico e verbal; e, afinal, enigmáticos uns para os outros, professores e alunos estão presentes em uma situação que se caracteriza precisamente por haver-se excluído do espaço-tempo da existência cotidiana. Aquela de não estarem situados.

O conhecimento verbalizáveis disciplina, disponível ao professores resta como o recurso imediato para mediação das relações prestes a desencadear-se na inauguração de um curso. Os alunos, nem dispõem. Sua referência é o mestre, sem o qual sua reunião aparentemente não encontra razão de ser; a iniciativa individual, que não a de ausentar-se, tolhida pela assepsia inerente àquele espaço enclausurado entre quatro paredes e arrumado para uma audiência. Que afirmar? Que indagar? Alguém faça alguma coisa pelo amor de Deus!





## O “Gigante Piaimã” versus “Macunaíma”

Cabe ao professor fazê-lo, tudo armado para que o conhecimento objetivo, delimitado na disciplina, se apresente como a saída do imbroglío para os sujeitos da educação, quaisquer que sejam as suas funções. Mas seria efetivamente uma saída fazer convergir ao espetáculo único do professor, cujo ponto de partida e de chegada é a objetividade compendiada, portanto homogeneizadora, tocado num ritmo excludente dos demais, a atenção dispersa de uma platéia diferenciada e a ele obrigada pelo controle de sua ausência física mas cujas intenções são insuscetíveis à compulsão?

A desconfiança quanto à eficiência desse esquema levou muitos professores, instrumentalizados pelos recursos da tecnologia educacional, ao esforço de tornar a aula expositiva mais atraente, com algum sucesso. Acertam no varejo, que nenhum ensino pode ser bem sucedido sem o aval dos estudantes, e erram no atacado, porquanto esse empenho não redundaria senão na atribuição de uma sobrevida àquele procedimento, como padrão metódico anterior à invenção da imprensa, ainda predominante no ensino “superior” corrente.

As possibilidades abertas à aplicação didática da tecnologia dos áudio-visuais foram, em larga medida, desperdiçadas às mãos dos professores, para manter sua atividade e justificar-se, enquanto o seu aproveitamento ótimo estaria em dispô-las à operação dos alunos.

Este uso implicando a intenção de propiciar o desenvolvimento de processos, antes que a veiculação de informações; como o pesquisador constatou pessoalmente, nos idos de 1971, em uma escola de primeiro grau, numa comunidade de baixa renda, na periferia de New Orleans, área subdesenvolvida dos Estados Unidos da América: os artefatos técnicos implementavam a atividade das crianças, sob a atenção de professores pós-graduados, atentos à estimulação de suas capacidades operatórias. Os extraordinários horizontes da informática, que apenas começamos a vislumbrar, podem ser também malbaratados, no primeiro grau, como no terceiro, se as aptidões cognitivas continuarem submersas à disposição de repetir o pensado.

Nesse sentido, o uso abusivo da exposição didática vincula-se à evidência de que este procedimento se presta admiravelmente ao intento de ministrar o maior número possível de informações à quantidade de pessoas que um dado auditório possa comportar, num período de tempo curto. Sua prática descuida do potencial de absorção individual dos componentes da platéia, até porque a mensuração deste ou o seu atendimento são inviáveis ao procedimento em foco. Eis um ato que não admite nem remorsos.

A atenção e o interesse que os artifícios técnicos possam trazer à aula não compensam o caráter centralizador da preleção que, se consegue entreter os estudantes e encontra momentos ótimos de uso na introdução de um assunto novo, na performance sintetizadora de uma etapa cumprida de trabalho e

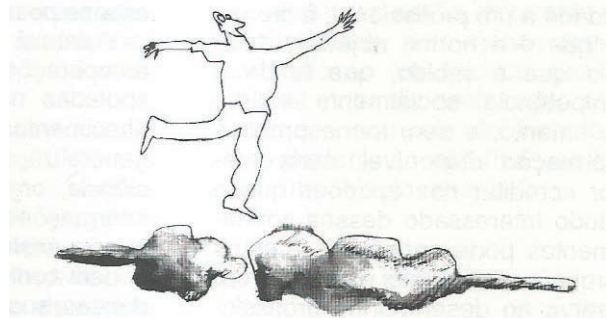
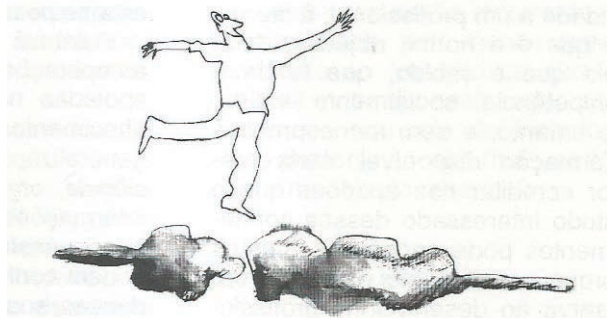
para provocar motivos preexistentes ou evidenciar atitudes, como procedimento dominante ou mais freqüente distrai os estudantes da única atividade que efetivamente produz aprendizagem: o ato próprio de conhecer, que pode ser auxiliado ou dificultado, mas não substituído.

A esse respeito, tentativa bem mais radical é a transferência da atividade para o aluno. Fundado nas proposições da Dinâmica de Grupo e embalado pelo movimento da contracultura americana, nas décadas de sessenta e setenta, o “ensino não diretivo”, cuja principal fonte divulgadora, no Brasil, foi a bibliografia de Carl Rogers, ensejou experiências interessantes no ensino superior brasileiro. Experiências que praticamente desapareceram do nosso panorama educacional, hostilizadas pela atmosfera adversa da ditadura política refletida nas instituições pedagógicas e, principalmente, inviabilizadas pela condição de um processo didático não situado.

Os estudantes simplesmente não se mobilizam, se o que se lhes propõe em pouco ou nada lhes significa. Manter o ensino centrado no professor, estrangê-lo à operação com abstrações, confinar os estudantes à sala de aula e transferir-lhes apenas alguns procedimentos é puro contrasenso. Não vão mobilizar-se mesmo, a não ser como disfarce, enquanto sob vigilância. Embora continuem a movimentar-se segundo seus motivos particulares e concorrentes ao do ensino.

E o que restou desse período de uma quase revolução didática foi o uso eventual, ainda que metódico,





da atividade do aluno em grupos de discussão ou seminários. Tais técnicas, entretanto, costumam desapontar os docentes pelo pouco entusiasmo dos participantes e ante a sua ostensiva falta de dedicação aos estudos preparatórios do evento. É comum que os próprios estudantes pressionem à retomada das exposições pelo professor, diante da fragilidade dos debates que os têm como agentes e da dificuldade de atribuir-lhes a devida continuidade, dada a instabilidade da freqüência, nos dias aprazados.

É fundamental compreender o fenômeno não como incúria dos estudantes, que até pode ocorrer da parte deste ou daquele, mas que dificilmente seria epidêmica, ao ponto de desmoralizar as tentativas de por os alunos a operar, não fora a sua falta de envolvimento com a temática que se lhes oferece, nos modos usuais de fazê-lo.

Em geral, o que se propõe aos universitários, ávidos de vivenciar situações de fato, é a ocasião de atentar para o discurso do mestre ou a oportunidade de verbalizar entre si e com o auxílio do professor, quando presente, a comunicação verbal e, pois, indireta da experiência de outrem, alcançada por meio de textos, cuja intenção sistematizadora e cujo elevado grau de abstração não colocam ao estudante outro problema que não o de entendê-los. Entendê-los para quê?

Não se poderia dizer que se trata de um trabalho árduo, ou pelo menos há de sê-lo menos do que foi para os descobridores e inventores o ato de engendrar o conhecimento ou, para os autores,

reunir, organizar e comentar essa produção. A eles todavia não aborrecia o próprio cometimento, como aos leitores que são obrigados a tomá-los, não como referência auxiliar ao equacionamento e à resolução de questões existenciais presentes, com as quais estejam comprometidos, mas como substitutivo à experiência; a sala de aula imposta como o lugar preferencial de um ensino suposto, em detrimento da aprendizagem que a situação de fato configurada faz acontecer.

Retira-se do processo educativo a situação que o faria intrinsecamente motivador e cerca-se o estudante de condições que o obriguem a estudar, ainda que não o queira: nessa conjuntura não é factível fundá-lo sobre o desejo de aprender: e é parco o sucesso das tentativas esporádicas de transferir a atividade aos estudantes.

O resultado dessa política pedagógica faz-se sentir também na pós-graduação e atinge o doutorado, onde é possível encontrar professores e estudantes que mal conseguem avançar à repetição de suas fontes de consulta e, quando o conseguem, é para apresentar trabalhos que parecem ajustar-se a qualquer lugar e tempo e a nenhum tempo e lugar referem-se.

Ensinar deste modo, o conteúdo pelo conteúdo, e para que os alunos passem a dispor dele sem razão imediata, funda-se na idéia de um conhecimento objetivo que, como um bem em si mesmo, independe dos sujeitos e será apropriado sem interferência nos modos de ser de quem aprende ou modificação deles decorrente. Este sentido objetivo

do ensino e objetivante da pessoa, não deverá ser, pelo contrário, o de desenvolver a subjetividade, tendo o conhecimento como um meio? Conhecimento aqui entendido como ato de conhecer e não como coisa estatuída.

### **o pensamento e o pensado**

A polarização do ensino pela transmissão do que é conhecido desvia a atenção de professores e alunos dos processos metódicos de investigação e reflexão que produziram aquele conhecimento e podem levar a conhecimentos novos. Todo o esforço é posto na leitura e compreensão do que é sabido, enquanto o processo originador do conhecer é negligenciado. É assim que o exercício metódico da pesquisa, da extensão e do pensamento que lhes é concomitante é obstado pelo pensado. Mas esse óbice desaparece quando o motivo da consulta passa a ser a resolução de uma situação que, embora não caiba inteiramente no conhecimento estabelecido nos manuais, o requeira como referencial auxiliar ou de apoio instrumental e, por isso, longe de excluir o comportamento dinâmico, o exija dos seus prospectores, segundo os dados que a conformam.

A imprescindibilidade de fazer cumprir um programa comum e preestabelecido aponta à confiança nas informações para dar credibilidade a um profissional; à crença de que é a norma objetiva, dada pelo que é sabido, que funda a competência socialmente válida. No entanto, e sem menosprezo à

informação disponível, seria melhor acreditar nas aptidões que o estudo interessado desses conhecimentos pode engendrar, mesmo porque as situações que o futuro reserva ao desempenho profissional não se conformam aos aportes que os livros fornecem. Essas situações sequer são porventura previsíveis, nem se resolvem apenas pela evocação, ainda que a esta se possa ou se deva recorrer.

Frente à realidade em trânsito, as operações motoras e abstratas, apoiadas nas estruturas dos

conhecimentos, isto é, nas grandes generalizações que, no âmago da ciência, organizam seu acervo de informações, e em códigos de valores passíveis de jurisprudência, podem conferir estabilidade às mudanças sociais e psicológicas em curso, se, e somente se assimilam e são assimiladas às estruturas de significação preexistentes. A segurança de indivíduos e grupos não reside na disposição de imobilizar a cultura, por um lado, ou de desenvolver uma ciência paralela à História, por outro, mas

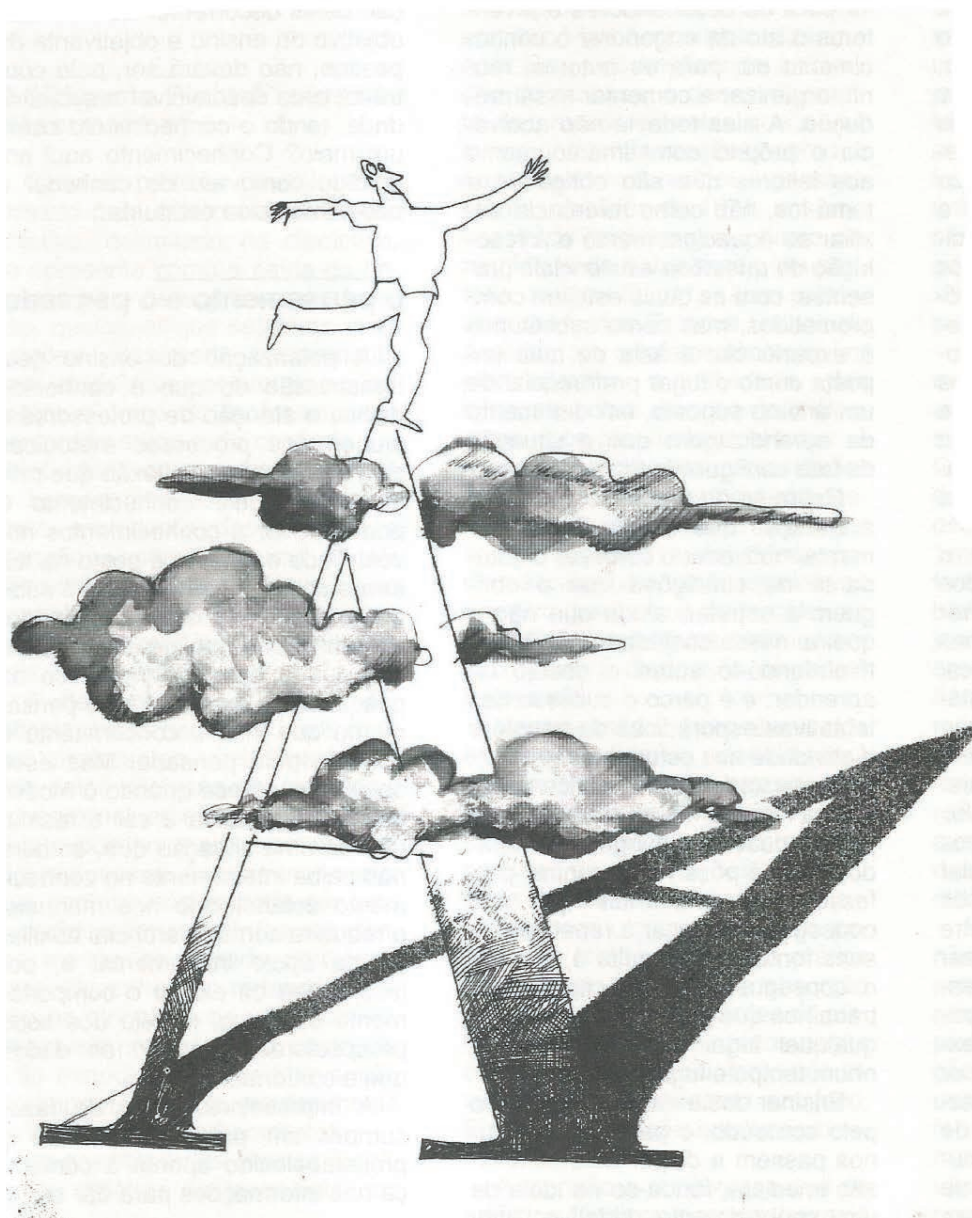
na possibilidade de se conjugarem ciência, arte e existência no preparo da aptidão daqueles para admitir a mudança, acompanhar seus trâmites, atribuir-lhe o sentido que possam julgar conveniente e negociar suas implicações.

O conhecimento científico é uma referência palpável, um fator de articulação, e serve de denominador comum à socialização, não mais do que outras expressões culturais. Como referência relativamente estável e estabilizadora, concorre com o senso comum a está, não menos que este, sujeito às contingências histórico-culturais, ainda que diferentemente. Mas nisso não se esgota a sua função que é também, e sobretudo na educação universitária, de libertação psicológica e social, via o exercício de afetos e processos sobre os seus significados lógicos, psicológicos e culturais às situações da experiência; de modo especial, seu papel não é substituir esta última mas supri-la de sistematização que, por sua vez, demanda individualização e intersubjetividade.

Contudo, se a atividade do professor centraliza o processo didático, é-lhe impossível diferenciar o atendimento proporcionado aos estudantes. Ademais, com que propósito? Uma vez que o ensino, pautando-se ou supondo pautar-se pela objetividade científica, não leva em conta os antecedentes do ou suas circunstâncias presentes e pretende que todos, no mesmo tempo, aprendam as mesmas informações, mediante procedimentos padronizados para uma ação eminentemente coletiva.

Ora através da atuação do docente, ora pelo intercâmbio verbal dos sujeitos da educação, o conteúdo programático formalmente se cumpre segundo a ordenação lógica prescrita no quadro de um imperativo social. A decisão de aprender portanto se origina não das motivações que as relações intersubjetivas suscitam e absorvem, mas da determinação unilateral de quem ensina e do aparato institucional que o suporta.

Os laboratórios e oficinas que



eventualmente quebram essa rotina atribuem alguma praticidade à maciça teorização acadêmica. Todavia, também servem à justificação da permanência dos sujeitos da educação nas dependências universitárias. Por decorrência, contribuem à exclusão de seu aprendizado participativo nas lides profissionais dos setores da dinâmica sócio-cultural correspondentes aos seus estudos, mais do que a efetivação de uma competência progressivamente desenvolvida sob a prova de uma realidade não inteiramente acomodada ao ensino, mas compatível à aprendizagem. E o mesmo se pode dizer das “escolas de aplicação”, vinculadas às licenciaturas, que também traduzem, a custos elevadíssimos e insanáveis problemas de seleção do corpo discente, o repúdio dos universitários, professores e alunos, ao imbricamento de seus estudos no cotidiano das escolas públicas ou privadas do “sistema” escolar vigente. O argumento de que só naquelas escolas se pode aproximar as condições adequadas à experimentação científica, antes que uma justificativa deveria levar à desconfiança de que o paradigma experimental pode ser inadequado à pesquisa pedagógica e à constatação de que mais vale buscar outros padrões metódicos que artificializar as situações da experiência a conhecer.

Há algo de patético no esforço de alguns professores de um curso superior de administração, por exemplo, para replicar, no interior da universidade, o ambiente físico de uma empresa ou de uma repartição pública, na suposição de que a aprendizagem seria incrementada por tal artifício; como se a mimetização física, certamente canhestra, das instalações de um empreendimento merecedor de administração complexa pudesse oferecer mais do que um brinquedo e os parques produtivos do entorno não estivessem ao alcance de alguma negociação interinstitucional.

A sala de aula deixa de constituir-se o local privilegiado para o

reagrupamento de sujeitos dispostos à sistematização de experiências afins, em curso, no ensaio espontâneo da intersubjetividade. Em conseqüência passa a desviar a percepção do mundo, no desenraizamento da vivência e na assepsia de tudo o que possa distrair o estudante e o professor do conhecimento pretensamente objetivo. Como tal entenda-se o saber codificado, abstrato e reduzido a recortes de disciplinas como expressões conceituais de um tipo de ciência que exclui a experiência.

Poucos deixarão de ter o seu próprio anedotário neste campo. Para citar um exemplo recordo a afirmativa do titular de uma disciplina do currículo de Engenharia Agrônoma, de uma universidade federal, por ocasião dos estudos à fundação de um Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), cuja principal função haveria de contribuir à interiorização da universidade: não contém com o pessoal da Faculdade de Agronomia, eles têm tanta aula que não há tempo para irem ao campo. E falava sério.

Mantida a sala de aula como o locus do ensino, ficam ao professor os recursos da persuasão ao longo do curso ou da sedução didática, para obter o envolvimento dos estudantes. Estes, entretanto, são recursos de eficiência imponderável, podendo funcionar ou não.

Às mais das vezes, a persuasão recoloca o aluno como objeto da manipulação de alguém que, por estar-lhe hierarquicamente acima ou deter o poder de deslumbrá-lo, poderia paternalizá-lo e fazê-lo gostar do ensino (não da aprendizagem) a contragosto de si próprio ou apesar da qualidade do serviço educativo. Não é sem algum horror que, manuseando livros de didática tradicionalmente usados nas Escolas Normais c, até onde se pode saber, há algum tempo banidos do ensino superior, encontra-se neles uma seção recorrente, se não intitulada, pelo menos correspondente ao “manejo de classe”; *mutatis mutandis* essa seção equivale, nos manuais de

tecnologia agro-pastoril, ao subtítulo obrigatório “manejo do rebanho”.

## a sedução didática

Refletindo sobre a sedução didática, o pesquisador, enquanto doutorando redigiu uma carta que apresenta alguma contribuição ao tema e que serviu à avaliação de sua passagem pelo curso da disciplina Filosofia dos Valores, dirigida ao seu Professor, a seguir transcrita:

Professor,

Já havia pensado em escrever-lhe uma carta, como forma de apresentação deste trabalho, quando você, pelas comparações feitas na última aula, entre o telefone e a carta como meios de comunicação, involuntariamente ajudou-me a decidir por esta. Parece-me um modo apropriado de evitar a conformação acadêmica (que você de antemão descartou) e de aproximar aquele tom de intimidade, possivelmente satisfatório para quem, como você, parece fascinado pela Psicanálise, a tirar pelo que pôs nas aulas e pelo texto principal do curso: “Vida contra Morte”, de Norman O. Brown.

De certo modo a aula é uma sessão de análise de ponta-cabeça, em que o professor, substituindo o terapeuta, se expõe aos alunos (pacientes no sentido clínico ou moral do termo), na expectativa de que tal revelação seja benéfica.

Clinicamente, aproveitei de sua entrega. Doravante, seja paciente comigo, por favor.

É bem verdade que a ilusão científica acredita na objetividade do conhecimento transacionado nos cursos. Essa crença, porém, abriga a sedução, por isto que ilusória.

Talvez seja o traço mais irreduzível da sedução: a subjetividade.

Olho retrospectivamente à minha experiência didática, na qual incorporo todos os contatos com outros professores. Havia sedução (didática) sempre que ao “conhecimento independente do sujeito” se mesclava, simbioticamente, a figura do mestre, nisto mesmo consistindo o encanto que a ambos envolvia, sem que se

“ A atenção e o interesse  
que os artifícios técnicos possam  
trazer à aula não compensam o  
caráter centralizador da preleção que...”

pudera mais discerni-los.

Não padece dúvida, também, a possibilidade inversa desse imbricamento: a rejeição. Mas que valor não tem o seu antípoda, servindo este à confirmação daquele? (E vice-versa!). Em qualquer hipótese, é o ensino de que a gente não esquece. Aquele que amamos ou odiamos, pois alguém o encama.

Sedução e rejeição são fenômenos cheios de mistério. Algo porque estejam ao nível da arte, fora do âmbito da estrita racionalidade científica. Para conhecê-las, um pouco, é preciso consultar a vivência delas, observá-las em processo, escutar seus personagens, ver-se a si próprio como parte comprometida, com prazer ou sofrimento.

Por felicidade que a sedução me é mais familiar, se é que este verbo se lhe pode aplicar, como sedutor ou seduzido. No que aliás não há diferença essencial, senão provavelmente uma ênfase narcísica. Vaidade.

Uma vez um professor, que veio a ser meu amigo (foi quem me ensinou a escrever, depois que tirei zero na redação em Língua Portuguesa, por ocasião do meu primeiro exame vestibular) confessou-me que execrava a idéia de ser seduzido.

Sua vida parecia empenhada em seduzir, o que fazia em nome da fé religiosa, praticando o “apostolado entre os jovens”. Contudo não queria aceitar que o mesmo pudesse ocorrer-lhe. Nunca entendi sua recusa. Parece-me que se equivocava e desperdiçava parte proporcional das possibilidades da sedução.

É que a sedução não é um ato de conquista. (Assim como a rejeição

não nos liberta) Apenas nos inclui, como um convite. (Ou nos exclui, sem necessidade). Na sedução tudo é voluntário. E, no entanto, só seduz quem pode. Pode ser seduzido quem o quer. A intencionalidade da sedução é uma questão de articulação de reciprocidades. Não é uma decisão monótona, mas um acontecimento dialógico. Contém sempre a incerteza. Surpreende, ainda quando se confirma. Não é replicável. Nem universal: numa dada população, alguns lhe são impermeáveis, outros são vulneráveis diferentemente. A sedução é difícil de detectar e ardilosa, sobretudo quando se usa a voz passiva, sabem-no as mulheres, melhor que os homens. Não por qualquer suposto atavismo mas como resposta histórica à opressão machista.

Eis um outro traço óbvio da sedução: a intersubjetividade. Há que haver pelo menos dois ou um espelho para que ela se cumpra. Seduzir tem sempre como objetivo comungar, não importa o que. O objeto é secundário, mero insumo da celebração de atos que identificam os que dela participam.

O que é que faz de um professor um sedutor?

O domínio da matéria não haveria de ser. Pois há professores que o têm de sobejo e nem por isso seduzem. Ou talvez tomem-se aversivos pelo excesso de zelo daí decorrente, demasiada empáfia e inadmissível segurança. De algum modo, porém, este componente participa da sedução, uma vez que não se conhece sedutor incompetente naquilo que, precisamente, se espera dele. O conhecimento é necessário, no caso, embora não seja suficiente.

Lembro de quando aceitei

participar de um curso de especialização didática para professores universitários, de uma outra cidade. Eu e uma colega éramos os únicos com títulos de mestrado, no meio de uma equipe de doutores, responsáveis pelo prestígio do programa.

Na véspera do início da minha participação naquela atividade, eu rolava na cama do hotel, em posição fetal, apavorado diante da estréia iminente, recriminando-me pela irresponsabilidade de aceitar empresa tão exigente, sem maior preparo que a modesta didática servida aos alunos de graduação. Como eu gostaria de me excluir daquele dever, livremente aceito enquanto o seu momento era longínquo e eu imagina vã poder prepará-lo cuidadosamente! A hora chegara, sem que a preparação fosse possível...

Fui convidado a voltar para mais dois cursos-solo. No terceiro deles, abandonei a função depois do primeiro dia de aula. Nada ocorrera que pudesse justificar-me. Até hoje não sei bem o que houve comigo. Foi a única vez que fiz uma coisa dessas. Acho que não consegui suportar o peso de tanta sedução, com tão pouco conhecimento.

Uma vez deflagrada a sedução, é preciso mantê-la. Ela cria laços. Desenvolve responsabilidades. Provoca expectativas. Possibilita desilusões potenciais. Nenhuma sedução é gratuita. Toda sedução é um fardo. Daí a tragi-comédia dos sedutores sem caráter.

O mais interessante é que aquela ruptura inexplicável de um compromisso já iniciado, não me deixou mal, naquela universidade. Apesar da frustração que causei, uma aura de excepcionalidade criou-se espontaneamente sobre o fato, metamortoseando fuga em autenticidade, fazendo de uma fraqueza decisão, diferenciando positivamente o autor episódico de uma falência psíquica.

As pessoas recusam-se a aceitar a miséria de seus sedutores, enquanto possível. E até impossivelmente. A sedução gera solidariedade.

Seria uma questão de método, a sedução? É possível Mas de que método falamos?

Se método didático fosse o critério, professor, você não seria um sedutor. (Não é confere, nem vai ofensa nisso).

Cada sedutor sabe-se como tal. Ademais, isso se lê na conduta dos alunos, na procura dos seus cursos, numa certa inibição de intervir nas suas aulas e, contraditoriamente, no prazer com que o fazemos. No gosto de freqüentá-las. E você sabe também que, confrontado à ortodoxia dos manuais de Didática, seu método de ensinar é um horror! Da indisciplina no uso do quadro, ao apagá-lo com as mãos; ao plano que cede ao improvisado, quase sempre: uma aula inteira batalhando que "isso é aquilo", aos rodeios: Filosofia dos Valores ou poética? A instruturação é tal que toma difícil tomar notas. A atividade docente (expositiva, embora dialógica) predominando sobre a dos alunos.

De tudo isso, todavia, não há desgosto. Nem queixa que eu conheça ou professe a respeito. Aceitei, com satisfação, este seu jeito espontâneo de encaixar no programa a paixão do seu momento. Uma forma de encarnação, sem dúvida. O que me recorda um diálogo com um aluno, em fim de semestre:

- Professor, por causa do seu curso estou me relacionando melhor com minha família e com minha namorada.

- Poxa, eu queria apenas ensinar Didática. Não posso me resignar, é claro. Preciso abordar sistemicamente a Filosofia dos Valores. E agora vou fazê-lo contando com algumas frases descosidas (minhas anotações, como pista inicial), as leituras cumpridas deste curso (em aparência não muito pertinentes) e uma renovada disposição para embebedamento poético, ocasionada do acento literário que você lhe atribui.

Aquelas frases, soltas porque perdidas do contexto em que foram propostas, na aula, ficam instigando. "O objetivo da política é abolir a política". Parecia não fazer sentido.

A falta de sentido fica martelando a cabeça, até que uma leitura de Foucault a confirma e preenche com significados adicionais, por acaso neste mesmo semestre.

Quando conseguirei plenificar o sentido velado da expressão: "Não é possível o amor, sem surpresa!" outras proposições têm sentido completo e ficam, já agora por contê-lo: "Todo o esforço da ciência é eliminar o diálogo. O ideal de uma tese, por exemplo, é não dar chance à discussão". Mas ficam de maneira conseqüente...

Não era bem o que eu esperava. E foi mais do que poderia desejar. A sedução engendra uma disposição receptiva articuladora dos eventos mais disparatados, inimaginável aos seus próprios figurantes. É evidente que há sortilégio nisso tudo. Conheci outro desses feiticeiros da sala de aula e presenciei algumas de suas façanhas. Fiz parte delas eventualmente, como um soldado nas batalhas. Pois bem, aquele mago, eu o soube, pensador autônomo que era no plano político e ainda o é, encantar sutilmente o mais aguerrido grupo de mestrandos de que já tive notícia, até tomar-se uma referência para os seus jovens componentes; que nem por isso mudaram de postura política e continuaram aprontando com outros professores, inclusive de mesma fé.

Este mestre falou-me um dia, citando alguém, "na confraria dos homens educados, todos se entendem". Tinha razão: a sedução supõe refinamento, para transcender as delimitações, mesmo as ideológicas.

Aqui para nós, o sedutor não seria necessariamente um tímido que, de seu medo de gente destila sedução?

A sedução pode tomar-se um estilo de vida e um modo de sobreviver. rigorosamente ôntica. Não pode ser ensinada, que não é um saber. Mas, como um poder, se aprende, talvez pelo exercício, pelo convívio e por contágio subliminar.

É assim que a vejo. Como um poder que se sabe poder e se exerce como tal. Que só se limita por si mesmo, pelo próprio alcance. Que imbrica na expansão do outro,

sem detê-la e sem imobilizar-se. Que comunga. Transaciona. Articula, plástico, amoroso! Capaz de rir do seu ridículo e, ainda mais, do ridículo alheio, embora com discrição.

Não obstante, devo admitir que a sedução, como todos os poderes humanos, está sujeita a usos questionáveis. Isso, entretanto, diz respeito às funções da sedução e não mais a sua antologia.

A sedução é o modo mais humano que conheço de curtir a inelutável dialética de nossa limitada condição. Frequentemente a liberdade do outro parece condenar-nos à nossa. A sedução dispensa o veredicto e faz da liberdade uma benção.

Se há uma coisa na atividade educacional que envilece a sedução, é aquilo que se pratica, como se avaliação fora, nas nossas escolas. Sim, porque a avaliação faz parte imprescindível da sedução, como sua precursora e enquanto ela dure, podendo até servir ao amadurecimento amoroso dos sujeitos quando, por alguma catástrofe à sua revelia, ou erros de manutenção, a sedução se extinga (que pena!). Mas esta avaliação que está aí, derrelieta, fetichizada em notas e conceitos promocionais. Instrumento de dominação. Essa corrompe o professor, os alunos e a relação entre nós, conseqüentemente degradando a sedução.

Com amizade.

Este texto é um excerto da tese de Doutorado em Psicologia Experimental, defendida na UNICAMP em 25/8/92.

**Aloylson Pinto** é professor de Didática da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

# Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável

---

## Introdução

Enquanto a ciência e a tecnologia vêm transformando, radical e inegavelmente, a vida nas sociedades contemporâneas, os impactos ambientais decorrentes dessas transformações não podem mais ser analisados de maneira isolada dos contextos sócio-econômicos, políticos e culturais em que essas mudanças se inserem.

As dimensões econômicas não podem mais ser tratadas como fatores isolados das variáveis sócio-culturais e políticas, sem sua inserção dentro de uma abordagem sistêmica que leve em conta as interações recíprocas entre esses diversos fenômenos. Tradições, crenças e valores culturais exercem fortes influências sobre o comportamento econômico, com profundas implicações tanto sobre as políticas gerais, como sobre as específicas.

Dessa forma, transformações tecnológicas podem ser definidas como um processo social dentro de uma complexa relação de causa e efeito com as mudanças culturais. Por isso mesmo, é que nenhuma fórmula determinística pode ser aplicada num exercício de prospecção tecnológica, já que as escolhas neste campo dependem das necessidades, dos interesses e das relações de poder entre

os diversos atores sociais que participam do processo de geração de bens e de produtos.

Enquanto as transformações tecnológicas influenciam a mentalidade e o comportamento dos atores sociais, as atitudes, crenças e valores destes deveriam ser considerados como condições essenciais a serem analisadas quando da introdução de inovações tecnológicas, bem como para se prever os possíveis impactos decorrentes de sua aceitação. Se os grupos sociais que compõem uma dada sociedade não estiverem preparados para aceitar e/ou assimilar os impactos e as conseqüências dessas transformações, então, estas não serão bem sucedidas ao gerarem seus resultados, seja em termos de um aumento na eficiência produtiva, seja na consecução de um desenvolvimento que venha a ser efetivamente sustentável.

Por outro lado, devido à resistência - interesses e valores opostos dos diferentes atores sociais engajados nesses processos de desenvolvimento -, a incorporação e a aceitação de mudanças técnicas e culturais geram tensões e conflitos.

Nesse sentido, contrariamente às atuais teses reductionistas, parece ser necessário enfatizar a interdependência entre as variáveis econômicas, tecnológicas,

*Henrique Rattner*

culturais, políticas, ambientais e éticas dentro de um processo de desenvolvimento que seja sustentável. Ademais, a introdução e a aplicação de tecnologias ambientalmente saudáveis não podem ser concebidas apenas como um problema técnico ou operacional a ser solucionado via prescrições teóricas e práticas idealizadas para o planejamento e a alocação de recursos escassos, em condições também ideais. O desenvolvimento sustentável requer, além de "tecnologias saudáveis", padrões diferentes de relacionamento social, organizações comunitárias coesas, solidárias e baseadas em fortes motivações e valores e interesses comuns, que levem cada comunidade a participar de forma ativa na construção de seus próprios caminhos.

Entretanto, à medida que nos aproximamos do final deste século, a humanidade adentra uma nova era, caracterizada pela crise e por novas oportunidades. Embora as tensões tenham diminuído com a redução do conflito ideológico entre o Leste e o Oeste, novas áreas de confronto vêm à tona relacionadas com o acesso e a conservação dos recursos naturais e os do meio ambiente. Contradições crescentes entre o crescimento econômico e a manutenção dos ecossistemas que sustentam esse

crescimento estão ameaçando não apenas as condições de vida, já bastante precárias das populações mais pobres - tanto nos países "em desenvolvimento" como nos "desenvolvidos" -, como também os relativamente altos padrões de consumo material e energético das sociedades afluentes. Na verdade, os indicadores da deterioração dos ecossistemas em todo o mundo tornam-se alarmantes, à medida que a capacidade de suporte do planeta Terra vem sendo reduzida pelo desmatamento, pela expansão da erosão em terras cultiváveis, pela poluição de rios e dos mares e pela exaustão de fontes de energia não-renováveis, concomitantemente ao crescimento populacional, principalmente nos países pobres. Isto, sem esquecermos os gastos militares, entre outros, que acabam consumindo boa parte dos recursos potencialmente alocáveis em setores mais essenciais e que poderiam colaborar na redução da miséria e da pobreza em várias partes, do globo.

A luz das tendências favoráveis à integração continental (Comunidade Econômica Européia - CEE e o Mercado Comum entre os Estados Unidos, o Canadá e o México), questiona-se a validade de planos e projetos de desenvolvimento nacional que poderiam provocar uma colisão entre a coordenação supra-nacional e o princípio da soberania nacional. A globalização das atividades econômicas e financeiras, impulsionada pelo dinamismo das corporações e conglomerados transnacionais, implica em novas formas de interdependência e de interação, embora sem uma integração real das economias e das políticas nacionais. Paralelamente a essa tendência em direção à integração, um grande número de países do terceiro mundo acabou por se tornar independente - emergindo de guerras civis e de conflitos étnicos ou religiosos - proclamando, como seu objetivo primeiro, a construção de sociedades baseadas no princípio da soberania nacional. Estas correntes contraditórias

refletem os graves conflitos de interesses entre atores políticos e instituições com visões não só diferentes como opostas.

A dinâmica geral da globalização da economia parece anunciar o fim do, capitalismo industrial nacional, baseado na unicidade dos processos de desenvolvimento ao longo da história e na coerência política dos sistemas nacionais com linguagens, culturas e legislações comuns e padrões educacionais e políticos próprios. Essa globalização, via atuação dos conglomerados transnacionais, altera os parâmetros básicos de qualquer sistema econômico nacional, enfraquecendo, assim, o papel do Estado na mediação das questões e dos conflitos sociais, políticos e ambientais.

Paradoxalmente, com a emergência dos problemas ambientais e econômicos de caráter global (dívida externa, narcotráfico, mudanças climáticas e o gerenciamento de recursos ambientais), as políticas de ajuste oficiais e os discursos de lideranças político-econômicas internacionais proclamam as virtudes do sistema de livre mercado, apesar das novas formas de protecionismo e das medidas neo-mercantilistas emergentes. Os processos de tomada de decisão, que afetam a economia mundial, estão cada vez mais localizados nas matrizes e nas estruturas organizacionais das corporações e conglomerados transnacionais, detentores de uma capacidade incomum para "globalizar" operações, enquanto os governos dos Estados nacionais demonstram dificuldades crescentes em fornecer os meios básicos para a sobrevivência da

população de seus países (pleno emprego, poder de compra estável, etc.), bem como para a proteção da vida e a segurança contra riscos e acidentes "ambientares".

Um papel central em todo esse processo de globalização é desempenhado pela combinação de novas tecnologias de informação e de comunicação, realizando operações em escala mundial e induzindo a mudanças nos padrões organizacionais e administrativos das empresas e dos negócios. A extensão dessas redes globais e sua integração crescente com os Estados nacionais "locais" geram e difundem novos padrões de consumo e valores materiais e simbólicos.

Diante dessa tendência geral em direção à globalização da economia mundial -, as fronteiras e a soberania nacionais não se constituem mais em condições suficientes para se lidar com os problemas ambientais através da adoção de soluções simplistas como a implementação de políticas ou de programas baseados em tecnologias sofisticadas, apropriadas ou mesmo ambientalmente "saúdáveis". Temas como os das mudanças climáticas globais, da biodiversidade, da destruição de florestas tropicais, da busca de uma fonte energética "limpa", para ficarmos apenas em alguns exemplos de questões a serem debatidas na CNUMAD (ou Eco-92), revelam alguns dos interesses contraditórios que opõem os países do primeiro aos do terceiro mundo. Enquanto os primeiros insistem na urgência e na necessidade de se interromper os processos de queima e de desmatamento

“novas áreas de confronto vêm à tona relacionadas com o acesso e a conservação dos recursos naturais e os do meio ambiente”

das florestas remanescentes - localizadas na maior parte nos países do terceiro mundo -, além do acesso à biodiversidade, os países pobres desejariam restringir o acesso a seus recursos naturais - nem sempre tendo em vista o manejo adequado ou a conservação desses recursos -, clamando, ao mesmo tempo, por livre acesso às tecnologias mais modernas. Até o presente momento, parece ser bastante questionável a intenção de se considerar os recursos naturais como patrimônio comum da humanidade, tendo em vista os mesmos estarem localizados dentro de fronteiras nacionais. Se tiverem de ser compartilhados igualmente pelos demais países, então seria necessário criar-se um fundo mundial para a administração

de todos os tipos de recursos indo desde os econômicos, financeiros, científicos e tecnológicos, até os naturais e humanos - que concorram para o desenvolvimento sustentável.

A descrição e a análise das tendências e perspectivas prevaletentes nas áreas mais importantes das atividades econômicas nos países do terceiro mundo, por um lado, e a emergência de um novo paradigma tecno-econômico, por outro, nos levam a uma inevitável inferência acerca da necessidade de estratégias alternativas para os países em desenvolvimento, que subordinem as políticas industriais, setoriais e regionais, assim como as relacionadas com a ciência e a tecnologia, às prioridades sociais

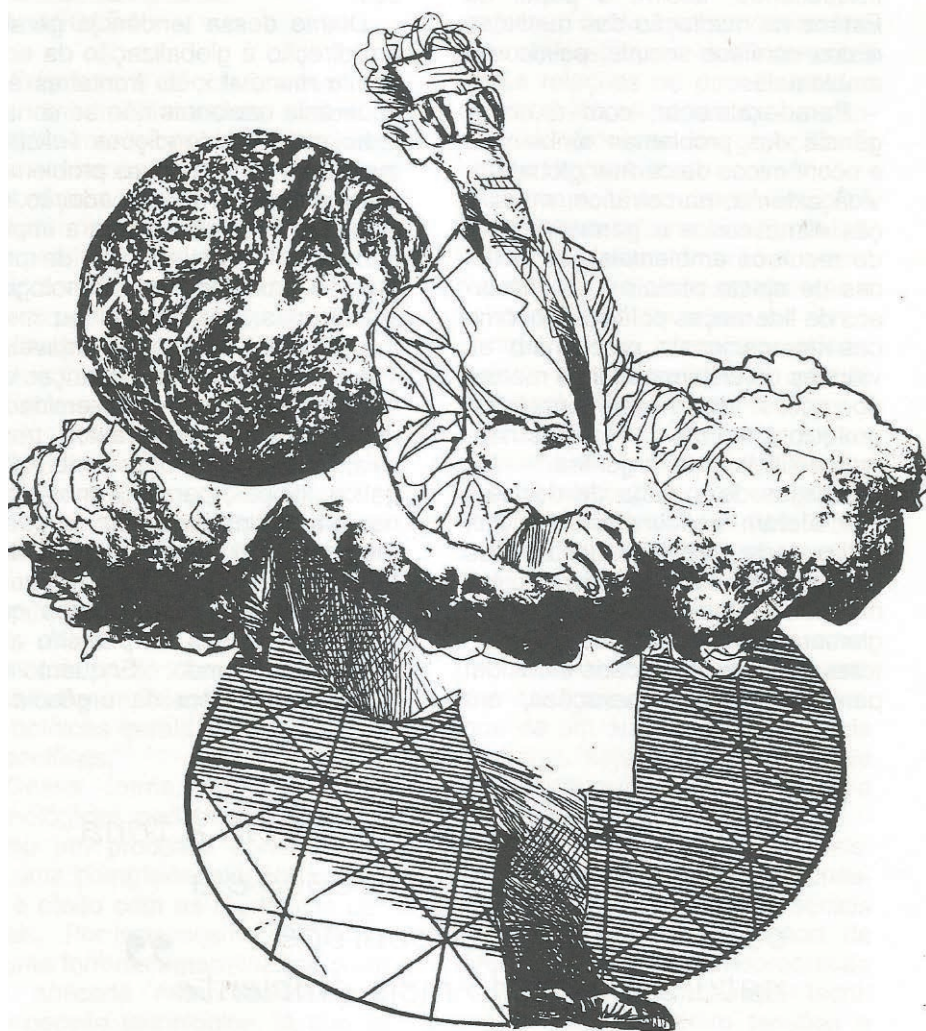
definidas mediante processos democráticos resultando em um novo estilo de vida em nível global.

### **crescimento ou desenvolvimento?**

Com a aproximação da CNUMAD - a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento -, os debates sobre desenvolvimento anteriormente restritos a grupos seletos de economistas, tecnocratas e homens de negócios se expandem e atingem um público mais amplo, formado por pessoas de todas as camadas sociais. O principal argumento trazido à tona nas discussões políticas e acadêmicas é o de que as políticas convencionais para o crescimento econômico baseadas em projetos industriais e de infra-estrutura de grande escala e a serem financiados por fundos estrangeiros e/ou capitais de risco - não resultarão em um desenvolvimento sustentável. Seu enfoque, concentrado nas variáveis econômicas e tecnológicas, não leva devidamente em consideração os objetivos explícitos de cunho social e cultural do desenvolvimento.

A polêmica do momento envolve problemas de definições conceituais, objetivos sociais e estratégias políticas. Deve-se fazer uma distinção entre o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento sustentável - que, baseado na alocação e no gerenciamento mais racional dos recursos ambientais (incluindo-se, aí, a energia), envolve outras dimensões como a social, a política e a cultural, sem falar nas dimensões éticas e estéticas, entre outras. O primeiro destes conceitos não parece viável à luz do consumo real e dos parâmetros de poluição verificados nos países desenvolvidos e das taxas de crescimento da população nos países pobres, que representam, pelo menos, 3/5 da humanidade.

A incorporação da dimensão ambiental nas estratégias e nos projetos de crescimento da economia não representa uma





condição suficiente nem para o desenvolvimento sustentável, nem para a melhoria das condições de vida material dos pobres e deserdados.

A tentativa de se definir o desenvolvimento sustentável como uma renovação do processo de crescimento econômico convencional acompanhado de algumas medidas de proteção e de conservação do meio ambiente ecológico (com a incorporação, p. ex., de uma contabilidade ou auditoria ambiental, ou de custos "reais"; do princípio do "poluidor-pagador"; ou de indicadores de qualidade ambiental; etc.), constitui-se em uma outra mistificação, uma vez que para isso seria necessário, do ponto de vista teórico-metodológico, que todos os demais fatores como a péssima distribuição de renda e as dificuldades de acesso das populações menos favorecidas à educação, à informação e ao mercado de trabalho permanecessem inalterados (em decorrência da condição "ceteris paribus" dos modelos micro e macroeconômicos). Como o efeito "trickle-down" não funciona em economias altamente oligopolizadas nem em sociedades polarizadas, poucos resultados seriam alcançados no que se refere à melhoria das condições de vida e de trabalho das populações mais pobres e desprovidas, as quais são sistematicamente ignoradas nas decisões políticas tomadas pelas elites desses países.

O conceito de "desenvolvimento sustentável" não poderá se tornar operacionalizável, então, apenas via uma ciência econômica ou tecnologias mais adequadas, nem pela inclusão de preocupações ambientais nos projetos de investimento. Seu verdadeiro significado será derivado apenas através de esforços sistemáticos para a consolidação de uma sociedade mais estável, racional e harmoniosa, baseada em princípios de equidade e de justiça nas relações entre as pessoas, tanto dentro de cada sociedade, como em um nível global.

O elemento central que se constitui na base para a preparação da CNUMAD é a consciência crescente - dentro das instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas - sobre os impactos e conseqüências negativas do processo e das estratégias de crescimento econômico verificados após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, na década de oitenta.

O contexto em que se inserem as perspectivas ambientais para os países "menos desenvolvidos" são comparativamente mais sombrios se comparados aos países industrializados, onde a sociedade civil é mais e melhor articulada, se valendo de uma variedade de instrumentos e mecanismos legais para se defender contra as práticas destrutivas e "selvagens".

Nos últimos quarenta anos de políticas e práticas de desenvolvimento, esperava-se benefícios automáticos advindos do efeito "trickle-down" com relação ao crescimento econômico, que resultariam em melhores relações sociais e políticas, assim promovendo uma sociedade mais pluralista e democrática.

À luz da realidade deste final de século, temos que reconhecer as disparidades e desequilíbrios crescentes, e a distribuição de renda distorcida em quase todos os "países em desenvolvimento". Opostamente às estratégias de crescimento insustentáveis - por razões morais e ambientais - o paradigma alternativo deverá satisfazer às necessidades básicas de todas as pessoas e não apenas de minorias privilegiadas; em todos os lugares e não apenas em pólos de crescimento selecionados; e como um processo contínuo ao invés da expansão e da contração cíclicas das economias de mercado contemporâneas. Além do mais, deverá ser capaz de satisfazer às necessidades atuais das pessoas sem deteriorar as perspectivas das gerações futuras. Assim, servindo todas as pessoas, o tempo todo, e sem prejudicar ou exaurir os recursos existentes ou produzir riscos e conseqüências intoleráveis,

as estratégias de desenvolvimento sustentável terão que ser caracterizadas pela viabilidade econômica, pela equidade social, pela sustentabilidade ecológica, pela aceitabilidade moral e até mesmo por uma qualidade estética.

Se se puder chegar a um consenso de que estes são os objetivos primeiros de um processo de desenvolvimento sustentável - ao contrário da abordagem reducionista e tecnicista adotada por economistas, administradores e tecnólogos -, aí então, é que a questão das políticas, das diretrizes, dos instrumentos e dos mecanismos se torna relevante. As opiniões, no entanto, estão divididas e resultam em propostas e prioridades diferentes, no que diz respeito a políticas ambientais efetivas e eficientes, de acordo com o treinamento profissional, a formação teórica e a ideologia dos indivíduos e dos grupos de pressão.

Assim, os economistas defendem a análise de custo-benefício, taxas de desconto, preços "reais" (referentes aos custos de recuperação por danos ambientais), auditoria ambiental e, eventualmente, uma nova metodologia para as contas nacionais.

Os sociólogos insistem na necessidade de se consultar e pesquisar as opções sociais, questionando-se sobre a disposição da sociedade em pagar pela proteção e conservação de determinados recursos naturais ou pela instalação de depósitos de lixo que representem riscos à saúde e à vida.

Cientistas e tecnólogos reivindicam maiores verbas para pesquisa e o desenvolvimento de ciências básicas e de tecnologias de ponta, tentando seguir os padrões e copiar ou repetir os projetos de cientistas dos países "desenvolvidos". Constituem, juntamente com os homens de negócios, um lobby forte para a transferência de tecnologias (equipamentos, investimentos, etc.) dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Um número crescente de companhias e de executivos começa a ver as questões e as políticas ambientais como um campo novo e interessante de investimentos, ao menos por razões de marketing e de imagem perante o público. Os banqueiros e os conglomerados financeiros percebem oportunidades para lucros imensos advindos da expansão das preocupações ambientais e das transações internacionais, através da transferência de dotações relativamente altas para projetos ambientais ou, então, através das operações de conversão das dívidas externas em projetos de proteção ao meio ambiente.

Advogados e políticos têm uma preferência óbvia pela legislação ambiental, muito embora tenhamos que reconhecer a pouquíssima eficácia das leis vigentes, especialmente quando estas se baseiam em padrões estabelecidos para condições ideais ou de países ricos, bem diferentes das condições e da realidade dos países pobres.

Em alguns países dá-se prioridade a leis e normas de despoluição, enquanto outros estão mais preocupados com o lixo produzido atualmente e no futuro. O princípio de que “o poluidor deve pagar a conta” está ainda muito longe de ser aceito como regra geral, enquanto a discussão continua sobre como dividir os custos da despoluição entre as empresas e o tesouro público. Finalmente, representantes do governo e tecnocratas embarcam no trem ambiental mais como um expediente para a legitimação das práticas econômicas e relações políticas correntes, ou seja, para se manterem no poder.

Todos esses grupos de interesses, diferentes e muitas vezes contraditórios, convergem e concordam com relação à manutenção do “status quo” político ou da estrutura de poder, que é, por sua própria natureza, excludente e polarizador, e, portanto, não apenas economicamente inviável, mas moralmente inaceitável. Isto, porque o mesmo perpetua

a desigualdade social vigente e conduz, conseqüentemente, a uma direção oposta à do desenvolvimento sustentável.

Se assumirmos que a inovação tecnológica tem de assegurar uma equidade sócio-econômica dentro de e entre as sociedades contemporâneas, então, ela poderá ser considerada como uma condição necessária para a continuidade ou a “sustentabilidade” do processo de desenvolvimento. No entanto, a experiência histórica mostra que: quando novas tecnologias são introduzidas nas sociedades mais pobres e “atrasadas”, sem que se adotem medidas políticas específicas para assegurar práticas distributivas, elas provocam uma exacerbação das iniquidades em termos de renda e de poder. As classes mais ricas obtêm uma parcela maior dos benefícios gerados pela introdução dessas inovações, enquanto as camadas mais pobres tornam-se ainda mais empobrecidas (veja-se, p. ex., os impactos da “revolução verde” em termos de concentração da propriedade de terras, da desapropriação dos pequenos proprietários e da expulsão dos trabalhadores sem terra, notadamente nos países ditos “em desenvolvimento”).

Os efeitos negativos dessas políticas podem ser agravados ainda mais pelos agentes que intermediam as transferências de tecnologias e por mecanismos específicos de repasse das inovações de produtos e de processos.

Quer-nos parecer que, para a maioria dos problemas ambientais, as raízes são basicamente de natureza social e política. Embora tecnologias específicas e variadas sejam necessárias para a resolução dos diferentes problemas ambientais dos países em desenvolvimento, a maioria deles pode ser solucionada com tecnologias existentes e acessíveis, contanto que a disposição política e certas condições para a coesão e a solidariedade estejam presentes na sociedade.

Estudos e trabalhos elaborados

com vistas a CNUMAD têm, como tendência, enfatizado fortemente o papel da tecnologia (avaliação, transferência, gerenciamento e P&D) para se alcançar práticas ambientais saudáveis. Isto não pode ser inferido a partir de uma análise mais objetiva do relacionamento entre ciência, tecnologia e meio-ambiente. Opções tecnológicas são também decisões políticas tomadas com relação à seleção, transferência, incorporação e assimilação de tecnologias e não são politicamente neutras.

Devido aos interesses econômicos e às práticas comerciais firmemente estabelecidos, os quais se constituem em parte importante da relação de poder existente numa dada sociedade, os “custos reais” das atividades econômicas e de seus impactos sobre o ambiente social e ecológico não são levados em devida consideração. Um recente estudo (RATH, 1990) aponta para os custos sociais ou ocultos por dólar de produto - os quais vão dos US\$ 0.24 para as atividades de comércio varejista até os US\$ 2.03 e US\$ 2.89 para as atividades de mineração de ferro e de produção de ferro-ligas -, que se constituem numa clara evidência do viés existente seja na contabilidade econômica, seja na avaliação de impactos ambientais, quando estes custos não são considerados.

A não inclusão dos danos e das degradações ambientais nos custos e preços dos produtos significa sua transferência para a sociedade, uma vez que os lucros são creditados à diligência e eficiência dos administradores e os dividendos são pagos aos acionistas dessas empresas. E como os produtos e processos mais poluentes (como a produção de aço, de produtos químicos e petroquímicos, de papel e celulose, de cobre, de alumínio, entre outros) vêm sendo realizados nos países “em desenvolvimento” além de se constituírem em parte substancial de suas pautas de exportações -, os fluxos do comércio internacional resultam na transferência desses custos sócio-

ambientais dos países ricos (que são os que mais deveriam pagar por essa degradação, já que são os maiores consumidores desses produtos, além de possuírem um maior volume de recursos) para as populações mais pobres (as quais além de sofrerem com sua miséria e pobreza, ainda são os que mais sofrem as conseqüências nefastas decorrentes da instalação dessas atividades em territórios, até então, por elas habitados).

Tecnologias que introduzem e difundem práticas ambientais saudáveis são bastante conhecidas; porém, mediante mecanismos perversos socializam-se os custos ambientais, enquanto os benefícios resultantes da exploração de recursos não-renováveis ou até mesmo da deterioração ambiental são açambarcados por grupos de interesse privados. Portanto, o cálculo convencional dos índices de produtividade e de eficiência, ou a auditoria ambiental, não serão, certamente, critérios suficientes para a justiça social e a aceitabilidade ética das práticas ambientais.

## **desenvolvimento e meio-ambiente: as funções da tecnologia**

A incorporação de dimensões ambientais às estratégias, programas e projetos de desenvolvimento, a fim de assegurar melhores condições materiais e uma sustentabilidade ambiental para a sociedade, exigirá novos e diferentes procedimentos para o cálculo das contas nacionais e das transações internacionais. Os procedimentos atuais vêm sendo cada vez mais criticados e sua reformulação, com vistas a incluir os custos ambientais de projetos de investimento, de produção, distribuição e consumo, está ainda em estágio preliminar.

Por outro lado, a dinâmica populacional nos países em desenvolvimento exige o desenvolvimento de capacitações tecnológicas e organizacionais, que potencializem o acesso a, o uso de e a demanda por recursos

do meio ambiente. Sem dúvida, as oportunidades para a introdução de novas tecnologias ambientais são amplas e variadas - tais como novos métodos para a medição dos níveis de poluição, a auditoria ambiental - e podem proporcionar padrões reguladores mais eficazes.

Em muitos processos industriais, a coleta seletiva de lixo pode proporcionar a produção de mercadorias recicladas valiosas constituindo um campo novo para investimentos rentáveis. Nos setores de energia, o desenvolvimento de tecnologias baseadas em biomassa, energia eólica, e células fotovoltaicas poderia proporcionar substitutos competitivos para o carvão, o petróleo e a eletricidade termo-nuclear. As opiniões estão divididas, no entanto, no que diz respeito à conveniência e à necessidade de P&D para essas novas tecnologias, sendo que alguns ambientalistas temem que o tempo se esgotará e o dinheiro e o esforços utilizados para desenvolver as novas tecnologias poderiam atrasar a concretização do objetivo prioritário, ou seja, a redução da poluição ambiental. Outros argumentam que regulamentos em demasia e muito rigorosos envolveriam custos exorbitantes e, portanto, representariam uma limitação muito séria ao crescimento econômico.

O desenvolvimento e a aplicação de qualquer tecnologia resulta no uso e na degradação de recursos naturais, com a conseqüente geração de resíduos e o consumo de uma certa quantidade de energia e de outros insumos. O avanço da civilização industrial levou, inexoravelmente, a uma demanda crescente por

recursos naturais, muito além dos níveis e dos padrões de consumo anteriores.

O agravamento da situação atual, caracterizada pela acelerada deterioração do meio ambiente em escala mundial - vide, p. ex., o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a chuva ácida, a destruição das florestas, a erosão do solo e a expansão dos desertos, a perda de inúmeras espécies de plantas e animais, a contaminação tóxica do ar e da água - provocará, inevitavelmente, pressões políticas e sociais para que se desenvolvam tecnologias e se imponham restrições mais severas às violações das normas e das leis de conservação e proteção ambiental.

O envolvimento das empresas e dos administradores com as normas e políticas para um "meio ambiente despoluído", embora seja um passo importante para a difusão das preocupações ambientais e das práticas protecionistas, pode não produzir os resultados esperados, ao menos a curto prazo. Por estarem acostumados a transferir ou a socializar os custos ambientais, para conseguirem maior retorno sobre os investimentos, os administradores tornam-se refratários tanto a praticar, quanto a liderar o movimento por tecnologias mais eficientes temendo custos adicionais e a conseqüente perda de competitividade de suas empresas.

Particularmente, numa recessão e numa crise econômica como as que enfrentam hoje quase todos os países do terceiro mundo - e mesmo vários países do primeiro -, as empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, reduzem ou

“ O conceito de “desenvolvimento sustentável” não poderá se tornar operacionalizável, então, apenas via uma ciência econômica ou tecnologias mais adequadas ”

desativam suas já modestas instalações nesses países, juntamente com uma redução em seus orçamentos para laboratórios, pesquisa e desenvolvimento, controle de qualidade e atividades de treinamento.

Apesar disso, a transferência de tecnologias e a experiência de outros países podem ser úteis ao proporcionar um direcionamento para regulamentos mais efetivos para a conservação de recursos naturais e para o manejo do lixo perigoso. Na Alemanha, por exemplo, novas fábricas são obrigadas a incorporar as tecnologias mais avançadas a fim de reduzir ou reciclar os materiais descartáveis. Rótulos específicos indicam a toxicidade dos produtos e como descartá-los, enquanto os fabricantes são induzidos a aceitar materiais recicláveis e a instalar sistemas de armazenamento de resíduos mais seguros.

A tendência geral, no entanto, deve visar mais a conscientização do que a imposição de normas e regras, através de um entendimento e de mecanismos de negociação, a fim de se atingir padrões ambientais aceitáveis. Isto significa, não apenas, a elaboração de regulamentos e códigos pelo sistema legal, mas também a criação de normas de conduta obrigatórias e de instituições públicas fiscalizadoras para o monitoramento, a avaliação e a orientação permanentes acerca do comportamento ambiental do governo e das entidades privadas.

Para se alcançar, então, um desenvolvimento que seja efetivamente sustentável num horizonte de longo prazo, uma série de iniciativas se fazem necessárias, envolvendo instituições e atores de todas as esferas da sociedade. A interação e a frutífera cooperação entre esses atores sociais requerem uma compreensão ainda mais ampla acerca da natureza e das necessidades desse tipo de desenvolvimento. Isto implica, novamente, na formulação e na adoção de códigos de ética, bem como requer a promoção de medidas e práticas sustentáveis por parte dos empresários e das autoridades governamentais.

Para se induzir ideais políticos e esforços coletivos que dêem sustentação a essas políticas e programas de desenvolvimento sustentável, torna-se necessário um envolvimento público crescente e a mobilização de recursos financeiros. Dessa forma, incentivos sociais e financeiros adequados (como linhas de crédito, taxas e subsídios, etc.) necessitam ser alocados para encorajar a implementação e a adoção generalizada de práticas de desenvolvimento sustentável.

As agências de meio ambiente, além de fornecerem indicadores e outros serviços de informação, atuam como guia nos esforços de P&D em direção a tecnologias “apropriadas” e na divulgação dos produtos e das empresas que estivessem incorporando custos ambientais em seus preços.

Os governos e as organizações internacionais desempenharão um papel chave nos esforços de orientar a pesquisa e de criar mecanismos, instrumentos e incentivos para projetos cooperativos em níveis local, regional, nacional e internacional.

### **desenvolvimento sustentável: em busca de uma nova estratégia**

Como mencionado acima, as políticas e os regulamentos ambientais, ora em discussão, terão, na melhor das hipóteses, um efeito paliativo com a manutenção do “status quo”, visto que as produções automobilística, petroquímica, de carvão, de papel e celulose, entre outras, continuam poluindo o meio ambiente. Da mesma forma, o transporte e o armazenamento de substâncias tóxicas através dos rios e dos mares, continuam a poluir e a ameaçar essas fontes, que formam a principal reserva de água potável para as comunidades rurais e urbanas de todo o planeta.

Os efeitos nocivos são percebidos somente muitos anos mais tarde quando os danos já se tornaram praticamente irreversíveis e os responsáveis diretos não podem mais ser identificados

ou localizados. Um problema ainda mais sério, com relação às substâncias de risco, é representado pelas fontes de energia atualmente empregadas, tais como: o carvão, o petróleo e a energia nuclear, para cujos detritos nenhum país conseguiu, até hoje, uma tecnologia segura de estocagem.

Para tratar dos problemas acima mencionados e, ao mesmo tempo, proporcionar as condições para o desenvolvimento sustentável, a mobilização e a motivação de toda a sociedade serão necessárias, a fim de se definir um estilo de vida alternativo, com padrões de comportamento, de produção e de consumo que atendam, ao menos, às necessidades básicas de cada indivíduo e às prioridades coletivas determinadas através de processos democráticos.

E para se alcançar esses objetivos, tecnologias e materiais alternativos podem ser utilizados na construção de casas (substituindo o aço, o concreto, o vidro, o alumínio, etc.); na organização espacial (através da re-estruturação de zonas industriais e residenciais); no consumo e no aproveitamento de fontes alternativas de energia (solar, eólica, geotérmica e de biomassas); e na produção e no processamento de alimentos (menos fertilizantes químicos, agrotóxicos e hormônios). Tais inovações, no entanto, só se tornarão passíveis de serem utilizadas com o apoio da população e de um planejamento governamental.

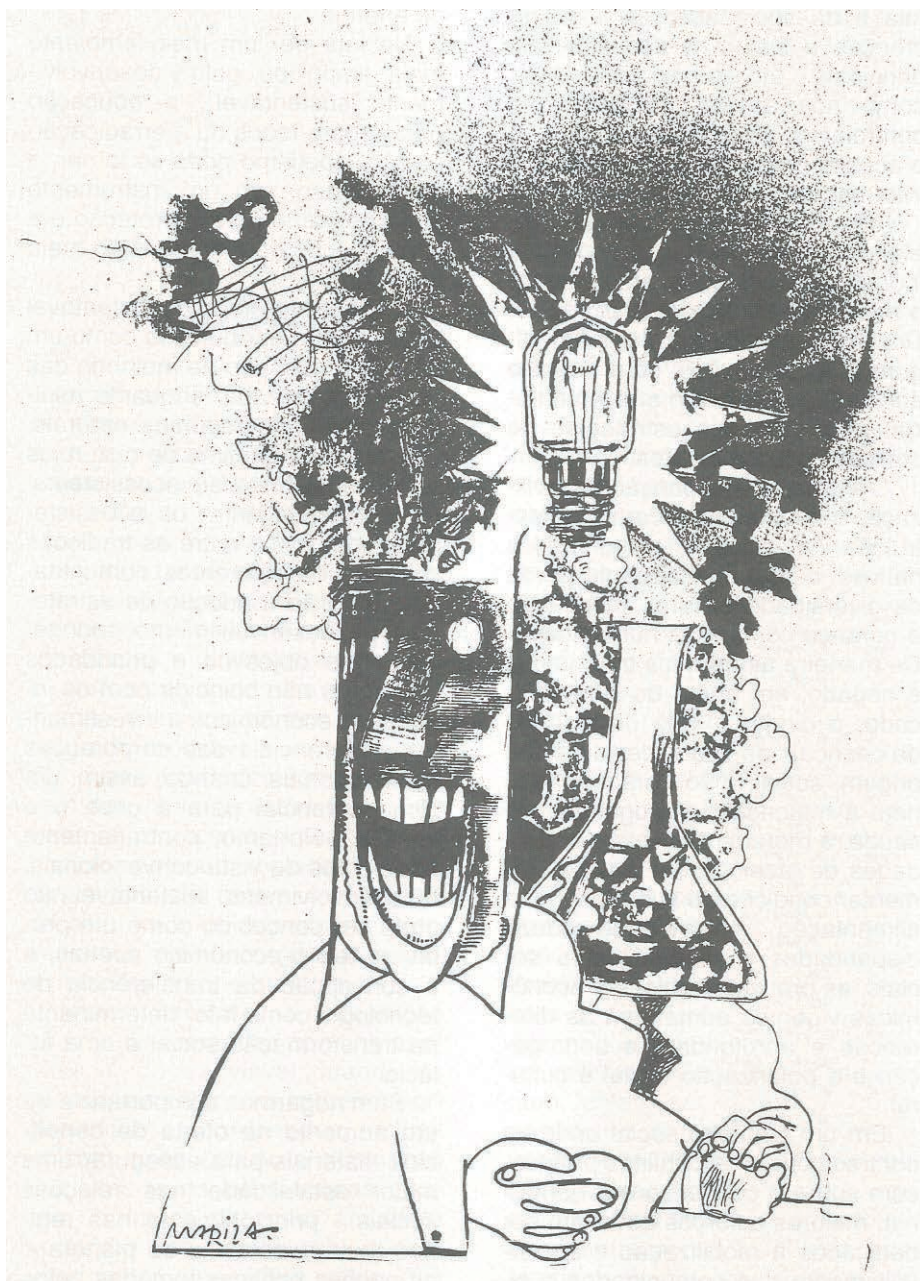
Entretanto, os complexos e urgentes problemas para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, baseadas em tecnologias “limpas” e aceitas pelos seus “consumidores”, não podem ser colocadas dentro de uma visão estreita e dicotômica como a do planejamento estatal centralizado vs. mercados competitivos. O desafio crucial para as sociedades dos países em desenvolvimento é o de como combinar as estruturas de mercado com outras instituições sócio-econômicas e políticas, que poderão propiciar, além de uma maior estabilidade econômica, as condições para uma participação democrática de todos os cidadãos

nos processos de tomada de decisão.

Num mundo dominado pela escassez, pode ser difícil atender com uma certa equidade as demandas de todas as pessoas. Assim, para se obter legitimidade em suas decisões, os governos mesmo das democracias formais terão de combinar ações de promoção, de orientação e de coordenação dos serviços públicos com um espaço crescente para as iniciativas individuais e para a criatividade, o que asseguraria um desenvolvimento autônomo de cidadãos conscientes e organizados na busca de uma transformação nas estruturas sociais vigentes.

Essas transformações não devem estar condicionadas e nem podem depender de uma privatização dos serviços públicos ou da infra-estrutura, embora estes necessitem de esforços coletivos para aumentar sua eficiência e a qualidade dos serviços oferecidos. Não será a simples crença na infalibilidade da ciência e da tecnologia que irá nos socorrer na busca de soluções de todos esses problemas relacionados à consecução de um desenvolvimento que seja efetivamente sustentável. O conhecimento técnico e científico existe (como pode ser exemplificado pela biotecnologia, pela automação industrial, pelos serviços computadorizados, etc.) e contribui para o incremento na produtividade dos trabalhadores seja na indústria, seja na agricultura. No entanto, o acesso a, e o uso de tecnologias mais eficientes não irão garantir uma melhoria na qualidade de vida da população mais carente, que geralmente tem de arcar com os custos sociais do “desenvolvimento” sem receber a sua parte quando da distribuição dos benefícios do mesmo.

Os defensores do princípio do “livre mercado” rejeitam qualquer tipo de intervenção do Estado, especialmente quando é sugerido o apoio aos programas de P&D em sistemas de energia fotovoltaica, carro elétrico, agricultura orgânica, etc. Não está claro, no entanto, por que o tesouro público deve financiar e apoiar programas de energia nuclear e de outras indústrias



“estratégicas”, incapazes de se manterem em mercados baseados apenas no princípio da oferta e da demanda. O monitoramento público e os mecanismos de orientação são necessários para proporcionar a equidade intergeracional, que não é automaticamente atendida pelos critérios de eficiência atuais. Quanto ao desenvolvimento sustentável - a experiência histórica mostra que o efeito “trickle-down” (de distribuição automática dos benefícios do crescimento econômico para

toda a sociedade) não funciona em economias altamente concentradas e centralizadas, a menos que mudanças estruturais (reforma agrária, reforma fiscal e educacional, da política salarial e de distribuição de renda, etc.) sejam implantadas pelas elites dominantes.

Isto significa que, ao analisarmos projetos e programas de investimentos para a conservação ou proteção do meio ambiente, mais atenção deve ser dedicada às análises da estrutura

da economia e da sociedade; às atitudes, crenças e sistemas de valor dos principais atores sociais; bem como aos setores políticos que controlam a distribuição do poder e o acesso privilegiado à riqueza e à informação.

Até aqui tratamos apenas dos efeitos negativos das tecnologias industriais e agrícolas atuais sobre o meio ambiente físico e biológico. Devemos acrescentar, também, algumas observações com relação aos impactos sobre o ambiente social e cultural das estratégias de crescimento dominantes.

O avanço e a expansão da civilização industrial provocaram a destruição de tribos e comunidades nativas, com a conseqüente perda da diversidade cultural, patrimônio e herança comum da humanidade. De maneira ainda mais traumática, é negado, em nome do livre mercado, o direito à vida de milhões de crianças, as quais, devido à sua origem social, não terão acesso nem à educação, a programas de saúde, a moradia decente e a atividades de lazer e nem à mais elementar condição de subsistência: a alimentação. Ao invés de reduzir disparidades e desequilíbrios sociais, as práticas políticas e econômicas vigentes aumentam as diferenças e aprofundam a segregação e a polarização social e cultural.

Em um contexto social onde as contradições e os conflitos prevalecem sobre o consenso e a harmonia, maiores esforços deveriam ser dedicados à mobilização e ao envolvimento das comunidades e cidadãos, a fim de promover e intensificar sua participação e a divisão de responsabilidades nos processos de tomada de decisão referentes ao seu destino.

Tentar motivar as populações pobres e desprovidas a se preocuparem com as questões ambientais, que elas acabam por ver como pertencendo aos "outros", é um desafio bastante diferente daquele de tentar ensinar aos moradores urbanos de classe média a participar da coleta de lixo seletiva ou dos programas de

conservação de energia.

Na luta por um meio ambiente mais limpo ou pelo "desenvolvimento sustentável", a educação básica para todos ou a erradicação do analfabetismo pode se tornar, a longo prazo, em um instrumento poderosíssimo para a proteção e a conservação dos recursos do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável pode, assim, ser definido como um processo contínuo de melhoria das condições de vida, enquanto minimiza o uso de recursos naturais, causando um mínimo de distúrbios ou desequilíbrios ao ecossistema. As diferenças entre os ecossistemas, bem como entre as tradições culturais de diferentes comunidades, exigirão a adoção de estratégias de desenvolvimento endógeno, cujos objetivos e prioridades podem ou não coincidir com os interesses econômicos e investimentos preferenciais das corporações transnacionais, criando, assim, um clima potencial para a crise e o conflito. Portanto, contrariamente aos pontos de vista convencionais, o desenvolvimento sustentável não pode ser concebido como um problema tecno-econômico apenas, e a concepção da transferência de tecnologia como fator determinante na transformação social é uma falácia.

Sem negarmos a importância de um aumento na oferta de benefícios materiais para assegurar uma maior estabilidade nas relações sociais - principalmente nas regiões mais miseráveis do planeta -, as opções políticas tomadas pelos países do primeiro e do terceiro mundos, e não necessariamente a aplicação de novas tecnologias, é que definirão o escopo de "nosso futuro comum". A estrutura do poder político define, em última análise, a distribuição de riquezas e o acesso a elas e, portanto, a satisfação dos interesses próprios de cada população. Porém, a fim de se obter e manter o poder, as elites terão que propor e sustentar uma estratégia que possa arregimentar a maioria, ou, pelo menos, uma parte significativa da população, a fim de

conseguir coesão e solidariedade na busca das metas e dos objetivos da sociedade. Esforços e propósitos comuns criam uma malha complexa de idéias, crenças e valores coletivos que não apenas conferem legitimidade às políticas e práticas governamentais, mas também induzem processos poderosos de identificação, motivação e participação e, desta forma, energizam e potencializam a vontade e as aspirações coletivas.

Dos argumentos mencionados, pode-se inferir que qualquer progresso em direção à solução de problemas ambientais locais, nacionais ou globais, dependerá basicamente de ações coletivas, do envolvimento, da identificação e da participação em programas e projetos e de grupos de pessoas suficientemente bem organizadas, educadas e motivadas.

Para que regras e decisões governamentais sobre questões ambientais sejam aceitas, deveríamos dar mais ênfase às tecnologias sociais, que nos permitem induzir e intensificar a identidade e a solidariedade, condições fundamentais para uma maior efetividade das políticas governamentais e para o seu controle pela sociedade. Nas sociedades modernas, o controle social não pode mais recorrer ao exercício de poder coercitivo, mas deve funcionar regido por um conjunto de regras, normas e valores que são transmitidos permanentemente através do processo educacional, assim definindo o espaço para as atitudes, crenças e o comportamento concreto dos atores sociais.

As organizações de base e as próprias comunidades fornecem os canais mais próximos e acessíveis para uma participação efetiva e para a expressão dos anseios e das aspirações da população em geral, na formulação de políticas consistentes com as propostas esboçadas ao longo deste texto, ou seja, no engajamento dos diferentes atores sociais num processo político que caminhe no sentido de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Para

“Um padrão de desenvolvimento endógeno reivindicaria como objetivos prioritários a satisfação de necessidades básicas, maior justiça social e práticas econômicas sustentáveis para o meio ambiente”

adquirirem um maior conhecimento e autonomia, o que permitiria a esses atores uma intervenção mais efetiva no que se refere à resolução dos problemas sócio-ambientais que lhes dizem respeito, essas comunidades devem ter o acesso facilitado à educação e a informações, novas habilidades e tecnologias, o que as tornaria mais aptas para cuidarem de seus próprios destinos e do seu meio ambiente.

Com base na análise que acabamos de fazer e à luz da deterioração constante das condições de vida da grande maioria da população nos países “em desenvolvimento”, uma estratégia alternativa de desenvolvimento se faz necessária.

Um padrão de desenvolvimento endógeno reivindicaria como objetivos prioritários a satisfação de necessidades básicas, maior justiça social e práticas econômicas sustentáveis para o meio ambiente, baseadas em austeridade no consumo material e de energia per capita. Atenção especial deverá ser dada a sistemas de produção, para que os mesmos se baseiem na utilização dos recursos de ecossistemas já modificados por atividades passadas, em terras virgens ou abandonadas (Gallopín, 1990), e também na bio-industrialização descentralizada em solos já sob exploração (Sachs, 1990). No que diz respeito às indústrias de extração e de processamento mineral e às manufatureiras, a abertura gradual e seletiva de alguns setores à concorrência internacional, juntamente com a promoção e a incorporação de inovações tecnológicas, deverá

ser combinada com políticas que promovam a geração de empregos e assegurem condições de sobrevivência para as empresas de pequeno e médio porte, incentivadas a se associarem de acordo com as características de suas atividades regionais e setoriais, objetivando níveis mais altos de “eficiência coletiva”.

Políticas e diretrizes ativas para o reforço das atividades industriais ligadas à utilização dos recursos naturais, renováveis ou não, bem como das atividades agrícolas, devem ser implementadas tendo em vista a crescente integração e complementação regional, baseada em políticas fiscais, monetárias, de salários e de transações internacionais mais homogêneas e harmonizadas do que as atuais.

Nesse contexto, a integração através de mercados comuns apenas se tornará viável quando as economias nacionais estiverem organizadas e coordenadas, inclusive com a redução ou a eliminação das altas taxas inflacionárias. Assim, o futuro do meio ambiente ecológico nos países “em desenvolvimento” dependerá mais das opções sócio-econômicas e políticas a serem adotadas pelos países “desenvolvidos” do que do desenvolvimento de pesquisas sobre novas tecnologias e sobre técnicas de manejo ambiental mais eficientes.

Para se alcançar os objetivos acima, parece que não faltam pacotes de tecnologias disponíveis. Nesse sentido, uma variedade de tecnologias econômica, social e ecologicamente sustentáveis e de práticas de manejo ambiental bem conhecidas são aplicáveis a

diferentes ecossistemas (florestas tropicais, manguezais, regiões estuarinas, etc.) e já se encontram em utilização. Os impactos de sua difusão podem ser percebidos em quase todas as esferas da chamada questão ambiental, como, na aplicação de tradicionais técnicas de irrigação e de controle de enchentes; no desenvolvimento de técnicas de pesca artesanal, de aquicultura e de manejo de culturas agro-silvo-pastoris; na busca de novas fontes de energia renováveis; e no treinamento e na expansão dos serviços de extensão rural aos produtores para o aproveitamento integral da biomassa. E para se assegurar um contínuo e suave fluxo de tecnologia, este não pode se restringir aos canais de transferência de tecnologia convencionais, que privilegiam os acordos entre os governos e as grandes corporações de capital privado. As comunidades locais, as ONGS, as universidades e outras instituições devem ser apoiadas em suas pesquisas sobre o que elas consideram como sendo as tecnologias “apropriadas”.

Fundos especiais para o financiamento de P&D em novos métodos de proteção e conservação ambiental poderiam ser criados com a transferência de recursos destinados, por exemplo, aos setores militares. Estes recursos poderiam, então, ser cedidos, a fundo perdido ou não, a organizações privadas ou a ONGs via empréstimos a longo prazo custeados por organismos financeiros internacionais e, eventualmente, poderiam advir também de impostos sobre o consumo de combustíveis fósseis ou sobre a produção de outros materiais poluentes.

Enquanto considerações sobre as dimensões óticas da transferência de tecnologia e de seus impactos tornam-se cada vez mais necessárias para a formulação de políticas de P&D, a ausência de instrumentos eficientes para se exercer um monitoramento e uma avaliação ex-post desses impactos continua a se constituir em um sério problema. Questões como: “quem serão os maiores

beneficiados e os prejudicados pela transferência e pela implementação de determinadas inovações tecnológicas?”, assim como “quem irá controlar os processos, mecanismos e instrumentos?”, devem ser incorporadas nas agendas dos organismos ambientais nacionais e internacionais.

Para se alcançar a sustentabilidade ambiental, um pluralismo e uma combinação de tecnologias serão necessários, requerendo, ao mesmo tempo, novas formas de organização e de administração para o desenvolvimento e a difusão de tecnologias “apropriadas”, bem como para o desenvolvimento de tecnologias baseadas em conhecimentos empíricos tradicionais, muito mais adaptados às condições locais e aos ciclos ecológicos do que as modernas tecnologias de ponta. A utilização de tecnologias integradas pode promover inovações auto-sustentáveis, reduzindo as fontes potenciais de conflitos e contribuindo para a sustentabilidade econômica, política e cultural, além de enfatizar a valorização da diversidade cultural e o respeito a culturas e estilos de vida de populações nativas ou tradicionais.

Um objetivo central dentro de todo esse processo deve ser constituído de um esforço contínuo para a descentralização e o incremento da participação da população nos processos decisórios. Provavelmente, as mais sérias deficiências relacionadas aos processos de tomada de decisão na área de meio ambiente nos países em desenvolvimento, estejam ligadas a inexistência de recursos humanos especificamente treinados para esse fim, e que sejam capazes de gerar novos conhecimentos para um equacionamento e um encaminhamento efetivos de todos esses problemas.

Com a emergência e a difusão de um novo paradigma tecnoc-econômico, baseado na integração sistêmica e na flexibilidade dos recursos humanos e materiais conforme informações recebidas e processadas quase que instantaneamente, novas formas e estilos de organização e de

gerenciamento, diferentes das atuais estruturas hierárquicas e burocráticas dominantes, tornam-se necessários. Nesse sentido, a “eficiência coletiva” de grupos e de organizações se tornará mais importante do que a performance individual e competitiva, super-enfatizada pelas práticas tayloristas nas instituições públicas e privadas, nos escritórios e nas fábricas.

O novo paradigma tecnoc-econômico requer assim diferentes padrões nas relações humanas dentro das organizações e um perfil de liderança distinto, caracterizado por uma capacidade motivacional para o envolvimento e a participação das pessoas nos diversos projetos e programas. Um objetivo central e estratégico desses novos líderes será a consecução de uma participação efetiva dos diferentes grupos de interesse e comunidades nas decisões que afetam suas vidas e os seus destinos. Isto, por sua vez, requer uma contextualização cultural do processo decisório de maneira que, além da abertura para a participação democrática dos diversos atores sociais, esse processo possibilite um fluxo de informações em todos os sentidos, permitindo que todos esses setores recebam as informações e participem da elaboração dos planos de ação a serem implementados.

O desafio de uma transformação rápida e dinâmica no ambiente político e social, requer, também, dos atores sociais e principalmente de seus líderes, a capacidade para perceber, analisar e interpretar as complexas interações existentes na sociedade, suas contradições e conflitos e, mais ainda, antecipar e compreender a dinâmica das mudanças sociais, motivando as pessoas a lutarem pelos direitos, deveres e responsabilidades da cidadania.

Finalmente, o potencial e a capacidade para influenciar e administrar os problemas ambientais, de uma maneira efetiva, estarão limitados a menos que as decisões se baseiem na compreensão da interdependência e da interação entre o comportamento econômico, a estrutura política e os objetivos e os valores sócio-culturais.

## bibliografia

- ALTIERI, M. - Agroecology: the Scientific Basis for Alternative Agriculture, Boulder, Co, Westview Press, 1987.
- BROAD, R. et al. - Development: the Market is not Enough, in Foreign Policy, 81 (144/162), 1990.
- BROWN, L. et al. - State of the World 1989, A World Watch Institute Report on Progress toward a Sustainable Society, W.W. Norton, New York, 1990.
- CHOWDHRY, D. - Poverty, Environment, Development, People - Oriented Policies and Structures in Mainstream, New Delhi, p.21/26, 25.06.1988.
- DALY, H. E. - Sustainable Development: from Concept and Theory Towards Operational Principles, in Population and Development Review, Hoover Institution Conference, 1989.
- DOUROJEANNI, M. J. - Renewable Natural Resources of Latin America and the Caribbean: Situation and Trends, World Wildlife Fund, Washington D.C., 1982.
- GALLOPIN, G. - Modern Technology and the Environment: the Outlook for Latin America, mimeo, UNICAMP, 1988.
- GARDNER, J. and ROSELAND, M. - Thinking Globally: the Role of Social Equity in Sustainable Development, in Alternatives, 16:3, 1989.
- JACOBS, P. and MUNRO, D.A. (edit) - Conservation with Equity: Strategies for Sustainable Development, IUCN, Cambridge, 1987.
- NORGAARD, R.B. - Sustainable Development: a Co-evolutionary View, in Futures, Dec. 1988.
- RATH, A. - Materials, Trade, Technology and Sustainable Development. Paper presented at Dalhousie University, Halifax, 1990.
- REDCLIFT, M. - Sustainable Development: Exploring the Contradictions, Methuen, London, 1987.
- ROBINSON, J. et al. - Defining a Sustainable Society: Values, Principles and Definitions, in Alternatives, vol. 17:2, 1990.
- SACHS, I. - Desarrollo Sustentable, Bio-industrialización Descentralizada y Nuevas Configuraciones Rural-Urbanas. Los casos de India y Brasil, in Pensamiento Iberoamericano, nº 16, 1990.
- SACHS, I. - Strategies of Ecodevelopment, in Ceres, 17:4, 1984.
- SUNKEL, O. and GLIGO, N. (edits) - Estilos de Desarrollo y Medio Ambiente en America Latina, Fondo de Cultura Económica, México, 1980.
- WCED - Our Common Future (The Brundtland Report), Oxford University Press, 1987.

Versão revista, com base nos comentários enviados pelo Dr. Brent Herbert-Copley, do texto enviado para o IDRC, em setembro de 1991, intitulado “Sustainable Development: trends and perspectives”

**Henrique Rattner** é professor da FEA - USP e membro do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Economia, Sociedade e Meio Ambiente - NAMA FEA / USP.



# Luiza Erundina

*Esta entrevista foi realizada no dia 6 de novembro, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições municipais de 1992. Apesar da agenda sobrecarregada pelo momento político, a prefeita Luiza Erundina recebeu atenciosamente a revista Universidade e Sociedade para falar sobre um dos pontos de destaque da sua gestão - a educação.*

Universidade e Sociedade -  
**quais foram as prioridades de seu governo na área da educação?**

**Luiza Erundina** - No primeiro ano, a prioridade da prefeitura foi recuperar a rede física, que estava num estado deplorável. Os equipamentos estavam todos deteriorados, faltavam equipamentos, havia um déficit de 15 mil carteiras, que estavam quebradas, e vagas ociosas por falta exatamente de condições físicas e quadro de pessoal. Então, o primeiro ano foi basicamente voltado para recuperar a rede, dar-lhe condições de funcionamento, melhorar a qualidade dos serviços e expandir os equipamentos. Foi a partir do segundo ano que começamos a investir. Como no primeiro ano se administra com

o orçamento do prefeito anterior, você fica limitado. Embora a gente tenha feito um redimensionamento das prioridades e das metas no sentido de reverter, de inverter prioridades, investir mais recursos na área social, de qualquer forma o orçamento aprovado no governo anterior, pela Câmara, foi limitante. Só a partir do segundo ano pudemos investir na construção de prédios, e até o final deste governo teremos construído 65 novas escolas, além de termos recuperado mais de 200 escolas, enfim, toda a rede que estava deteriorada.

A outra prioridade foi democratizar a escola no sentido de garantir a participação dos pais, dos professores, dos educadores em geral, funcionários e estudantes, criando um mecanismo que é o Conselho de

Escola. Através deste conselho, os pais e a comunidade escolar como um todo gerenciam, administram a escola. Democratizar no sentido de romper com a proibição de uso de certas revistas e publicações que haviam sido proibidas pelo governo anterior. Colocamos esse material à disposição da comunidade escolar.

Melhoramos os salários dos educadores. Por exemplo, o Estatuto do Magistério foi um projeto de lei que encaminhamos à Câmara e foi aprovado. O estatuto garante ao professor o direito de optar por 30 horas semanais, sendo que dessas 30 horas ele trabalha 20 e fica com 10 horas para dar orientação a alunos, receber pais, preparar aulas. Passou a existir também o salário mínimo básico do educador, do professor<sup>1</sup>. Enfim, as prioridades foram essas: melhorar

a participação do educador e da comunidade escolar como um todo através de mecanismos de efetiva participação, melhorar as condições de trabalho e de salário (hoje os professores da prefeitura têm um salário competitivo com relação ao mercado de trabalho de escolas particulares) e ampliar a rede. Isto tem apresentado resultados tangíveis do ponto de vista de indicadores. Por exemplo, em 88 a evasão escolar atingiu 22% dos alunos. Em 91 esse índice caiu para 12% dos alunos. Quer dizer, a evasão escolar caiu 46%. Isso também se deve a quê? A que o aluno, o educando, tem inclusive uma alimentação quente na escola para suprir a deficiência da alimentação em casa. Quer dizer, tem um professor mais bem pago, motivado, treinado, há cursos permanentes de formação de educadores, condições de trabalho, ambiente e equipamentos. Temos escolas com computadores. Temos 50 escolas com certo número de computadores, introduzindo os alunos da rede pública do município à informática. Enfim, modernizamos, democratizamos a escola e criamos melhores condições de salário e de trabalho para os professores.

**Do ponto de vista pedagógico, você acrescentaria alguma coisa?**

Houve uma evolução, uma mudança curricular, uma flexibilização na forma de captar a realidade do educando e de forma a possibilitar ao educador trabalhar esses conteúdos. Houve mais flexibilidade, por exemplo, nos critérios de avaliação. O aluno não é reprovado ou aprovado a partir daquela abstração de notas. São aplicados outros conceitos, outros critérios de avaliação. Não há essa questão de reprovar o aluno de um ano para o outro. A educação é um processo que apresenta dificuldade e o aluno vai se inteirando dessas dificuldades. É um absurdo você fazer o aluno repetir o ano, certas vezes, apenas porque não passou



numa matéria. Isso foi totalmente reformulado no sentido de mobilizar todo o potencial do educando e integrá-lo ao processo educativo como um processo global, integral, que englobe toda a pessoa.

**É a idéia da progressão através dos três ciclos<sup>2</sup>, não?**

É, exatamente.

**Agora, na sua avaliação, como está funcionando este sistema de progressão, que inclusive tem causado polêmica?**

Eu não sou professora, sou educadora no sentido mais amplo do termo, mas acredito nessa renovação. Os próprios resultados da aprendizagem, a motivação dos alunos, a participação da comunidade, essas mudanças nos aspectos mais estritamente pedagógicos, todos os resultados que estão sendo apresentados me parecem, pelo menos empiricamente, sem ter domínio maior das questões, já que não sou do ramo,, positivos, modernos, avançados. E atual do ponto de vista da dinâmica que hoje a

criança, o jovem, o adolescente vivenciam os estímulos que eles recebem de fora, como por exemplo, através da televisão, dos meios de comunicação, da convivência numa sociedade plural, heterogênea, como a nossa. Então, não se pode aplicar o velho esquema: pegar aluno, fechá-lo dentro de um ambiente de sala de aula, sem atentar para as determinações que estão dadas dentro e fora do educando. Não tenho maiores condições de avaliar precisamente essas mudanças do currículo pedagógico, mas, pelos resultados que me foram apresentados, com certeza estão dando certo.

**❑ Quais as maiores dificuldades que sua administração enfrentou ao executar esta proposta de governo para a educação?**

Considero a educação um direito, que está até na Constituição do país. No entanto, não conseguimos respeitar esse direito plenamente em relação à demanda. Ainda existem, de responsabilidade da prefeitura, 100 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Ou seja, sem ter uma vaga garantida na escola municipal. Isto porque não tive a receita que propus em termos de tributo. Tivemos esse ano uma perda de receita em torno de 400 milhões de dólares. Se não tivesse havido esse corte no IPTU, por uma ação judicial, além do corte que foi feito pela Câmara, eu teria zerado o déficit de vagas na escola pública sob a responsabilidade da prefeitura. Quando propus o reajuste do IPTU para este ano, a Câmara o cortou em mais de 50%, e depois o judiciário cortou ainda mais. Perdemos 400 milhões de dólares de IPTU, só este ano. Ora, o orçamento da educação é proporcional à receita. Chegamos a aplicar entre 27 e 30% da receita tributária na educação, embora a lei orgânica preveja 25%. Não fossem esses cortes, teríamos zerado o déficit educacional, construído 40 novas escolas e 16 novas creches.

No entanto, não pude sequer iniciar essas escolas por falta de recursos. A distribuição das vagas na cidade também não é racional, não é inteligente. As escolas não foram construídas de forma a atender a demanda. E além dessas 100 mil vagas, ainda existem outras 200 mil vagas que são de responsabilidade do governo estadual. A competência na área da educação está distribuída em dois níveis de governo: municipal e estadual. O Estado é responsável por dois terços, e a prefeitura por um terço das vagas escolares. Desse terço ainda temos 100 mil crianças de 7 a 14 anos fora da sala de aula.

**❑ E o déficit de vagas no estado?**

No Estado como um todo, não tenho esse dado. Deve ser muito maior.

**❑ Como é o relacionamento da prefeitura com o sindicato dos professores?**

É positivo, embora eles tenham feito oposição sistemática ao governo, e muito acirrada em certos momentos. Não tivemos uma greve de professores nesses quatro anos. Mas por quê? Porque procuramos construir essa relação com o sindicato e atendemos a basicamente todas as suas reivindicações, a não ser aquele salário base previsto pelo DIEESE, que ninguém teria condições de dar. Mas houve uma grande conquista, uma luta histórica dos educadores, que foi o Estatuto do Magistério, que hoje é lei. Foi aprovado este ano e já está implantado. Houve uma relação independente entre a prefeitura e o sindicato. Os dirigentes do sindicato não são do PT. São de outros partidos, do PC do B e de outras forças políticas. Então, não se pode dizer que esses avanços foram fruto de uma interação entre companheiros do partido. Eles nos fizeram oposição sistemática, mas procuramos lhes dar toda a atenção. Hoje os professores estão

muito contentes com o governo.

**❑ Como é o relacionamento da sua administração com a universidade?**

É muito positiva. Inclusive, procurei a universidade antes da minha posse. Procurei a reitoria da USP, depois a reitoria da PUC, da UNICAMP. E fiz convênios no comecinho do governo. O primeiro convênio que assinei com a universidade foi com a USP, um convênio guarda-chuva. A partir dele, já temos vários termos aditivos, com projetos e programas específicos feitos em parceria com a USP. Na área de vias públicas, pesquisas sobre asfalto. Temos convênios com o IPT, com a UNICAMP nas investigações em torno das ossadas de Perus. Com a PUC, temos vários convênios na área de formação de pessoal e de projetos comunitários. Enfim, temos trabalhado bastante com as universidades.

**❑ Qual a sua opinião sobre as políticas dos governos estadual e federal para a educação?**

Acho que são muito ruins. No Estado eles sequer conseguiram recuperar as condições físicas das escolas. Mesmo esse programa de escola padrão, que era para um certo número de escolas, as reportagens têm indicado que aparentemente, não tem dado certo. Acho que o Estado ainda não conseguiu implantar uma política educacional que represente uma mudança significativa na qualidade do ensino.

Quanto ao governo federal, a política para as universidades é de sucateamento total. Acho que não é uma ação só desse governo ou do outro que saiu. Há uma deficiência acumulada. Acho que a década de 80 foi uma década perdida, sobretudo para a universidade, para a pesquisa científica e tecnológica. Não existe uma política de pesquisa científica e tecnológica e isso se reflete em todo o desenvolvimento do país.

Portanto, em termos de educação, é zero a política no âmbito do governo federal. A educação não foi prioridade nos governos nem da ditadura e nem pós-ditadura. Ainda está para ser retomada.

**☐ Cuba é uma experiência socialista que tem logrado resistir numa conjuntura extremamente adversa. Qual sua opinião a respeito da experiência cubana.?**

Sinto muita dificuldade em fazer uma avaliação. Em primeiro lugar, não conheço Cuba. Apesar de ter tido muitos convites, inclusive, do próprio comandante Fidel Castro quando esteve aqui. Fidel me fez convites insistentes para ir lá, mas infelizmente a agenda ainda não me possibilitou. É difícil você julgar. Em primeiro lugar, porque é um povo valoroso. Eles enfrentaram a ditadura de Batista décadas e décadas, e a relação de dominação, de opressão da burguesia, do latifúndio, durante séculos. Então, foi uma bravura incrível do povo cubano. Não se pode julgá-lo simplesmente porque eles estão vivendo uma crise profunda. E é evidente que, dentro do quadro internacional, a crise não é só do socialismo. A crise é do capitalismo, do neoliberalismo, está tudo em cheque, não há nenhum modelo, nenhuma proposta de sociedade, de economia, de organização política, que se possa dizer que esteja respondendo aos anseios da humanidade, dos homens, dos seres humanos. E não se pode condenar Cuba, porque Deus sabe o sofrimento daquele povo para preservar seus ideais, sua utopia, seu projeto e acho que é irresponsabilidade de quem está de fora, de quem nunca foi lá, querer julgá-los. É evidente que vemos a situação de longe, sem maiores envolvimento. Você pode dizer: eles não poderiam estar com uma abertura democrática, política? Bom, mas eles têm um vizinho que está de olho neles 24 horas por dia. Têm a contra-revolução interna, e acho que seria irresponsabilidade



de minha parte julgar isso aqui. Posso ter um posicionamento a respeito de determinados fatos isolados. Mas, é difícil entender esses fatos isolados do contexto de uma experiência, de uma riqueza, de uma grandeza, de uma generosidade. É difícil para qualquer um avaliar. Como quem está aqui pode avaliar o que o povo está sofrendo lá, o que viveu, o que criou, o que construiu, na área da educação mesmo, na área da medicina? Eram avanços incríveis. Eles têm problemas de

sobrevivência, de subsistência, problemas econômicos profundos, e isso não os impediu de ter um desenvolvimento social, de aproveitar as oportunidades de estudo, de crescimento das pessoas e de avanço em certos setores, da educação. Enfim, acho que quem não viveu o processo lá não pode julgar Cuba de fora.

**☐ Com a crise do leste europeu, parece que o capitalismo está tendo um ressurgimento, um**

**renascimento até do ponto de vista ideológico. Qual a perspectiva da classe trabalhadora nessa situação em que o capitalismo aparentemente está na dianteira?**

Não vejo assim. Pelo contrário. Como havia uma polarização muito grande entre o Leste e o Oeste, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista político, do ponto de vista da disputa de poder, polarizado entre a União Soviética e o imperialismo norte-americano, a deblacle de um pode dar a impressão que foi a vitória do outro. Não é isso. A Europa está em crise. Os Estados Unidos estão em crise. Há o ressurgimento do nazismo. O que que é isso? E a frustração com relação ao próprio modelo econômico, social e político desses países ricos do Primeiro Mundo. Então não é verdade que o socialismo morreu, e muito menos é verdade que o capitalismo está forte, cresceu. Ao contrário, acho que no final desse milênio, no final desse século, todos os modelos estão em cheque. E aí a juventude insatisfeita, frustrada com a falta de expectativas, com a falta de utopias, de ideais, está tentando voltar a um passado que se imaginava morto. Por que essa juventude começa a pregar de novo o nazismo? Não é que esses valores estejam atualizados, renovados, revitalizados. Não. E que o presente não apresenta nenhuma alternativa nova para essa juventude, sendo um perigo muito grave a volta do autoritarismo.

Acho que o socialismo está passando por uma crise. Não é a morte do socialismo, mas a deformação dos valores socialistas. Acho que o stalinismo e os governos do Leste Europeu foram a negação dos valores socialistas, que são essencialmente democráticos, de valorização do ser humano, da pessoa, e da história. Nada mais anti-histórico e a-histórico que imaginar um padrão ideológico de organização do Estado universalmente. Isso é um absurdo,

é anti-histórico, quer dizer, contraria o materialismo histórico, contraria a teoria do materialismo histórico enquanto filosofia, enquanto teoria política. Então eu não vejo assim. Acho que vamos atravessar essa crise do socialismo fazendo com que ele se revitalize sem se fechar em modelos e padrões, muito menos importando padrões de outras culturas, de outros espaços históricos.

**☐ Luiza, você é radical?**

Sou. Nos princípios em que acredito, eu sou. Mas não sou sectária. Já fui, já fui sectária. Achava que o meu partido, a nossa proposta política, era a única verdadeira. Nós éramos os únicos que tínhamos coerência, que tínhamos a verdade toda. Hoje, vejo que não é nada disso. Há pessoas que até estão em siglas partidárias que você poderia já encaixá-las no perfil que essa sigla partidária sugere; no entanto, são pessoas incríveis, sobretudo em realidades do interior. Na Frente Nacional dos Prefeitos, convivi com prefeitos que são incríveis, independentemente das siglas partidárias em que se encontram. Porque no Brasil não há muita coerência entre a sigla do partido, a proposta do partido e até mesmo o enquadramento das pessoas neste partido. A não ser no PT. O PDS está na extrema direita. E até mesmo o PDS, balança entre o PTB, o PFL. No fundo é tudo uma coisa só, tudo é direita. Mas há nuances.

Então, sou radical. Sou radical em relação a princípios, princípios éticos, princípios morais, princípios políticos, ideologia política. Se não for radical você não será capaz de se envolver com o grau de comprometimento que a prática política requer de você a partir desses princípios. Eu não abro mão deles nem morta. Tem que ser radical, e tem que ser mesmo. Mas não se pode ser sectário. O que é sectarismo? Fechar-se ao que o outro pensa, ao que o outro acredita, ao que o outro diz, ao que o outro faz. Você pode

não aprovar, não aceitar, não participar, mas tem que respeitar, conviver democraticamente. Tenho amigos de outros partidos que não têm nada a ver como o meu. Consigo distinguir a pessoa do que ela pensa, do partido a que ele pertence. E acho que democracia é isso.

**notas**

- (1) Os professores do município de São Paulo são os únicos a ter piso salarial profissional garantido em legislação própria. O Estatuto do Magistério estabelece que o piso será fixado anualmente, no mês de maio, em negociação coletiva, e aprovado pela Câmara Municipal. Prevê ainda que o piso profissional não poderá ser menor do que a média dos valores reais correspondentes a um padrão relativo aos últimos 12 meses, corrigidos mês a mês por índice oficial vigente de correção inflacionária, definido pela prefeitura, caso não haja negociação coletiva ou esta não seja aprovada pela Câmara Municipal.
- (2) A progressão através de ciclos é uma proposta que reformula a seriação com o propósito de garantir, de fato, o direito da criança à escola, eliminando a evasão e a repetência desnecessárias. Foi introduzida na rede municipal de ensino em 92 e estrutura o ensino de 1º grau em 3 ciclos: 1º (compreende a 1ª, 2ª e 3ª séries), 2º (4ª, 5ª e 6ª séries) e 3º (7ª e 8ª séries).
- (3) A prefeita refere-se à reivindicação de um dos sindicatos que propunha o piso salarial equivalente a um salário mínimo do DIEESE para a jornada de 20 horas. Há dois regimes de trabalho no município de São Paulo: 20 horas e 30 horas. Em novembro de 1992, o menor salário dos professores era de Cr\$ 1.941.505 e Cr\$ 3.530.009, respectivamente, para as duas jornadas de trabalho. O salário mínimo do DIEESE para novembro de 1992 está estimado em Cr\$ 3.800.000. Há ainda um adicional de 30% para atividades noturnas (a partir das 19h) e adicional de difícil acesso de 30 e 50 %, conforme a região.

Entrevista concedida a **Nidia Majerowicz**, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ex-presidente da ADUR-RJ (gestão 89/91).

# A Crise da Contemporaneidade e o Novo Fazer Político

*Grupo de Trabalho de política Sindical da ADUFC - S. Sind.*

## parte I. as grandes transformações econômicas na contemporaneidade

**A**s duas últimas décadas, no cenário mundial têm sido marcadas por profundas transformações. Esse fato é interpretado pela mídia como anunciante de uma nova época, portadora da promessa de uma nova ordem mundial, fundada na cooperação e amizade entre os povos de todo o globo terrestre. Esse prognóstico é justificado a partir do dismantelamento dos regimes do Leste Europeu e da União Soviética, que parece por fim à rivalidade entre

comunismo e capitalismo. Por conta disso, é anunciada a destruição das ditaduras de direita e de esquerda. E assim se desencadeia todo um discurso prefigurativo de mudanças alvissareiras para a humanidade.

Esse discurso da mídia tem, na aparência, algo de verdade, mas ele representa tão somente acontecimentos contingentes, que se inscrevem dentro de um quadro mais complexo de racionalidade, que não é alcançado na esfera da linguagem do senso comum. E preciso ir além do discurso da

aparência para poder entendê-lo e assim desmistificá-lo.

O presente texto pretende trazer elementos reflexivos, com vistas a contribuir no desvendamento dessa aparência tão impregnada, tanto na vida cotidiana, como também em certos contextos da militância sindical.

A celebração dessa nova epocalidade coincide com o despontar de quatro grandes acontecimentos no plano da economia, que podem ser assim configurados:

## **I - libertação material do trabalhador do processo de produção**

A microeletrônica, a robótica, a biotecnologia, os novos materiais e seus impactos nas indústrias de transporte, comunicação e de construção, as novas fontes de energia, etc, invadem os processos de produção, tornando o trabalho evanescente, diante do poder produtivo da ciência, que, hoje, se tornou uma força também criadora de riqueza. Em outras palavras, não é mais o trabalho imediato e direto que o homem executa, nem o tempo que ele trabalha, os elementos determinantes da produção. Agora é a ciência, a força produtiva mais importante dentro do processo de produção.

Não se quer dizer simplesmente com isso que somente agora, a produção depende da ciência. A própria Revolução Industrial no século XVIII, em última análise, não foi nada mais nada menos do que a aplicação de princípios científicos da modernidade emergente, no processo produtivo. Aqui, o que se quer destacar é que agora a ciência, ao comandar a produção, dota os elementos materiais do processo de trabalho - máquinas, equipamentos, força de trabalho, etc - de uma força produtiva, que não guarda mais relação direta com o tempo de trabalho que foi necessário para criar esses elementos. A criação da riqueza rompe, assim, com os limites do tempo de trabalho. Ela não depende mais do tempo que se trabalha para produzi-la. Marx, numa passagem do livro 11 de O Capital, já se referia ao poder de elasticidade do capital, ao afirmar: "Ao capital se incorporam elementos de produção, cuja elasticidade, dentro de certos limites, não depende da magnitude do capital-dinheiro adiantado"(1). Em síntese: tudo se passa como que se a ciência dotasse os elementos do processo de trabalho de um poder produtivo que escapa à sua mera existência material.

Por conta disso, o trabalho é

liberado da condição de suporte da máquina. Ele deixa de ser um mero apêndice desta, passando agora à condição de sujeito que regula o processo de trabalho, ao invés de ser por ele regulado. Nessa condição, seu trabalho tem que ser um trabalho inteligente que se funda em conhecimento técnico-científico, em oposição ao trabalho desqualificado, rotineiro, repetitivo, que predominava até pouco tempo. E nesse sentido que se diz que houve uma libertação material do trabalho com relação ao processo de trabalho.

## **II - emergem novas relações entre as economias nacionais**

Por conta dessas transformações no processo de trabalho, são alteradas as relações entre as diversas economias nacionais, principalmente entre os chamados Primeiro e Terceiro Mundos. Com efeito, quando o processo de trabalho passa a ser comandado pela ciência, no sentido acima referido, a mão-de-obra barata e desqualificada já não mais atrai o capital estrangeiro. Ele prefere agora aquelas regiões ou países onde pode contar com centros de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. O Terceiro Mundo deixa, por isso, de ser centro de atração para os investimentos externos. Mas isso não é o único fator que está levando o primeiro Mundo a se desinteressar pela sorte dos países pobres. O fim da guerra fria tem dispensado a aliança dos países ricos com os pobres. Enquanto aquela guerra perdurava, era interessante para o Primeiro Mundo investir em equipamentos militares, usinas hidrelétricas, obras de saneamentos, etc, na periferia do mundo capitalista. Hoje, isso já não se faz necessário. Como bem observou Greenberg, "a ideologia não conta mais e os interesses econômicos ganham mais importância. As nações do Terceiro Mundo olham preocupadas,

enquanto a América do Norte, o Japão e a Europa lideram blocos comerciais emergentes, cada um deles dominado por uma moeda importante. Durante anos, os países pobres foram aconselhados a se erguer por seu próprio esforço. Agora recebem que tanto eles como seus produtos fiquem de fora dos novos padrões do comércio global"(2).

## **III - o mundo se divide em blocos econômicos**

Essa redefinição nas relações entre as diversas economias redundou na formação de vários blocos econômicos, que formam entre si, um mercado único para a circulação das mercadorias. Esse mercado comum visa a duas ordens de objetivos: enfrentar a concorrência internacional e aglutinar recursos para o financiamento de projetos em pesquisa e desenvolvimento de novas e complexas tecnologias. Por conta disso, a produção se internacionaliza e se cria uma linha de montagem mundial, com uma mercadoria sendo produzida em diferentes países ao mesmo tempo.

## **IV - nasce um "novo mundo do trabalho"**

Em decorrência de todas essas transformações acima enumeradas, assiste-se à proliferação de diversos métodos de organização do trabalho, que se tornaram prática comum entre as empresas, destacando-se dentre outros a aplicação dos chamados Ciclos de Controle de Qualidade (CCQ) ; "just-in-time", que consiste na organização do processo de trabalho onde não existe ociosidade, ao se colocar todos os materiais em uso ativo, integrando o material em processamento, sem nunca deixá-lo ocioso, de modo a evitar despesas de manutenção com estoques indevidos; Kaban e a administração participativa e tantas outras, cuja denominação varia de acordo com a empresa e o país onde se adota. Esses

novos métodos de organização do processo de trabalho demandou uma reestruturação nas relações entre capital e trabalho. Isso porque esses novos métodos exigem um engajamento de todos os trabalhadores da linha de produção no processo de planejamento e no controle da própria atividade. O sucesso de quaisquer desses métodos depende:- dos operários desenvolverem uma consciência de sua própria competência, isto é, deles serem capazes de contribuir significativamente para o sucesso das empresas onde trabalham;

- dos administradores reconhecerem que os operários têm competência para colaborar e resolverem os problemas da empresa;

- dos operários aprenderem a trabalhar em grupo. Por conta disso, cria-se uma ambiência social, na qual se tem a impressão de que os trabalhadores são agora responsáveis pela organização da produção. A aparência que se tem é, portanto, a de que agora eles decidem o que deve ser produzido, com que método, velocidade e qualidade. Nessa nova atmosfera social, ganha força a ideologia da colaboração de classes, dissolvendo o antagonismo entre capital e trabalho. Nesse sentido, é exemplar a campanha publicitária de lançamento da Nissan, uma fábrica de capital japonês, instalada na Inglaterra, em setembro de 1986. O tema dessa publicidade era o seguinte: “Aqui na Nissan se tem uma fábrica onde administradores e trabalhadores igualmente vestem casacos brancos e dividem a mesma cantina, onde administradores são igualmente jovens (...), uma companhia onde nunca houve greve, onde os sindicatos não são proibidos, mas são desnecessários porque os trabalhadores desfrutam de boas condições e se identificam com os objetivos da companhia. É uma fábrica da nova era, da nova tecnologia, do novo consenso. É uma fábrica que está anos luz distantes da militância

da indústria automobilística da década de setenta”(3). Em resumo, as características dessa nova epocalidade emergente, configuram-se, no plano econômico, por uma transformação radical no processo de trabalho, expressa na libertação material do trabalhador em relação ao processo de produção. Por conta disso, emergem novas relações entre as economias nacionais, principalmente entre o Primeiro e Terceiro Mundos, cujo resultado redundará na formação de blocos econômicos, que se erguem como barreiras aos países pobres. A síntese dessas transformações manifesta-se na conformação de um novo mundo do trabalho dominado agora pela proliferação de técnicas e métodos de organização dos processos de produção, seguidas por novas relações de trabalho, onde administração e trabalhadores compartilham juntos, o destino da empresa, como se os empregados fossem, de fato, co-proprietários da empresa. Mas, qual é a lógica desses acontecimentos? Qual é a racionalidade que explica sua emergência, seu nascimento? Para enfrentar tais questões, devemos começar pela compreensão de que todas as grandes transformações ocorridas na economia capitalista, são, antes de tudo, uma resposta às crises desse modo de produção. Com efeito, a superação de toda e qualquer crise exige uma transformação radical na economia, para restabelecer as condições favoráveis à rentabilidade e à acumulação do capital. Essa reestruturação não é meramente econômica. Ela implica processos políticos e sociais que possibilitem o domínio da burguesia, do capital sobre o trabalho. É nesse sentido que se pode e deve entender o conceito de crise. John Holloway, num artigo intitulado “The Red Rose of Nissan”, expressa com clareza esse conceito. Segundo ele, a crise “... aparece como uma crise econômica, expressa na queda da taxa de lucro, mas sua essência (core) é a falência (failure) de um

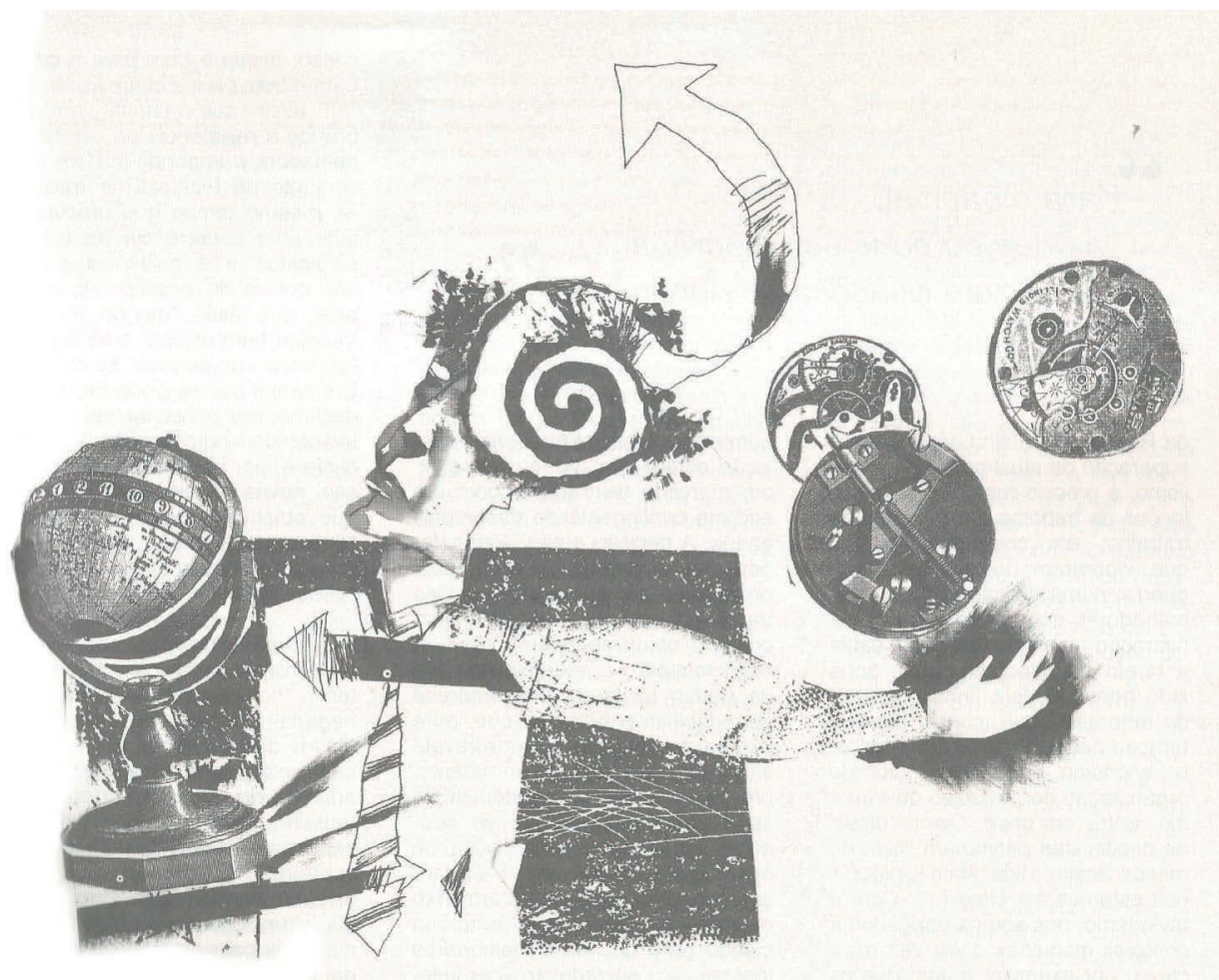
modelo estabelecido de dominação. Do ponto de vista do capital, a crise somente pode ser superada através do estabelecimento de novos padrões de dominação. Isto não significa que o capital já tenha novos modelos prontos para impor à classe trabalhadora. Para o capital, a crise só pode ser resolvida através da luta, através da restauração da autoridade e através de uma busca incansável por novas relações de dominação” (4).

Logo, é no contexto de crise do capitalismo contemporâneo que emergem aqueles quatro grandes acontecimentos econômicos anteriormente configurados. Assim, mais do que nunca, tais acontecimentos constituem uma resposta à crise na qual o sistema capitalista mundial mergulhou, a partir da década de setenta. É a partir daí que se pode compreender a cientificização dos processos de trabalho, ao ponto de tornar o trabalho evanescente diante do poder criador de riqueza da ciência. E mais: a reestruturação nas relações entre as diversas economias nacionais e a formação dos blocos econômicos são nada mais do que o restabelecimento de novos canais para a realização da mais-valia, a nível internacional. Mas, como a mais-valia é antes de tudo, uma relação social, uma relação contraditória, expressa na luta do capital para dominar o trabalho, essas transformações meramente econômicas exigem, necessariamente, novas formas de exploração capazes de adequar o trabalhador às novas exigências do capital.

### **a crise capitalista dos anos setenta: parteira do “novo mundo do trabalho”**

É nesse quadro de reestruturação de novas relações de exploração, que surge o chamado “novo mundo do trabalho”. Sua lógica é ditada pelas exigências do capital, como sujeito que a tudo aspira dominar, para poder se impor como sujeito





“absoluto” dentro do processo de trabalho. E isso aparece com clareza nos momentos de crise. Por isso, explicitar os fundamentos dessa lógica é uma tarefa que se impõe para a luta das classes trabalhadoras.

Partindo daí, então, é mais fácil entender agora como aquele pretense “mundo novo harmonioso do trabalho” foi construído. Ele surge como resposta ao desmantelamento do padrão de dominação de classe que prevaleceu desde a segunda guerra mundial até os idos dos anos setenta. Nesse período, o capitalismo atravessou uma longa fase de prosperidade econômica e de relativa estabilidade política, nas relações entre capital e trabalho. Essa estabilidade política foi conseguida mediante um pacto pelo qual a classe capitalista, em troca de mais trabalho, comprometia-se a pagar altos salários. As coisas se

passavam mais ou menos assim: no plano econômico, com vistas à realização de uma produção em massa e em crescimento, e para encontrar mercado para esta produção, adotam-se políticas keynesianas de uma macro-economia, enquanto que, paralelamente no domínio do político o equilíbrio geral entre salários e lucros se alcança através de acordos coletivos supervisionados pelo Estado. A educação, treinamento, socialização etc do operário de massa é organizada através de instituições de massa de um Welfare state burocrático. Coletivamente, essas instituições, que surgiram na década de 1950, definem um círculo virtuoso de nível de vida crescente e produtividade crescente, salários em aumento e lucros em aumento, estabilidade econômica e harmonia social (5). Esse pacto começa a desmoronar

com a crise do capitalismo, a partir dos anos setenta, quando não é mais possível manter a produtividade e os salários em constante crescimento. A estabilidade política começa a ruir. A base tecnológica da economia já não oferece mais ganhos de produtividade. A recessão bate à porta dos trabalhadores, tendo como resultado, uma elevação do patamar histórico da taxa de desemprego para a casa dos dois dígitos, como é o caso da Inglaterra, França e alguns outros países europeus. A superação dessa crise exigiu - como de fato vem ocorrendo - uma reestruturação na base técnico-produtiva da economia. As inovações tecnológicas têm levado à robotização dos processos de trabalho, passando a exigir uma mão-de-obra mais qualificada, capaz de responder às novas exigências dos processos de produção. Bem como precisou um

“ Para o capital,  
a crise só pode ser resolvida ...  
por novas relações de dominação. ”

dos teóricos da chamada Escola da Regulação, Alain Lipietz, para a superação da atual crise do capitalismo, é preciso reestruturar as relações de trabalho, os métodos de trabalho, em contraposição aos que vigoraram no imediato pós-guerra, numa divisão entre os trabalhadores que pensam - a administração - e aqueles a quem cabia a tarefa de executar o que tinha sido pensado pela linha do “staf” da empresa. Hoje, com a reestruturação nos processos de trabalho, o taylorismo, enquanto técnica de organização do processo de trabalho, entra em crise. Diante disso, os capitalistas pensariam mais ou menos assim, diria Alain Lipietz: “ nós estamos em crise ( ). Com o taylorismo, nós somos obrigados a comprar máquinas cada vez mais caras, por exemplo, robôs, que os operários taylorizados não sabem colocar em atividade. Se um robô entra em pane, somos obrigados a ir procurar um engenheiro que mora, às vezes, milhares de quilômetros, para recolocar em funcionamento. Portanto, seria infinitamente mais inteligente obter da parte do meu assalariado, primeiro, que ele seja qualificado, que ele seja capaz de diagnosticar a pane do robô e, talvez, mesmo repará-lo e participar de sua melhoria; sobretudo que seja capaz de gerir o processo produtivo, relativamente complexo, no interior dos estabelecimentos “ (6). Esse é o problema com que se depara o capital nos anos setenta para reestruturar suas empresas e superar a crise: qualificar o trabalhador e ganhar sua confiança. Como fazer isto, foi o desafio encontrado pela administração das empresas. A solução estava nas mãos do capital: um mercado

de trabalho com um enorme contingente de desempregados. A decisão então, é transferida para o processo de seleção, onde aí se pode escolher aqueles trabalhadores que se identifiquem com os objetivos da empresa. A esse respeito, é exemplar o caso da British Layland, uma empresa automobilística britânica que, para superar a crise que vinha atravessando desde a década de setenta, precisou quebrar a resistência de seus trabalhadores, que se opunham às mudanças na forma de organização do trabalho. Para lançar um novo modelo de carro, em outubro de 1980, essa empresa cuidou para que os trabalhadores fossem “(...) cuidadosamente selecionados para a nova fábrica, de modo a ter certeza de que eles tinham um comportamento disciplinado (right attitude) e que qualquer um com tradição de militância era excluído” (7). A empresa sabia que o sucesso do Metro, seu novo modelo de carro, “( ) dependia de combinar a nova tecnologia e os novos trabalhadores tivessem um comportamento adequado para se combinar com eles (robôs)” (8).

Na perspectiva daquela empresa era fundamental a identificação dos seus interesses com o dos trabalhadores, como bem expressam as palavras de um dos seus presidentes “nós não estamos apenas procurando habilidade e destreza manual. Nós queremos saber se as aspirações deles (trabalhadores) são as mesmas que as da companhia. Isto é um duplo processo: o que é bom para o candidato é bom para a companhia” (9).

É assim que o capital vem quebrando a resistência da classe

trabalhadora e impondo-lhe um novo conjunto de técnicas de trabalho, ao mesmo tempo que procura incutir uma consciência de que os sindicatos e a militância, política são coisas do passado. É assim, pois, que esse “mundo novo do trabalho harmonioso” e fundado no “consenso de classes” se constitui. E é assim que se pode entender o declínio, nos principais países, nos índices de sindicalização. Esse declínio é, por um lado, produto dessas novas técnicas de trabalho, que objetivam tornar inclusive os sindicatos supérfluos, e, por outro, produto do desemprego em massa nesses países.

Mas essa lógica que põe a nu a aparência harmoniosa desse pretense “novo mundo do trabalho”, é negada teoricamente pelos estudiosos da “pós-modernidade”, que interpretam essa nova época como anunciando o fim da sociedade do trabalho, do conflito de classes, da exploração como apropriação do sobretrabalho das massas. Seu discurso acaba por legitimar aquelas leituras do senso comum, mediatizada pela grande mídia nacional e internacional. Diante disso, é necessário desvendar esse discurso para evitar que se recaia em impasses já superados pela reflexão de pensadores que, de antemão, explicitaram a racionalidade de uma sociedade dominada pelo capital. Não se quer dizer com isso que se deva desprezar toda e qualquer nova contribuição científica e ficar eternamente preso às análises clássicas que pensaram a sociedade capitalista. A postura aqui defendida é a de que, enquanto o capital dominar, não se pode descartar o fundamento racional dessa dominação: a apropriação do trabalho alheio e sua conseqüente dominação de classe. Em outras palavras, enquanto permanecer o domínio do capital, não se pode descartar a contradição entre capital e trabalho.

## a nova época - fim da sociedade do trabalho ?

Mas o que significa a idéia de que a sociedade hoje não é mais estruturada pelo trabalho, isto é, de que o trabalho deixou de ser a categoria central, a partir da qual se pode pensar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade ? A resposta já foi parcialmente adiantada: as transformações no processo de produção chegaram ao ponto de até mesmo libertar o homem do trabalho e por conta disso, surge uma força de trabalho extremamente qualificada e diferenciada internamente, quer dentro de uma mesma empresa quer na economia na sua totalidade, com o surgimento de novos setores e atividades. Conseqüentemente, já não se teria mais uma força de trabalho homogênea, em que as atividades inferiores e superiores eram de algum modo, niveladas entre si.

Em decorrência de tudo isso como assevera Hobsbawn (10) - o sentimento de solidariedade de classe se enfraquece além da conta pelo fato de que a renda real de uma família pode, na verdade, não mais depender do trabalho de apenas um trabalhador, porém pode atrelar-se ao fato de agora o casal trabalhar e do tipo de emprego que ele tenha, ou pode depender de vários outros fatores, não diretamente determinados pela luta sindical. O que chama a atenção nessa análise, é o fato de que Hobsbawn constata hoje como sendo um fenômeno da contemporaneidade, o que Marx já havia analisado como uma conseqüência da grande indústria, cujo efeito imediato foi uma apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital. É o que Marx diz, na passagem seguinte: “como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las, etc não podem ser totalmente suprimidas, as mães de famílias confiscadas pelo capital tem de arranjar substitutas mais ou menos equivalentes.

Os labores domésticos que o consumo doméstico exige, como costurar, remendar, etc, precisam ser substituídos pela compra de mercadorias prontas. Ao menor dispêndio de trabalho doméstico corresponde portanto maior dispêndio de dinheiro. Os custos de produção da família operária crescem (...) e contrabalançam a receita suplementar (...) (11).

Mas, se o que era próprio da época de Marx aparece como produto do capitalismo contemporâneo, vale a pena continuar apreciando o que se chama atualmente do fim da sociedade do trabalho. Indo direto aos formuladores principais dessa concepção, convém destacar Claus Offe, para quem a fábrica hoje não é mais o locus privilegiado do conflito de classes. Isso porque existem outros parâmetros norteadores da vida social, que escapam ao mundo do trabalho. Nas suas próprias palavras “as suposições de que a fábrica não é o centro de relações de dominação nem o lugar dos mais importantes conflitos sociais, de que os parâmetros meta-sociais ( por exemplo, o econômico) do desenvolvimento social foram substituídos por uma auto programação da sociedade e de que, pelo menos para as sociedades ocidentais, tornou-se altamente ilusório equiparar o desenvolvimento das forças produtivas à emancipação humana - todas essas hipóteses e convicções ( ) penetram tão profundamente em nosso pensamento que a ortodoxia marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social” (12). Um pouco mais adiante Claus Offe deixa mais claro, ao afirmar que “ existe agora um amplo consenso científico-social de que em muitas sociedades ocidentais, temas de conflitos sociais e políticos (tais como paz e desarmamento, proteção do ambiente natural, definição e institucionalização de papéis sexuais, direitos humanos e civis) dominam o cenário. Esses temas compartilham no mínimo, o aspecto negativo que não podem ser

interpretados de maneira plausível como conflitos derivativos, cuja origem real deve ser encontradas nas esferas da produção” (13).

Em apoio a isso, Claus Offe apresenta uma série de argumentos levantados pelas recentes pesquisas sociológicas. Um deles são as subdivisões ocorridas na esfera do trabalho, como a expansão do setor serviços, cuja lógica, segundo ele, é bastante diferente daquela que prevalece no setor produtivo (a indústria, por exemplo). Em vista disso, ele conclui que o setor de serviços aparece como que um “corpo estranho” dentro do trabalho assalariado. As razões que ele apresenta são as seguintes: “primeiro, devido à heterogeneidade dos casos processados nos serviços e altos níveis de incerteza a respeito de onde e quando eles ocorrem (...). Segundo, o trabalho em serviço diferencia-se do trabalho produtivo pela falta de um critério de eficiência econômica claro e indiscutível, do qual se poderia deduzir estrategicamente o tipo, a qualidade, o lugar e o tempo do trabalho conveniente (14). A conclusão que daí se pode tirar é a de que as atividades de serviços escapam ao controle do capital, fundado na racionalidade que é própria da indústria. O capital não conseguiria impor sua vontade nesses setores. Os representantes do capital financeiro achariam, no mínimo hilariantes tais afirmações. E o que dizer das companhias de seguros, que empregam milhares de trabalhadores?

Um outro argumento de que se vale Claus Offe para explicar a descentralização do trabalho como fator social estruturador da sociedade é o declínio do que ele chama ótica do trabalho. A esse respeito afirma que “a força obrigatória da ética do trabalho pode ter sido enfraquecida também pelo fato de que ela geralmente só pode funcionar em condições que (...) permitem aos trabalhadores participarem de seu trabalho como pessoas reconhecidas que atuam

moralmente” (15). Esse discurso esquece que o motivo do trabalhador para trabalhar no capitalismo é unicamente o interesse material. Ou como diz Marx, sem o trabalhador vender sua força de trabalho ele não poderá ter acesso aos meios de consumo. O capitalismo caracteriza-se, justamente, por ser um tipo de sociedade onde o trabalhador não tem direito ao produto do seu trabalho. Para ele, o trabalho é um mero meio de ganhar a vida. Enquanto unicamente meio de sobrevivência, o trabalho nunca foi e nem será motivo de prazer. Claus Offe poderia ter aprendido com F. Taylor - o pai da administração - a tese de que para estimular o trabalhador a trabalhar é preciso corrompê-lo pecuniariamente. Buscar uma ética do trabalho numa sociedade assim constituída é o mesmo que “procurar chifres em cabeça de elefante”.

Mas Claus Offe não é o único grande teórico do fim da sociedade do trabalho. A ele, se junta Habermas que, partindo dos resultados das pesquisas daquele conclui que „ a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva - e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes “indicações da força objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da

constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral “(16).

Como resultado dessa postura do fim da sociedade do trabalho, ganham espaço aquelas concepções ceticistas, que não acreditam na possibilidade de uma compreensão da sociedade em sua totalidade, isto é, não mais é possível uma teoria capaz de pensar as interrelações entre os diferentes fenômenos, porque agora a sociedade se diferenciou internamente e essas diferenças não podem, por isso, ser pensadas em sua unidade. No tempo em que prevaleceu uma força de trabalho indiferenciada, homogênea, diz-se, era possível ainda se pensar numa transformação radical da sociedade, ter um projeto alternativo de socialização à sociedade capitalista. Hoje, declaram esses teóricos do fim da sociedade do trabalho, isso não é mais possível porque o trabalhador de massa cedeu lugar a uma força de trabalho com novas identidades que não são mais definidas ocupacionalmente, mas sim articuladas em novos estilos de vida e novas formas culturais. O resultado disso é a destruição das velhas identidades políticas. Por isso, qualquer teoria que tenha a pretensão de pensar a unidade dessa diferenciações que se efetivaram historicamente, seria, segundo aqueles teóricos, no mínimo, uma teoria reacionária, porque nega diferenciações produzidas temporalmente. Tem-se, por conta disso, uma visão da realidade, apenas multiplicidade de fenômenos vivenciados de forma fragmentada, sem nenhuma articulação interna que os una. Tudo é diversidade. Portanto, o

pensamento filosófico de um Hegel, que pretendia “ter uma visão total de um bosque, para depois conhecer cada uma das árvores” (17), hoje, na ótica dos pós-modernos e de algumas correntes irracionalista, não teria mais sentido. Assim, aquela postura que Hegel temia, a saber, “quem considera as árvores primeiro e somente está pendente dela, não se dá conta de todo o bosque, se perde e se desnorteia dentro dele”, atualmente vem-se tornado a opinião científica dominante.

Por via de consequência, difundiu-se a tese de que não existem mais verdades últimas. E o que é mais grave, como diria Hegel, por “culpa” das árvores não se verá o bosque. Ou como diria o Professor Cirne Lima “o problema cultural que daí emerge é que perdemos a unidade de pensar, do julgar e do valorar. Conquistamos, sim, a tolerância de quem entende tudo e todos e , assim, tudo e todos pode respeitá-lo. Mas a este lado altamente positivo, grande conquista humanista de nossos tempos, contrapõe-se algo muito negativo: perdemos completamente os referenciais últimos. Ao abrimos mão da unidade da razão (...) perdemos a bússola e estamos andando ao léu (...). As razões últimas, teóricas e práticas, não a temos; e dizem os céticos e relativistas de hoje, se a tivéssemos não conseguiríamos pensá-las, pois nos falta um sistema unificado que ordene os diversos subsistemas” (18).

Concluindo, pode-se dizer que estamos vivenciando uma profunda crise de razão moderna, expressa numa veemente crítica aos padrões de racionalidade até então vigentes. Essa crise tem repercussões diretas na ciência e na tecnologia, objeto de polêmicas tanto no meio acadêmico como em expressivos fóruns, a exemplo do que acaba de ocorrer na ECO-92. No entanto, a crise contemporânea da razão vem tendo especial repercussão no âmbito das Ciências Sociais, preciosa fonte inspiradora da práxis política-

“  
... o capital procura incutir  
uma consciência de que  
os sindicatos e a militância  
política são coisas do passado ”

sindical. A crise das Ciências Sociais é a crise de explicação da sociedade.

Questiona-se hoje, a pertinência das teorias unificadoras e globalizantes como vertentes explicadoras das chamadas sociedades pós-industriais. Dentre as matrizes em questão, a que vem sofrendo os ataques mais acirrados de analistas é o marxismo, dado o peso que o paradigma marxista assumiu na contemporaneidade, com o agravante do desmoronamento do chamado socialismo real.

Em verdade, a crise contemporânea é teórica e política. Mas também é ética. E essa crise ética tem evidentes expressões na vida cotidiana. É uma crise da cultura e de valores. Ao romper, no plano da análise, com os paradigmas unificadores e globalizantes, rompeu-se também com os referenciais norteadores de práticas políticas coletivas. Uma das marcas culturais do nosso tempo, vem sendo a renúncia à utopia e aos projetos coletivos e a afirmação da salvação individual. Esse tonus cético-cultural é bem expresso pelo filósofo alemão Jurgen Habermas, anterior crítico acirrado dos desvios desnaturantes da razão moderna que se pretendeu emancipadora e tornou-se opressora, ao afirmar em entrevista à Folha de São Paulo, 22/9/91, que hoje o conceito de “emancipação” (sic) não se refere mais a um fenômeno social. É somente uma “relação dos indivíduos consigo mesmos”. Agora a emancipação é concebível somente como reflexo de experiências pessoais, como aspecto de um determinado processo individual. Diz Habermas textualmente: “Sou muito prudente ao usar o termo ‘emancipação’, além do âmbito de experiências biográficas”.

Investe-se mais e mais, na vida privada e pouco parece restar para o coletivo. Cada vez mais, vem se tornando difícil adesões efetivas e conseqüentes para práxis coletivas

“ A crise contemporânea é teórica e política. Mas também é ética. ”

que exigem investimentos reais de tempo e de vida. Parafraseando Marx, vive-se hoje num clima cultural “onde tudo que é sólido (e unificador, diríamos nós) parece que se desmancha no ar”.

Esse contexto de crise e ceticismo tem sérias implicações na vida sindical. Os estudiosos do movimento dos trabalhadores, em diversos países, especialmente no chamado Primeiro Mundo, têm alertado pela diminuição do espírito de militância, pela dificuldade de mobilização dos trabalhadores, pela desarticulação da solidariedade de classe e, o que é mais grave, pelo acentuado decréscimo das taxas de sindicalização, talvez o índice mais revelador da chamada “crise do sindicalismo” contemporâneo.

### **o resgate das utopias e do coletivo**

O que fazer diante desse quadro cético e adverso? Habermas, malgrado seu pessimismo cético, deixa escapar uma fecunda reflexão afirmativa ao dizer que “quando secam os oásis utópicos, estende-se um deserto de banalidade e perplexidade”. Permanecer nesse deserto, ou seja, acatar a tese irracionalista do fim da história e das ideologias, é renunciar o que há de mais humano no ser humano: a luta pela liberdade.

Mas quem trava essa luta, considerando as profundas transformações e diferenciações postas pela contemporaneidade? Vivemos de fato, num mundo plural de ações e de movimentos de um sem número de grupos de interesses, constituintes de novos sujeitos coletivos da vida social: ecologia, etnia, gênero,

sexualidade, espiritualidade, paz, cidadania, dentre tantos outros. A busca da unidade nessa multiplicidade de organizações e ações - característica das lutas deste fim de século passa a ser a tarefa de um novo fazer político.

Por mais que alguns arautos da pós-modernidade e do neoliberalismo apregoem termos atingidos o teto da história e entõem o réquiem das ideologias e da luta de classes, a história de nossos dias está prenhe de confrontos antagônicos ainda não banidos do seio das chamadas sociedades pós-industriais, por uma razão essencial, anteriormente já apontada - a permanência da contradição capital/trabalho, geradora da luta de classes. Mas essa unidade que implica na identidade de classe, por não ser um produto espontâneo, deve ser forjada pela práxis política. Se ela fosse pura espontaneidade, não teria sido preciso de um Marx, para citar um dos mais expressivos teóricos da práxis política transformadora, dedicar uma vida inteira na elaboração de uma teoria para colocá-la à disposição dos trabalhadores. A nosso ver, a unidade da consciência de classe, produto do fluxo e refluxo da luta de classes, é feita e desfeita conjuntamente. Por isso, para forjá-la, necessita-se de uma teoria e de instâncias organizativas capazes de unificar a energia transformadora virtualmente contida nas ações de massa, seja nas iniciativas individuais ou coletivas.

Historicamente, essas instâncias organizativas têm se consubstanciado no partido político, no sindicalismo classista, nas organizações populares dos movimentos sociais e, contemporaneamente, nas formas

de organização de novo tipo como os movimentos de gênero, pela defesa da ecologia, os que mobilizam as chamadas minorias, para citar alguns mais expressivos. Concretamente, o desafio que se

coloca no atual fazer político é resgatar as utopias emancipadoras e os projetos coletivos, numa perspectiva de classe, capazes de enfrentar as novas formas de exploração do capital sobre

o trabalho, nas sociedades contemporâneas, onde a ciência e a tecnologia, mesmo ocupando lugar de destaque, não aboliu a contradição de classes neste final de milênio.

## parte II a realidade brasileira no contexto da crise contemporânea

Partindo do contexto da crise anteriormente analisado, coloca-se de imediato, para nós, como exigência de uma prática político-sindical conseqüente, uma questão básica: como essa crise se inscreve na realidade brasileira, considerando as suas peculiaridades?

Como vimos, a natureza da crise contemporânea tem uma matriz fundante: a crise do padrão de acumulação capitalista vem exigindo, do ponto de vista do capital, a instauração de um novo padrão de dominação sobre o trabalho.

Assim, qualquer análise de tão propalada crise brasileira seria frágil se não se levar em consideração, dois aspectos básicos: o processo histórico de organização do capitalismo no país e a inserção do Brasil no capitalismo internacional. O tratamento analítico que essa crise vem recebendo por parte de certos especialistas, incorporado no senso comum pela grande mídia, permanece na periferia da aparência dos fenômenos, sem penetrar na sua essência, ou seja, é preciso denunciar que a crise é provocada pelo esgotamento de um modelo estabelecido de dominação do capital.

Sem a pretensão de aprofundar e esgotar a análise, mas, buscando antes de tudo, contribuir na reflexão sobre a dimensão essencial da crise brasileira, é necessário levantar aspectos fundamentais que contribuam no desvendamento do seu caráter real. E nesse sentido,

cabe recuperar elementos históricos do processo de expansão do capitalismo no Brasil que expressam mais do que tudo, a forma como o capital vem buscando reestruturar sua dominação na sociedade brasileira, tendo o Estado como parceiro precioso desse processo.

Dentre esse elementos, merecem destaque como dados empíricos:

- o papel do Estado como catalizador do processo de acumulação do capital abrindo espaços à acumulação privada (p. ex., investimentos estatais básicos, no financiamento do setor privado, etc.);

- a vinculação gradativa dos segmentos mais “modernos” da economia ao capital internacional;

- a manipulação dos instrumentos de política econômica no favorecimento da acumulação privada do capital;

- a modificação das formas de inserção da economia brasileira na economia internacional, especialmente via comércio exterior;

- o processo de oligopolização dos segmentos de “ponta” da economia;

- o aprofundamento do processo de dependência tecnológica do setor industrial com relação aos países industrializados;

- o endividamento externo acelerado gerando posteriormente um processo de estatização da dívida externa;

- um processo gradativo de “privatização do público” como

se dá, por exemplo, através do endividamento interno.

Como anteriormente afirmamos, a análise da crise não se esgota na esfera exclusiva do econômico, mas tem implicações no plano do político, do social e do ético.

No caso brasileiro, os modos de reestruturação da dominação do capital, tem implicado nítidas formas de reordenamento do Estado e redefinição de suas políticas. O esgotamento do modelo agro-exportador, no final dos anos 20, “coincide” com a grande crise do capitalismo internacional. As classes dominantes, ou melhor dizendo, frações hegemônicas delas, decidem pela inserção do país no horizonte urbano-industrial. Dá-se no início da década seguinte (anos 30) a chamada Revolução Burguesa Conservadora, feita pelo e no topo da sociedade. Sem provocar profundos abalos nas estruturas arcaicas do país, como por exemplo o monopólio da propriedade fundiária, a classe burguesa emergente firma um pacto populista, via Estado, com setores das classes trabalhadoras, buscando base de sustentação e legitimação para o seu projeto. Dessa forma, o capital, anteriormente acumulado pela expansão cafeeira, agora investido no incipiente parque industrial é reproduzido e acumulado sem grandes confrontos com outros setores dos trabalhadores “beneficiados” com as medidas da versão cabocla do “Welfare State” (Estado do Bem-

estar Social ou Estado Providência): criação do Ministério do Trabalho e Juntas de Conciliação Trabalhista, regulamentação do trabalho da mulher, regulamentação da jornada diária de 8 horas, instituição do salário mínimo, criação dos institutos de aposentadoria e pensão por categoria, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Tais “conquistas” tiveram um preço - a perda de autonomia e liberdade sindical. No mesmo período (Estado Novo Getulista) foi criada a estrutura sindical vertical corporativista (inspirada na Carta del Lavoro da Itália fascista), instituindo mecanismos oficiais de controle do sindicalismo, destacando-se dentre estes, o imposto sindical único. Nesse contexto emerge a figura do pelego, personagem importante do sindicalismo atrelado ao Estado.

Para melhor viabilizar a expansão industrial, o Estado, parceiro maior do capital privado, avoca para si a função de estabelecer as condições necessárias, via investimentos públicos de grande envergadura em obras infra-estruturais. Em dois momentos, o Governo Vargas toma iniciativas nesse sentido: 12 momento (Estado Novo) criação da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda; estatização do Serviço de Transporte Brasileiro (Lloyd brasileiro). 22 momento - criação da Petrobrás e o projeto da Eletrobrás.

Com o pós-guerra, quando o capitalismo internacional conhece um longo e estável período de expansão econômica, o esforço de produção capitalista no Brasil também cresce, agora auxiliado pelo Estado produtor, uma das características do “Welfare State”. Nesse quadro de relativa estabilidade e expansão da economia capitalista no Ocidente, o Brasil da era J.K. (1956 - 60) irá lançar-se na grande empreitada da produção de bens de consumo duráveis, tendo como carro chefe (sem trocadilhos) a indústria automobilística. O governo J.K., ao atrair maciçamente o grande capital estrangeiro para a

“  
A análise da crise não se esgota  
na esfera exclusiva do econômico.”

execução dos objetivos agenciados no seu Plano de Metas, na corrida voluptuosa de cobrir 50 anos em 5, rasga quilômetros de estradas, interioriza a capital construindo Brasília, moderniza o parque industrial, enfim, “desperta o gigante adormecido”.

A manutenção da “paz social”, necessária para viabilizar o novo projeto de acumulação capitalista conduz o Estado Nacional Desenvolvimentista da era J.K. a firmar uma aliança com intelectuais progressistas e/ou de esquerda (a exemplo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB), bem como com setores das classes trabalhadoras, mantendo, conseqüentemente, o pacto populista do período anterior e as medidas das políticas sociais compensatórias do “Welfare State”. Por outro lado, o estreitamento da inserção do Brasil na economia mundial, sobretudo através da instalação das montadoras multinacionais de automóveis, e do comprometimento com grupos financeiros do grande capital internacional, resultou contraditoriamente na necessidade de redefinição do modelo de acumulação e dominação do capital. Em outras palavras, tornou-se incompatível para o Estado brasileiro, a partir do Governo Juscelino Kubistchek, a coexistência do modelo populista nacionalista com a inserção do Brasil no mundo do capitalismo monopolista internacional. Essa contradição e suas repercussões agudizam-se na curta gestão Jânio Quadros (1961), definidora de uma política externa independente das normas ditadas pela política externa norte-

americana e mantenedora do pacto populista, agora de viés udenomoralista. Tais contradições acirram-se, sobretudo, nos anos tumultuados do governo João Goulart que busca restaurar o Estado populista da era Vargas. Jango, com seu programa reformista, busca aliança e apoio das lideranças sindicais pelegas e de outros setores populares e de segmentos progressistas; adota medidas nacionalizantes, através da estatização de empresas estrangeiras, bem como políticas compensatórias típicas do “Welfare State”. Logicamente, esse antagonismo entre uma economia transnacionalizada e de tendência monopolistas implantada no período anterior (JK) e a reedição de um populismo nacional-reformista da era Jango teria que eclodir numa ruptura, o que de fato ocorre com o golpe de 1964. Agora, o Estado toma a forma de ditadura militar, criando as bases do modelo de capitalismo de Estado. Mais do que nunca, a instância estatal numa das bases do tripé do novo consórcio de parceiros do grande capital nacional e internacional - inscreve-se na esfera da produção direta, necessária para possibilitar a reestruturação das novas formas de dominação do capital. São os grandes empreendimentos faraônicos como a ponte Rio-Neterói, a Transamazônica, as Usinas Nucleares de Angra dos Reis, a Hidrelétrica de Itaipu, para citar os exemplos mais emblemáticos de uma das eras mais sombrias de nossa história. O Estado Providência então afasta-se do modelo caboclo do “Welfare State”, adotando a forma autoritária: cria-se o B.N.H, centraliza-se

a Previdência Social, instituiu-se o F.G.T.S, como sucedâneo de estabilidade empregatícia da era Vargas, instituiu-se a aposentadoria rural; criam-se os Centros Sociais Urbanos.

A “paz social”, antes perseguida pelo pacto populista, agora é imposta, via terrorismo de Estado, pela repressão, prisão, tortura, banimento e assassinato das lideranças políticas e sindicais mais combativas. O Estado militar vende a imagem do “milagre brasileiro” (6873), estampado nos índices de crescimento econômico acima da média mundial (de 10% a 12% a. a.), mesmo considerando a média dos países de capitalismo avançado. Essa expansão econômica, expressa na ampliação e diversificação do parque industrial (bens de capital, pólo petroquímico, bens de consumo duráveis, telecomunicação, vias de transporte, etc) tem um preço muito alto: um brutal arrocho salarial, uma imprensa censurada, uma cultura descaracterizada, uma universidade e uma ciência desnacionalizadas, uma igreja perseguida, uma juventude desesperada ou alienada, um povo amedrontado. Esses anos de chumbo contaram com alguns setores heróicos de resistência, porém, sem um poder de fogo mais expressivo que significasse alteração sensível do quadro de terror e opressão vigentes.

A estabilidade do pós-guerra do capitalismo internacional sofre seus primeiros abalos, com a crise do petróleo na 1ª metade dos anos 70, mesmo período em que, o “milagre brasileiro” é desmistificado como obra de um “santo de pauco”. Aos poucos, a crise provoca

desdobramentos em vários países centrais, obrigando-os a repensarem seu modelo de desenvolvimento (p. ex. nas fontes de energia sustentadora desse modelo), bem como a redefinirem seu padrão de acumulação e dominação. Alguns anos são precisos para que o capitalismo internacional se dê conta da necessidade de adotar novas formas de produção. As inovações tecnológicas daí advindas, irão provocar profundas alterações em vários campos da vida social, alguns deles já analisados no presente texto.

Aos poucos, tanto no Brasil como no resto do mundo capitalista, o “Welfare State” entra em colapso. Na realidade a crise do Estado de Bem-Estar é a crise do seu padrão de financiamento. Os recursos que financiam, de um lado, o processo de acumulação e reprodução do capital e, de outro, as políticas sociais compensatórias vêm do mesmo fundo público. Capital e trabalho disputam, ao mesmo tempo, a mesma fonte. Ocorre que essa fonte, não é inesgotável, tendo seus limites demarcados, inclusive, pela propriedade privada. A sonegação do Finsocial por parte de empresas brasileiras, é um caso exemplar desse limite. Além disso, as demandas sociais que mais e mais necessitam de mega-orçamentos tendem a aumentar, à medida que cresce a consciência da cidadania e a pressão dos movimentos reivindicatórios para atender os seus direitos à saúde, transporte, educação, moradia, lazer, saneamento básico, alimentação, etc.

No Brasil, a crise do “Welfare State” tornou-se agônica nos cinco

anos de José Sarney, no chamado governo de transição da “Nova República”. O governo do “tudo pelo social”, no contexto dessa crise, apesar de adotar políticas compensatórias tais como o ticket do leite e o vale-transporte, adota também medidas que prenunciam um programa neoliberalizante com vistas à redução do Estado, a exemplo da tentativa do desmantelamento do B.N.H. Na realidade, esse governo representou um desfecho melancólico de um rico processo de mobilização da sociedade civil organizada, cujos movimentos iniciais se fizeram sentir ainda durante os anos sombrios da ditadura militar: movimento pela anistia, movimento contra a carestia, mobilizações políticas nas reuniões da SBPC, luta pelas liberdades democráticas, emergência do novo sindicalismo, luta pela Reforma Agrária, movimentos pela cidadania, mobilizações fantásticas pelas diretas já, etc.

A crise de acumulação provocada pelos limites das fontes de financiamento do “Welfare State”, nos últimos anos, faz com que o conhecimento técnico-científico acumulado permita ao capital, perseguir novas formas de produção e de relação com o trabalho - busca do consenso e de prescindibilidade do sindicato. No plano político, o reordenamento do público traduz-se na instauração do Estado Mínimo ou Estado Neoliberal. No Brasil, o governo Collor representa a versão cabocla desse Estado Mínimo Neoliberal.

O que inicialmente nesse governo parecia medidas disparatadas vai se configurando lenta e gradualmente como fios de uma trama que se vai compondo e se traduz num projeto político mais amplo e completo, cuja tessitura se acopla às proposições de caráter neoliberal. No segundo semestre de 1991, com a publicação do documento “Projeto de Reconstrução Nacional pela Presidência da República”, a sociedade brasileira tem acesso ao conjunto de propostas gerais

“  
A “paz social”, antes perseguida pelo pacto populista, agora é imposta, via terrorismo de estado...  
”



e específicas que compõem o projeto neoliberal do Governo. Para viabilizá-lo, o Governo busca formar um arco de alianças, à direita e à esquerda. Para isso, procura diversos segmentos ligados ao grande capital nacional e internacional e à direita oligárquica tradicional, bem como procura cooptar o sindicalismo de resultados, formando assim, uma complexa unidade que gradativamente vai dando suporte político ao projeto neoliberal.

Os pontos essenciais do Projeto Collor que compõem a sua tessitura básica são os seguintes:

- redefinição da função do Estado que teve papel de importância primordial, no processo de acumulação capitalista no Brasil. Objetivamente, se propõe sua drástica redução, tanto no que diz respeito à sua atuação nos diferentes campos da sociedade, como no que tange ao seu papel como investidor. No bojo disso coloca-se mais especificamente a questão da privatização. No discurso do governo, aparentemente, esse processo se reduziria às empresas estatais. No entanto, a proposta tem uma amplitude muito maior, como no caso da Educação, Saúde e Previdência Social, para citar apenas alguns exemplos;

- liberalização da economia, a partir do pressuposto de que o livre funcionamento do mercado permitiria a sinalização básica para a retomada do processo de expansão. Novamente, encontram-se aqui, várias contradições. Dentre elas, o rompimento de toda uma rede de articulação entre o Estado em geral, as empresas estatais e o setor privado como a quebra dos subsídios, dos incentivos e outros estímulos governamentais tão ao gosto do empresariado brasileiro. Por outro lado, coloca-se a questão da abertura do mercado à concorrência internacional, inicialmente apontada como elemento básico para concretização da proposta modernizante;

- outro aspecto do discurso

“ No Brasil, a crise do “Welfare State” torna-se agônica nos cinco anos de José Sarney...” ”

neoliberal e que serve de justificativa a vários elementos do projeto é a tese da modernidade. Isso se dá, via a conclamação da nação contra a ineficiência, o corporativismo, o igualitarismo que negam a concorrência, bem como ênfase no individualismo, procurando demonstrar a necessidade de liberar o indivíduo dos controles do Estado. Resumindo, a análise desses três pontos, pode constatar que, ao longo destes dois anos, o governo procurou, de forma aberta ou subreptícia, implementar mecanismos e instrumentos de concretização do projeto. Alguns resultados desse processo podem ser apresentados com ênfase nos que atingem as formas de organização, mobilização e ação política da sociedade civil. Poder-se-ia levantar como hipótese que esse foi o aspecto do projeto político neoliberal que maior sucesso obteve no Brasil.

Nessa perspectiva, o governo procurou, tanto no discurso quanto na sua prática, colocar em evidência que a oposição às suas medidas, era desenvolvida por “inimigos do Estado”, defensores da “anarquia social”, interessados no “debilitamento da identidade nacional”. Essa estratégia de desqualificação das organizações da sociedade civil, visa, na ótica oficial, recuperar a “autoridade do governo”, levar a sociedade a se pautar por uma “disciplina social”, sob a égide do “direito e da ordem”. Como se pode constatar, o governo Collor procurou, durante estes dois anos, cercear ao máximo algumas liberdades democráticas conquistadas tão duramente pelo povo brasileiro. Os instrumentos

autoritários foram amplamente utilizados nos primeiros meses do governo. O exemplo mais marcante foi a enxurrada de medidas provisórias que compuseram o chamado Plano Collor I e II. O que vem sendo encaminhado pelo governo se resume numa tentativa de desorganização da sociedade, ou seja, acelerar a desintegração das classes sociais (e frações de classe) como poder ou movimento organizado. Isso torna mais fácil, por um lado, o isolamento político desses movimentos e, por outro lado, favorece o governo na tentativa de “vender” a idéia da necessidade urgente de um consenso nacional, ou seja, a subordinação dos anseios e das demandas sociais ao projeto neoliberal. Esse último aspecto, no entanto, não tem encontrado ressonância completa no seio da sociedade, ainda que, em vários momentos, os vacilos e recuos dos setores democráticos da sociedade, como os partidos políticos progressistas, segmentos sindicais, dentre outros, forneceram elementos que permitiram a capitalização política em termos do projeto neoliberal.

Retomemos a análise da crise da contemporaneidade, ponto de partida desta nossa reflexão. Sem querer estabelecer uma causalidade genética, é a crise de acumulação capitalista que engendra profundas mutações nas várias esferas da vida social, criando inclusive, um clima irracionalista e ceticista, que se amplia numa crise dos paradigmas explicativos da sociedade - é a questão da crise da razão moderna.

Embora sendo essa crise originária dos países centrais de

capitalismo avançado, no quadro do capitalismo periférico e tardio brasileiro, ela repercute com especificidade. É assim que, em algumas versões acadêmicas, ela irá também subsidiar explicações legitimadoras de discursos e práticas políticas que hoje, assumem na militância sindical, a perspectiva do consenso e do pacto social. Concepções políticas que historicamente operavam na perspectiva da transformação social, acabou incorporando o discurso dos ideólogos da conservação e, o que é mais grave, acabam por praticá-lo.

Na vida cotidiana, a crise de valores atinge níveis absurdos. A postura cético-irracionalista,

explicitada numa espécie de razão cínica é aculturada no famoso “jeitinho brasileiro”, normatizado agora pela “lei de Gerson”. Políticos e empresários estabelecem um padrão de moralidade totalmente aético, adotando princípios de “levar vantagem em tudo” e do “bateu-levou”. Nesse contexto de colapso de ética, o respeito e seriedade no trato de coisa pública, tornou-se algo atípico e bizarro.

Num quadro de extrema miséria que, há muito, já ultrapassam o limiar de sobrevivência e da dignidade humana, assassinatos por I, motivo fútil”, grupos de extermínio, comercialização e prostituição de menores fazem, tragicamente, parte da vida cotidiana brasileira

com índices de uma barbárie urbana, expressão exacerbada de banalização da vida.

É dentro desse contexto de crise, assumida em suas diversas e múltiplas dimensões, que hoje se coloca para os setores conscientes e organizados da sociedade brasileira, o grande desafio de perseguir obstinadamente, a reconstrução dos projetos coletivos, dentro do horizonte das utopias. O que implica a busca de caminhos fecundos para um fazer político, nesse momento de virada de século, cujo norteador seja a reconstrução da identidade de classe, no rico complexo quadro de múltiplos sujeitos sociais.

## parte III

# a luta sindical na sociedade brasileira e o movimento docente

### 1. percurso do movimento sindical brasileiro - dos anos 80 aos nossos dias

O fim da década de 70 é marcada pelo avanço das lutas do movimento sindical, que passa a enfrentar a legislação trabalhista imposta pela Constituição de 1967 e “aperfeiçoada” pelos draconianos decretos-leis. “O ressurgimento do movimento grevista no Brasil pós-78 teve como causalidade essencial, como elemento fundante, a luta contra a intensidade de exploração do trabalho, que particulariza o capitalismo brasileiro” (19). Uma das principais reações do movimento sindical se dá no ABC paulista, quando os metalúrgicos se recusam a participar dos dissídios coletivos, via Justiça do Trabalho, sempre zelosa em impor os índices oficiais. A principal estratégia então proposta é a negociação direta com os patrões. Conforme registra o jornal Movimento (em 20/03/78

- p. 10), na época, o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André, Benedito Alves da Silva, declara que: “os metalúrgicos decidiram não mais entrar (...) nessa farsa de dissídio coletivo”. Esse exemplo é seguido de imediato por metalúrgicos em alguns outros estados, destacando-se o caso de Contagem, Minas Gerais.

Assim, nessa época começam a se esboçar os primeiros passos de uma nova perspectiva do movimento sindical na sociedade brasileira. Em 12 de maio de 1978, ocorre um evento inédito na recente história das lutas operárias no país: os metalúrgicos do ABC negociam diretamente com os empresários, sem a intermediação governamental, conquistando aumentos acima dos índices oficiais.

Diante da ascensão do movimento operário que retoma com altivez, a perspectiva de classe, passando, com as greves, por cima da política sindical governamental, a

ditadura militar reage com o decreto-lei 1632, definindo arbitrariamente as chamadas “atividades essenciais” e proibindo a greve nesses setores.

A resistência operário-sindical não faz por esperar. Em agosto do mesmo ano, uma reunião realizada em Santos, com a presença de 30 representantes de 13 sindicatos, 2 confederações e uma associação de trabalhadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e R. Grande do Sul, “se transforma num movimento de repúdio a um novo ato de exceção” (Movimento 14/08/78 p. 11).

E mais. Nesse mesmo mês, os professores da rede pública de São Paulo e do Paraná paralisam suas atividades, construindo na luta, o que lhes era proibido pela lei da ditadura: o direito de greve.

O confronto com o arbítrio do regime militar, necessariamente conduz essa nova força emergente do movimento sindical a confrontar-se também com as lideranças

pelegas herdeiras do sindicalismo oficial e corporativista da era Vargas, que então ocupavam as direções da maioria das organizações dos trabalhadores. Assim começa a ser desmantelada a “hegemonia do peleguismo e a estrutura sindical vigente. Aos poucos, os trabalhadores conquistam uma de suas bandeiras mais preciosas: a liberdade e autonomia sindical.

No ano seguinte, uma vez mais, os trabalhadores desafiam a legislação anti-greve, com a paralisação dos motoristas do serviço de transportes coletivos, um dos setores essenciais definidos pelo D.L. 1632. Com relação ao fato, o jornal Movimento faz a seguinte referência: “coube aos motoristas do Rio de Janeiro, a primazia de quebrar essa lei do arbítrio” (28/11/89 - p. 13).

Em maio, mês do dissídio dos metalúrgicos em São Paulo e na região do ABC, de novo é proposta a negociação direta, desmoralizando, mais uma vez a estrutura sindical vigente. A campanha salarial culmina com a greve histórica de 1979, que resulta na intervenção de vários sindicatos da região e na prisão de seus principais líderes, dentre os quais uma liderança que despontava com força, no novo cenário sindical, Luis Inácio Lula da Silva.

O incipiente sindicalismo combativo forjado nas lutas das portas de fábrica, nos piquetes e nas praças, é temperado e consolidado nesse período. Se as greves fazem avançar o movimento sindical, desafiando o Governo Militar, em 1980 a ditadura procura se rearticular para enfrentá-lo “reprimindo duramente a greve dos metalúrgicos (tornando) sem efeito a autonomia estadual e municipal em São Paulo; violou e acabou na prática com imunidades parlamentares em São Bernardo, ao agredir fisicamente, deputados e um senador”. (Movimento - 19 a 25/5/80 - p. 3). E no período de fluxos e reflexos da primeira metade da década de 80 que se dá a criação

“ É no decorrer de toda a década passada que se verifica o crescimento da sindicalização. ”

das Centrais Sindicais - CUT e CGT. A CUT irá representar o novo sindicalismo classista e desatrelado da estrutura corporativa e pelega das organizações oficiais. A CGT é “eivada de uma dimensão mais conciliadora e moderada” (20).

É no decorrer de toda a década passada que se verifica o crescimento da sindicalização dos setores assalariados médios. Essa tendência acentua-se com a promulgação da Constituição de outubro de 1988, que legislou o direito de sindicalização do funcionalismo público. Os setores médios representam hoje cerca de 30% do total das 1771 entidades filiadas à CUT e ocupam o 5o. lugar entre 30 ramos de atividades, ficando atrás apenas do sindicalismo rural, do setor educação, financeiro e metalúrgico. O fenômeno é detectado por Ricardo Antunes, quando afirma: “a década de oitenta presenciou... um aumento expressivo de índices de sindicalização, tendência contrária àquela existente em vários países europeus e nos EE.UU., que apontam para um refluxo das taxas de sindicalização” (21).

A virada da década de 90 é marcada por acontecimentos históricos exemplares da crise contemporânea, com reflexos e refluxos diretos no movimento político do cenário mundial: queda do muro de Berlim e do socialismo real do Leste europeu; massacre de trabalhadores e estudantes na Praça da Paz Celestial em Pequim; fim da União Soviética e instauração de uma ordem mundial sob a hegemonia militar quase exclusiva dos EE.UU.; agravamento da crise no Oriente Médio com a

invasão do Kuwait e a guerra contra o Iraque. No plano nacional, vitória do projeto neoliberal, com a eleição de Collor; avanço do sindicalismo de negócios, com o apoio explícito do Estado.

Neste contexto de móveis externos e internos, o movimento sindical brasileiro ressentido de uma acentuada inflexão na sua trajetória, anteriormente ascendente. Se antes, o embate no interior do movimento dos trabalhadores era demarcado por forças visualmente opostas - bloco combativo mobilizador versus bloco conciliador desmobilizador - hoje em dia, a luta é embaçada por concepções ambíguas e arditas. O embate dá-se entre o sindicalismo de resultados também mobilizador. Além disso, concepções corporativas desqualificadoras do confronto de classes são traficadas para dentro do campo do sindicalismo classista, assumindo a prática do consenso. (Ex.: o recente pacto firmado entre Governo, montadoras e sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo).

Portanto, a análise do quadro sindical brasileiro, no atual momento, permite distinguir duas concepções básicas e antagônicas de militância: uma concepção ampla da luta sindical que assume, como seu horizonte, a transformação da sociedade capitalista, resgatando, nas suas práticas efetivas, a luta pela utopia, na busca de uma sociedade socialista distinta das experiências do leste europeu; uma concepção restrita e reducionista da militância sindical na perspectiva de soluções imediatistas e fragmentadas que empobrecem seu horizonte, a concessões negociadas, em

prejuízo dos interesses históricos dos trabalhadores.

Concretamente, a CUT, na recente história do movimento sindical, tem encarnado a perspectiva classista ampla do sindicalismo restrito de negócios.

No entanto, a prática sindical cotidiana matiza essas configurações, nas estratégias e táticas assumidas, com maior ou menor consciência, frente às situações reais. Tal quadro vem exigindo da militância sindical classista, uma lucidez de análise para a definição das suas ações estratégicas, no sentido de escapar dos ardis do consenso de classes, tão ao gosto dos ideólogos da pós-modernidade.

A Central única dos Trabalhadores, enquanto epicentro aglutinador do sindicalismo classista, não pode abdicar do seu papel histórico de valiosa ferramenta nas mãos dos trabalhadores, para efetivar as transformações necessárias à instauração de uma sociedade de indivíduos livres e iguais.

## 2. o movimento docente nos seus 11 anos de luta

O movimento político dos docentes do ensino superior, no Brasil, ensaia seus primeiros passos na segunda metade dos anos setenta. Existiam em alguns estados entidades organizativas, criadas antes daquele período, cujos objetivos se voltavam mais para o lazer, atividades assistenciais e culturais.

O grande fórum de debate político dos segmentos intelectuais do país, naquele momento - as reuniões anuais da SBPC - foi o espaço utilizado para as primeiras trocas de experiência entre as recém-criadas Associações de Docentes (AD's) e para o delineamento dos eixos de luta básicos que jogariam um importante papel na unificação do movimento. Esses encontros paralelos às reuniões da SBPC,

dos quais também participavam docentes de Universidades onde não existiam AD's, estimulam o processo organizativo, a nível nacional.

Os pontos básicos que caracterizam esse processo e que definem os princípios, objetivos e formas de organização, que até hoje marcam e diferenciam o MD de outras organizações, são os seguintes:

- caráter democrático das organizações;

- articulação dos eixos políticos gerais (defesa do ensino público e gratuito, democratização interna e externa, dentre outros) com as reivindicações específicas da categoria (melhoria salarial e de condições de trabalho, dentre outras);

- desatrelamento das entidades com relação ao Estado e às administrações superiores das instituições de ensino superior;

- articulação das diferentes entidades representativas, com relação ao tipo de vinculação institucional de suas bases: instituições federais, estaduais, municipais e particulares;

- inserção na luta política global pela democratização do país.

Vários obstáculos se colocaram para esse trabalho na conjuntura do final dos anos 70: a postura autoritária do regime militar; a impossibilidade legal de sindicalização dos servidores públicos; a fraqueza tradicional dos SINPROS; o nível de consciência política dos docentes, dentre outros. Por outro lado, os mais variados movimentos sociais surgem no país como o Movimento Feminino pela Anistia, os movimentos contra a carestia, as associações de profissionais, e as tentativas de reorganização do movimento sindical que culminam com as greves dos metalúrgicos do ABC em 1978/79. Ao mesmo tempo, o regime militar, após a euforia do "milagre brasileiro", começa a apresentar os primeiros indícios de esgotamento e fraqueza. Pode-se afirmar, portanto, que todos esses

componentes de uma verdadeira ambiência democrática encontram, gradativamente, um escoadouro nas universidades, especialmente, nas federais onde, apesar de toda a repressão política, ainda era possível manter um certo espaço de liberdade de pensamento. Tornava-se necessário, no entanto, não só ampliar o movimento, mas também coordená-lo de forma unificada nacionalmente pois, somente dessa maneira, seria possível um movimento forte e coeso. Nasce assim, no bojo do movimento docente universitário, o processo de construção de um "novo" movimento sindical, de base nacional, num contexto que ainda mantinha características autoritárias mercantes.

Pouco a pouco, caminhou-se na direção de efetivar uma coordenação nacional do movimento que passou a se reunir periodicamente, na tentativa de elaborar princípios básicos e eixos de luta, que não só respondessem aos anseios da categoria, mas pudessem unificar segmentos diferenciados. Alguns pontos merecem ser destacados nesse processo:

- princípio da democracia interna do movimento, articulado com a autonomia organizativa das AD's;

- ligação estreita com a base e formação de canais efetivos de participação;

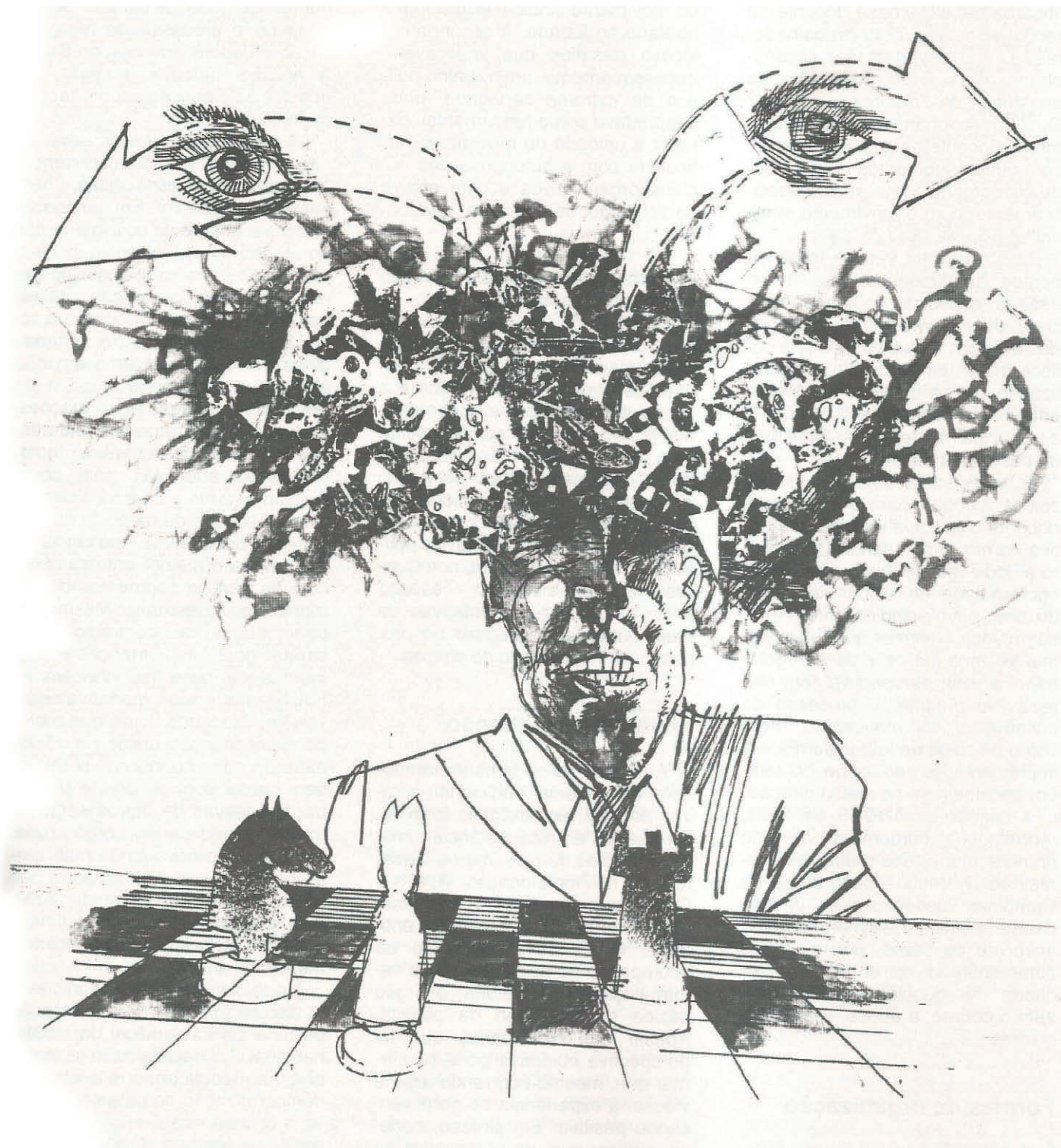
- desatrelamento completo do Estado e das estruturas de poder internos de cada instituição. Na perspectiva de eixos gerais de luta, cabe ressaltar:

- defesa intransigente do ensino público e gratuito;

- luta pela democratização das instituições universitárias, através de eleições diretas de seus dirigentes, e participação efetiva nos órgãos de direção, garantindo, em ambos os casos, a participação de docentes, servidores e estudantes;

- melhoria das condições salariais e de trabalho;

- luta por mais recursos para efetivo funcionamento das instituições;



- garantia do direito de organização para os docentes das instituições particulares.

Esses princípios e eixos de luta, que iam sendo gradativamente formulados, colocam então questões básicas que, nem sempre, as lideranças do movimento docente percebiam com clareza. Dentre elas, cabe ressaltar:

Qual a caracterização sócio-política da base? A base docente se reconhecia enquanto trabalhadores? Como deveriam ser encaminhadas no seio do movimento, as questões de natureza política? Qual o relacionamento que o movimento docente deveria estabelecer com outros segmentos da sociedade civil organizada e, mais especificamente, com o movimento sindical? Tais questões vão-se tornando pontos fundamentais para a expansão, consolidação e ação concreta do movimento. A ocupação dos espaços necessários à luta política maior, em torno da democratização do país, exige de todos, um esforço conjunto e coordenado e, principalmente, uma amplitude de base cada vez maior.

A perspectiva sindical que se coloca à época, para o movimento docente, implicava uma análise crítica do movimento sindical brasileiro e, logicamente, a necessidade e oportunidade de lançar as bases de um “novo” sindicalismo. Arriscamos-nos a afirmar que, possivelmente, uma parcela da categoria não via essa perspectiva com clareza. No entanto, o processo de construção do movimento, bem como os eixos de luta assumidos e implementados, ao longo do tempo, encaminham-no nessa direção.

A criação da ANDES em 1981, representa o coroamento de uma primeira etapa. Nos meses anteriores ao histórico Congresso de Campinas, desenvolve-se intenso debate político que nem sempre envolveu as bases, em torno das características da entidade a ser criada. As questões que polemizam o debate, à época, são as seguintes:

## Formas de organização

A ANDES deveria ser uma federação de AD's ou se partiria para uma alternativa em que, mantendo as AD's como núcleos organizativos de base, a ANDES as congregaria, numa entidade nacional única? A primeira alternativa trazia à tona, toda a experiência negativa do movimento sindical tradicional e atrelado ao Estado. A segunda colocava desafios que implicavam, necessariamente, um trabalho político de extrema seriedade, onde despontava como fundamental, garantir a unidade do movimento, articulada com a autonomia dos núcleos organizativos e com efetiva participação democrática das bases.

Escolha democrática da direção política da entidade.

Escolha, via Congresso ou eleições diretas? Mais uma vez, a perspectiva de romper com os esquemas tradicionais prevalece e a opção definida é por eleições diretas (apenas a diretoria provisória, com mandato de um ano, foi eleita no 1 Congresso). Foram previstas, no entanto, formas de articulação, através das quais as chapas não fossem objeto de “conchaves políticas”, mas que tivessem, nos Congressos pré-eleitorais, espaço onde parcelas representativas da base pudessem participar do processo de composição de chapas.

## Instâncias de direção

Aqui procura-se também romper com o esquema tradicional, através do qual, as diretorias terminavam sendo a única instância diretiva, sendo as demais, meros mecanismos de homologação. Assim o Congresso torna-se o elemento básico de direção política da entidade. O Conselho, o órgão de acompanhamento, avaliação e reformulação e a diretoria, o órgão básico de execução da política. Apesar das dificuldades que tal perspectiva colocava pode-se afirmar que, mesmo ocorrendo

alguns vieses, a experiência no geral, vem sendo positiva. Em síntese, pode-se verificar que, da perspectiva da construção de um “novo sindicalismo” no Brasil, a experiência do movimento docente, através da ANDES e das AD's, representa uma valiosa contribuição. Os vinte e um anos de repressão política do regime militar deixaram sequelas mercantes, que dificultam, sobremaneira, o processo de reorganização da sociedade civil no Brasil. A ANDES procurou superar tais obstáculos conseguindo fazê-lo parcialmente.

A articulação entre os eixos de luta de caráter político mais geral e as demandas específicas, nem sempre foi possível. Em vários momentos a estratégia governamental de atender o específico (p. ex. reajuste salarial), sem avançar no geral, (p. ex. democratização interna, verbas, etc.) leva a recuos e a refluxos do movimento. A intransigência inicial do governo em não abrir canais de negociação e de atender a certas reivindicações, através de instrumentos autoritários (como os decretos-leis) termina sendo absorvida pela base, mesmo quando a liderança denunciava. Este tipo de resposta do movimento, por sua vez, cria dificuldades para um melhor entrosamento com os demais segmentos da comunidade universitária. Mesmo experimentando tais contradições de caráter geral, as lideranças e segmentos da base reconhecem as fragilidades que gradativamente vão se colocando. Uma que merece maior atenção reside na dificuldade de obter conquistas políticas, sem contar com o apoio e participação efetivas de outros segmentos da sociedade civil organizada. Tal fato se tornava ainda mais claro, à medida que o movimento, não só se reorganizava rapidamente, mas procurava romper os limites impostos pela legislação sindical tradicional e retrógrada.

No início dos anos 80, inicia-se a discussão sobre a organização de uma central sindical de caráter

nacional. Tal necessidade se impunha, na medida em que a luta pela democratização do país se ampliava e a crise econômica, política e social se acirrava. A ANDES, portanto, passa a participar no processo de articulação inter-sindical, no sentido da criação de uma Central Única dos Trabalhadores. Tal espaço, duramente conquistado, contou com a participação da ANDES, apesar do entulho autoritário que vedava a sindicalização dos servidores públicos. É bom lembrar que a base da ANDES era majoritariamente das instituições públicas.

A ANDES passa a ter um papel importante nesse processo por trazer em suas raízes a perspectiva de um novo sindicalismo. Naquele momento, a direção da ANDES, mantendo-se fiel aos princípios democráticos que caracterizam a entidade trata de levar à base a discussão sobre a pertinência e necessidade política de uma Central Sindical Nacional, que tivesse a marca desse novo sindicalismo. Ao mesmo tempo, conclama-se a uma participação efetiva naquele processo. Evidencia-se ali, mais uma contradição que, mesmo esperada, supera as expectativas. A resposta da base foi extremamente débil, ainda que as lideranças tivessem razoável clareza da importância da questão.

Esse fato revela uma faceta peculiar da visão política da categoria. Por um lado, uma postura mais radical do movimento, em termos de perspectiva e identidade de classe. Por outro, um frágil nível de consciência da base docente, enquanto classe trabalhadora.

Ainda assim, a diretoria da ANDES, no exercício da direção política do movimento, procura participar efetivamente do processo, seja na organização do I CONCLAT, seja estimulando o envolvimento das AD's nesse mesmo processo. Além disso, a fundação da CUT em S. Bernardo do Campo (1983) por lideranças e trabalhadores identificados com o sindicalismo

## “ A transformação da ANDES em Sindicato Nacional vem dar nova dimensão política ao MD. ”

classista, demarca com maior nitidez, as posições dentro do movimento sindical brasileiro. Havia, na época, sérias discordâncias quanto à filiação da ANDES à CUT, sob a alegativa da pluralidade da categoria.

Um outro embate político importante, travado no interior do MD refere-se à sua participação na Assembléia Nacional Constituinte. Dentre as inúmeras questões que exigiam um envolvimento efetivo da ANDES, ressaltam-se as definições relativas à educação pública, ao direito de sindicalização e de greve, em especial, para os servidores públicos. Abre-se, naquele momento, um espaço fundamental para o MD levar seu posicionamento e sua experiência de lutas e conquistas construídos ao longo de sua vida.

Temos que reconhecer, porém, que uma vez mais, a participação efetiva e organizada da base do MD foi débil, ainda que outros espaços organizativos haviam sido gerados, reconstruídos e ampliados no interior do processo de “oxigenação democrática” que a sociedade brasileira começava a respirar, após 21 anos de ditadura militar.

A transformação da ANDES em Sindicato Nacional vem dar nova dimensão política ao MD. E, uma vez mais, retomam ao palco dos debates, posições conflitantes, no que se refere à caracterização da entidade. Dentre as principais divergências, vale ressaltar:

- criação de um sindicato único, congregando os servidores técnico-administrativos e docentes das universidades públicas;

- manutenção da estrutura existente, com a transformação das

AD's em seções sindicais;

- transformação da ANDES em Federação, sendo cada AD um sindicato com base regional (questão que ainda persiste dentro do MD).

A luta política que se desenvolve no interior do movimento, especialmente assumida por suas lideranças, envolve as bases de maneira tênue. Mesmo assim, a experiência construída ao longo dos anos de lutas e de conquistas, consegue prevalecer. Redefine-se a ANDES como um sindicato de base nacional, por categoria, com as AD's como seções sindicais. Os mecanismos de decisão política são reforçados e a estrutura de direção da entidade redefinida, de forma a ampliar sua representatividade e a reforçar as instâncias regionais.

Por outro lado, os embates políticos de resistência às investidas governamentais, na direção da privatização da educação superior pública, continuam a demonstrar a necessidade urgente de ampliação do arco de alianças com a sociedade civil organizada. Isso fortalece no interior do MD, a importância da efetiva participação dos docentes na CUT, enquanto pólo histórico aglutinador do sindicalismo classista. Nesse aspecto, uma questão fundamental se coloca: manter a fidelidade à proposta original da entidade, no sentido da construção de um sindicalismo de base, desatrelado do Estado e dos patrões, não corporativista, combativo e democrático. Assim, a ANDES toma a histórica decisão de se filiar à Central única dos Trabalhadores (CUT). O MD reconhece ser aquela central sindical, a que mais se aproxima

de sua proposta sindical original. Esse passo, no entanto, coloca nos ombros do MD uma grande responsabilidade: a de contribuir com sua experiência, para a construção, a nível nacional, desse “novo sindicalismo”; a de articular, junto aos demais trabalhadores, a defesa do ensino público e gratuito, elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática; a de coordenar, junto às AD's - Seções Sindicais, a tarefa política de fazer com que as bases venham a entender, de forma clara e objetiva, a importância da inserção do movimento nas lutas dos demais trabalhadores.

Avaliando as possibilidades do MD no contexto sindical brasileiro, há muito o que fazer. A atuação da ANDES-SN e das AD's - Seções Sindicais, no sentido dessa articulação mais geral, tem sido muito fraca. A responsabilidade de coordenar o DNTE - Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT - tem que

ser assumida com um mínimo de diretores da ANDES, nele envolvidos. O mesmo se aplica às AD's - Seções Sindicais no âmbito regional. Ao lado e dentro disso, se apresenta como primordial, a realização de um trabalho político, junto aos demais Sindicatos, no sentido de traduzir e transmitir, clara e objetivamente, as propostas do MD e dos demais trabalhadores em educação relativas à questão educacional. E a partir daí, articular a luta conjunta de todos os trabalhadores na defesa da educação pública e gratuita. Por outra parte, esse processo de articulação, logicamente, dará ao MD, subsídios políticos acerca da visão que os trabalhadores têm com relação à escola pública, sua importância e seu papel na construção de uma sociedade democrática.

O movimento sindical docente é hoje, uma força forjada no curso de mais de uma década de mobilização e de luta, a exemplo das históricas

greves em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, sobretudo a última a greve dos 100 dias - confronto contundente com a política privatizante do projeto neoliberal do Governo Collor.

Devido a essa trajetória de luta, a ANDES conquistou a necessária legitimidade que a qualifica, enquanto entidade sindical nacional, a enfrentar um grande desafio que se expressa numa dupla dimensão:

- a nível da sociedade global, gerar novos paradigmas norteadores de estratégias e táticas alternativas, capazes de responder, juntamente com outros sujeitos sociais, às rápidas mutações que vêm ocorrendo na sociedade capitalista contemporânea;

- a nível específico, robustecer o ser sindical no interior da categoria docente, nesse momento de sedutoras propostas de saídas individuais.

É tempo de “cavar trincheiras”

### notas bibliográficas

- (1) Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política, São Paulo: Ed. Brasiliense; Livro II p.379.
- (2) Greenberg, Robert S. “Perdem os Países Pobres” in Gazeta Mercantil, Edição de 20 de maio de 1992.
- (3) Holloway, John. The Red Rose of Nissan in Capital & Class, Number 32, Summer 1987.
- (4) Idem.
- (5) Clarke, Simon. “Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia”, in Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Setembro de 1991: número 24: p. 119-20.
- (6) Lipietz, Alain. “Verde que te Quero Verde” in Teoria e Debate. Revista trimestral do Partido dos Trabalhadores: número 15, jul/ago/set 1991.
- (7) Holloway, John: op. cit.
- (8) Idem.
- (9) Idem.
- (10) Hobsbawn, Eric J. Estratégias para uma Esquada Racional, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991: p.28.
- (11) Marx, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política, S. Paulo: Nova Cultura, 1985. Livro I; Vol. II; p.23, Nota número 121.
- (12) Offe, Claus. Capitalismo Desorganizado, S. Paulo: Ed. Brasiliense, p. 195.
- (13) Idem, p. 195.
- (14) Idem, p.179.
- (15) Idem, p. 184.
- (16) Habermas, Jurgen. “A Nova Intransparência: A Crise do Estado do Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utopicas”. In Novos Estudos Cebrap, número 18, set. 1987, p. 106.
- (17) Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. Introdução à História da Filosofia, S. Paulo: Hemus, p. 25.
- (18) Lima Carlos R. V. Cirne. Sobre a Contradição Pragmática como Fundamentação do Sistema? (Mimeo), p. 4.

(19) Antunes, Ricardo in Caderno de Formação número 1. Ed. Sindicato Bancários do Ceará/CUT, p. 14.

(20) Idem.

(21) Idem.

### bibliografia

- Altamira, César. Estado y Derecha in Utopias del Sur, Año II, número 5, Buenos Aires, Primavera 1990.
- Brasil, Presidência da República, Programa de Reconstrução Nacional, Brasília, Imprensa Nacional, 1991.
- Fausto, Ruy. A Pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles) in Lua Nova - Revista de Cultura e Política; nov. 1989. Vol. 19.
- Ianni Octavio. A Crise de Paradigmas na Sociologia. Departamento de Ciências Sociais - IF - CH - UNICAMP. Set. 90. Jornal Folha de São Paulo 22/9/91.
- Jornal Movimento - Vários números de 1978 a 80.
- Marx, Karl. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía. (Grundrisse) 1857-59 - México. Siglo Veintiuno, Vol. II. Muñoz, Irene. El Papel Legitimizador de la Reforma del Estado, idem.
- Raiter, Alejandro. El Discurso de la Derecha, idem.

GT de Política Sindical da ADUFC - S. Sind. é integrado pelos professores:

Agamenon Almeida  
Alba Carvalho  
Dilmar Miranda  
Francisco Pinheiro  
Margarida Pompeu



# O Leste Europeu e a Construção do Socialismo

*Francisco Miraglia*

**A** análise histórica e política do colapso da estrutura de poder no Leste Europeu é passo importante para todos aqueles que acreditam, como o autor, que a luta pela construção do socialismo passa por mais uma fase de aperfeiçoamento. É claro que se poderia dizer que a URSS não era comunista. Este simplismo não daria conta da complexidade da situação histórica e política.

Os imensos erros de conduta política do PC russo - a falta de democracia social, a burocracia, a destruição de toda organização sindical autônoma, o proselitismo no lugar da educação política e o descolamento de toda hierarquia institucional de poder das raízes populares e operárias - são marcas de uma condução que de modo algum pode ser considerada

comunista. Em particular, a autonomia das repúblicas socialistas soviéticas, estabelecida na Constituição da URSS, jamais foi respeitada, procedendo-se, principalmente após Stalin, a uma russianização constante de todas. As diferenças sociais, étnicas, culturais e de modo histórico de produção foram atropeladas. Explodem hoje qual represa mal construída.

O papel histórico de Gorbachev e assessores fica a esclarecer. Mas, as reformas propostas por esta parcela da elite dirigente eram, no quadro de conjuntura social, política e econômica da URSS, inexecutáveis. Registre-se o comentário do presidente do Banco Europeu de Ajuda ao Leste depois da visita de Budapeste: "O Capitalismo levou sete séculos para ficar estável no Ocidente. Não

vai dar para ser estabelecido por aqui em seis meses".

Pacotes, como estamos cansados de saber, nunca resolvem coisa alguma no interesse da maioria da população. Foram apenas mais um componente na destruição de uma estrutura política já falida e minada.

A semelhança entre a estrutura de poder do PC e da Igreja Católica é intrigante : gerontocracias autoritárias, com as bases e mesmo as parcelas intermediárias destas organizações excluídas da discussão acerca de programas e políticas. O que aliás faz lembrar também a idéia de Universidade de alguns.

Em todo caso, "economia de mercado" não é a solução para coisa alguma. Pergunte-se aos bilhões que se esvaem em miséria, fome e doença sob a influência do

capitalismo mundo afora.

## a luta ideológica

Uma parte importante da conjuntura é a guerra ideológica que a burguesia enceta em função do acontecido. Vê com clareza a oportunidade de, para além da hegemonia, destruir a idéia de que há uma alternativa. Teríamos que viver com o capitalismo e os cavaleiros do apocalipse que o acompanham: a guerra, a exploração, a dominação e a apropriação do fruto do trabalho da imensa maioria.

É urgente resistir e continuar a aprofundar a luta pela reversão deste quadro, particularmente no chamado 'terceiro mundo'. Se isto significa fazer a crítica da atuação dos partidos comunistas, significa também aprofundar nosso conhecimento sobre as falácias contidas em slogans como 'capitalismo com face humana' ou a ladainha que 'só o mercado resolve'. Os acontecimentos recentes na 'unificação' da Alemanha e o governo Yeltsine ilustram bem políticas que estamos acostumados a enfrentar.

É importante manter a perspectiva de luta organizada a partir das bases trabalhadoras e de produção intelectual articulada com estas ações e com os interesses de classe dos trabalhadores.

Permanece central a politização de todo debate social e a continuidade do esforço para, sem deixar de travar as lutas específicas, evitar que o movimento social organizado seja encurralado em questões puramente táticas ou salariais.

Ao invés de qualquer sensação de derrota, o momento exige a continuidade da perspectiva de transformação radical das relações sociais e econômicas. **Pois, ao contrário do que gostariam de nos fazer crer, existe alternativa.** Ninguém insiste tanto e com tanta força em destruir o que sabe ser inofensivo. A construção desta alternativa está na continuidade do trabalho intelectual e político dos

trabalhadores organizados rumo à sua libertação.

## a colonização da Alemanha do leste

À primeira vista a Alemanha ocidental parece uma sociedade próspera, moderna, com um capitalismo avançado, com uma ordem política dentro dos padrões da democracia burguesa e com um sistema de seguro social progressista. Inspeção mais cuidadosa mostrará que também é culturalmente conservadora, dominada por hierarquias sociais e de classe rígidas e hostis a quem vem de fora, em alguns casos mesmo xenofóbica. Possui uma burocracia de Estado ampla e conservadora que controla quase todas as áreas de atividade social e econômica. Esta estrutura rígida e hierarquizada é controlada hegemonicamente pela burguesia e serve aos seus interesses de classe. Exemplo claro da sua natureza, assim como da diferença entre a retórica e a prática capitalista, é o processo ao qual foi submetida a população da Alemanha do leste.

A retórica de Bonn e Helmut Kohl era 'somos todos alemães', enquanto a mídia e experts acadêmicos declaravam enfaticamente que não havia identidade nacional da Alemanha do Leste e que as raízes culturais comuns eram mais fundamentais que qualquer diferença estrutural entre os dois estados alemães. Após a unificação este discurso mudou, indicando, ainda que de forma discreta, uma crise séria.

Após a aprovação da unificação, a população do leste percebeu que a retórica da igualdade tinha dado lugar à predação e à tutela pelos ocidentais. Descobriram também que a riqueza econômica e as liberdades políticas, as grandes 'atrações' da Alemanha ocidental, não são nem igualmente distribuídas nem lhes são acessíveis.

Para os alemães orientais o outono de 1989 foi um período breve de maior liberdade política e

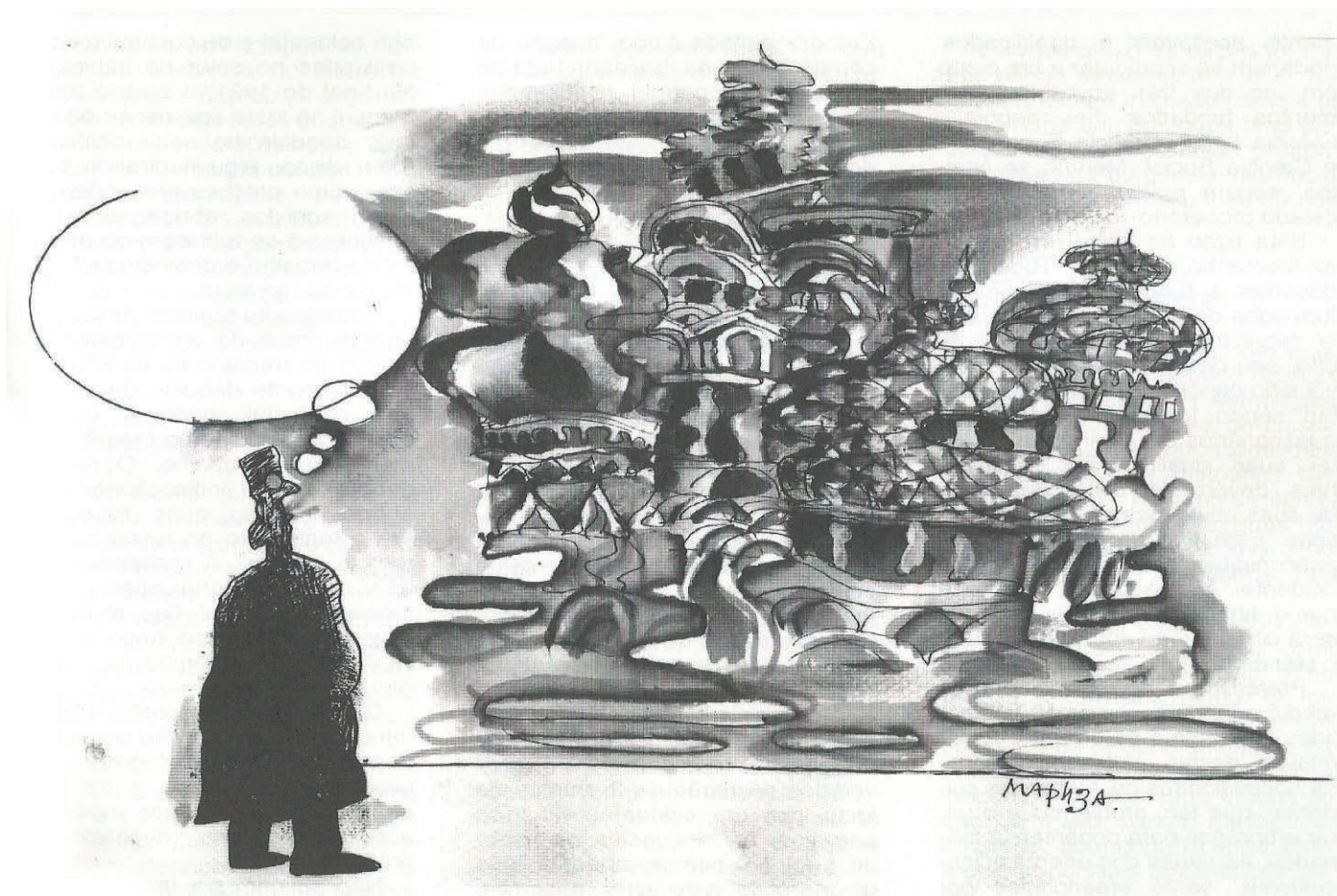
de exercício de autodeterminação. Muitas das principais cidades eram administradas por mesas redondas compostas de cidadãos e representantes dos partidos políticos, tendo assento no Conselho de Ministros. Havia a tentativa de instaurar uma república popular, socialista e democrática, sobre os escombros do antigo sistema.

Após rápidos elogios ao movimento interno que derrubou o velho aparato de estado, Bonn apressou-se em evitar a autodeterminação da Alemanha do leste. A pressa deve-se, não a uma alegada ameaça de invasão da URSS, mas ao fato que seria danosa aos interesses do capitalismo a constituição de um governo popular e socialista na Alemanha do leste. Rapidamente o espaço da mídia foi invadido pela propaganda de que a população do leste era demasiadamente 'ingênua' e 'politicamente imatura' para governar seus próprios rumos. Para muitos alemães do leste, que lutaram por transformações socialistas na Alemanha do leste, a tutela imposta por Bonn, esclarecedora do que é na realidade a estrutura de poder da democracia burguesa, empurrou-os de volta à oposição. Mas não tiveram meios para resistir à imensa onda de propaganda, demagogia e mentiras que ajudaram a eleger Kohl e ratificar o tratado de unificação.

## a "reconstrução" administrativa e política

Após março de 1990, os alemães do leste começaram a perceber que o controle dos rumos políticos e econômicos saíam de suas mãos. As negociações do tratado de unificação não foram conduzidas por partes em igualdade de posição, mas seus termos eram os de uma rendição ditados por uma potência superior. Toda deliberação política de peso vem de Bonn, sem nenhuma participação efetiva das populações envolvidas.

A manipulação das campanhas eleitorais de março e maio de



1990, assim como a negociação do tratado de unificação, foram acompanhadas de intenso ataque às estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas da Alemanha do leste. A justificativa da anexação envolveu, é claro, temáticas ideológicas, que dependeram do momento. Antes da eleição o tema era a Grande Alemanha; depois, vieram a identificação de fascismo e nazismo com stalinismo e a transformação dos alemães do leste de vítimas em colaboradores oportunistas de um sistema corrupto. Esta concepção foi um dos pilares de um processo de deslegitimação de toda a produção intelectual, cultural e artística da Alemanha do leste, que começou mesmo antes da unificação legal.

Assim a Alemanha ocidental se atribui o direito a proceder à limpeza do 'nazismo' no leste, coisa que jamais aconteceu na própria Alemanha ocidental: quase todos os nazistas que não foram

inculcados em crimes de massa, mantiveram seu lugar e sua influência no aparelho de estado, incluindo a justiça e a educação, até a sua aposentadoria nos anos 60. E todos, inclusive aqueles que foram condenados por crimes contra a humanidade, nunca deixaram de receber pensões e aposentadoria.

A burocracia da Alemanha ocidental, que invadiu a ex-RDA para dismantelar o antigo sistema e construir um 'novo', deixou a maioria da população sem nenhum poder efetivo, frequentemente desempregada e às vezes em listas negras. 'Comissões de avaliação' composta de alemães ocidentais estão julgando todos os servidores civis da Alemanha oriental, particularmente os do setor da educação, verificando se tem 'qualificação profissional e ideológica' para permanecer no trabalho.

### o ataque à universidade e aos serviços públicos

O que aconteceu nas Universidades é instrutivo. Duas semanas após as eleições unificadas, o Parlamento em Bonn anunciou que estava abolindo os departamentos de História, Direito, Economia, Filosofia e Educação da Universidade Humboldt, a instituição de ensino e pesquisa mais prestigiosa da Alemanha do leste. Todos os docentes se tornaram desempregados e seus direitos de estabilidade cancelados. Docentes 'politicamente aceitáveis e qualificados' poderiam se candidatar a um posto em um dos três novos departamentos fundados dias depois: Ciência Legal, Ciência Econômica e Ciência Social. Mesmo se aceitos, seriam novos 'recrutados', em estado probatório.

Esta ação foi típica em toda a ex-Alemanha Oriental. Todos os

docentes e funcionários foram informados de que, devido à cláusula especial do tratado de unificação, seu direito à estabilidade havia sido cancelado. Além disso, es tão sendo forçados a preencher questionários em que, além de listar suas qualificações profissionais, devem dar conta detalhada de suas atividades e opiniões políticas. Este tipo de questionário é anticonstitucional na Alemanha ocidental. A ameaça, no entanto, é que quem deixar de preencher não será considerado apto para manter o seu emprego.

Professores do ensino público médio e fundamental estão submetidos ao mesmo tratamento. A demissão destes professores serve às necessidades da Alemanha ocidental, que tem problemas em gerar empregos para docentes lá treinados. As vagas dos orientais 'inaceitáveis' serão preenchidas por educadores ocidentais desempregados.

A autonomia universitária e os mecanismos de representação dos estudantes nas diversas instâncias da Universidade foram cancelados, o que ocasionou protestos e greves do setor estudantil em Leipzig e Berlin.

Todos os professores da Alemanha do leste, nomeados antes de Outubro de 1990 perderam seus direitos de estabilidade; de ser chefe de departamento, reitor ou pró-reitor; de ter quaisquer postos, eletivos ou não; de participar em decisões de contratação, de ser orientadores e de propor ou coordenar projetos de pesquisa. Possuem agora novo título : "Nennprofessoren", professores só no nome.

É evidente, em todo serviço público, a tomada do poder pela burocracia da Alemanha ocidental. Embora pintada como 'doação de competência', na realidade trata-se de retirar o controle político das mãos das populações locais e regionais e colocá-lo sob o controle de uma administração de carácter colonial.

## a "reconstrução" econômica

A conversão de moeda, tão alardeada como sendo 1 para 1, não passou de um golpe eleitoral. Só 4.000 marcos podiam ser trocados 1 : 1. Todos os valores acima deste, incluindo apólices de seguros, foram trocados pelo câmbio de 2 marcos do leste por um dos ocidentais. A razão de cambio real foi de 1,8 marcos do leste por 1 marco ocidental. Assim, quase a metade da poupança da Alemanha do leste desapareceu da noite para o dia (será que já vimos isso em algum lugar?).

Ainda mais, todos os ativos econômicos, de indústrias do estado a pequenas empresas, foram convertidos na razão de 2 marcos do leste por um ocidental. Mas os passivos, ah sim, estes na razão de 1 : 1! É bom aprender a lição do 'mercado' e da 'livre' concorrência : diminua, "institucional e legalmente", os ativos de seus concorrentes pela metade, mas mantenha sua dívida intacta. Não é nenhuma surpresa que a indústria da Alemanha do leste tenha sido praticamente destruída : perdeu dois terços da sua capacidade produtiva no espaço de dois anos.

Os produtos da Alemanha ocidental rapidamente invadiram o novo mercado aberto a leste. Os comerciantes ocidentais freqüentemente exigem o controle do estoque oferecido para permitir a distribuição de seus produtos. Isto torna impossível até mesmo a oferta aos consumidores dos bens, inclusive comida, produzidos na Alemanha do leste.

O arrocho de salários vem acompanhado de desemprego massivo (30,1%), da imposição dos preços praticados na Alemanha ocidental e da continuidade de uma crise no setor de habitação. No final de 1991, o salário médio mensal no leste era menos da metade daquele no setor ocidental. Além disso, alguns direitos básicos, como creches para crianças, foram abolidos, obrigando muitas

mulheres a se retirarem do mercado de trabalho e diminuindo a renda familiar no leste.

Interessante registrar aqui que o padrão social do envolvimento da mulher no trabalho na ex-RDA era bem diferente daquele da Alemanha ocidental, onde a enorme maioria das mulheres está fora do mercado de trabalho. O recente debate sobre a unificação da lei do aborto mostrou quão retrógrada era a legislação ocidental comparada à oriental. A modificação da lei votada em Bonn, após intensa mobilização social das mulheres, talvez seja o único traço da ex-RDA a ser preservado na anexação.

Os alemães do leste vão se dando conta de que são considerados de segunda categoria, com seus direitos sociais a trabalho, educação, atendimento médico e acesso à cultura, revogados na prática.

Não passam por uma transição de um estado autoritário a um democrático de direito, mas a um estado no qual são cidadãos de menor status social. Em vez de participarem como cidadãos com direitos políticos e sociais iguais em uma república federativa, passam pela experiência clássica da colonização, em que os direitos dos "aborígenes" são considerados inferiores aos de seus "colonizadores".

Os cinco estados da república alemã unificada em que foi transformada a antiga RDA são reféns de Bonn, forçados com mão de ferro e independentemente da sua vontade, a conformar-se a padrões de conduta social e política convenientes ao capitalismo.

Enquanto o governo de Bonn alardeia as glórias da 'economia de mercado' e da 'democracia' à população da ex-RDA, o Treuhanderanstalt, organismo nomeado para supervisionar a privatização das estatais da Alemanha do leste, faz seu serviço. Expropria a grande maioria do capital físico destas empresas, vendendo 90% dele a capitalistas na Alemanha ocidental, 5% ao capital estrangeiro, permanecendo

apenas 5% sob controle local. Esta redistribuição massiva da propriedade e do capital físico foi feita sem a participação ou o consentimento da população da ex-RDA, conforme o modelo colonialista.

## E a Rússia ?

Assim como na Alemanha, a corrida ao 'mercado' e o anúncio da 'morte do socialismo' e das utopias - exceto o paraíso acenado pela burguesia como instrumento da continuidade da sua acumulação de riqueza - se expressam nos outros países do leste europeu. Mas com diversidade de características políticas, sociais e culturais.

Na atual CEI, os antigos membros do PC e novos liberais, como Yeltsine e Popov (prefeito de Moscow), se apropriam dos bens públicos sem nenhuma consideração ética. Fundam companhias particulares e 'compram' a preço de banana enormes trechos de terra e construções nas grandes cidades. Diga-se de passagem que muitos destes são os delegados para privatização das propriedades do Estado. Para estes 'liberais', a palavra de ordem antes de levados ao poder era (imaginem só), 'todo poder aos soviets! Eleitos, passam a considerar representação popular coisa perigosa e inconveniente, receitando que só um regime de força pode tirar o país do caos.

As reformas econômicas que Yeltsine diz ter vindo fazer de fato, são tão inexecutáveis quanto as de Gorbachev. Em particular, a sua tentativa de privatização do campo redundou em fracasso, pois os camponeses recusam-se a deixar o modo de produção cooperativista e substituí-lo pelo da pequena propriedade. Compreensível, já que todo esquema de produção agrícola está voltado para produção coletiva e não pode ser adaptado ao da propriedade privada em meses. Não há o 'meu' trator, colhedeira, semeadeira ou silo. Só aqueles da fazenda coletiva. Além disso, todo processo de produção

e investimento está paralisado ou seriamente comprometido. Agrava-se uma crise de abastecimento e prevê-se, mais uma vez, a possibilidade de fome.

Deslegitima-se um governo que prometeu mundos e fundos e aprofundou a confusão, emitindo leis, decretos e pacotes de "correção de rumo das reformas" um após outro.

Mas Bush sabe muito bem que deve sustentar Yeltsine, digno representante dos interesses burgueses no território russo. O preço deste apoio será, é claro, cobrado da população trabalhadora russa.

Deve-se registrar que não são todos os intelectuais russos que participam da euforia do mercado. Certos pensadores econômicos russos, como por exemplo Belotserkovskii, sustentam de modo convincente que, na economia mundial, não há espaço para a emergência de mais uma grande força capitalista internacional. Sua visão é que a Rússia, escolhendo o caminho da recapitalização neoliberal, dirigirse-á, isto sim, na direção dos países "subdesenvolvidos". Outros, como Olsevich, esboçam um cenário onde, após a instauração de políticas neo-liberais, muito pouco da base industrial sobreviveria. As experiências alemã e russa mostram que estas análises tem fundamento.

E a Comunidade Européia? Não há dúvida de que planeja ter, sob a égide da tecnocracia que caracteriza o tratado de Maastricht, todo o leste europeu como os "primos pobres", exportadores de mão de obra e matéria prima, sem desenvolvimento técnico, científico e industrial que possa ameaçá-la política ou economicamente.

Este processo de exclusão, que nos atinge diretamente e que freqüentemente é indicado como a divisão norte-sul, preocupa uma parcela mais esclarecida da periferia intelectual da burguesia internacional. Ninguém de peso lhes dá hoje muita atenção.

## tudo como sempre

É impossível deixar de fazer analogia entre o discutido acima e o caso brasileiro. As estratégias, originárias de interesse de classe, são análogas de proporcionalidade própria, como diria Aristóteles. Não surpreende que os representantes políticos do interesse burguês proponham a Alemanha como o sonho de todos os brasileiros. Pois sim!

As propostas do governo Collor servem a quem? O Brasil como grande potência capitalista é um grande e terrível engodo. O fato concreto é que, sob o peso da recessão e do arrocho salarial, a capacidade de luta política dos trabalhadores fica diminuída e volta-se, quando muito, para a garantia do emprego, abandonando freqüentemente conquistas arduamente obtidas. Inútil olhar para a "metrópole", suas instituições ou sua intelectualidade, como fonte da manutenção do ímpeto para erradicar a miséria, a exploração e a dominação. Isto será resultado do nosso trabalho cotidiano e organizado na luta, de natureza necessariamente revolucionária, pela construção de uma sociedade justa e pautada pelo ideal

*"De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, conforme as suas necessidades"*

**Paris, 27/6/92**

**Francisco Miraglia** é professor associado do Instituto de Matemática da USP, tendo sido presidente da ADUSP - S. Sind (87-89) e membro da diretoria da ANDES-SN (86-88).

# V centenário da América: o que comemorar?

*Regina Célia Gonçalves*

---

## **apresentação**

- 12/10/1492 - Uma expedição espanhola, formada por três navios: Santa Maria, Pinta e Nina, sob o comando do navegador Cristóvão Colombo, encerra a travessia do Atlântico Norte, apartando na Ilha de Guanaani (no atual Arquipélago das Bahamas), depois de ter partido do Porto de Paços, na Espanha, alguns meses antes.

- 1992 - Ocorrem, em vários países dos dois continentes (América e Europa), uma série de eventos comemorativos (ou não) do V Centenário da América.

A questão: qual deve ser o caráter dessas comemorações? O que há para ser louvado ou criticado?

A busca da resposta (ou respostas) a esta questão se constitui, a nosso ver, em mais uma oportunidade para se rediscutir o ensino da História e a produção do conhecimento histórico. Ou

seja, vivemos um momento de revisionismo na ciência da História. Precisamos responder a questões urgentes: que tipo de ensino de História queremos? Que tipo de conhecimento histórico nos é útil e necessário? Para que serve a História?

O ensino da História, como tradicionalmente tem sido feito, não tem servido à sociedade no sentido de permitir a compreensão da realidade. De que adianta às nossas crianças e jovens, nas escolas de primeiro e segundo graus, memorizar os nomes dos “grandes personagens” da História, seus feitos importantes e as datas em que ocorreram? Esta História “decoreba”, cansativa, moralizadora tem, no máximo, servido como atestado de erudição para alguns. Para a maioria, tal conhecimento, quando muito, serve, depois de alcançadas as notas com que passar de ano ou para ser aprovado no vestibular,

para preencher os porões da memória, ou seja, daquele cantinho onde se guardam as inutilidades.

Quanto ao terceiro grau, usualmente, os cursos de História têm abrigado muitos professores em busca do diploma universitário para obter a ascensão profissional; muitos vestibulandos fracassados na seleção para outros cursos; alguns curiosos que não tinham mais nada de interessante para fazer e pouquíssimos alunos que manifestam a vocação para o ensino e a pesquisa de História. E claro que, no decorrer do curso, diante das exigências de leitura e investigação e da carga de estudos que são necessários, muitos acabam desistindo ou então reconhecendo que as coisas não são tão simples assim ... que a História não é bem aquela! O curso de História, na Universidade, causa um certo “atordoamento” aos estudantes. Esses passam a ver uma abordagem a que não estavam

habitados, passam a tratar de temas de que nunca tinham ouvido falar. A situação, em alguns casos, fica tão dramática que ouvimos questões do tipo: “Professora, quer dizer que tudo que aprendemos na escola estava errado? ou “... mas professora, em tal livro está escrito diferente do que você está colocando. Quem está mentindo?”. Tais indagações são, a nosso ver, e sem qualquer sadismo, extremamente animadoras. Significam que o germezinho do questionamento e da crítica está começando a ser cultivado. É o primeiro e tímido passo para se compreender não só que o sujeito da História, enquanto processo, é o homem, mas que ele é também o sujeito do conhecimento histórico, o produtor do conhecimento. Um conhecimento que acaba sendo resultado da visão de mundo, dos valores, da vivência, da formação, da posição de classe de quem o elabora.

O que nos causa grande apreensão é a incapacidade (que nos perdoem as injustiças da generalização) das escolas e professores de primeiro e segundo graus fazerem brotar questionamentos entre as crianças e jovens que educam. A Universidade é também, em grande parte, responsável por tal situação, devido à imensa distância que mantém em relação aos demais graus de ensino. É urgente que a Academia desça de seu pedestal e passe a desenvolver ações efetivas junto às escolas de formação básica e secundária.

É preciso que tenhamos claro que a História é, antes de qualquer coisa, mudança, transformação e que todos somos sujeitos ativos nesse processo.

Ora, tal não é a concepção da História tradicional, hegemônica nas escolas e amplamente divulgada por um número enorme de livros didáticos. Aliás, este é o espaço privilegiado das datas, fatos e heróis. Ou melhor, de um determinado tipo de fato e de um determinado tipo de herói.

Os manuais privilegiam os feitos dos representantes de

determinados grupos e segmentos sociais. A História de que tratam é a da classe dominante, dos homens (do sexo masculino), brancos e poderosos. Nestes livros não aparecem os oprimidos, não aparecem os trabalhadores, os negros, os índios, as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos. Estes são os excluídos da História. São os que não têm a menor importância, os atores secundários que não interferem na trama principal. Não têm vontade, não lutam, nada têm a dizer. Quando aparecem, o fazem para ilustrar ou justificar a ação daqueles que realmente importam.

Além disso, os manuais privilegiam os feitos ocidentais, desconhecendo praticamente tudo que se refere a outras culturas. São permeados por uma visão etnocêntrica de História.

Está aqui o “gancho” para voltarmos ao tema da nossa discussão: o “V Centenário da América”.

### **o que é a América? Quem somos nós, os americanos?**

Este imenso continente, que se estende do hemisfério sul ao hemisfério norte, é tratado pela história tradicional como obra dos europeus. Um continente que foi, no limiar do século XVI, “descoberto” pela Europa. Assim, passa-se a idéia de que a América foi “inventada”. Não existia antes, passou a existir quando, naquele famoso 12 de outubro de 1492, a primeira ilha das Bahamas apareceu aos olhos do marinheiro Rodrigo de Triana que navegava a bordo do “Pinta”, na esquadra comandada por Colombo.

Será essa a verdade? Pode um continente surgir, de uma hora para outra, como se fosse a manifestação da vontade de um homem que, posteriormente, veio a ser consagrado herói?

Sabemos que não. De fato, o continente já existia. Já era habitado quando os europeus

aqui chegaram(l). A única verdade é que, oficialmente, a sociedade européia, até aquele momento, desconhecia a América. A questão então se inverte: não se trata de descobrimento mas de desconhecimento. Os europeus do final do século XV passaram a ter um conhecimento que não tinham até então.

Com a expedição de Colombo este “Novo Mundo” (que ainda não se sabia que era novo) foi revelado à Europa. E os europeus, alguns anos mais tarde, em 1511, passaram a chamá-lo “América” por obra e graça do religioso, cartógrafo e ilustrador Martin Waldseemuller que, ao preparar o mapa do Novo Mundo, escreveu essa passagem:

*“Atualmente estas porres do mundo (Europa, África e Ásia) têm sido muito exploradas e uma quarta parte foi descoberta por Américo Vespúcius, como veremos adiante. Uma vez que a Europa e Ásia receberam nomes de mulheres, não vejo razão para não chamarmos essa outra parte de “Amerige” ou seja, a terra de Americus, ou América, depois da descoberta de Americus. Estamos muito bem informados a respeito da situação e dos costumes dos seus povos graças às quatro viagens de Americus” (Citado pela Revista Superinteressante, nov/91, p.81).*

O Novo Mundo recebeu, então, o nome do navegador florentino Américo Vespúcio, que escrevia muitíssimo sobre suas viagens (ao contrário de Colombo), descrevendo, com riqueza de detalhes, não só a paisagem mas também os povos aqui residentes.. Foi numa dessas viagens, costeando a América do Sul, que percebeu que estas terras certamente não eram as índias, mas outras até então desconhecidas.

Ofato é que, a partir da divulgação dos mapas de Waldseemuller, os europeus passaram a conhecer este Novo Mundo como América, muito embora a ilusão, tanto tempo

acalentada, de terem chegado às índias, os levasse a permanecer chamando os nativos da América de “índios”.

Se o estatuto dessa terra “recém-descoberta” acendeu grandes polêmicas na Europa, o mesmo ocorreu com o dos diversos grupos populacionais que a habitavam. Grupos esses que, embora tivessem muitos traços em comum, não compunham uma, mas várias civilizações.

Quando os conquistadores mantiveram os primeiros contatos com tais populações, sua impressão foi quase que de encantamento. Nos anos que se seguiram, um grande debate se travou nas terras europeias: afinal, como considerar esse novo mundo e seus habitantes?

Cristóvão Colombo, em carta ao papa, afirmava que havia encontrado o paraíso perdido e pedia autorização para entrar nele.

*“Cri e creio, como creram e creem todos os sábios e santos teólogos, que naquela minha comarca é que está o Paraíso Terrestre”.*

O mesmo acreditava Américo Vespúcio que não se cansava de narrar as belezas das terras e a inocência e despojamento das gentes que a habitavam.

Uma acalorada discussão se travou na Europa. Muitos eruditos se ocuparam da questão: será que aquele povo faceiro e nu, que não compreendia o verdadeiro valor das coisas (tanto é que trocava suas riquezas por quinquilharias) era, de fato, gente? Aos poucos, na medida em que os tesouros do continente foram sendo revelados, atendendo aos interesses econômicos da realeza, dos aventureiros e dos comerciantes que financiavam as expedições, a opinião que passou a predominar foi a de que os índios eram pagãos e pecadores. Os europeus decidem, então, “salvar” essas criaturas do diabo, arrancando-as do inferno. Foi assim que, associada à espada do conquistador, veio a cruz dos

religiosos. No dizer de Ruggiero Romano, a partir de um verso de Pablo Neruda, a conquista da América pode ser explicada por três elementos: a espada (superioridade bélica do europeu), a cruz (cristianização imposta pela força) e a fome (resultado da desintegração do *modus vivendi* dos nativos).

O que se assistiu nos séculos seguintes foi a destruição das culturas e o genocídio das populações nativas. A escravidão, o trabalho forçado, o desenraizamento social, as guerras, as epidemias e outros elementos foram responsáveis pela dizimação dessa população em muitas áreas da América. Mas, no imaginário europeu, todas as atrocidades cometidas foram plenamente justificadas pela moral cristã. O índio, puro e inocente, foi definitivamente sepultado pelo selvagem, pecador e antropófago.

A mesma civilização europeia cristã ocidental que, pela violência, conquistou e colonizou a América, travando uma interminável guerra contra a população nativa, fez ressurgir, nos Tempos Modernos, a escravidão.

Esta instituição, praticamente desaparecida na Europa desde o século III d.C., foi restaurada no Novo Mundo para atender aos interesses da acumulação de capital nas mãos da burguesia metropolitana.

Na América, em primeiro lugar se escravizou o nativo, depois, um continente inteiro - a África - passou a funcionar como fornecedor de mão-de-obra para a empresa colonial. A escravidão moderna introduz um elemento novo para se justificar: o preconceito racial. Ao contrário de outros momentos históricos em que existiu, quando se justificava pela tradição, a escravidão dos Tempos Modernos se justificava porque não considerava como humanas as pessoas que não tinham a pele branca. Nem mesmo os santos teólogos do cristianismo se preocuparam em discutir esta questão. Os negros passam a ser considerados seres sem alma, animais. Portanto, não

havia qualquer problema moral em coisificá-los, transformá-los em mercadorias, em instrumentos de trabalho.

Neste sentido, os índios americanos tinham até um status superior já que neles se reconhecia a existência de alma, tanto é que se tentava cristianizá-lo (o que era uma forma, inclusive, de mantê-lo sob o controle da Coroa, impedindo o aumento desenfreado do poder dos colonizadores, tão distantes do rei). Mas o africano ... bem, não se podia esquecer as vantagens do tráfico internacional de escravos (que rendia altos lucros aos comerciantes, muitos impostos à realeza e tributos à Igreja).

O certo é que esses homens, feitos “coisa”, vindos da África para morrerem de trabalhar na América e o nativo-pecador-antropófago constituíram, junto com o europeu, branco, “civilizado” e “superior”, a base étnica que nos deu origem. O branco, o dominador, impôs o seu conceito de civilização, a sua organização social e a sua visão de História. Mas os povos subjugados e oprimidos e as suas culturas sobreviveram, apesar de tudo, e a sua experiência e memória históricas são elementos que também constituem, queiramos ou não, a nossa identidade e explicam o mundo em que vivemos.

### **e a nossa história?**

Quando tratamos da História da América imediatamente nos surge a história ensinada nas escolas e livros didáticos de que já falamos anteriormente. É impressionante o pouco que os alunos sabem dela. O máximo é que a América foi descoberta em 12 de outubro de 1492, por Cristóvão Colombo.

Na historiografia tradicional a História da América começa com o “descobrimento”. Ou seja, a história dos povos americanos só teria começado com os europeus. Antes, tudo era “pré-história”. Assim, os europeus “civilizados” teriam integrado os americanos “selvagens” no processo civilizatório e no curso da História. Esta visão não reconhece que a América tem



uma história de milênios vivida sem a presença do europeu.

Por não reconhecê-la, acaba por difundir a idéia de que o sujeito da história americana é aquele que se destaca por sua suposta superioridade: o europeu. Toda a nossa história se definiria pela ação do europeu e pela passividade dos americanos, criando e reforçando o mito de um povo destituído de qualquer vontade.

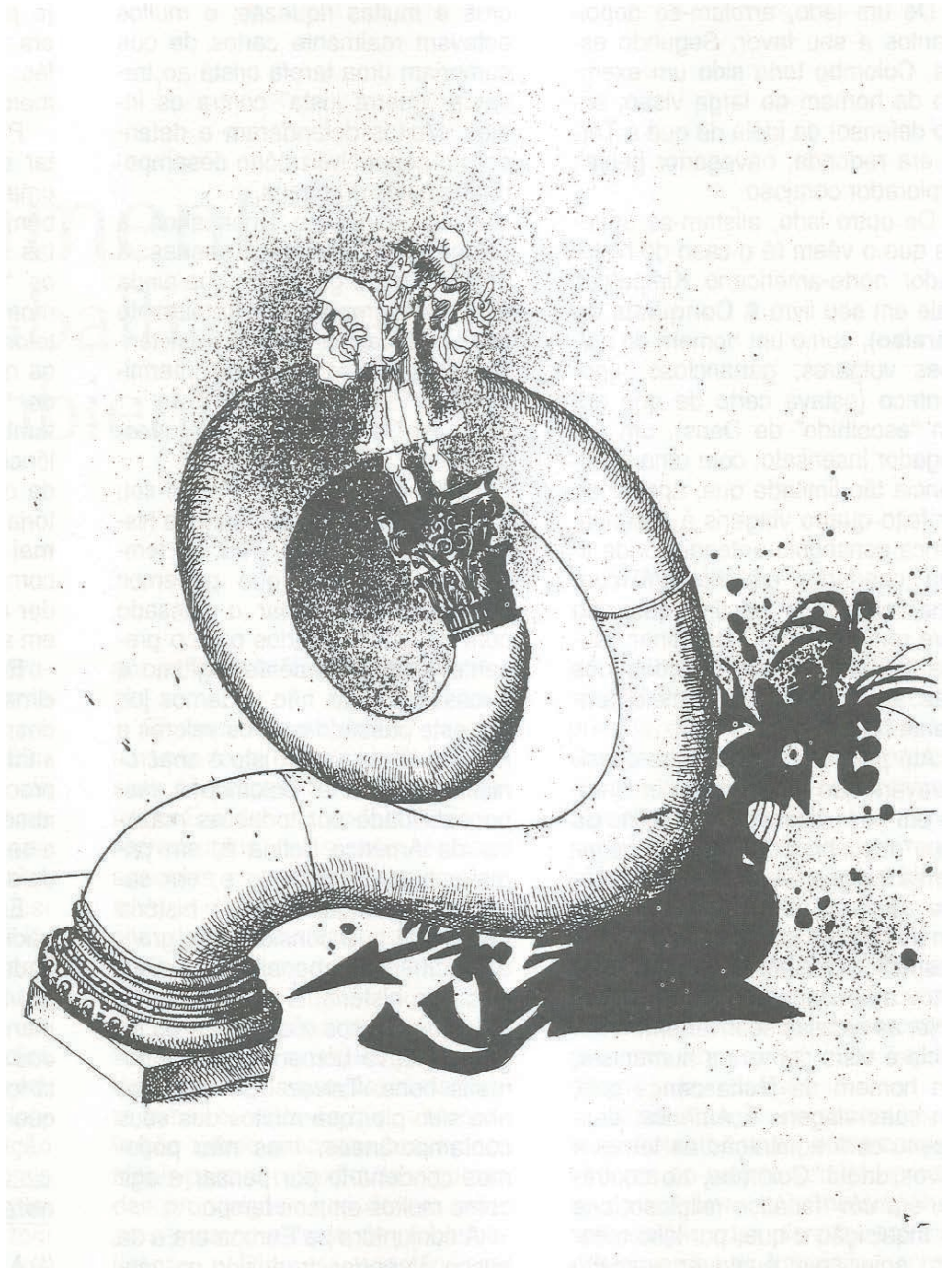
A História tradicional não faz referências à participação popular que sempre se manifestou e se manifesta em diversos níveis. A participação clara, visível que se traduz nas rebeliões e revoltas como as de Tupac Amaru e Tupac Yupanqui no Peru e Bolívia coloniais, a rebelião de escravos no Haiti, a quilombagem, entre outros. E a resistência cotidiana que se manifesta seja através do sincretismo religioso, da destruição dos instrumentos de trabalho ou do aborto que as escravas praticavam para não verem perpetuadas, em seus filhos, as suas desgraças. Essa história é negada, é omitida nos programas escolares e manuais didáticos. É a história dos excluídos que não é ensinada porque só assim a massa se convence de que não tem o menor valor. A ausência do homem comum na história oficial abre espaço para a louvação dos heróis, para o privilégio do ato individual. No caso da América, para a louvação do herói branco.

Enfim, em termos da história e da historiografia da América há a necessidade de se resgatar a visão dos oprimidos, dos excluídos da história tradicional.

Voltamos à nossa questão inicial: América, 500 anos. O quê comemorar?

### o contexto do V centenário

Como disse anteriormente, passamos por um momento de revisionismo histórico. Hoje não apenas se discute se a América foi descoberta e por quem (pelos índios há mais ou menos 40.000 anos ou pelos espanhóis em 1492 D.C.). Há também uma outra discussão que vem tomando espaço não apenas



nas publicações especializadas, mas inclusive, na chamada grande imprensa. Revistas como **Veja, Isto É, Superinteressante e Nova Escola**, só para falar no Brasil, têm dedicado longas matérias para, nada mais nada menos, que veicular um debate acalorado que se trava atualmente: o julgamento de Colombo!

Cristóvão Colombo (ou Cristoforo Colombo, como preferem alguns), Grande Almirante do Mar Oceano; Vice-Rei e Governador Perpétuo das Índias, Conselheiro das Cortes do Rei da Espanha,

está no banco dos réus. Aliás, nunca deixou de estar, pois século após século, desde 1492, tem ocupado o lugar que cabe ora a um administrador incompetente, ora a um sábio da mais elevada estirpe, ora a herói nacional. Hoje, no entanto, a sua situação não é nada confortável.

De um lado, arrolam-se depoimentos a seu favor. Segundo estes, Colombo teria sido um exemplo de homem de larga visão, sábio defensor da idéia de que a Terra era redonda, navegador genial, explorador corajoso.

De outro lado, alistam-se aqueles que o vêem (é o caso do historiador norte-americano Kirkpatrick Sale em seu livro **A Conquista do Paraíso**), como um homem de paixões vulgares, ganancioso, egocêntrico (estava certo de que era um “escolhido” de Deus), um navegador insensato, com uma inteligência tão limitada que, apesar de ter feito quatro viagens à América, nunca conseguiu entender onde tinha chegado; um homem com uma ferocidade bestial, que não teve remorsos em exterminar nativos e, pecado dos pecados nos dias atuais, destruir o meio ambiente (2).

Até pouco tempo, muitos consideravam que o continente inventado em 1511 deveria ter o nome de seu “descobridor”. Alguns chegavam a indignar-se por estar a América obrigada a “usar o nome de um ladrão”. O ladrão seria Américo Vespúcio. O autor da frase, o escritor americano Ralph Emerson. Hoje, as escalas se invertem.. Vespúcio é visto como um humanista, um homem da Renascença que, em suas viagens à América, descreveu com admiração as terras e povos daqui. Colombo, ao contrário, era um fanático religioso, cria da Inquisição e que, por isso mesmo, agiu sem qualquer respeito pelo Novo Mundo. Terão sentido tais discussões?

Não podemos deixar de considerar que a mundialização da economia européia a partir do século XVI e, no seu bojo, o sistema colonial, foi uma etapa importante da história universal. A exploração deste continente foi, sem dúvida, um dos instrumentos fomentadores da acumulação primitiva de capital que permitiu o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para a burguesia comercial e para as casas reais européias, a colonização da América significou a oportunidade de elevadíssimos lucros e muitas riquezas; e muitos estavam realmente certos de que cumpriam uma tarefa cristã ao travar a “guerra justa” contra os índios. Muitos defenderam e

defendem o papel civilizatório desempenhado pelos europeus.

Para os nativos americanos, a colonização significou apenas a destruição e o genocídio que ainda não se completaram totalmente porque a capacidade de resistência desses povos parece interminável.

Julgar Colombo resolve a questão? Colombo foi um homem de seu tempo. É sob a luz do contexto histórico do lugar onde vivia, no tempo em que vivia que podemos compreendê-lo. Olhar o passado com os olhos voltados para o presente é absolutamente legítimo e necessário, mas não podemos julgar este passado com os valores e a moral do presente: isto é anacronismo. Atribuir a Colombo a responsabilidade por todas as mazelas da América Latina é, em primeiro lugar, simplismo e, em segundo lugar, dar razão à história tradicional que considera os grandes homens, e apenas eles, os sujeitos da história. E claro que, em todos os tempos e em todos os lugares, houve homens maus e homens bons. Talvez Colombo tenha sido pior que muitos dos seus contemporâneos, mas não podemos condená-lo por pensar e agir como muitos em seu tempo.

A conjuntura na Europa era a da busca do poder, traduzido na acumulação de metais preciosos. Era a conjuntura do desenvolvimento comercial e da lógica do lucro. Eram os tempos da luta contra os muçulmanos, fosse para controlar as mais ricas rotas comerciais, fosse para reconquistar a Terra Santa; portanto, a guerra contra todos os infiéis era considerada legítima. A Igreja Católica era poderosa nos países do Mediterrâneo Europeu e Colombo era um italiano de Gênova (importante centro portuário e comercial) que viveu longo tempo em Portugal (o maior centro da navegação marítima do século XV) e trabalhava para o estado espanhol (a pátria da Inquisição), portanto, era um homem formado por duas fés: a católica e a navegação comercial.

Precisamos, sem dúvida, visitar e revisar a história. Mas

fazer uma nova História significa também evitar as posturas maniqueístas que consideram, de um lado, os “bárbaros europeus” (lembramos que europeus como Frei Bartolomé de Las Casas defenderam os nativos até a morte) e de outro os “bons selvagens” (lembramos também que a exploração e a violência já existiam na América antes da chegada dos europeus). A história não é a **luta do bem contra o mal**. A humanidade é muito mais complexa. É necessário compreender cada cultura e cada sociedade em seu lugar, em seu tempo.

Em nível da produção do conhecimento histórico, é necessário desmistificar os livros que repassam uma determinada visão do processo como sendo a verdade absoluta; esta produção coloca-se a serviço das camadas dominantes da sociedade.

É necessário repensar o modelo tradicional de evolução das sociedades concebido a partir da Europa. Mais importante: é necessário manter viva a memória histórica dos oprimidos. É necessário resgatá-los dos 500 anos de solidão a que foram condenados!

---

## notas

---

- (1) A questão da origem do Homem americano está por ser desvendada. Inúmeras teorias foram desenvolvidas a este respeito, mas o estágio atual do desenvolvimento científico não permite que se formulem conclusões precisas. No entanto, a partir de pesquisas recentes, como as da equipe de Niède Guidom, no Piauí, os indícios de povoamento humano no continente remetem a 40.000 anos atrás.
- (2) Sobre este debate ver revista Superinteressante, publicada em novembro de 1991.

---

**Regina Célia Gonçalves** é professora do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

# Assentamentos: estado, trabalhadores e meio ambiente

*Maria Conceição D’Incao*

Uma das questões levadas a debate na recente conferência nacional sobre Ecologia - a Eco 92 referia-se à responsabilidade do poder público ou da sociedade na recuperação e preservação do meio ambiente. Colocada assim, em termos alternativos, essa questão parece induzir a um falso raciocínio. É evidente que a preservação do meio ambiente, enquanto patrimônio coletivo ou bem comum, é tarefa a ser empreendida pelo poder público. Mas também parece óbvio que sem a participação da sociedade a exploração predatória dos recursos naturais não vai cessar. Porque essa exploração tem uma história, isto é, tem sua racionalidade definida pela forma como os homens vêm se relacionando entre si e com a natureza. Relações nas quais a apropriação dos recursos naturais é privilégio de alguns poucos e meio de dominação desses poucos sobre a grande maioria da população do mundo que se pretende ver reconstruído pelos caminhos do equacionamento da questão ambiental. Os embaraços criados por essa determinação histórica aos demais debates que tiveram lugar na referida conferência internacional são bastante conhecidos. E talvez resida nesses embaraços o vigor político da “bandeira da Ecologia”.

Em recente trabalho de pesquisa teve-se a oportunidade de assistir ao processo de encontro entre o Estado, ou poder público representado pelos seus técnicos agrícolas ou engenheiros agrônomos - e os trabalhadores, a propósito do cumprimento das regras instituídas sobre a preservação do meio ambiente, num assentamento de reforma agrária do Estado de S. Paulo. Sem qualquer pretensão de dar conta da complexidade deste tema, acredita-se que a reconstrução desse processo possa contribuir para a reflexão de algumas das proposições que devem estar presentes no esforço de problematização política da questão ambiental. Mais especificamente, da necessária redefinição da relação Estado e Sociedade, quando se trata de priorizar o bem comum numa sociedade marcada pela histórica dominação de pequenos grupos ou pelo que se vem chamando de privatização da esfera pública.

O assentamento de Porto Feliz foi o resultado do encontro do movimento dos trabalhadores organizados pela conquista de terra Movimento dos Sem Terra - e a Política de Assentamentos do governo da transição democrática do Estado de S. Paulo - Governo Montoro. Neste primeiro momento, a relação

Estado/trabalhadores cumpria os objetivos democratizantes do referido governo. As negociações que deram origem ao contrato que viabilizou o acesso à terra por parte dos trabalhadores eram reguladas pelo direito ao uso social da terra pública, legitimado, de um lado, pela mencionada política e, de outro, pelo movimento dos trabalhadores. Neste contexto, os trabalhadores puderam se perceber, pela primeira vez em suas trajetórias de vida, cidadãos.

Já na situação de assentamento, entretanto, os aspectos conservadores do projeto estatal - produto da extremamente heterogênea composição das forças políticas dos governos da transição - começaram a se fazer presentes. O projeto de produção agrícola levado aos trabalhadores - o da agricultura empresarial dominante, através da associação desses novos produtores rurais - pelos técnicos estatais encarregados de assessorá-los, era estranho aos seus próprios interesses e projetos - os da agricultura familiar. Agravando o quadro, a aceitação das regras do projeto estatal condicionavam o acesso aos créditos subsidiados e, na representação dos trabalhadores, ao direito definitivo de uso da terra - a ser obtido após cinco anos de comprovada competência. Nesta injunção, os trabalhadores se

viram reconduzidos às relações de dominação vivenciadas em suas trajetórias individuais. E passaram a ver os técnicos estatais como representantes do Estado autoritário que sempre conheceram. Estado que ora é pai, ora é patrão. Do qual podem esperar doações, mas contra o qual devem se insurgir. E, sobretudo, em relação ao qual não se percebem como cidadãos. Porque a instância simbólica dos direitos legais se funde, na prática, à vontade estatal, não encontrando, por consequência, espaço de representação no imaginário dos trabalhadores.

É nesse quadro que se desenvolve o mencionado processo de aproximação - ou encontro - entre Estado e trabalhadores, a propósito da preservação ambiental no assentamento.

O plano que demarcou os lotes a serem sorteados pelas 81 famílias dos assentamento obedeceu, rigorosamente, às exigências legais relativas à preservação dos riachos, nascentes e áreas destinadas à reserva florestal. Após a distribuição dos lotes, entretanto, muitos trabalhadores que tiveram suas terras ligadas a essas áreas de reserva passaram a ver nisso uma espécie de vantagem pessoal que levaram por ocasião do sorteio. Da qual se apropriaram, estendendo pelas reservas suas roças e pastagens.

Essas práticas oportunistas, além de infringir as regras contratuais definidas nas negociações feitas com o Estado, acentuaram os conflitos existentes entre os próprios trabalhadores. “Ter área de reserva” passou a ser visto como uma espécie de privilégio que introduzia uma desigualdade no grupo. As críticas aos que „plantavam na reserva” não tardaram a aparecer. Mas eram débeis e recebidas como inveja dos que não tinham tido essa sorte. Porque, no essencial, o que estava em questão era a legitimidade das referidas regras. Ou da lei dentro da qual elas foram definidas.

Diante dessas tensões, a atitude adotada pelos técnicos foi paternalista. De um lado, argumentando com a exigência

legal, procuravam encaminhar, de tempos em tempos, propostas de utilização adequada e coletiva dessas áreas. De outro lado, faziam “vista grossa” ao uso que os trabalhadores vinham fazendo das mesmas. Limitando-se a comentar, quando a oportunidade aparecia, que mais cedo ou mais tarde essas roças e pastagens teriam que recuar até os limites dos lotes. E enquanto as referidas propostas se perdiam em meio a toda sorte de desconfiança, as coisas continuavam como estavam.

Por ocasião da entrega dos documentos de autorização de uso da terra, cinco anos após a chegada dos trabalhadores, a questão se recolocou. Aqueles que não tivessem cumprido minimamente as regras do contrato feito com o Estado só teriam acesso ao documento se, num prazo estabelecido, regularizassem suas situações. A preservação das áreas de reserva era uma dessas regras. O encaminhamento dado à questão pela assessoria estatal foi bastante profissional e competente. Essa informação foi levada aos trabalhadores por uma equipe do DAF - Departamento de Assuntos Fundiários, composta por dois engenheiros agrônomos e um advogado. O levantamento da situação de cada família foi feito por uma outra equipe de técnicos do departamento, de modo a evitar qualquer suspeita quanto ao rigor do processo. Tudo organizado, desta vez, para deixar claro aos trabalhadores que se tratava de uma relação contratual.

É fácil imaginar que as reações dos trabalhadores não corresponderam, de imediato, a essa lógica. Habitados às relações de dominação, tenderam a ver esse comportamento da assessoria técnica como arbitrária. A maioria cedeu, mas por entender que essa era a única maneira de ter acesso ao tão esperado documento. Não porque aceitasse a legitimidade dessas regras. E aí, o grande traidor de seus interesses era o técnico, que se deixou levar pela inveja dos que não tinham tido a sorte de receber uma área de reserva. Outros resistiram - ou

resistem ainda, porque o Estado-patrão - personificado nos técnicos - não merece confiança e deve ser afrontado sempre que possível.

Passado cerca de um ano, o ressentimento contra os técnicos ainda parecia vivo entre alguns trabalhadores. Ou nas explicações que davam para as dificuldades que vinham enfrentando devido à proibição de usar as áreas de reserva: necessidade de vender as vacas, impossibilidade de fazer a horta, etc. Mesmo entre os que não pareciam ressentidos, não se esboçava qualquer avaliação orientada para a compreensão do significado dessas áreas ou do comportamento da assessoria estatal: o clima era muito mais próximo de um certo medo com relação às exigências estatais. Referências à necessidade de manter as roças em ordem, porque isso era uma exigência do Estado, tornaram-se mais frequentes. E, de outro lado, percebia-se também uma certa expectativa de que, regularizada a situação dos documentos, essas áreas pudessem, pouco a pouco, ser reapropriadas.

Um acontecimento imprevisto vai promover um avanço na relação entre trabalhadores e Estado a propósito dessa questão: a invasão, por parte de uma família, de um dos lotes vagos do assentamento. Duas famílias já haviam invadido, há tempos, partes mais distantes das terras de reserva e a expulsão das mesmas estava sendo encaminhada, juridicamente, pelo próprio DAF. Mas, a ousadia desta nova invasão, no seio de um dos núcleos do assentamento e em terras cuja ocupação estava sendo gerida pelo próprio Estado a seleção das famílias a serem alocadas nos lotes vagos já tinha sido feita, criou uma verdadeira comoção entre os trabalhadores.

Notícias sobre a existência de grupos sendo organizados - por iniciativa do poder local, desde o princípio contrário ao assentamento dos sem terra - para a invasão de todas as áreas de reserva começam a circular, agudizando o quadro. Todas as conversas giram em torno desse tema. E um

medo indefinido permeia todas as relações no assentamento. A forma como os trabalhadores sintetizam esse medo é bastante significativa: “desse jeito isso aqui vai virar uma favela”. Os direitos conquistados estão ameaçados. Cumpre recorrer às regras, apelar para a autoridade estatal. Os técnicos são chamados.

As primeiras orientações da assessoria técnica foram no sentido da organização dos trabalhadores da associação para o cultivo coletivo do lote invadido. Sugestão que vinham fazendo, há tempos, aos trabalhadores. Não tanto pelo receio de invasões, mas para assegurar-lhes um maior rendimento durante o período que a burocracia estatal leva para a atribuição dos lotes vagos. E para fortalecer entre eles a importância da organização. Desta feita, a sugestão foi aceita e as terras começaram a ser preparadas, após uma conversa com a família invasora, juntamente com os técnicos. A expulsão da família só poderia ser feita pelas instâncias competentes, mas o cultivo das terras era direito da associação, enquanto responsável pela administração do núcleo onde se instalara o invasor.

Mas o medo de novas invasões continuou e os trabalhadores decidiram-se a fazer uma reunião para discutir formas de evitá-las. A iniciativa partiu de um dos núcleos e os técnicos foram novamente convidados.

A reunião se realiza no barracão do núcleo invadido e a participação de trabalhadores dos três núcleos existentes é bastante significativa. A animação é grande e a discussão do problema bastante complexa. Porque são muitos os referenciais das avaliações feitas pelos próprios trabalhadores. Há sentimentos diferenciados, e até contraditórios, em jogo. O mais generalizado, que define o desenvolvimento de toda a reunião, é o sentimento de defesa que é de todos: o direito às terras onde estão. A consciência dos interesses comuns reaparecendo e assegurando a união de todos, pela primeira vez nos três anos de presença dos pesquisadores em campo. Mas, há o sentimento



de solidariedade para com os invasores, seus iguais em outros tempos. E há o sentimento ou o ressentimento - relativo às suas supostas possibilidades de utilização das reservas e à suposta arbitrariedade do Estado no impedimento desta utilização.

A necessidade de se defenderem dá início às conversações. Marcada pela violência das práticas a que os trabalhadores estiveram historicamente submetidos. Trata-se do despejo, por eles mesmos, do recente invasor. Botando fogo nas suas instalações. Mas a proposta evolui pouco a pouco para a combinação entre o encaminhamento legal da expulsão da família acampada e a resistência organizada da associação através do cultivo dos lotes vagos. A sugestão original dos técnicos. Adequada, mas

insuficiente. Porque há o problema do risco de novas invasões. E a proposta é, agora, a criação de um grupo de vigilância para impedir. Mas, até quando? A expulsão, pela instância competente, dos três invasores existentes não resolve essa questão.

A solidariedade para com os invasores foi resolvida pela iniciativa de um trabalhador, militante da Igreja Católica, que começou a organizar um novo grupo de sem-terras, a partir da reunião de filhos adultos, amigos e parentes das próprias famílias do assentamento. Informou aos presentes que já havia comunicado aos invasores a data do primeiro encontro deste novo grupo e obtido o compromisso da participação dos mesmos. E convidou a todos para o apoio a esses novos sem-terra. Essa iniciativa sensibilizou a muitos

e pareceu ampliar as possibilidades de ação dos trabalhadores. Mas não os tranquilizava no tocante às ameaças dos supostos grupos organizados para invadir as reservas.

A ambigüidade de suas relações com o Estado - e com as relações contratuais - são as principais dificuldades enfrentadas pelo processo de negociação em curso. Alguns trabalhadores vêem nessa nova situação a oportunidade de retomar suas práticas de exploração das reservas. O argumento sobre a impossibilidade dessas invasões na hipótese de estarem ainda explorando "suas" reservas aparece com bastante ênfase. Um dos técnicos, falando pela primeira vez, insiste que "reserva é reserva" e aproveita a oportunidade para expor-lhes as vantagens que terão com a proteção e recuperação das características naturais dessas áreas: melhor clima, mais chuvas, menos ventos, mais água. O que lhes aparece ainda muito abstrato e leva os mais resistentes a insurgirem-se contra a firmeza da posição do técnico. Argumentando que "a reserva é do Estado" e, portanto, também o problema. Entretanto, todos se sentem ameaçados, e as conversas prosseguem.

Críticas à ação estatal se encadeiam. Ligadas à morosidade da instância jurídica e da própria burocracia, que acaba retardando a expulsão dos invasores e a ocupação dos lotes vagos, tornando-os mais vulneráveis. Os técnicos não se manifestam e alguns trabalhadores os consultam sobre a possibilidade de um encontro com a coordenação dos assentamentos. O encontro é marcado e a dificuldade de encaminhar uma solução que atenda, de imediato, às suas necessidades de se defenderem, permanece.

Os trabalhadores mais resistentes ensaiam novamente suas argumentações que remetem o problema para o Estado. Mas o clima geral não lhes parece mais favorável. Os limites entre o público e o privado começam a se confundir em suas falas e o

momento parece oportuno para mostrar que a reserva é de todos.

A intervenção competente dos técnicos, nesse exato momento, faz avançar o debate. Ou rompe com a paralisia para a qual os trabalhadores tenderiam, se deixados a eles mesmos. Pedagogicamente são-lhes apresentadas as razões legais e as vantagens pessoais que todos terão se empreenderem, juntos, a recuperação e utilização adequada das áreas de reserva. Que, nesse novo contexto, começam a poder ser percebidas como espaço objetivo de apropriação coletiva. Não se trata mais de contrapor os interesses de cada um, aos do Estado. Mas, de pensar o Estado como gestor da coisa pública, que também é de cada um, na medida em que atende aos seus próprios interesses. Uma elaboração bastante complexa, mas que ganha concreticidade no encaminhamento de propostas de recuperação das áreas de reserva. Seguidas, afinal, da aprovação e constituição do já mencionado grupo de vigilância para a resolução da questão mais candente das ameaças de invasões imediatas.

É possível imaginar que esse processo encontrará outras dificuldades pela frente. Sobretudo porque, conforme já se lembrou, as relações entre trabalhadores e técnicos estatais dominantes no assentamento são marcadas pela presença autoritária do projeto estatal. Mas a situação analisada permite alinhar algumas reflexões sobre a questão inicialmente enunciada.

Na leitura apressada de alguns dos militantes que acompanharam esses acontecimentos, foi a ameaça da perda da "propriedade" da terra e, conseqüentemente, o caráter conservador dos trabalhadores que os sensibilizou e mobilizou, viabilizando o cumprimento das regras relativas a preservação ambiental. Esta leitura é, entretanto na sua essência, autoritária. Porque contrapõe a esfera pública à privada, ou os objetivos sociais aos individuais e, ao fazê-lo, propõe a dominação dos primeiros sobre os segundos.

O que acaba reiterando as práticas inviabilizadoras da democratização da relação Estado/trabalhadores na situação de assentamento. Ou, numa abordagem mais ampla, a privatização do Estado por parte dos grupos política e economicamente dominantes na sociedade brasileira, os grandes beneficiários da sujeição dos setores populares à vontade Estatal.

É evidente que foi a ameaça da perda da terra conquistada que sensibilizou e mobilizou os trabalhadores. Mas ao se defrontarem com a necessidade de defender o direito conquistado, eles puderam sentir a importância das regras contratuais firmadas com o Estado. Inicialmente, enquanto espaço dos interesses e da competência estatal. Mas, pouco a pouco, enquanto instância reguladora dos direitos de ambas as partes envolvidas. No bojo desse processo, puderam ir além. Puderam perceber também que as leis relativas à proteção ambiental guardam uma relação direta com os seus próprios interesses individuais. Porque, na medida em que o diálogo com os técnicos se tornava possível - ou se restabelecia, os trabalhadores, já em condições de falar e ouvir, puderam compreender a importância, para suas próprias terras e lavouras, da recuperação das áreas de reserva. Que passam agora a ser vistas como sendo de todos - ou do coletivo, mas no sentido de estarem assegurando o interesse de cada um. Interesse que também não é mais o imediato da luta pela sobrevivência ainda definidora de seus cotidianos, mas o que vem ao encontro do projeto de uma "uma vida com mais autonomia e mais segurança", que os mobilizou para a luta pela conquista da terra.

Este texto é sub-produto de pesquisa realizada em colaboração com Gérard Roy, através de convênio de cooperação internacional UNICAMP/CNPq/ORSTOM(França).

**Maria Conceição D'Incao** é professora Livre Docente em Sociologia, da UNICAMP - aposentada.

# Aventura de Pesquisar Assentamentos de Trabalhadores Rurais

*Vera Lúcia Botta Ferrante*

## **introdução: A pesquisa na difícil construção de elos entre a sociedade e a universidade**

No tempo presente, pleno de paradoxos, tem se agravado a sensação de afunilamento. Além da polêmica sobre a política científica do país, há o crescente processo de burocratização do saber a inibir, a amordçar e a barrar caminhos e alternativas. No plano federal, os indicadores da inércia administrativa são inequívocos. No interior da universidade, sob a fachada de um legalismo infrutífero, há situações que mostram a dificuldade de se levar adiante um projeto acadêmico.

Muitas vezes tenho me perguntado: onde ficamos? Fazer um trabalho de formiga, dar murros em pontas de faca, receber não às tentativas de crescimento, pressionar espaços de produção acadêmica, é isso que é viver a universidade? Devemos perder a perspectiva de futuro? Como diz o GIANNOTTI... no particular, cada decisão burocrática se toma negociação política; o direito, um favor, o cotidiano, um inferno de

imprevisibilidade e humilhação ... (1). O que faremos, como cidadãos, para afastar essas marcas de retrocesso?

Sem receituários, mas acreditando que a pesquisa pode contar efetivamente na construção de elos entre a universidade e a sociedade, é que proponho-me a discutir os desafios de investigar projetos de Reforma Agrária.

Uma trajetória de pesquisa não caminha à margem de dimensões conjunturais, das emoções, das experiências e valores que o pesquisador acumula ao se defrontar com perspectivas de transformação da realidade, com projetos que recolocam questões aparentemente enterradas sem direito a voz e voto.

Novos desafios nos esperavam como sujeitos históricos e como pesquisadores: o processo de gestação do Plano Nacional de Reforma Agrária (1 985); a perspectiva da transição política; o reconhecimento de que, no plano político de enfrentamentos, os trabalhadores rurais avançavam na tentativa de ampliar sua incorporação à cidadania. Não se tratavam apenas de dimensões

macro-estruturais. Na região de maior produção de cana do Estado de São Paulo, ao nosso lado, no decantado paraíso da modernização da agricultura paulista, trabalhadores bóias-frias lutavam por terra e estruturavam experiências de assentamentos em terras públicas. Inegavelmente, os velhos esquemas interpretativos que pensavam as lutas pela terra como obstáculo ao moderno, ao desenrolar livre do capitalismo, estavam recebendo xeque-mate.

Como pensar as novas roupagens das propostas de reforma agrária, a partir da diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas na sociedade brasileira?

A relação entre políticas de assentamentos e propostas de reforma agrária expressava o peso das contradições que permeiam a correlação de forças no Estado. Procuramos contextualizar tal correlação (2). De um lado, o projeto da UDR, aparentemente novo, mas bem a expressão de um mesmo cenário do qual os atores principais nunca saíram, recriando atos e retomando

peças para impedir qualquer perspectiva de reforma agrária que implicasse minimamente em uma reestruturação das relações sociais vigentes no campo. De outro, apesar das tentativas de descaracterização das lutas no campo, o processo histórico mostrava perspectivas de nexos capazes de articular o movimento dos camponeses e dos assalariados rurais.

A compreensão dos meandros políticos embutidos no interregno, entre a formulação e a efetivação das propostas de assentamentos, nos instigava, assim como a apreensão do movimento contraditório entre o impacto das políticas públicas nos segmentos envolvidos e as diferentes pressões das diversas frações de classe na composição do programa de governo. Procurando evitar os riscos de analisar processos de assentamentos por atributos de uma lógica prefixada modelarmente, debruçamo-nos sobre as situações paradoxais presentes nos projetos de assentamentos. O mergulho não poderia ser periférico. Levou-nos a sugerir o princípio de que os assentamentos, processos sociais complexos, deveriam ser investigados em sua multidimensionalidade, além de seu imediatismo empírico e histórico. Abria-se o caminho para uma ousada decisão: a de construirmos uma equipe e elaborarmos um projeto de análise e avaliação dos assentamentos, que como diz minha parceira Sonia Maria P. P. Bergamasco na coordenação do mesmo, é mais do que um desafio, é um projeto de vida.

### A constituição da equipe multidisciplinar

A pesquisa Análise e Avaliação de Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo constitui-se na primeira experiência de trabalho coletivo multi-disciplinar e multi-campi da UNESP (3).

Motivações de ordem diversas propiciaram a formação do referido grupo. A maior parte dos profissionais envolvidos, antes da organização do grupo, já vinha apresentando contribuições significativas através de pesquisas individuais, de teses e de dissertações, participação em congressos e reuniões científicas, de publicações e orientação em trabalhos de pesquisa.

A decisão de aglutinar interesses e socializar o trabalho não era apenas de caráter teórico. A perspectiva de retorno dos resultados da pesquisa aos assentados, a apresentação dos objetivos da investigação às lideranças dos assentamentos, de modo a facilitar a aproximação do universo da pesquisa, foram discutidos e aceitos, em princípio, como etapas do trabalho, a exigir a construção de elos antes a universidade e a sociedade.

O fato dos assentamentos permitirem o debate de uma pluralidade de questões, a diversidade de enfoques teórico-metodológicos e a realidade dinâmica de osso objeto de estudo - os assentamentos - têm nos revelado a necessidade de não trabalharmos analiticamente com as distintas áreas de conhecimento como se fossem compartimentos estanques e espacialmente demarcados (4).

A multidimensionalidade é, igualmente, expressão da multidisciplinariedade, presente intencionalmente em nossa escolha metodológica (5). Desse ângulo, a nossa recusa em analisar os assentamentos a partir de um único enfoque implica em um compromisso de propor à reflexão um conjunto de idéias que retratem a complexidade, a diversidade e a multidisciplinariedade e em manter um diálogo crítico com os estudos que procuram discutir assentamentos a partir de indicadores sócio-econômicos (6).

O problema é que os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão exige necessariamente a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo. Leia-se tal observação com a ressalva de que, do nosso ponto de vista, a escolha de enfoques múltiplos pode enriquecer, sem esgotar, a realidade investigada. Ainda mais, tomando-a como um dado já instituído, enfrenta-se mais um problema: o de ahistoricizá-la, desvinculando-a de um processo cujo estudo exigem um referencial analítico que tenha como parâmetro a constituição de categorias e não a construção de instrumentos de medidas.

No caso dos assentamentos tomados como objetos de estudo, estamos diante de um processo histórico cujas características exprimem de forma exemplar manifestações da decantada crise dos paradigmas e da reavaliação das categorias teóricas.

O pensar coletivamente através de uma equipe multidisciplinar, porém, não nos autoriza a pesquisar sem categorias analíticas. O mais adequado é sair à campo e, como aconselha Bourdieu (7), por “em ação” as nossas teorias. E o que estamos tentando fazer em relação ao problema agrário no Estado de São Paulo, ao implementar projetos e subprojetos de pesquisa que além da multidisciplinariedade, buscam integrar, no campo do possível, teorias contraditórias, e até opostas, no sentido de se obter uma visão, a mais completa possível, do movimento do real,

“impossível analisar assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco”



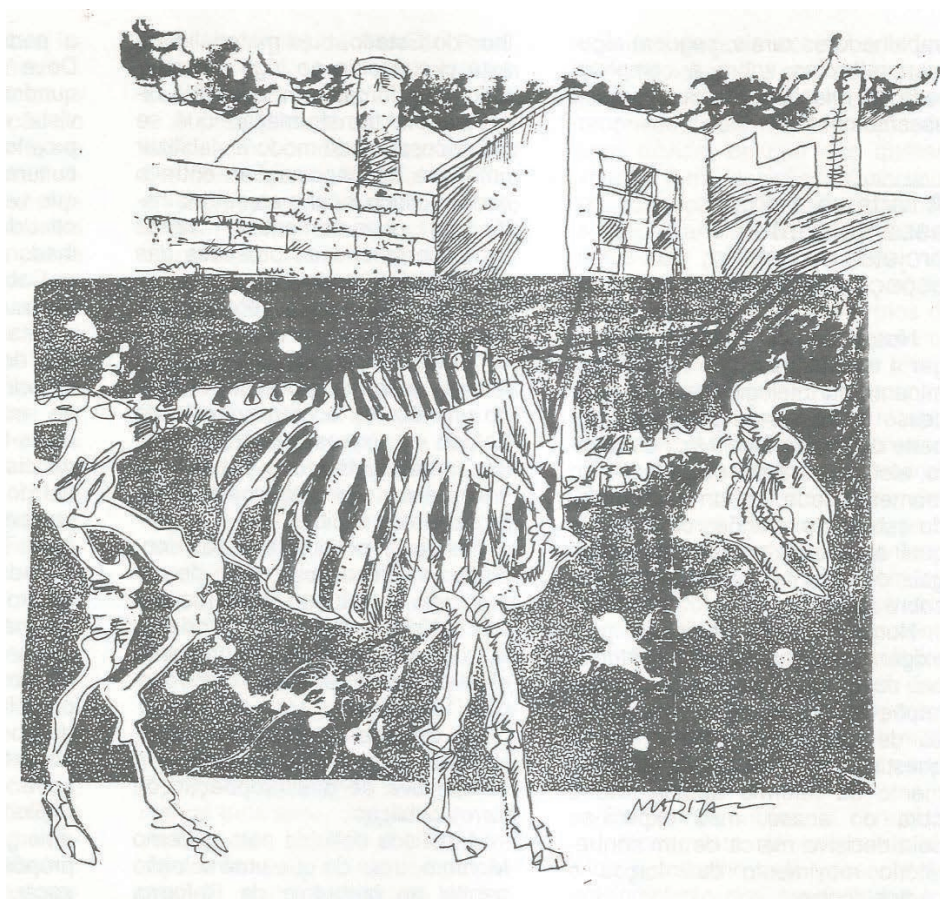
o qual expressa significativa diversificação e dinamicidade dos assentamentos.

Torna-se, portanto, impossível analisar assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco. As experiências, não uniformes, exigiram que buscássemos enfrentar analiticamente a compreensão desse fazer-se diferenciado, sem naturalizar unidades de análise, sem cair em procedimentos classificatórios ou em raciocínios empenhados em catalogar relações sociais constitutivas de um processo.

Não há enfoques privilegiados "a priori". O debate entre pesquisadores que se originam de diferentes áreas de conhecimento tem derrubado qualquer certeza teórica e apontado para a necessária superação de diagnósticos conclusivos ou explicações dualistas, especialistas em mascarar contradições constitutivas desse processo. Se o objeto de estudo é historicizado, exige-se que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados, sem ser considerados um dado do presente, pois têm seus momentos instituintes em situações do passado. Temos procurado dismantlar visões cujas análises definem os assentamentos, ou os investigam, a partir de um futuro desejado, já pré-determinado, ou os diagnosticam pela provisoriamente de suas relações sociais.

Preocupa-nos compreender a constituição dos assentamentos, buscando analisar elementos da realidade objetiva e subjetiva dos agentes aí envolvidos, discutí-los como expressão de um espaço social.

Meu interesse específico passou a ser a compreensão dos desafios representados pela participação dos bóias-frias no processo de luta pela terra e na construção das relações constitutivas dos assentamentos. Desafios que me levaram a reencontrar com outros momentos de minha trajetória de pesquisa, nos quais contestava leituras usuais da modernização da agricultura e da história política das classes no campo. Aos desafios



políticos de se investigar projetos de reforma agrária, acrescentaram-se outros, de caráter analítico, que me deram munição para incorporar à noção de experiência vivida das condições reais da existência, como suporte da reprodução e da luta dos bóias-frias, a perspectiva de transformação possível dos proletários rurais. Desafios a exigir o reconhecimento de que a relação expropriação/proletarização tem que ser pensada em movimento, no qual não há como apagar a terra do horizonte dos bóias-frias, o que não se pauta por um dever ser homogeneizador da categoria ou por qualquer comprometimento com afirmações de tendências niveladoras. Desafios cuja discussão não se atém, evidentemente, ao circuito do saber sociológico. Desafios que não podem ser sequer enfrentados por leituras evolucionistas do processo histórico, por posições

que adotam noções dramáticas e inevitáveis na abordagem da modernização da agricultura. Refutamos a perspectiva teórica empenhada em catalogar os assentados em situações de classe definidas a priori; ou em avaliar os assentamentos por diagnósticos que descartam sua significação político-econômica sustentados na provisoriamente dos fenômenos que se põem no caminho inexorável da industrialização da agricultura. Procurando não cair em procedimentos ritualizados, nem em raciocínios que colocam os assentados em uma situação de meio termo entre uma ação manipuladora do Estado e a incansável luta dos trabalhadores rurais, seguem algumas reflexões sobre a complexa rede de relações constitutivas dos assentamentos.

## A roda viva dos assentamentos projetos de estado, espaços de luta

Nossa preocupação não é eleger a conjuntura como fator determinante da intelegibilidade do processo de demanda pela terra por parte dos bóias-frias. Há, no entanto, elementos a ser destacados no momento dado, em um determinado estado de relações de força no qual aparecem abrir-se portas legais de reconhecimento do direito sobre a terra (8).

Num momento marcado pela exigência de reabilitação institucional do Estado, a questão agrária impõe-se, por força de um processo de lutas e conquistas, como questão nacional. O desarquivamento da reforma agrária não é obra do acaso, mas explica-se pela decisiva marca de um contraditório movimento das forças e pactos sociais.

Nesse jogo de forças, as lutas e reivindicações da classe trabalhadora rural também sofreram redefinições. Conquistam a posição favorável de setores da Igreja e do movimento sindical rural. No que diz respeito ao Estado, há vaís e vens no caminho da conquista necessária a constituição da Nova República: “da nomeação de pessoas comprometidas com a bandeira da reforma agrária a sua posterior destituição sob pressão, dos termos iniciais do discurso governamental, que asseguravam às entidades representativas dos trabalhadores o direito de reivindicar e fiscalizar a execução das políticas de reforma agrária, ao comando assumido pelo Estado para justificar a garantia da paz no campo, há uma trajetória que, ainda que temporariamente curta, expressa o peso de profundas contradições” (9). As discontinuidades nas propostas do MIRAD e INCRA, aparelhos do Estado, cuja materialidade está circunscrita ao jogo contraditório das forças em conflito, expressam a transformação que se fez necessária de modo a viabilizar uma teia de negociações entre o poder político local e as outras

instâncias governamentais, tendo como parâmetro as pressões das forças anti-reformistas.

Neste jogo, os assentamentos transformam-se em uma alternativa viável, sendo sua política - cujo raio de ação não pode ser atribuído unicamente a uma questão de Estado - a expressão contraditória das necessidades dos trabalhadores rurais e das exigências de reprodução do capital.

Sendo tal política uma das condições ao desenvolvimento de um processo conflituoso, seus resultados estão em aberto e dependerão do jogo de interesses e das relações de poder das classes envolvidas (10).

No caso do Estado de São Paulo, há antecedentes a anunciar a perspectiva de desapropriação de terras públicas.

A política definida pelo governo Montoro, mais do que uma solução parcial ao problema da Reforma Agrária, teve inúmeras facetas, dentre as quais a de ter sido um paliativo aos conflitos pela posse da terra, a perspectiva de controlar o “destampar do caldeirão” que emitia sinais de que a amplitude das lutas no campo poderia ser perigosa.

A escolha da política de assentamentos como prioridade de sua proposta fundiária, principalmente a partir de 1985, não é fortuita. Deve ser compreendida em um quadro - dissonante do ponto de vista da eficácia delineada pelo projeto de modernização da agricultura e de lógica da caificação que vai penetrar no campo das

necessidades do Estado e dos trabalhadores rurais.

Cabe ressaltar que ao lado destas mudanças na política fundiária, o Estado no mesmo período (outubro de 1984), num momento de crescimento e em escala ampliada de manifestações grevistas dos bóias-frias, propõe políticas emergenciais para o desemprego sazonal dos bóias-frias, avaliadas criticamente pelo movimento sindical rural. Tinham estas políticas - coordenadas pelo CEPAM - a intenção de propor, em caráter emergencial, alternativas de trabalho na entressafra, voltadas à produção de alimentos. A nível do discurso, se permitiria o reaproveitamento produtivo da força de trabalho dos bóias-frias nos períodos de entressafra.

Tratando-se de um programa emergencial, não estava no seu propósito criar mecanismos de fixação dos bóias-frias à terra, já que os mesmos, iniciada a safra, deixariam a sua produção para retomarem a sua condição de mão-de-obra volante, sujeita a instabilidade e sazonalidade do emprego agrícola.

Constatada a falência desses projetos emergenciais, continuou a desafiar as atenções do Estado a situação problemática enfrentada pelos bóias-frias, assim como o crescimento do circuito de suas lutas e projetos de reivindicações.

Foi a evolução destas lutas e conflitos que reorientou a ação do Estado no sentido de manter a reprodução das relações sociais vigentes, recriando novas condições de reprodução da força

“Num momento marcado pela exigência de reabilitação institucional do Estado, a questão agrária impõe-se, por força de um processo de lutas”

de trabalho (11). Nesse contexto, a terra passa a compor o conjunto de necessidades da reprodução da força de trabalho.

“No que tange aos bóias-frias, embora a terra não se configurasse na pauta de reivindicações explicitamente, ela aparece embutida no conjunto da prática social dos trabalhadores rurais que reivindicam a terra como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência, uma vez que nem o Estado, nem o capital fornecem esta garantias.” (12).

A terra insere-se como necessidade em um momento histórico objetivo; a opção pela terra não foi dada no contexto de conflitos existentes entre os trabalhadores bóias-frias e patrões específicos, mas no conjunto de uma situação generalizada de lutas dos trabalhadores rurais. Opções e resoluções que não afastam contradições, tanto no tocante às ações do Estado dirigidas à política de assentamentos (13), quanto à relação terra x trabalhadores. A terra não pode representar a necessidade de reprodução de todos os trabalhadores, não é reivindicada pelo conjunto da categoria bóia-fria, nem soluciona, em si mesma, novas exigências que se impõem no espaço dos assentamentos.

Problemas a exigir reflexões sobre ações/representações dos bóias-frias face à terra e sobre a rede de relações sociais constitutivas das unidades de assentamento.

### **a terra no horizonte dos bóias frias: paradoxos do quadro de assentamentos**

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento da demanda pela terra vem sendo crescente na região de Ribeirão Preto, esta última, sendo denominada Califórnia Brasileira.

A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos da luta dos bóias-frias, categoria que tem no seu interior segmentos que não tiveram uma relação direta

de apropriação com a terra, cria impasses, exige remodelagens de interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural.

Na análise desse processo, da perspectiva da construção das lutas dos bóias-frias, há que se pensar na transformação possível dos proletários rurais e em sua constituição social em proprietários ou candidatos a uma área de terra na condição de assentados.

A demanda pela terra, por parte dos bóias-frias não se explica pelo impacto de fatores externos, tais como a conjuntura política de abertura da Nova República ou como decorrência necessária das mobilizações coletivas dos bóias-frias. Compreender o perfil atual da demanda pela terra, o significado e o sentido das ações dos sujeitos nela envolvidos e suas experiências de ocupação/invasão de terras, e sua decisão de submeter-se às regras de pontuação de seleção propostas pelo Estado são fatos a considerar.

Inserida em um processo complexo de legalidade/ilegalidade, a demanda pela terra tem, no presente, um perfil ímpar, aglutinando trabalhadores rurais e urbanos.

Suas ligações com problemas de desemprego, de habitação, de revigoramento de estratégias patronais, de fortalecimento das organizações empresariais, dão lha a configuração de uma alternativa buscada para o suprimento das necessidades de reprodução social.

Desafios a se impor igualmente ao pesquisador, a exigir o reconhecimento de que a relação expropriação/proletarização tem que ser pensada em movimento, a mostrar que a luta pela terra pode ter novos matizes. Não há como apagar a presença da terra no horizonte dos bóias-frias, o que não se pauta por um “dever ser” homogeneizador da categoria ou por qualquer comprometimento com afirmações de tendências niveladoras. Dos expropriados pela modernização, há sem dúvida, os que não querem voltar à terra, decisão indissociável de

suas condições de existência social. A análise da presença dos bóias-frias na luta pela terra não pode, em nossa avaliação, ser definida univocamente em termos de uma volta. São outros caminhos percorridos por sujeitos que vivenciaram diferentemente a expropriação e não tem uma única relação face ao movimento de desenraizamento/enraizamento. A demanda pela terra - cujo perfil urbano chega a ter ressonância - não pode ser analisada independentemente de experiências de luta, nem ser pensada como um corpo estranho ao aparente movimento onipotente da modernização agrícola, cuja força voraz pré-determinaria um destino que se estenderia homogeneamente a todos que se ligassem direta ou indiretamente ao seu circuito.

De formas várias, a conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho está presente na reivindicação dos assalariados rurais em converter-se em assentados. A perspectiva de conquistar uma outra posição a partir da luta pela terra, uma outra condição social, é apenas uma indagação, uma possibilidade de reunir fragmentos do passado, dados do presente e quimeras do futuro desses sujeitos.

Na transformação dos bóias-frias em trabalhadores assentados, são gestadas as novas necessidades. “Se, no momento anterior, a reprodução dizia respeito somente às condições relativas à força de trabalho à situação de assalariamento, com a mudança, as necessidades se relacionam às condições subjetivas e objetivas, dado que o trabalhador assentado precisa reproduzir-se enquanto trabalhador e possuidor provisório da terra com possibilidade de tornarse proprietário legítimo da terra e das demais condições de produção (14). As novas condições que dariam aos assentados elementos para encontrar na defesa da terra, a defesa da regularidade do seu trabalho e de sua moradia, a garantia de decidir sobre o seu destino, não podem ser pensadas em abstrato.

“o reconhecimento de que a relação expropriação/proletarização tem que ser pensada em movimento”

Dependem de outras condições, a serem discutidas na análise da experiência dos assentamentos. Assim, a passagem da condição de assalariado para a de assentado, sua inserção em novas relações sociais, em uma teia de situações até então desconhecidas e não vivenciadas, não podem ser enquadradas em modelos teóricos classificatórios.

“Assim como a ‘fabricação’ do operário é um processo extremamente longo, permeado de lutas, conflitos que se produzem e reproduzem no bojo de um sistema de produção, a ‘fabricação’ do assentado, produtor agrícola é um processo, um aprendizado que, pode se dizer, ainda está em curso, cujos desdobramentos, apresentam-se como um campo aberto de possibilidades.”(15).

A presença dos bóias-frias nos assentamentos da Califórnia Brasileira pode ser atestada em índices: representam cerca de 50,83% no núcleo da Bela Vista, 80,92% no núcleo I de Silvânia, 76,91% no núcleo II, 64,20% no núcleo III e 89,28% no núcleo IV. A variação da participação tem explicações: no núcleo da Bela Vista é significativa a participação de ex-meeiros, ex-arrendatários, ex-parceiros, com experiências mais ou menos recentes de tocar a terra em outros lugares. Migrantes a difundir experiências de luta. O percentual maior de bóias-frias detectado no núcleo IV é decorrência do grupo se originar dos centros irradiadores de greves e terem vindo em busca da terra, principalmente para fugir do circuito repressivo dos empresários rurais. O fato de serem bóias-frias, muitos de segunda geração, não significa

necessariamente uma relação de estranheza face à terra. A maioria dos assentados já tocou a terra, principalmente em condições de parceria.

Afirmam, em maioria, terem se interessado pelas terras do assentamento devido à vida cara na cidade, gosto pela terra, motivo que tem maior incidência no núcleo da Bela Vista no qual o peso de experiências anteriores vividas na terra é significativamente maior; fator abrangente no qual se imbricam a perspectiva de trabalhar com maior liberdade, o viver melhor, o poder ter controle sobre o uso do seu tempo e o produto de seu trabalho. Esses trabalhadores se apresentam sem uma história de agricultores vivida em comum. Vêm de um mercado de trabalho competitivo, enquanto individualidades separadas, e a construção de formas de cooperação não se apresenta como algo imediatamente dado. Há dificuldades nessa construção que passam pela singularidade desses trabalhadores e igualmente pelas dificuldades concretas encontradas (16).

### **na terra cedida, a presente omissão do estado**

A perspectiva anunciada no discurso governamental de criar oportunidades de trabalho e de progresso econômico-social aos trabalhadores rurais beneficiários dos assentamentos não encontra respaldo na realidade. Remontam-se justificativas de falta de competência dos trabalhadores para o trabalho agrícola, como se o saber tocar a roça lhes tivesse sido

extirpado, por conta do processo de proletarização. Na verdade, cria-se um cerco para provar sua incapacidade. O Estado, ao transformá-los em beneficiários da terra, sem investir nela o capital necessário, põe efetivamente em risco as perspectivas da produção e da produtividade. A ausência de uma linha de crédito voltada especialmente para o plantio nos núcleos de assentamento, o fato do assentado estar sujeito a mesma taxa de juros de qualquer outro produtor, a demora na liberação dos recursos do PROCERA Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - transformam-se de fato, em problemas sérios.

Cabe acrescentar que a priorização de investimentos por parte do Estado nas áreas de assentamentos é uma seqüência de equívocos (17). São construídos três armazéns (Núcleos I, II e III de Silvânia) com a finalidade de armazenar a produção, sem considerar a infra-estrutura existente em Araraquara nessa questão de armazenagem, que é o CEAGESP, utilizado por produtores de toda a região. Perfuram-se poços artesianos esperando que a rede de distribuição de água seja executada e paga pelos beneficiários, enquanto verbas obtidas por convênios entre Prefeitura e Governo Estadual continuam engavetadas, a expressar claramente a má vontade política dos órgãos públicos. Propicia-se a extensão da rede de energia elétrica até os Centros Comunitários das agrovilas, de novo esperando que os beneficiários custeiem a extensão desta até o lote de moradia. As agrovilas dos núcleos de assentamentos são um retrato privilegiado da ineficaz e equivocada política de investimento do Estado. Ao adotar-se “pacotes de investimentos”, ou tentar adequar as mesmas infra-estruturas em todos os assentamentos do Estado, desconsidera-se as peculiaridades de cada um e, mais ainda, deixam de ser ouvidas as reais necessidades sentidas pelos assentados, suas vontades e expectativas. Poços artesianos que não funcionam, ou por má instalação, ou por falta

de manutenção, ou ainda pelo fato de terem sido perfurados em local inadequado para a captação de água, pairam soberanos, da altura de seus postes, por sobre os poços perfurados em cada quintal das casas; os fios de energia que chegaram até os centros comunitários e que no máximo conseguiram atender às sete ou oito casas mais próximas, convivem harmoniosamente com lampiões a gás e lamparinas a querosene.

O posto de Atendimento à Saúde e o Escritório do DAF, que há dois anos foram construídos no núcleo I, continuam paralisados. Para o atendimento das necessidades de escolarização, praticamente nada foi feito. Concretamente, a interação dos diversos órgãos, Secretarias de Estado para implantação e desenvolvimento dos projetos, não saiu do papel. Mais uma promessa a demonstrar a política de fachada do Estado.

Sente-se a omissão do Estado na falta de uma assistência técnica, na inserção mais efetiva dos órgãos públicos, na ausência de qualquer infra-estrutura em termos de saúde e educação ou equipamentos coletivos necessários à reprodução de vida social. Essa omissão é politicamente séria, por permitir diagnósticos de fracasso dos assentamentos atribuído ao despreparo dos trabalhadores.

Na verdade, o Estado não se preparou para a instalação das novas unidades de produção. Foi feita a previsão teórica, mais como necessidade de ser dada uma resposta às pressões das diferentes forças sociais em jogo. Não foi posto em contrapartida, nada substancialmente significativo - a nível da política creditícia, da

assistência técnica, de oferecimento de uma infra-estrutura - para que os projetos de assentamento pudessem recompor de fato, as necessidades de reprodução da vida dos trabalhadores rurais. Ao contrário, as contradições existentes entre as necessidades de reprodução da força de trabalho e do capital são aprofundadas, ainda que mascaradas.

### **sonhos desfeitos e refeitos: a situação presente**

As trajetórias dos núcleos de assentamento apresentam contornos distintos. O anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesma, um espaço de iguais. No núcleo II de Silvânia, as discórdias por ocasião da partilha da renda obtida na primeira safra, chegaram a extremos, inclusive com ameaças de morte. Com a produção totalmente individualizada, sem condições sequer de gerir coletivamente as máquinas, ocorreu sua venda e repartição do dinheiro. Alguns compraram gado, os mais capitalizados tentaram diversificar, investindo no quintal. Constatou-se igualmente o crescimento do arrendamento das parcelas e do assalariamento dos assentados.

Entretanto, não é só de fracassos a trajetória dos assentamentos. Contrariamente ao núcleo II, o projeto Silvânia IV, formado em sua maioria por ex-bóias-frias, militantes das greves de Guariba, alguns com experiência anterior de arrendamento,

conseguiu retirar de todos os vários interesses existentes, uma forma de auto-organização, dando ao grupo a estabilidade necessária para uma experiência até agora bem sucedida. Para isso, contou significativamente o fato de terem recuperado dimensões de uma sociabilidade própria das comunidades rurais tradicionais - tais como relações de compadrio - que têm alimentado as possibilidades de convívio em um espaço de iguais. Marca a rede de estratégias utilizadas para não aceitar imposições, a resistência do núcleo IV à mudança para a área da agrovila, espaço geográfico mais facilmente controlável, elemento de fragmentação entre o espaço produtivo e reprodutivo. Impostas por um plano técnico proposto pelo Estado, as agrovilas apresentam aspectos da "desruralização" (18) reveladora de controles (19). O núcleo IV negando-se a esse enquadramento - na verdade, a uma transposição ineficaz para os assentados de um modelo urbano - recriou, do ponto de vista espacial, cultural, econômico e político, caminhos para empreender uma mudança significativa em seu modo de vida, pondo em prática processos cooperativos a partir de seu próprio projeto, não de outros.

Trajетórias distintas, formas diferenciadas de enfrentar os desafios, tensões e a necessidade de fazer-se. Tem, em comum, no entanto, o cotidiano de dificuldades alterados por enfrentamentos a confrontos vivenciados, em geral, por ameaças de despejo por iniciativas do Estado de ações de reintegração de posse, pelo viver sob incertezas.

As dificuldades de se manter,

*“As agrovilas dos núcleos de assentamentos são um retrato privilegiado da ineficaz e equivocada política de investimento do Estado”*

de aprender, novos códigos, de subordinar-se a uma lógica da contabilidade, não são, no entanto, apontadas como insuperáveis, nem levam os assentados a afirmar sua intenção de sair das terras. Em sua grande maioria, 83,3% a 100,0%, afirmaram pretender continuar no assentamento. Admitem também em maioria, que suas condições e de sua família mudaram depois que vieram para o assentamento, principalmente pela possibilidade de trabalharem e produzirem para eles mesmos, por não ter gastos na cidade, pela tranquilidade, por ter casa para morar. Fatores de construção da liberdade aliados à perspectiva de melhor arcarem com as necessidades de reprodução social. Dificuldades de caráter econômico-financeiro são apontadas como o maior problema dos assentamentos.

Não têm, na verdade, uma situação de liberdade. Sem ter o título de posse, apesar do tempo disposto pelo Estado já ter sido ultrapassado, sem condições de enfrentar a economia do mercado capitalista, os assentados não podem agir como se, de fato, pudessem dispor da terra. Nesse complexo caminho esboçado da trajetória dos assentamentos, de resultados não previsíveis, os assentados, ex-bóias-frias, lutam para se comportar como sujeitos de seu presente e de possível transformação de suas condições de vida. Lutam de forma desigual, em passos não ritmados. Lutam para se organizar nas associações. Lutam para construir códigos de democracia interna. Lutam, no caso das mulheres, contra o patriarcalismo presente nos critérios de seleção propostos pelo Estado que vedam à mulher a condição de ser ela própria cadastrada e assentada, a não ser em situações em que provem ser chefe de família. As mulheres lutaram igualmente - com sucesso - para participar da escolha das lideranças internas no assentamento da Fazenda Bela Vista na Usina Tamoio, conseguindo inverter os códigos machistas que presidiam os critérios de votação propostos. Igualmente desistem da

caminhada. Voltam com frequência à situação de assalariamento anteriormente vivida, às vezes, como forma de ampliar a renda e permanecer na terra.

O futuro é possibilidade e como tal só existirá enquanto desdobramento determinado do presente, o qual, por sua vez, incorpora o passado. Histórias vividas, de muitos tempos em processo de construção, no qual os bóias-frias, hoje assentados, demandantes de terra ou na situação de assalariamento, podem se reconhecer e se constituir como sujeito coletivo.

História que nos envolve, a levar o pesquisador a não ser mero expectador, mas igualmente lutar para levar a universidade a deixar a cômoda posição de anfitriã da produção do conhecimento para assumir seu papel em movimentos de defesa da cidadania.

### notas

- (1) GIANNOTTI, J. A. Política e Ciência Mendicantes. Folha de São Paulo. SP. 08/03192.p.1-3
- (2) FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. A política de assentamentos e o jogo das forças sociais no campo. Perspectivas. 11, EDUNESP, SP, 1988,pp.35/36
- (3) O grupo de pesquisa em questão é composto por cerca de trinta docentes e cinquenta bolsistas de sete campi da UNESP (Araraquara, Botucatu, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro)
- (4) A integração da equipe, portadora de formação acadêmica diversificada (agrônomos, cientistas sociais, economistas, geógrafos, historiadores, médicos e pedagogos) em torno de um tema, não tem se constituído a partir de uma homogeneização forçada, dirigida no sentido de se eliminar a diversidade de enfoques.
- (5) A respeito. FERRANTE, V. L. S. B. e BERGAMASCO, Sonia P. P. A realidade multidimensional dos assentamentos rurais. Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. Outubro 1992.
- (6) A respeito, ver Relatório final da pesquisa da FAO/PNUD/MARA. Principais Indicadores dos Assentamentos de Reforma Agrária, 1992.
- (7) BOURDIEU, P. O Poder Simbólico - Lisboa Difel - Difusão Editorial Ltda.
- (8) A respeito, ver ROY, Gerard. Do trabalho assalariado ao pequeno produtor livre:

qual construção para as experiências de reforma agrária? Reflexões de Pesquisa, Mimeo, 1991.

- (9) FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta e SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. Revista Perspectivas. 11, São Paulo. 1988, p.38.
- (10) FERRANTE, V.L.S.B. e SILVA, M. A. M. op. cit. p.35
- (11) FERRANTE, V.L.S.B. e SILVA, M. A. M. op. cit. p.42
- (12) Idem, ibidem, p.47.
- (13) A respeito da atuação do Estado, ver BARBOSA, Maria Valéria. A presença do Estado num trecho da história: luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Dissertação de Mestrado, CPDA,UFRRJ, 1990. LEITE, Sergio Pereira. A política de assentamentos no Estado de São Paulo:1983-1987. PIPSA,Campinas, 1987. LEITE, Sergio P. e Costa, Vera Mariza H. M. A problemática dos assentamentos de trabalhadores: contribuição à análise do perfil de intervenção do Estado na questão agrária. PIPSA, Rio de Janeiro, 1982.
- (14) FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo. op. cit. p.49.
- (15) SILVA, M.A.M. et alii. 1991. Mulheres assentadas: costurando certo por linhas tortas. Revista ABRA. (16) ROY, G. Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre: qual construção para as experiências de reforma agrária? Reflexões da Pesquisa. Mimeo. França. Orston, 1991
- (17) A respeito, Freitas, Cristina Paulinez de. A Política de Investimento do Estado: o quadro dos Paradoxos. Relatório de Bolsista de Aperfeiçoamento. CNPQ, agosto de 1990.
- (18) WHITAKER, Dulce C. A. Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico dos trabalhadores da cana - Tese de Doutorado apresentada à USP, 1984.
- (19) Poderemos pensar a agrovila a partir do enunciado de FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro. Graal, 1974, p.57: "Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo, uma noção jurídico-política, aquilo que é controlado por um certo tipo de poder."

**Vera Lucia Botta Ferrante** é professora do departamento de sociologia da Faculdade Ciências e Letras do Campus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista - Unesp

# Os Ensaaios de Vacinas Anti-HIV no Brasil

## elementos para uma posição das Organizações Não Governamentais (ONGS)

*Jorge Adrián Beloqui  
Grupo pela Vídda - SP*

---

### **breve história:**

Acolhemos com simpatia no ano passado a iniciativa da OMS de vir a público se encontrar com as autoridades brasileiras e as ONGs para discutir e apresentar sua proposta de implantar um protocolo de

vacinas anti-HIV no Brasil. Foi um bom começo, inusitado na história de experiências com medicamentos no país. O Brasil, junto com Rwanda, Uganda e Tailândia serão os países em desenvolvimento que sediarão os protocolos de vacinas anti-HIV. Eles foram escolhidos

por critérios epidemiológicos, geográficos e de infraestrutura disponível. A estes devemos acrescentar os países de origem destas vacinas, que são EUA, Canadá, França, Suécia, Suíça, Inglaterra e Alemanha, onde várias estão já sendo experimentadas.

A questão foi abordada por nós levando em conta sua complexidade e importância. Elaborou-se o questionário que acompanhou a Primeira Carta ao Ministério da Saúde, considerando que as respostas dariam uma base concreta para uma avaliação serena. A posição das ONGs era evitar tanto uma aceitação incondicional e irrefletida, guiada pelo desespero, quanto uma rejeição ignorante, ligada a pseudo-nacionalismos irresponsáveis. O questionário compõe-se de 21 perguntas, levantadas em torno dos aspectos técnicos, éticos e de disponibilidade que no nosso entender devem estar respondidas completa e satisfatoriamente antes de iniciar os testes em humanos, segundo consta na Segunda Carta levada ao Ministério da Saúde em dezembro de 1991. O triste episódio das declarações do Ministério da Saúde em dezembro de 1991, teve por consequência um atraso no desenvolvimento deste processo e motivou algumas ONGs a publicar um dossiê sobre vacinas para coletivizar a informação à qual tivemos acesso e para mostrar que as experiências estavam sendo realizadas também nos países desenvolvidos.

### **a posição do ministério da saúde:**

Felizmente a nova equipe ministerial convergiu conosco: o Ministério da Saúde retomou as conversas com a OMS e produziu sua posição, publicada no Boletim Epidemiológico nº 01, ano V (abril de 1992). Nela se expressa entre outros pontos que:

- 1) a estratégia para o desenvolvimento das vacinas terá três aspectos principais: desenvolvimento, avaliação e disponibilidade. (2) os estudos de Fase I, II e III (1) serão realizados também nos países de origem. Subentendemos que as coortes (2) formadas no Brasil terão proporções análogas àquelas dos países de origem das vacinas;
- 3) os ensaios de vacinas devem

se ajustar a três princípios éticos: benefício, justiça e autonomia.

Achamos esta Posição do Ministério um início satisfatório.

### **contexto mundial**

Para situar esta experiência no contexto mundial, exibiremos alguns dados que mostram a crescente pauperização da epidemia e o seu deslocamento geográfico para os países em vias de desenvolvimento. Segundo estimativas conservadoras, no ano 2000 um mínimo de 38 milhões de adultos estarão infectados; estimativas mais realistas apontam até 110 milhões. Neste cenário o número acumulado de casos de AIDS seria de 25 milhões. A maior proporção de infecções estaria na Ásia e Oceânia (42%), comparada com 31% da África Subsaariana e 14% da América Latina e Caribe. Em 1990-91, só 6% do investimento total em prevenção do HIV destinou-se para países em desenvolvimento. O investimento per capita em prevenção foi de 2,71\$ na América do Norte, 2,23\$ na Oceânia, 1,18\$ na Europa, 0,07\$ na África Subsaariana e 0,03\$ na América Latina. O custo global de assistência está também desproporcionadamente localizado nos países industrializados.

Por outro lado, depois de dez anos de trabalho sobre AIDS, podemos salientar, citando Jonathan Mann, três resultados:

- 1) aprendemos a atrasar a progressão da infecção pelo HIV. Programas junto a grupos sociais diferentes - usuários de drogas EV, profissionais do sexo, adolescentes, homossexuais masculinos mostraram a factibilidade da prevenção;
- 2) a interdependência global e social joga um papel essencial na compreensão e na luta contra a AIDS;
- 3) se não atacarmos simultaneamente os graves problemas subjacentes à progressão da pandemia e da qual ela se alimenta, problemas profundamente enraizados no

“status quo” mundial, nenhum controle desta pandemia terá sucesso. Ele tira suas forças de todas as fraquezas sociais, e da mais crucial e dominante de todas, a discriminação, não somente nas suas manifestações abstratas, mas também nas suas manifestações específicas e concretas. A discriminação sob todas as formas está no cerne da AIDS, do mesmo modo em que ela está no cerne da vulnerabilidade social aos principais fatores que enfraquecem a saúde no mundo inteiro.

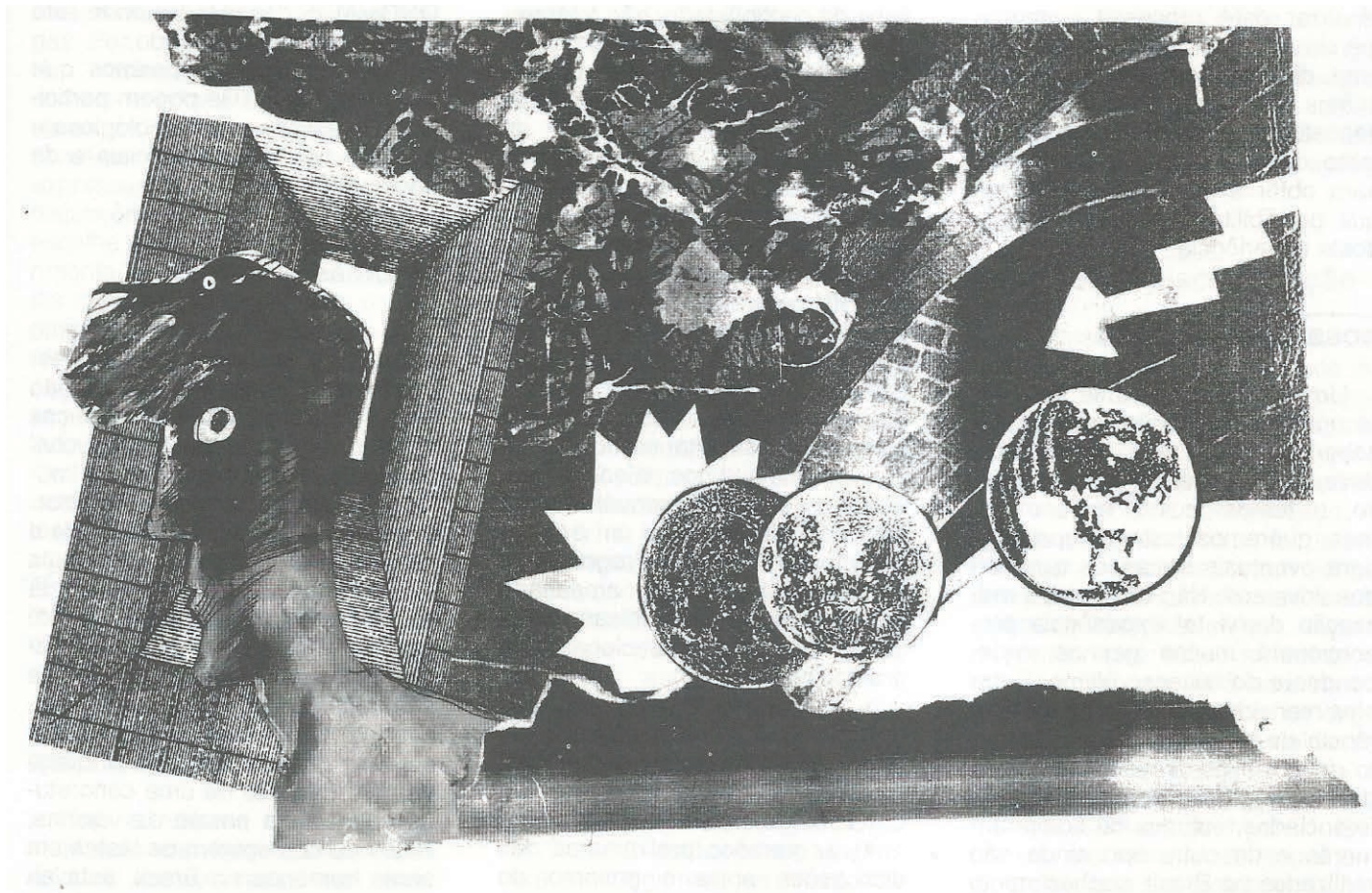
Também neste sentido a OMS, através da 41ª Assembléia Mundial de Saúde, afirmou que a discriminação às pessoas que realizarem práticas ditas de risco tem como resultado o descontrole da epidemia, pois provoca a retirada da colaboração desses setores.

### **discriminação: alguns exemplos**

Infelizmente, a mensagem citada acima não está sendo entendida. Aqui no Brasil várias empresas (por exemplo a Varig) ou as Forças Armadas realizam exames anti-HIV pró-admissionais (embora no Canadá as FFAA ajam de forma totalmente diferente); barram as pessoas com HIV nos convênios de medicina de grupo (e algumas têm a coragem de publicar matérias sobre a prevenção à AIDS). No exterior temos a proibição de entrada de estrangeiros com HIV nos EUA ou nos Emirados Árabes Unidos, ou para vistos de mais de três meses em Israel ou depois de um ano no exterior na China; exame para obtenção de cidadania na Austrália e Alemanha e para os bolsistas também na Alemanha; confinamento em Cuba ou no caso dos haitianos refugiados na base de Guantânamo. Há um caminho bem claro: discriminamos, afastamos e por último confinamos. Há uma lógica: impedir o acesso a muitos lugares leva inexoravelmente ao confinamento.

Mas este não é o ponto final: recentemente 27 prostitutas





birmanesas com HIV foram deportadas da Tailândia para Birmânia, com alguma desculpa. Chegando, elas foram assassinadas, mediante injeção de cianureto. E aqui se completa nosso quadro: o afastamento, a marginalização, precedem o confinamento e este desemboca no assassinato em massa. Elas morreram por ter o HIV mas não morreram de AIDS.

É necessário ir tão longe para encontrar estes exemplos? O recente massacre no Carandiru indica-nos que não.

Esta iniciativa vem reforçar oportunamente a necessidade de desenvolvimento de políticas globais de enfrentamento da epidemia, embasadas na solidariedade. Salientamos o quanto este processo atenua o estigma da incurabilidade

podendo auxiliar na luta contra a discriminação.

### **convivência de instituições**

Observamos que ao longo deste processo conviverão organizações de diversos tipos: Ministério da Saúde, OMS, instituições de saúde, laboratórios farmacêuticos e ONGs/AIDS. Encaramos esta convivência como potencialmente muito enriquecedora para todos, entendendo nossa participação como de parceria crítica e de mobilização social. Simultaneamente, algumas das ONGs podem, a partir de diálogos com instituições de saúde específicas, colaborar na instrumentalização e estabelecimento do programa.

Para isto é necessária uma grande credibilidade e viabilidade que resulta proporcional à transparência e compromisso com os interesses populares. Deveremos vencer o desafio de achar uma linguagem comum, sem por isso perder a exatidão.

O que esperar desta convivência? Nada muito diferente da prática social costumeira destes setores: a relação médico-paciente é cada vez mais autoritária nas instituições públicas. Com efeito, o médico possui alta instrução o que é um indicador de classe e o paciente em geral tem poucos recursos e instrução inferior. A relação é mais de classe do que profissional. Será diferente com os participantes deste estudo? Será diferente com as organizações de base comunitária? Caberá a nós vigiar e sinalizar este processo, mas

a inércia da prática cotidiana tem uma direção bem marcada. Não somos parceiros desejados mas impostos por uma realidade onde o resto dos setores precisa de nós para obter a credibilidade mínima que possibilite o desenvolvimento desta experiência.

---

## **nossa participação**

Um otimismo prudente permeara nossa participação: com efeito, sabemos que esta experiência deve desenvolver-se a longo prazo, e temos muitas esperanças, mas queremos estar preparados para eventuais fracassos e resultados adversos. Não obstante, a realização dum tal experiência proporcionará muitos ganhos, independente do sucesso último. Entre eles mencionamos alguma transferência de tecnologia, conhecimento de taxas de prevalência e incidência de grupos populacionais diferenciados, estudos de comportamento e de outro tipo ainda não realizados no Brasil, conhecimento das cepas prevalentes, etc. que permitirão ações mais afinadas em várias outras áreas, notadamente na de prevenção. Ao mesmo tempo, a participação do Brasil permitirá não somente que as cepas do vírus prevalentes no Brasil estejam contempladas desde o início nas vacinas a serem elaboradas, mas também um acesso prioritário a elas. É claro que todos os países participantes serão beneficiados, porque as diferentes cepas (3) tendem se distribuir homogêneamente pelo mundo inteiro.

Por estas razões, e na medida em que altos padrões éticos, científicos, econômicos e políticos acima mencionados forem se concretizando, estaremos participando da construção deste processo, e contribuindo para sua continuidade. Em particular, algumas ONGs de São Paulo estão enviando ao Ministro um abaixo assinado solicitando a continuidade do Programa de Vacinas Anti-HIV. Também na linha da continuidade,

não toleraremos atitudes como a de um médico do Hospital Gaffrée e Guinle, que publicou um artigo irresponsável no Jornal do Brasil de 30/09/1992. Com efeito, apelando para o desconhecimento do público, amparado no seu diploma e na alta responsabilidade do seu cargo, sabota o Programa de vacinas anti-HIV colocando enviesadamente questões cuja resposta ele bem conhece e que estão sendo tratadas adequadamente, como o estudo das cepas brasileiras do vírus e a realização simultânea dos testes de Fase 1, 11 e 111 nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não permitiremos que um esforço tão importante com o Programa de Vacinas anti-HIV seja ameaçado por informações inverídicas, divulgadas de forma sensacionalista e promocional.

Alguns documentos nacionais relacionados ao ensaio de vacinas, mencionam o papel esperado das ONGs nesta experiência: 1) as versões preliminares das discussões entre o governo do Brasil e a OMS concernentes à avaliação e pesquisa das vacinas anti-HIV no Brasil concebem as ONGs como fontes de informação positiva e precisa para encorajar a participação nos protocolos;

2) idêntico papel é atribuído no documento preliminar elaborado pelo Comitê Nacional de Vacinas.

3) a posição do Ministério omite qualquer referência às ONGs.

A realidade da nossa participação até o presente momento dá conta destes objetivos, mas também os supera. Estivemos presentes, a convite, nas reuniões de 10 de julho, 25 de agosto, 17/18 de setembro e nesta de 7 de outubro.

Recentemente solicitamos a formalização desta presença no Comitê Nacional de Vacinas, na qualidade de observadores. Ao mesmo tempo, a Comissão Nacional de AIDS e o Conselho Nacional de Saúde são órgãos que também têm representação comunitária e que deverão estar atualizados e ao par deste processo, junto com as ONGs/AIDS

das cidades onde este protocolo for desenvolvido.

Por outro lado, pensamos que algumas das ONGs podem participar nos estudos epidemiológicos e também nos estudos sociais e de comportamento.

---

## **algumas questões**

A produção de conhecimento em AIDS é enorme: contrasta neste campo a celeridade de criação de terapias contra as doenças oportunistas e o pouco desenvolvimento de terapias antivirais e imunomoduladoras. Apesar dos enormes investimentos, é insuficiente a certeza existente sobre a etiologia da AIDS, tanto que a definição da OMS continua provisória, e em abril de 1992 o CDC teve que suspender a anunciada ampliação de sua definição. Ainda não está descartada a possibilidade da AIDS ser uma doença auto-imune, questão que torna-se de uma concretude crítica num ensaio de vacinas. Antes de começarem os testes em seres humanos no Brasil, esta alternativa deverá estar explicitamente descartada, como também a importância dos anticorpos facilitantes.

Nesta trilha, não é de desprezar o efeito que as declarações de Jonas Salk e Albert Sabin possam ter junto à opinião pública. Outras questões técnicas, como a verificação da imunidade nas mucosas, e a determinação dos mercadores a serem acompanhados durante a experiência deverão ser também oportunamente esclarecidas.

---

## **ensaios preventivos e ensaios terapêuticos:**

Está reiteradamente afirmado nos documentos da OMS e do Comitê Nacional de Vacinas que a finalidade última destas experiências é de desenvolver uma vacina preventiva, mas que ao mesmo tempo podem ter lugar ensaios de uso terapêutica (aqui incluído o uso perinatal) dessas mesmas drogas. Por outro lado

lembramos que têm vacinas que se comportam como preventivas para o desenvolvimento de AIDS e não necessariamente da infecção pelo HIV. Já expressamos que não pode haver disjunções, no que diz respeito à escolha das vacinas a serem experimentadas no Brasil. Se uma delas apresentar possibilidade de uso preventivo e terapêutica, isto deve ser um ponto favorável para sua escolha, entre outros. Mais ainda, se uma delas apresentar um resultado terapêutica promissor, pensamos que ela deve estar fortemente caracterizada como candidata para teste no Brasil, independente da sua eficácia como imunizadora. Ainda sobre este ponto, é relevante ir considerando a possibilidade de acesso expandido.

### **a disponibilidade: uma questão crucial**

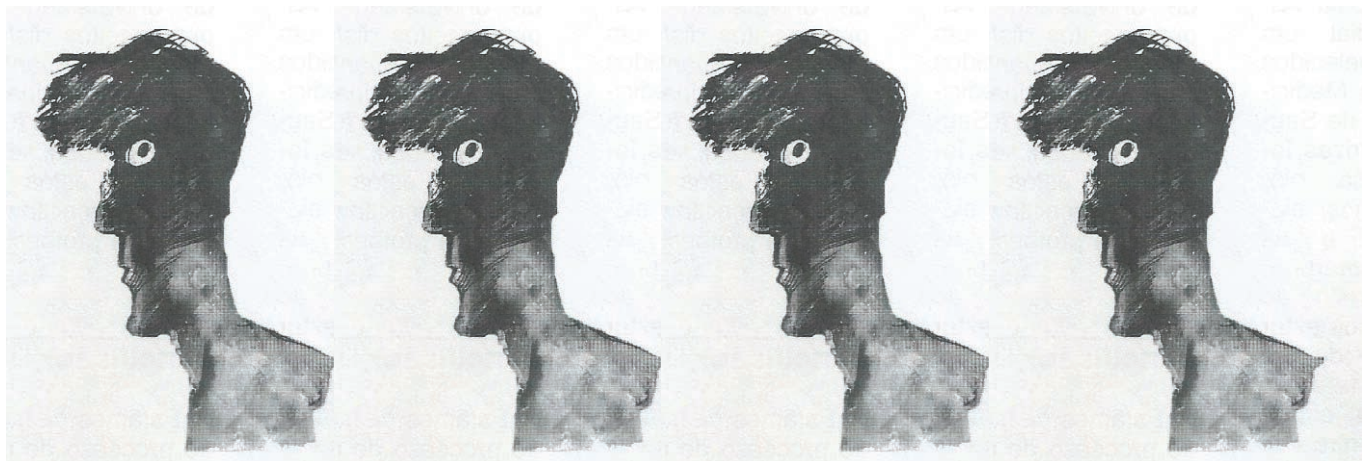
Hoje o sistema comercial das multinacionais farmacêuticas não coincide absolutamente com o objetivo de proteção global. A vacina contra a hepatite B é um exemplo excelente. Ela é muito cara para os países onde esta doença é mais grave e mais freqüente.

As passeatas que aconteceram durante a VIII Conferência Internacional de AIDS (Amsterdã - Julho 1991) contra alguns laboratórios produtores de drogas contra doenças relacionadas a AIDS são clara evidência da atualidade e extensão deste problema. Uma medicina e farmácia que têm por finalidade a maximização dos lucros e secundariamente a saúde humana, são incapazes de dar as respostas que a humanidade necessita e deseja. Como será resolvida esta questão no caso específico das vacinas anti-HIV? Estaremos fadados ao mesmo destino da vacina anti-hepatite B? A este respeito lemos recentemente numa revista canadense uma convocação ao boicote das experiências de vacinas anti-HIV por parte de um ativista desse país. Este apelo tem por base a falta de acesso econômico dos países subdesenvolvidos às drogas a serem desenvolvidas. A gravidade de uma tal denúncia aumenta se levarmos em conta que no Canadá estão sendo experimentadas algumas das 17 vacinas que constam no working paper do Comitê Nacional de Vacinas. Da nossa parte aguardamos ansiosamente uma resposta dos

nossos parceiros: Ministério da Saúde, instituições de saúde, laboratórios farmacêuticos e OMS. Não conseguimos conceber a eficácia da vacina desligada da possibilidade de acesso pelos setores mais ameaçados pela epidemia.

#### **Mais sobre discriminação**

O papel dos cientistas na luta anti-discriminação não têm sido diferente daquele do resto da população. Mais ainda, no Brasil alguns têm se servido dos seus diplomas para difundir o pânico, a discriminação e minar a solidariedade. A ciência como um todo só foi perceber que as mulheres eram atingidas pela AIDS quando elas foram atacadas nos países ricos. Nesse momento e só nesse momento a questão mulher e AIDS adquiriu dimensões universais. Mas foi cega para as características da epidemia na África onde desde o início a proporção entre homens e mulheres com AIDS era de 1 para 1. Isto era um problema local. Houve um tempo em que era problema de homossexuais masculinos, hemofílicos, haitianos e heroinômanos (as conhecidas quatro H). A história da AIDS contém um registro riquíssimo do



quanto as ideologias perpassam a produção da ciência.

Nesta linha de pensamento, a formação de coortes de pessoas com práticas específicas não deve dar pavor à discriminação aos grupos que partilham dessa prática, tanto sob a ótica dos direitos humanos e civis, como por razões de saúde pública e do sucesso do processo que estamos iniciando. Antes, este fato deve ser usado como uma demonstração da importância da colaboração e integração destes grupos na estratégia social global contra a AIDS, necessariamente embasada na solidariedade. Ao mesmo tempo, será indispensável achar formas de proteger os participantes do protocolo que se tornarem falsos positivos sem por isso estimular a discriminação aos portadores.

Por tudo o apontado anteriormente, não é possível deixar na mão exclusiva dos cientistas o monopólio do controle da ética deste processo.

---

## ética

Na Posição do Ministério da Saúde sobre as vacinas anti-HIV, afirma-se que os princípios éticos para avaliação das vacinas seguirão as recomendações da Declaração de Helsinki (revista pela Assembléia Médica Mundial em 1983), os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina e o Conselho Nacional de Saúde, e a Proposta de Diretrizes Internacionais para pesquisas biomédicas em seres humanos, elaborada em 1982 pela OMS e pela CIOMS. Da nossa parte, agregaremos a Declaração dos Direitos do portador de HIV. Informamos estar considerando a formação de um Conselho Consultivo que fará um acompanhamento paralelo, e que iniciamos contatos com centros de estudos de ética médica do exterior para nos auxiliar a este respeito. Um item que é motivo das nossas preocupações é o das experiências com placebo em pessoas com HIV.

---

## instituições públicas

Recentemente a IX Conferência Nacional de Saúde se posicionou contra a privatização da saúde. Na reunião de 17/18 de setembro passado, observamos que das 21 instituições brasileiras de saúde presentes, 20 eram públicas. Queremos ressaltar este fato, instando o governo e a sociedade como um todo a valorizar este patrimônio, sem cuja existência pouco poderíamos fazer.

---

## universidades

Algumas universidades participarão destes protocolos. Qual é o compromisso destas com a comunidade? Alguns cientistas olharão esta experiência somente como mais um projeto que pode dar verbas e prestígio, e como tal será motivo de enfrentamentos, onde não existirão escrúpulos. Basta lembrar a disputa ainda inacabada entre o Dr. Gallo e o Dr. Montagnier sobre a autoria da descoberta do vírus HIV. Podemos esperar menos para a descoberta de uma vacina? Em outra linha de pensamento, não esqueçamos que alguns professores de universidades têm divulgado preconceitos disfarçados de informação. O quanto isto contribuiu para a discriminação? Assim, será importante que forças internas das universidades se comprometam a enfrentar estas dificuldades, sob pena de ficar inviabilizada a instalação de protocolos nestas instituições.

---

## conclusão

Estamos cientes da importância do processo do qual participamos, que concebemos inserido num plano global, interdependente e fortemente baseado na solidariedade e nos direitos do homem. Não existirá controle sobre a AIDS limitado a uma parte do mundo. Este controle é uma preocupação comum a todos os povos. O tratamento dos problemas da saúde se beneficia com uma

concepção global, que valoriza a diversidade, encoraja as ações locais e funda as bases concretas de uma solidariedade global.

A AIDS conduz inevitavelmente à conclusão de que nossas visões e nossas práticas habituais em matéria de saúde são muito limitadas para ter sucesso. Instaremos a partir do nosso conhecimento da saúde e sociedade, uma visão que possa fazer avançar nossas aspirações de paz, solidariedade e saúde mundiais, uma visão que possa concretizar a definição de saúde da OMS: "um estado de completo bem-estar físico, social e mental e não meramente a ausência de doença ou enfermidade".

---

## notas

- (1) Fase I: experiência em seres humanos (menos de 100) na qual se observa a segurança da vacina, isto é, se ela produz efeitos colaterais adversos. Fase II: experiência em seres humanos (menos de 200) na qual se observa a capacidade da vacina produzir uma resposta imunitária. Fase III: experiência de eficácia. Envolve milhares de pessoas, e nela se observa a capacidade de resposta frente ao vírus.
- (2) Coorte: grupo de pessoas que são acompanhados durante um estudo clínico, o que participa das mesmas características.
- (3) Cepa: subvariedade do vírus. Este documento foi aprovado Reunião do Comitê Seletivo das Instituições que sediarão os protocolos de vacinas anti-HIV no Brasil. Elo representa uma posição de várias ONGs/AIDS brasileiras. Brasília, 7 de outubro de 1992.

---

**Jorge Adrián Beloqui** é professor do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo

# A Questão Político-Sindical na Universidade Brasileira

de Pedro Rabelo Coelho (U --SM) Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação URGs, 1992, 386 p. (Tese de Doutorado) (Orientadora: Arabela Campos Oliven)

Pedro Rabelo Coelho, Vice-Presidente Regional da ANDES-SN (Região Sul), brinda o Movimento Docente nacional (ANDES e conjunto das AD's) com uma consistente e instigante análise da questão político-sindical que perpassa a história da Universidade Brasileira nos últimos 15 anos.

Dedicada à memória de um dos fundadores da ANDES (seu primeiro vice-presidente da Região Sul), Professor Sérgio Pires - "uma lição de vida sindical-docente" - e a "todos que, na Universidade, não separam o 'acadêmico' do 'sindical'", esta volumosa tese está construída sobre pilares sólidos, materiais abundantes e técnica apurada. Talvez, em termos histórico-analíticos, se constitua no primeiro estudo de grande porte sobre a trajetória do movimento docente (MD), enquanto movimento político-sindical, no interior de uma IES (UFSM) e em âmbito nacional (ANDES-SN). Preenche uma importante lacuna na análise do nascimento, vicissitudes e consolidação do MD, como tentativa, ao lado da CUT, de busca de um novo padrão de sindicato, liberto das peias e mazelas que marcam o sindicalismo brasileiro desde 1930.

Para resumir o conteúdo da tese, utilizemos as palavras do próprio autor: "A tese procura explicar o fenômeno do sindicalismo dos docentes na universidade brasileira, desde seu aparecimento na década de 1970 até o presente. A idéia central é que o movimento

sindical, historicamente explicado como reação coletiva dos trabalhadores contra as classes dominantes, ao se estabelecer dentro da universidade, reproduz aí o conflito social e contribui para romper a unidade que caracterizava a Instituição de Ensino Superior como uma entidade "superior", aparentemente colocada acima da divisão de classes e das lutas sindicais, na verdade comprometida com a formação da elite intelectual burguesa. A universidade passa a viver dentro dela um tipo de conflito que antes era próprio das fábricas, das empresas, entre trabalhadores assalariados e patrões".

A especificidade dos conflitos e crises que o surgimento do sindicalismo na Universidade provoca assim como suas relações, por um lado, com o movimento sindical no seio das relações de produção que caracterizam o Brasil dos últimos 20 a 30 anos, e, por outro, com o Estado (MEC, PFL, etc), constituem a maior riqueza do presente estudo.

O autor, militante do MD, não faz concessões a qualquer suposta neutralidade científica, impossível tanto para quem é como para quem não é ator da realidade em estudo. Constrói com bastante precisão tanto o objeto do conhecimento quanto suas hipóteses de trabalho. Adota procedimentos de discussão de hipóteses que se mostram em geral pertinentes e adequados ao objeto de estudo. Partindo de um estudo de caso - o MD na Universidade

Federal de Santa Maria - consegue estruturar e efetivar um consistente debate da história da ANDES e de suas repercussões no interior da Universidade e do (novo) movimento sindical no Brasil.

A exposição dos fatos descritos, de suas análises e tentativas de interpretação, apresenta-se clara e muito bem articulada, conduzindo o leitor a sucessivos graus de compreensão da realidade. Permite acompanhar a permanente reelaboração do problema e das hipóteses explicativas e, em geral, aceitar a procedência da maioria das conclusões do autor.

A simples leitura do principais títulos do sumário revela a riqueza temática desta tese e seu interesse para todos os que buscam resposta para um conjunto significativo de questões: 1. **A QUESTÃO POLÍTICO-SINDICAL NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA:** 1.1. **O movimento docente em Santa Maria** (a "nova universidade" dos anos 60; a fundação da APUSM e seu alinhamento à política educacional do período pós-64; a APUSM assume caráter sindical); 1.2. **A consolidação do MD pela luta político-sindical - 1980-1984** (1980: A greve que marcou o MD como movimento sindical; a criação da ANDES; 1982: agravamento do conflito MD-Governo; 1984: radicalização e confronto); 1.3. **1985-1988: crise e ruptura do MD na UFSM e transformação da ANDES em Sindicato Nacional** (democratização da UFSM e conflito interno do MD;

1987: A unidade do MD nacional - isonomia Autarquias-Fundações; a ruptura do MD na UFSM); 1.4. **A questão político-sindical na Universidade Brasileira atual - 1989-1991** (a filiação da ANDES à CUT e desfecho do conflito político-sindical na UFSM; 1990: o maior desafio do sindicato - a não-greve como problema; o X Congresso da ANDES-SN: um momento de síntese e recomeço; a greve de 1991 nas IFES - o cerco à ANDES-SN); 2. **A QUESTÃO POLÍTICO-SINDICAL NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DISCUSSÃO TEÓRICA**: 2.1. **Implicações da “Nova Ordem Econômica Internacional” para o sindicalismo e transformações na conjuntura do “Capitalismo Dependente” brasileiro** (Final do século XX: triunfo do capitalismo oligopolista; adaptação do capitalismo dependente do Brasil à nova ordem econômica internacional; a “transição democrática” conservadora e seu desafio para o movimento sindical; governo Collor de Mello - “transição prolongada”); 2.2. **Sindicalismo no Brasil: a herança corporativista face aos desafios da nova fase do capitalismo** (o renascimento do corporativismo no capitalismo recente e a crise do sindicalismo “corporativo” brasileiro; o caráter corporativista do MD e sua relação com a estrutura sindical brasileira); 2.3. **Sindicalismo docente na Universidade Brasileira atual.**

Além desses, cabe ainda destacar alguns outros temas de grande importância presentes na tese: a) a questão do **estatal, do público** e do privado; b) a especificidade do trabalho docente no ensino superior no interior da categoria “trabalho capitalista”; c) a especificidade da categoria docente do ensino superior no interior da “classe trabalhadora”; d) o movimento político-sindical nas IFES, nas Universidades Privadas e nas IES isoladas; etc., etc. Mas, sem dúvida, o tema dos limites do “corporativismo” sindical, da identidade do “novo” sindicalismo e da “nova” universidade se destaca fornecendo ao leitor novas armas teóricas para uma leitura mais adequada dessa realidade.

Esta tese se destaca igualmente por se apresentar como um

estudo muito bem documentado, tanto em relação à trajetória do MD na Universidade Federal de Santa Maria, quanto em relação à história da ANDES: nenhuma greve (quase uma dezena), nenhum Congresso, nenhum CONAD (Conselho Nacional das ADs), nenhum documento importante deixou de ser referido e tratado como material “vivo” a interrogar-se. Pode-se, eventualmente, discordar do referencial teórico adotado, das perguntas formuladas e especialmente de algumas respostas encontradas para certas perguntas. Entretanto, o autor demonstra a coragem de expô-las sem subterfúgios. Este mérito não é dos menores, pois facilita o debate, um dos objetivos centrais de teses desta natureza.

Especialmente a forma como o autor relaciona a questão político-sindical no interior da Universidade com o sindicalismo brasileiro em geral e com a “nova ordem econômica internacional” deverá suscitar, sem dúvida, muitos questionamentos. Em terreno polêmico, onde rareiam as concordâncias e as explicações estão sujeitas a vieses ideológicos, ultrapassar o enunciado de hipóteses será sempre, sob certos aspectos, bastante temerário. O mérito do autor, no caso, foi o de não escamotear convicções. Cabe aos leitores contraporem ao autor outras certezas, se é que existem, ou a sugestão de maiores cuidados epistemológicos para se evitar as armadilhas do economicismo.

O mesmo se diga de algumas de suas conclusões, das quais se poderá eventualmente discordar, mas que, se tomado o partido do autor, será difícil negar-lhe o atestado da coerência, como quando afirma: “Toda análise feita parece conduzir à conclusão de que o conflito que se foi aguçando ao longo da década de 80, e que persiste, é essencialmente político. O movimento sindical docente encontrou resistência não tanto por reivindicar benefícios corporativos (melhores salários, carreira docente, etc.), mas principalmente por contrapor-se à privatização da universidade e ao alinhamento das IES com a ‘modernização conservadora da sociedade brasileira’”.

Finalmente, cabe ressaltar, que apesar da militância do autor, mas talvez porque creia de fato na possível e benéfica associação entre o **político e o acadêmico**, as análises e avaliações do caminho percorrido pelo MD e pela ANDES não são enunciadas em tom apologético. A verdadeira crítica supõe a consideração indiscriminada e objetiva de avanços e recuos, de acertos e erros. Isto fica evidente quando o autor conclui que, “No trabalho, freqüentemente destaquei o discurso político das lideranças da ANDES e ADs, com sua proposta de universidade ‘pública e democrática’ ‘ em contraste com a participação (mobilização) das bases do MD, motivada fundamentalmente por interesses corporativos. O resultado é que a ANDESSN não conseguiu fazer o MD avançar na direção de seu próprio projeto político. (...) Apesar dos aspectos novos do sindicalismo da ANDES-SN e da CUT, o movimento sindical continua marcado por seu corporativismo de origem, o qual é de certa forma reforçado pela influência do ‘neoliberalismo’ e ‘neo-corporativismo’ da nova fase do capitalismo monopolista”.

Será difícil aos leitores, militantes do MD e dos sindicatos que buscam o “novo” sindicalismo, não se verem, de alguma maneira, retratados, com suas ações “analisadas” e “interpretadas”, nessas 400 páginas que merecem ser urgentemente transformadas em livro ao alcance de todos. Esperamos que a direção da ANDES tenha condições de, em parceria com editoras universitárias ou não, presentear a todos os docentes universitários, sindicalistas e estudiosos do sindicalismo, com a publicação desta tese. Ela motivará muitos debates e, com certeza, estimulará novos e importantes projetos no campo da recuperação da rica história de pequenas e grandes ADs que formaram e forjam nossa entidade sindical nacional.

**Waldemar Sguissardi** é professor do Depto. de Educação da UNIMEP

*Antonio Joaquim Severino*

# Comênio ou da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos Totalmente.

de João Luiz Gasparin (USP) São Paulo, PUC/SP, 1992. Tese de Doutorado. 296p.

Não podia ter sido mais oportuna a apresentação desta tese neste ano de 1992, quando se comemoram os 400 anos do nascimento de João Amós Comênio. Pouco significativa foi a participação brasileira nas comemorações que se multiplicaram pelos grandes centros de ensino e de pesquisa educacionais pelo mundo afora, resgatando-se, mediante novas perspectivas mais profundas e mais críticas, a valiosa e pioneira contribuição do pensamento desse grande educador do século XVII.

A leitura da tese de Gasparin,

professor da Universidade de Maringá e ora revelando-se igualmente rigoroso pesquisador da área educacional, vem colocar ao nosso alcance um verdadeiro tesouro, constituído não apenas pelos elementos pedagógicos específicos da proposta comeniana, não muito profundamente conhecida entre nós, mas também pelo registro e expressão de ricos momentos da cultura boêmia configuradores dos traços políticos e sociais mais significativos da cultura renascentista e moderna.

O autor nos transporta numa

cativante história, envolvendo-nos nos acontecimentos da época, através de um texto de sensível qualidade literária e precisão documental. Texto muito bem estruturado do ponto de vista lógico-redacional, desenvolve-se num crescendo, revelando-nos, durante todo o seu movimento, a conquista da hipótese fundamental que a tese se propõe defender, qual seja, o significado da obra comeniana enquanto uma proposta político-educacional que realiza uma transição entre o antigo e o novo, entre o medieval e o moderno. Sem

dúvida, Comênio ainda está ligado ao transcendentalismo teológico mas já está também totalmente embebido, com profunda sensibilidade, pelas conquistas do imanentismo científico que começa a se expressar no Renascimento, no contexto da transição da estrutura feudal para o nascente capitalismo. Dosando com competência e habilidade, empatia e distanciamento, evitando tanto o deslumbramento como a destrutividade, Gasparin consegue reconstituir com objetividade a proposta educacional de Comênio. Estamos diante de um estudo detido, minucioso, enriquecido por ricas análises semânticas e esclarecimentos etimológicos, apoiado em bibliografia especializada de alta qualidade.

Após colocar alguns elementos para a compreensão do pensamento pedagógico comeniano (cap.1), Gasparin analisa em profundidade a *Didactica Magna*, explicitando o movimento de passagem da universalidade relativa da didática, que essa obra contém, à universalidade absoluta da educação, a que chega Comênio na *Pampedia*, obra na qual vai defender a universalidade máxima da educação, ou seja, ensinando-se tudo, a todos, totalmente (cap.2). A partir daí, o autor vai desvelar então os fundamentos universais do método comeniano (cap.3). Gasparin, coerente com o que se propõe, não pretende recuperar as idéias de Comênio para aplicá-las mecanicamente à nossa realidade educacional, numa falsa expectativa de se querer usá-las para o enfrentamento das questões didático-pedagógicas que ainda hoje continuam nos desafiando: seu investimento se realizou no sentido de mediar a compreensão do pensamento de Comênio “e do processo de sua constituição, dentro de seu tempo, buscando explicitar sua forma própria de captar o fenômeno educativo, procurando desvendar as razões que o conduziram a propor uma original arte de ensinar” (p.10). E desempenha com competência e brilhantismo sua empreitada, realizando adequadamente a meu ver

, aquilo que nos cabe fazer quando nos dirigimos aos pensadores clássicos, interpelando sua obra: só nos cabe mesmo estabelecer um diálogo. Por sinal, a riqueza da contribuição de uma retomada da história do pensamento está justamente na fecundidade de um diálogo estabelecido no nível de uma problemática própria de um outro tempo, desvelando a sensibilidade que um pensador já teve, em outras circunstâncias históricas, aos problemas que o desafiaram e aguçando a de outros pensadores que se encontram confrontados, em seu novo tempo, com problemas muito parecidos mas inseridos em contextos totalmente diferentes e específicos. É assim que a contribuição de Comênio ganha, a partir de sua particularidade histórica, toda uma dimensão de universalidade. Transforma-se assim num vigoroso filósofo da educação, realizando um autêntico “trabalho do conceito”, lutando pelo universal. Daí a procedência e relevância da iniciativa de Comênio ao rechaçar o imediatismo pragmatista e didaticista de Hubner, o que sustenta a atualidade e abrangência de sua proposta: é verdade que hoje o universal é antropológico e não teológico, mas continua sendo plenamente humano e plenamente universal. Se no âmbito dos fins educacionais, Comênio ainda continua um homem de seu tempo, no âmbito dos meios pedagógicos, clama por mudanças radicais, convicto de que por aí está viabilizando a luta por um homem novo, liberto de tantas amarras em que o mundo feudal e a Igreja ainda insistiam em mantê-lo preso. Por isso, a obra de Comênio, como bem o mostra a tese de Gasparin, tem também um alcance político na exata medida em que já antecipa os pensadores modernos ao considerar que os recursos “científicos” de que a educação deve lançar mãos, constitui mediação fundamental para a libertação do homem e para a consolidação de seus direitos sociais.

Não sem razão este tão cuidadoso discurso de Gasparin interpela o educador contemporâneo, numa verdadeira lição de método, alertando-nos a todos de que a didática não

pode se reduzir a um mero conjunto de habilidades técnicas de ensino: sua eficácia de nada valerá se ela não se enraizar numa profunda sensibilidade ao humano, não mais visto de maneira abstrata e idealizada mas sim enquanto um ser de relações que vai se realizando historicamente. E para o educador brasileiro, o pensamento de Comênio contribui de maneira exemplar, chamando vivamente nossa atenção para a necessidade de estarmos sempre questionando e superando o velho que, resistente, se insinua em todos os meandros e em todos os momentos de nossa experiência histórico-educacional. Sem dúvida alguma, o ensinar tudo a todos totalmente não deixa de ser um sinalizador desafiante para o educador político brasileiro: não pela sua insinuação utópica, mas pelo seu apelo aos direitos dos homens de encontrarem na educação uma mediação eficaz de sua libertação, da construção de sua cidadania.

As antinomias que perpassam a obra teórico-educacional de Comênio não lhe retiram o valor universal quando abordada e explicitada como o fez Gasparin. Ao contrário, o estudo que fez desse clássico da educação, analisando suas obras fundamentais numa perspectiva que historiciza seu pensamento representou a satisfação de uma necessidade e a resposta a um desafio a todos quantos se ocupam com os fundamentos da educação, com a didática e com a prática docente. E neste sentido, regressar a Comênio contribui para que se possa avançar.

Só nos resta esperar agora que este importante trabalho seja logo publicado para que possa chegar às mãos do maior número de pessoas envolvidas com a tarefa educativa, para as quais se torna leitura obrigatória. Será, sem nenhuma dúvida, fecundo instrumento de trabalho e de reflexão crítica sobre a arte de educar.

---

**Antonio Joaquim Severino** é professor de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.



## EXPEDIENTE

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE** é publicação semestral da ANDES-SN SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.

**Diretoria da ANDES-SN**, gestão 1992/1994: Presidente - Márcio Antônio de Oliveira; 1º Vice Presidente - Paulo Marcos Borges Rizzo; 2º Vice Presidente - Américo Adlair Franco Sansigolo Kerr; 3º Vice-Presidente - Edmundo Fernandes Dias; Secretário Geral - Silvio Frank Alem; 1º Secretário - Walter de Almeida Freitas; 2ª Secretária - Angéla Maria Ferreira Tygel; 3ª Secretária - Maria de Fátima Costa Felix; 1º Tesoureiro - Roberto Lopes de Abreu; 2º Tesoureiro - Agamenon tavares de Almeida; 3ª Tesoureira - Joana Neves;

Diretorias Regionais: REGIONAL LESTE: 1º vice-pres.reg.: Domingos Antônio Giroletti; 2º vice-pres.reg.: Mário José Vieira Feres; 1º secret.reg.: Lúcia de Macedo Soares Poli; 2º secret.reg.: Edson Pereira Cardoso 1º tesour.reg.: José Antônio Armanelli; 2º tesour.reg.: Antônio Libério de Borba; REGIONAL NORDESTE I: 1º vice-pres.reg.: Dalton Melo Macambira; 2º vice-pres.reg.: Maria Dulce Souza Costello; 1º secret.reg.: Maria Hercília Mota Coelho; 2º secret.reg.: Cândido Augusto Medeiros Júnior; 1º tesour.reg.: Francisco Laerte Juvêncio Magalhães; 2º tesour.reg.: Sandra Regina Rodrigues dos Santos; REGIONAL NORDESTE II: 1º vice-pres.reg.: Josevaldo Pessoa da Cunha; 2º vice-pres.reg.: Semada Ribeiro Alves de Azevedo; 1º secret.reg.: Alexandre Antônio Gili Nader; 2º secret.reg.: Romero Antônio Moura Leite; 1º tesour.reg.: Lindemberg Medeiros de Araújo; 2º tesour.reg.: Maria do Carmo Correia Lima; REGIONAL NORDESTE III: 1º vice-pres.reg.: Sofia Diszewski Filho; 2º vice-pres.reg.: Antônio Ponciano Bezerra; 1º secret.reg.: Eveline Correia Gonçalves; 2º secret.reg.: Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista; 1º tesour.reg.: Sérgio Armando Diniz Guerra; 2º tesour.reg.: Ricardo Coelho de Barros; REGIONAL NORTE: 1º vice-pres.reg.: Clodomir Monteiro da Silva; 2º vice-pres.reg.: Adilson Siqueira de Andrade; REGIONAL PLANALTO: 1º vice-pres.reg.: Pedro Murrieta Santos Neto; 2º vice-pres.reg.: Vicente de Paula Faleiros; REGIONAL PANTANAL: 1º vice-pres.reg.: Eduardo Bertholini de Castro; 2º vice-pres.reg.: Noldson Ramos da Costa; RIO GRANDE DO SUL: 1º vice-pres.reg.: Mário Adélio Pinhal de Carlos; 2º vice-pres.reg.: Pedro Rabelo Coelho; 1º secret.reg.: Leda Carmen Wuiff Gobetti; 2º secret.reg.: Marlene Ribeiro; 1º tesour.reg.: Dorilda Grolli; 2º tesour.reg.: Maria Fani Sicheibel; REGIONAL RIO DE JANEIRO: 1º vice-pres.reg.: Joanir Pereira Passos; 2º vice-pres.reg.: Luiz Carlos Soares; 1º secret.reg.: Júlio César Vaz da Silva; 2º secret.reg.: Frederico José Falcão; 1º tesour.reg.: Celso de Almeida e Silva; 2º tesour.reg.: José Carlos Xavier da Silva; REGIONAL SÃO PAULO: 1º vice-pres.reg.: Lúcia Helena Lodi; 2º vice-pres.reg.: Flávio Wolf de Aguiar; 1º secret.reg.: Sérgio Mancini Nicolau; 2º secret.reg.: Carlos

Alberto Olivieri; 1º tesour.reg.: Luiz Carlos de Almeida; 2º tesour.reg.: Gislaíne Cecília de Oliveira Cervený; REGIONAL SUL: 1ª vice-pres.reg.: Anamaria beck; 2º vice-pres.reg.: Hideo Araki; 1º secret.reg.: Ribertina Dutra Silva; 2º secret.reg.: Maria Josefina Polli Kawamura; 1º tesour.reg.: Ewerton Vieira Martins; 2º tesour.reg.: João Batista Martins.

**Sede:** Caixa Postal 04470 - BRASÍLIA-DF - CEP 70919-910, telefone (061) 348-2530 (061) 274-3303 - Telex 611977 NDES-BRASIL

**Escritórios:** ANDES-SÃO PAULO: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa "J", nº 374 - Prédio Antiga Reitoria (ADUSP) - Cidade Universitária - USP - São Paulo-SP, CEP 05508-900 - Telefone/telefax (011) 814-9321.

**ANDES-RIO DE JANEIRO:** Rua Fernando Ferrari, 75; sala 402, Prédio 6 - Botafogo - Rio de Janeiro-RJ - Telefone (021) 551.5542.

**Conselho Editorial:** Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Paulo Freire, Maurício Tragtemberg, Lauro Campos, Dércio Garcia Munhoz, Osvaldo de Oliveira Maciel, Luiz Pinguelli Rosa, Maria José Feres Ribeiro, Newton Lima Neto, Sadi Dai-Rosso, Carlos Eduardo Malhado Baldijão.

**Editor:** Lucia Helena Lodi

**Assessor de Edição:** Américo A. F. C. Kerr

**Fotos:** Arquivo ANDES-SN, Arquivo Sind. Metalúrgicos ABC, Arquivo da Prefeitura Municipal de São Paulo.

**Capa:** Isabel Carballo

**Ilustração:** Mariza Dias Costa

**Transcrição de fitas:** Polo Editoração

**Projeto Gráfico e Editoração:** Maria Cristina Waligora, Leonardo Van Halsema

**Digitação:** Alexandra Moretti, Maria Cristina Waligora, Jair Tenório Jatobá

Os artigos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Todo o material publicado pode ser reproduzido para atividades com fins não lucrativos, é exigida autorização expressa de UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.

**Tiragem:** 4.000 exemplares

**Filmes:** paper Express

**Fotolito capa:** Binhos

**Impressão e Acabamento:** Gráfica Círculo

**Preencha o cupom e envie para:**

**ANDES-SN Av. Luciano Gualberto, Travessa "J", nº 374**

**Prédio da Antiga Reitoria (Adusp) - Cidade Universitária**

**05508-900 São Paulo SP**

Quero receber: Assinatura Anual  Cr\$ 80.000,00

Nº avulso  Cr\$ 40.000,00

Anexo Cheque nominal a ANDES-SN no valor de Cr\$ .....

Nome .....

Endereço .....

Cidade ..... Estado ..... CEP .....

Fone (.....)..... Profissão .....

**SINDICATO  
ANDES  
NACIONAL**

Sindicato Nacional dos  
Docentes das Instituições  
de Ensino Superior  
**ENSINO PÚBLICO E GRATUITO:**  
direito de todos, dever do Estado.